



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

AMANDA OLIVEIRA DE MORAIS

**VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO:
UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTALISTA RADICAL FEMINISTA**

Londrina
2024

AMANDA OLIVEIRA DE MORAIS

**VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO:
UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTALISTA RADICAL FEMINISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina Laurenti

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M827 Morais, Amanda Oliveira de.
Violência sexual no contexto universitário : Uma perspectiva comportamentalista radical feminista / Amanda Oliveira de Moraes. - Londrina, 2024.
306 f.

Orientador: Carolina Laurenti.
Tese (Doutorado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Violência sexual - Tese. 2. Universitários - Tese. 3. Cultura - Tese. 4. Análise do Comportamento - Tese. I. Laurenti, Carolina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

AMANDA OLIVEIRA DE MORAIS

**VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO:
UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTALISTA RADICAL FEMINISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Análise do Comportamento.
Área de concentração: Análise do Comportamento

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carolina Laurenti (UEM)

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Kami Bastos Oshiro
Universidade de São Paulo (USP)

Prof^ª. Dr^ª. Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Nádia Kienen
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina, 23 de setembro de 2024

Dedico este trabalho às minhas avós.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese não teria sido possível sem a influência e o suporte de muitas pessoas. Muitas delas jamais frequentaram a universidade. Minhas avós, a quem dedico este trabalho, me ensinaram o verdadeiro significado de sabedoria, mesmo sem terem completado a alfabetização. Elas foram exemplos vivos de que as mulheres não se encaixam em estereótipos. Crescer em um modo de vida distinto das práticas presentes no âmbito acadêmico me tornou uma sujeita fronteira ao ocupar esse espaço: um lugar-ser que defenderei com orgulho. Amplio esse agradecimento à minha família extensa - avós, tias, tios, primas e primos - responsáveis pelo sentido de vivência comunitária que não encontro em nenhum outro lugar.

Agradeço à minha mãe, Eliete, e ao meu pai, Valmir. Eles sempre acreditaram e confiaram nos meus interesses e decisões. Todo o suporte que me deram, tanto com ações quanto com exemplos, me capacitou a acreditar nas minhas próprias potencialidades. Inúmeras vezes, eles se empenharam em me oferecer carinho e conforto, seja ouvindo minhas queixas, tendo paciência com meus momentos de desequilíbrio, com as comidinhas, ajudando na montagem de móveis, na limpeza da casa ou fazendo, de próprio punho, melhorias no meu lar. Ter um espaço cercado de plantas, que cresceram de mudas cultivadas por eles, pelas minhas avós e tias, me trouxe o aconchego necessário para desempenhar o que era preciso.

Agradeço à minha irmã, Allana, minha companheira na vida, especialmente nos últimos anos. Ela me fez atentar para aspectos da subjetividade e da diversidade humana como nenhuma outra pessoa me ensinou. Além disso, fortaleceu minha autoestima acadêmica sempre que me senti insuficiente. Ela também ouviu, atentamente, horas de “falatório” sobre minhas ideias e encruzilhadas teóricas, fez apontamentos extremamente pertinentes e sempre me auxiliou com dúvidas sobre a língua inglesa. De certa forma, há um pouco dela em cada palavra desta tese!

Sem o prazer de viver, acredito que todos os esforços teriam sido em vão. Agradeço ao

Alvaro, meu namorado, por não me deixar esquecer das delícias da existência. Agradeço também por demonstrar tanta admiração durante os anos em que estamos juntos, me motivando a continuar. Sou muito grata por todas as vezes em que ele me lembrou que eu era capaz de seguir em frente, pelo apoio oferecido de diversas formas e pela paciência com todos os meus momentos de bloqueio, irritabilidade e crises de choro. Ser amada fez toda a diferença.

Agradeço também a todas as amigas e amigos que compartilharam e incentivaram meus sonhos, desde aqueles presentes a partir do tempo da escola até os que surgiram na graduação, no mestrado e, agora, durante o doutorado. À Christiane e ao Gabriel, agradeço especialmente por serem meus confidentes e parceiros em tantos momentos significativos. Sou grata por compreenderem minhas ausências e estarem sempre de braços abertos quando senti saudades ou precisei de ajuda. Ao Emersson (Emer), agradeço especialmente pelo suporte durante as etapas de pesquisa, sempre me acolhendo com enorme carinho em sua casa e estando disposto a discutir minha pesquisa. À Tamires (Tata), sou grata por se tornar minha parceira nos estudos feministas, especialmente por criar e compartilhar condições para o aprofundamento da obra de Heleieth Saffioti. A Tatá e o Emer continuam sendo, apesar da distância, meu parâmetro do que significa a amizade. Também agradeço ao Leandro (Leco) por me acolher em sua rotina quando precisei de um exemplo e de condições para organização, e ao Christian por todo o apoio, especialmente no início do doutorado, e por todas as contribuições nas traduções que precisei.

Todo amor e suporte descrito foi essencial. Contudo, especificamente para o planejamento e realização de tudo que foi concretizado nas próximas páginas, meu maior agradecimento vai para minha orientadora, Carolina Laurenti. Além da excelência nas orientações e todo cuidado nas inúmeras revisões de texto deste e de outros trabalhos desenvolvidos conjuntamente, a Carol foi responsável por não me deixar desistir nos momentos mais críticos que enfrentei. Agradeço imensamente por todas as possibilidades criativas de permanência que ela me apresentou. Além disso, apesar de todo o trabalho que dei com a minha

redação, simbolizado na minha permanente dificuldade com o uso correto da crase, a Carol sempre me inspirou e instigou a manter uma escrita autoral articulada com seus questionamentos precisos. Por isso, sinto grande carinho pelo que produzi. Tenho certeza que levarei alguns anos para elaborar tudo que aprendi nesses cinco anos com a Carolina.

Estendo meus agradecimentos às integrantes da banca de qualificação, Gabriela Isabel Reyes Ormeno e Renata Pinheiro por toda disponibilidade e inestimáveis contribuições. Agradeço também às professoras Claudia Kami Bastos Oshiro, Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu, Nadia Kienen, e ao professor Alex Gallo por aceitarem prontamente participar da banca de defesa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento (PGAC-UEL), em especial, pelo financiamento da produção de um vídeo ilustrado utilizado em um dos estudos desta tese. Também incluo meu agradecimento à Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual de Maringá (UEM); à TV UEM, nas figuras de Elias Gomes de Paula e Ronaldo Vanzo; e às atrizes do curso de Artes Cênicas, Geovana Kwiatkowi dos Santos, Malu Leme, Mia Oliveira, Nicolly Canas de Siqueira e Nathy Gomes, que participaram da confecção de vídeos para um dos estudos desta tese.

Gostaria de deixar um agradecimento especial às mulheres que construíram contextos para o estudo da interface entre Análise do Comportamento e Feminismo no Coletivo Marias e Amélias. Sem elas, a história desse doutorado, e provavelmente de toda minha carreira, seria outra. Também agradeço à Laryssa Rodrigues Gomes e à Nathalia Maria Gouveia de Araújo por seguirem firmes comigo no estudo de teóricas feministas.

Por fim, agradeço a confiança de todas e todos que já compartilharam suas histórias de violência sexual comigo, seja nos contextos pessoais, profissionais ou de pesquisa. Espero honrar suas mais diversas lutas e trajetórias.

A mulher intelectual como uma intelectual
tem uma tarefa circunscrita que ela não deve
rejeitar com um floreio.

Gayatri Chakravorty Spivak

Morais, A. O. **Violência sexual no contexto universitário: Uma perspectiva comportamentalista radical feminista.** 2024. 306. Tese (Pós-Graduação em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

Esta tese apresenta o desenvolvimento de aspectos teóricos que fundamentam a compreensão sobre a violência sexual em uma perspectiva comportamentalista radical feminista (Prólogo), uma investigação empírica sobre o contexto universitário e a ocorrência de agressões sexuais (Estudo 1), e uma proposta de intervenção baseada nos resultados e discussão sobre essa realidade (Estudo 2). O objetivo do Estudo 1 foi apresentar um panorama sobre a ocorrência de violência sexual em um ambiente universitário e sobre questões de segurança, serviços e direitos relacionados a essa prática. Foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Um questionário adaptado foi respondido por 185 estudantes e 43 docentes de uma universidade do norte do Paraná. Mulheres, pessoas não heterossexuais e estudantes relataram vivenciar mais violências em comparação com homens, heterossexuais e docentes, respectivamente, sendo essa diferença significativa. Efeitos relacionados às violências vivenciadas estiveram envolvidos com uso de medicamentos psiquiátricos, tratamento psicológico, perda de prazos, faltas e afastamentos em relação ao ambiente acadêmico. As(os) participantes indicaram baixa confiabilidade nas ações institucionais sobre a temática, desconhecimento dos direitos e procedimentos em situações de violência sexual, e baixa confiabilidade de que procedimentos adequados seriam tomados em relação às denúncias, principalmente na avaliação das mulheres e estudantes. A hierarquia entre membros da academia, objetificação feminina em eventos universitários, controle ético sexista, padrões de gênero e de relacionamentos íntimos, ausência de políticas e inação institucional foram identificados como aspectos relevantes do ambiente social atuando como contexto de práticas sexualmente violentas e práticas de ocultamento dessa realidade. Consequências culturais como subnotificação, recorrência das agressões, evasão de espaços acadêmicos ou permanência em situação de opressão, culminam na manutenção da dominação masculina na universidade. Nesse contexto, toda comunidade acadêmica deve aprender a oferecer suporte aos relatos de violência sexual, visto que os incidentes são relatados, principalmente, para amigas(os). O Estudo 2 visou elaborar e avaliar a eficácia de um treino em vídeo para o aprendizado de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação sobre serviços e direitos como respostas adequadas a relatos de violência sexual na universidade, aplicado a estudantes. Foram confeccionados dois materiais para ensino: um vídeo ilustrado contendo informações e instruções sobre violência sexual e sobre como acolher, apoiar e orientar alguém que relata uma violência sexual e um vídeo-modelo contendo encenações de relatos de agressões sexuais e modelos de como acolher, apoiar e orientar. Para verificar a eficácia desses materiais, foi realizado um experimento de delineamento de caso único com linha de base múltipla entre comportamentos com duas estudantes. A exposição ao vídeo informativo e instrucional promoveu o aumento de ações relacionadas aos comportamentos de interesse, e a exposição ao vídeo-modelo tornou as ações de acolhimento, apoio e orientação mais próximas aos modelos. Discutimos que pesquisas futuras realizem ajustes no vídeo-modelo e na mensuração dos resultados. Consideramos que o desenvolvimento de aspectos teóricos e empíricos sobre a temática abordada por diferentes áreas de conhecimento em intersecção com o Comportamentalismo Radical e a Análise do Comportamento fortalece tanto o campo de pesquisas e enfrentamento à violência sexual quanto enriquece nossa teoria e práxis.

Palavras-chave: Violência sexual. Universitários. Intervenção. Cultura. Análise do Comportamento.

Morais, A. O. **Sexual violence in the university context: A feminist radical behaviorism perspective.** 2024. 306. Tese (Pós-Graduação em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

This thesis presents the development of theoretical aspects that support the understanding of sexual violence from a radical feminist behavioral perspective (Foreword), an empirical investigation into the university context and the occurrence of sexual assaults (Study 1), and a proposal for intervention based on results and discussion of this reality (Study 2). The objective of Study 1 was to present an overview of the occurrence of sexual violence in a university environment and issues of security, services, and rights related to this practice. We conducted a quantitative and qualitative study. An adapted questionnaire was answered by 185 students and 43 professors from a university in northern Paraná. Women, non-heterosexual individuals, and students reported experiencing more violence compared to men, heterosexuals, and professors, respectively, and this difference was significant. Effects related to the violence experienced included the use of psychiatric medications, psychological treatment, missed deadlines, absences, and time away from the academic environment. Participants indicated low levels of trust in institutional actions, lack of knowledge of rights and procedures on situations of sexual violence, and low confidence that appropriate procedures would be taken about reports, especially in the assessment of women and students. The hierarchy among members of academia, female objectification at university events, sexist ethical control, gender, and intimate relationship standards, lack of policies, and institutional inaction were identified as relevant aspects of the social environment acting as a context for sexually violent practices and practices of concealment of this reality. Cultural consequences such as underreporting, recurrence of aggressions, evasion of academic spaces, or permanence in situations of oppression culminate in the maintenance of male domination at the university. In this context, learning to offer adequate support for reports of sexual violence becomes essential for the entire academic community since incidents are reported mainly to friends. Study 2 aimed to develop and evaluate the effectiveness of video training for learning receiving, support, and guidance behaviors about services and rights as appropriate responses to reports of sexual violence at the university, applied to students. We make two teaching materials: an illustrated video containing information and instructions on sexual violence and how to receive, support, and guide someone who reports sexual violence, and a model video containing role-plays of reports of sexual assault and models of how to receive support and guidance. A single-case design experiment with multiple baseline behaviors was conducted with two students to verify the effectiveness of these materials. Exposure to the informative and instructional video promoted an increase in actions related to the interest behaviors in the test situations, and exposure to the model video made the receive, support, and guidance actions closer to the models. We discuss that future research should make adjustments to the model video and measuring the results. We believe that the development of theoretical and empirical aspects of the topic addressed by different areas of knowledge in intersection with radical behaviorism and behavior analysis strengthens both the field of research, the confrontation of sexual violence, and the richness of our theory and praxis.

Key words: Sexual violence. College students. Intervention. Culture. Behavior Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema geral das versões do “Questionário para levantamento de violência sexual no contexto universitário” e sequência de seções do instrumento	90
Figura 2 – Caracterização das agressões sexuais investigadas e fluxo das perguntas sobre as violências	91
Figura 3 – Médias das respostas nas escalas Likert sobre avaliação da segurança, ações e preocupação em relação à violência sexual e contexto universitário	110
Figura 4 – Médias das respostas nas escalas Likert sobre conhecer direitos, serviços e procedimentos na universidade em relação a situações de violência sexual.....	112
Figura 5 – Média das respostas em relação à avaliação das(os) participantes sobre a probabilidade das ações de proteção em caso de violência sexual denunciada às autoridades da instituição	114
Figura 6 – Média das respostas sobre quão provavelmente as(os) participantes interviriam e forneceriam ajuda em casos de violência sexual contra terceiros	116
Figura 7 – Média das respostas sobre consentimento em atividades sexuais.....	117
Figura 8 – Porcentagem relativa ao gênero de participantes que afirmaram ter vivenciado ao menos uma das violências sexuais no contexto universitário.....	123
Figura 9 – Violência sexual na universidade investigada representada na estrutura da tríplice contingência cultural.....	136
Figura 10 – Linha de base múltipla entre comportamentos: acolhimento, apoio, orientação sobre direitos e serviços na universidade	220
Figura 11 – Comportamentos de acolhimento, apoio e orientação da P1 durante as diferentes fases do piloto	231
Figura 12 – Comportamentos de acolhimento da P1 durante as diferentes fases do piloto	233
Figura 13 – Comportamentos de apoio da P1 durante as diferentes fases do piloto.....	235
Figura 14 – Comportamentos de orientação da P1 durante as diferentes fases do piloto .	237
Figura 15 – Comportamentos de acolhimento, apoio e orientação da P2 durante as diferentes fases do piloto	241
Figura 16 – Comportamentos de acolhimento da P2 durante as diferentes fases do piloto	243
Figura 17 – Comportamentos de apoio da P2 durante as diferentes fases do piloto.....	245
Figura 18 – Comportamentos de orientação da P2 durante as diferentes fases do piloto .	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela Descritiva da Amostra	95
Tabela 2 – Resultados da Análise Paralela baseada em componentes principais (Escala 1)	104
Tabela 3 – Cargas dos fatores (Matriz estruturada, Escala 1).....	104
Tabela 4 – Resultados da Análise Paralela baseada em componentes principais (Escala 2)	107
Tabela 5 – Cargas dos fatores (Matriz estruturada, Escala 2).....	108
Tabela 6 – Porcentagem de violências sexuais autorrelatadas pelas(os) participantes, em relação à vitimização ocorrendo em um contexto geral da sociedade e especificamente no contexto universitário	120
Tabela 7 – Porcentagem relativa de mulheres e homens que relataram terem sido vítimas de violência sexual em relação ao total de participantes do mesmo gênero	122
Tabela 8 – Tipos de consentimento consideradas pelos(as) participantes	134
Tabela 9 – Comportamentos de interesse para acolhimento adequado de relatos de violência sexual no contexto universitário	212
Tabela 10 – Variáveis independentes (VI) e dependentes (VD) utilizadas no estudo piloto	217
Tabela 11 – Fases do procedimento de linha de base múltipla entre comportamentos.....	219
Tabela 12 – Etapas do procedimento do estudo piloto e sequência de apresentação dos vídeos	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Análise Fatorial Exploratória
Alesp	Assembleia Legislativa de São Paulo
AUU	Association of American Universities
BST	Behavioral skills training
C.A.	Centro Acadêmico
CAV	Comissão para apoiar denúncias contra mulheres e gêneros
CFI	Comparative Fit Index
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUNY	The City University of New York
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FC	Fidedignidade Composta
IES	Instituição de ensino superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
PNS/IBGE	Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RMSWA	Root Mean Square Error of Aproximation
Sinan/MS	Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
TLI	Tucker-Lewis Index
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	PRÓLOGO	18
1.1	AS VISÕES PATRIARCAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ACADEMIA: CULPABILIZAÇÃO, INVISIBILIDADE E EXPLICAÇÕES INTERNALISTAS	20
1.1.1	Corpo e Reconhecimento Generificado	25
1.1.2	Atendimento Clínico e Reconhecimento do “Ser Mulher” nas Violências Sexuais	28
1.2	UMA COMPREENSÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL	31
1.2.1	Categorização por Sexo e Práticas de Gênero na Análise do Comportamento	34
1.2.2	Dominação-Exploração como Processo Constitutivo do Patriarcado e o Controle Patriarcal de Gênero	41
1.2.3	Nível de Análise da Cultura: Patriarcado e Contingências Culturais.....	44
1.2.4	Patriarcado: Organização Social Produzida e Reproduzida em Agências Controladoras	47
1.3	VIOLÊNCIA SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	50
1.4	VIOLÊNCIA SEXUAL E A MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO.....	55
	REFERÊNCIAS	61
2	ESTUDO 1 – Levantamento sobre violência sexual em uma universidade do norte do Paraná	68
2.1	INTRODUÇÃO	70
2.1.1	Uma Visão Comportamentalista Radical da Violência Sexual	72
2.1.2	Violência Sexual no Contexto Universitário	74
2.2	OBJETIVOS.....	82
2.2.1	Geral	82
2.2.2	Específicos	82
2.3	MÉTODO	82

2.3.1	Instrumento	84
2.3.1.1	CUNY's Sexual Violence Campus Climate Survey	84
2.3.1.2	Estratégias de adaptação transcultural do questionário	85
2.3.1.3	Estrutura do questionário.....	89
2.3.2	Aspectos Éticos	92
2.3.3	Estratégias de Recrutamento de Participantes	92
2.3.4	Procedimento	94
2.3.4.1	Participantes	94
2.3.4.2	Local	96
2.3.4.3	Registro de dados	96
2.3.5	Análise de Dados.....	97
2.3.5.1	Análise da estrutura fatorial das escalas Likert	97
2.3.5.2	Análise dos resultados quantitativos	98
2.3.5.3	Análise dos resultados qualitativos	100
2.4	RESULTADOS	102
2.4.1	Análise Fatorial Exploratória das Escalas Likert	103
2.4.2	Resultados Quantitativos	109
2.4.2.1	Avaliação das(os) participantes sobre diferentes aspectos relacionados à violência sexual na universidade.....	109
2.4.2.2	Levantamento de casos de violência sexual	108
2.4.2.2.1	<i>Gênero e detalhamento das violências sexuais relatadas</i>	121
2.4.2.2.2	<i>Orientação sexual e cor/etnia</i>	127
2.4.2.2.3	<i>Relato de violência sexual vivenciada por terceiros</i>	128
2.4.2.2.4	<i>Autorrelato de violências sexuais perpetradas</i>	129
2.4.2.2.5	<i>Efeitos relacionados à violência sexual vivenciada</i>	130
2.4.3	Resultados Qualitativos	131
2.4.3.1	Compreensão de consentimento	131
2.4.3.2	Uma possibilidade de análise dos relatos de violência sexual no contexto universitário no nível da contingência cultural	135
2.4.3.2.1	<i>Instituição de ensino superior como agência de controle: aspectos do ambiente sociocultural como contexto para práticas sexualmente violentas</i>	136
2.4.3.2.2	<i>Práticas culturais sexualmente violentas e de ocultamento da violência</i>	149

2.4.3.2.3	<i>Consequências culturais: retroalimentação das práticas sexualmente violentas</i>	152
2.5	DISCUSSÃO	153
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
	REFERÊNCIAS	176
3	ESTUDO 2 – Avaliação da eficácia do uso de vídeos para o ensino de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações para relatos de violência sexual em estudantes universitários	190
3.1	INTRODUÇÃO	192
3.2	OBJETIVOS	206
3.2.1	Geral	206
3.2.2	Específicos	206
3.3	MÉTODO	207
3.3.1	Participantes	207
3.3.2	Local	208
3.3.3	Instrumentos	208
3.3.3	Aspectos Éticos	209
3.3.4	Procedimento	209
3.3.4.1	Etapa 1: Caracterização das classes de comportamento	210
3.3.4.2	Etapa 2: Confecção dos vídeos	215
3.3.4.3	Etapa 3: Verificação da eficácia da exposição ao vídeo informativo e instrucional e vídeo modelação por meio de um estudo piloto	216
3.3.4.3.1	<i>Realização do piloto</i>	220
3.3.4.3.2	<i>Armazenamento dos dados</i>	225
3.3.4.3.3	<i>Registro e análise dos dados</i>	226
3.4	RESULTADOS	230
3.5	DISCUSSÃO	249

3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
	REFERÊNCIAS	266
4	CONCLUSÃO.....	274
	APÊNDICES	276
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO 1)	277
	APÊNDICE B – TABELA DE CORRELAÇÃO DE SPEARMAN	280
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO 2)	283
	APÊNDICE D – ROTEIROS DOS VÍDEOS	287

PRÓLOGO

“Reveja bem os dados que apresenta. Você acaba alarmando todos da sala sem a necessidade!” Assim me alertou um professor universitário ao assistir um simpósio no qual eu apresentava alguns números sobre a caracterização das ocorrências de estupro no Brasil. Era a primeira vez que eu tentava costurar uma análise comportamentalista radical que evidenciasse práticas culturais envolvidas em casos de violência sexual. Durante minha fala, disse um número em discordância com o apresentado no slide que poderia superestimar o número de registros oficiais de casos de violência sexual. Ao final da apresentação, o professor me abordou, questionou sobre meu erro e discorreu sobre como os relatos de violência sexual poderiam ser falsos segundo pesquisas eticamente questionáveis, que ele relatou por alguns minutos. Hoje compreendo que meu erro, na verdade, foi ter apresentado o número de registros oficiais de denúncia que no Brasil corresponde a menos de 10% da estimativa de casos reais.

A desconfiança a respeito da alta ocorrência de violência sexual perpassa nossa cultura. Pequenos erros e desentendimentos podem levar à desqualificação de toda uma área de pesquisa tal como a estratégia de desqualificação da vítima é utilizada para desacreditar a palavra de mulheres em processos sobre crimes sexuais em audiências judiciais e investigações policiais pelo Brasil¹. Quando a violência sexual é narrada ou “escutada” na perspectiva hegemônica a desconfiança e a invisibilidade predominam. Na direção da discussão proposta por Gayatri

¹ Em maio de 2024 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, proibir que mulheres vítimas de crimes sexuais sejam desqualificadas e constrangidas em audiências judiciais e investigações policiais. A decisão foi pela procedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 1107. Motivada por casos como o que originou a criação e aprovação da Lei 14.245 de 2021, conhecida como Lei Mariana Ferrer, a ação visa garantir a interpretação Constitucional das alterações propostas no dispositivo legal. Apesar de se tratar de uma vitória, a formalidade legal provavelmente pode ser insuficiente para suprimir as práticas que desacreditam a palavra das vítimas presentes no âmbito jurídico brasileiro. Para maior compreensão e exemplo de como a palavra da vítima é desacreditada até mesmo na relatoria dos processos de julgamento ver Sabadell e Paiva (2024).

Spivak em “*Pode o subalterno falar?*” (1988/2010) a realidade subalterna só pode emergir quando há condições criadas para que a enunciação aconteça².

Visando elucidar aspectos importantes sobre a temática, então, assumo a narrativa sobre a história pregressa desta tese recordando o caminho percorrido que desaguou no interesse pelo estudo da violência sexual, compreendido como um fenômeno cultural, e a escolha pelo contexto universitário como *locus* investigado. É importante demonstrar, portanto, as compreensões de violência sexual e também de cultura que utilizaremos. A violência sexual será conceituada em uma perspectiva feminista e sua ocorrência explicada por pressupostos comportamentalistas radicais em diálogo com os conceitos de patriarcado e gênero. A conceituação de cultura pelo Comportamentalismo Radical atravessa a definição de violência sexual empregada. A compreensão de cultura está sintetizada na proposta de análise das contingências culturais e sua relação com as contingências de reforçamento e punição nas histórias ontogenéticas de membros(as) de uma cultura. A indissociabilidade dos comportamentos dos indivíduos e das práticas culturais pode ser evidenciada por como a violência sexual acontece e é mantida no contexto universitário. A proposta teórica neste prólogo fundamenta dois estudos que compõem esta tese: (Estudo 1) *Levantamento sobre violência sexual em uma universidade do norte do Paraná*, e (Estudo 2) *Avaliação da eficácia do uso de vídeos para o ensino de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações para relatos de violência sexual em estudantes universitários*.

Este prólogo tem, portanto, a função de introduzir elementos importantes para a temática e ainda de apresentar esta tese. Os estudos desta tese envolvem a investigação da violência

² Spivak se preocupa com a posição da(o) intelectual que pretende falar do outro compreendido como oprimido ou subalterno. Nesse itinerário, a autora assume que, por definição, o subalterno é aquele que nunca pode falar, porque nunca é escutado dadas as condições políticas, econômicas, culturais etc. constituídas pelo colonialismo. Quando passa a ser escutado já não é mais subalterno, pois teria satisfeito as exigências necessárias da cultura hegemônica para ser ouvido. Dentre muitas possibilidades interpretativas sobre as contradições e problemas expostos por Spivak, uma delas seria a criação de espaços contra hegemônicos de escuta, por exemplo na academia. Para uma perspectiva mais ampla ver Spivak (1988/2010) e Lino e Mayorga (2021).

sexual no contexto universitário orientada por uma teoria comportamentalista radical feminista e uma proposta de intervenção. Para cumprir os objetivos de apresentação, seguiremos um itinerário que articula história pessoal acadêmica e profissional da pesquisadora responsável com os conceitos utilizados como recurso ilustrativo da aproximação epistemológica entre Feminismo e Comportamentalismo Radical apontado Ruiz (1995), ao se basear na obra skinneriana: o caráter relacional do processo de produção do conhecimento científico. Uma vez que o comportamento de pesquisar também é comportamento e, como tal, tem uma explicação contextualista, situar o conhecimento produzido também é o propósito desta apresentação.

As visões patriarcais da violência sexual na academia: culpabilização, invisibilidade e explicações internalistas

As primeiras memórias que tenho do contexto acadêmico não são muito promissoras na direção de fomentarem uma compreensão sobre a violência sexual como um fenômeno pervasivo nas sociedades humanas, em especial na brasileira. Pelo contrário, me lembro que os aprendizados dos primeiros anos de graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) demonstravam uma percepção de mundo patriarcal na qual a violência sexual era invisibilizada – um dos aspectos que configuram uma cultura propagadora dessa violência. Não me recordo de ter visto qualquer consideração sobre o assunto que não fosse as elaborações freudianas sobre a teoria do trauma, e sua mudança teórica para teoria da sedução envolvendo “supostos” casos de abuso infantil. Na graduação, iniciada em 2008, a primeira versão sobre o assunto à qual fui apresentada se referia a crianças poderem fantasiar sobre incestos que nunca teriam acontecido na realidade. Narvaz e Koller (2007) discutem relações entre a culpabilização de crianças e mulheres vítimas de violência sexual e discursos como tragédias, mitos gregos e formulações teóricas. Esses discursos atribuem às mulheres e às meninas vítimas de abuso

sexual a culpa pelas violações sofridas, considerando-as sedutoras e provocadoras. As autoras destacam a discussão entre psicanalistas sobre as mudanças teóricas e a veracidade dos casos relatados pelas pacientes de analistas: as reações da comunidade verbal envolvida teriam redirecionado as proposições freudianas sobre a teoria do trauma, não porque houvesse divergências daquela comunidade quanto à interpretação sobre origem dos comportamentos “históricos”, mas pela visibilização da pervasiva violência sexual masculina contra crianças.

Dada a negativa repercussão destes achados na apresentação ao Círculo Psicanalítico, formado predominantemente por psicanalistas masculinos da Viena vitoriana de então, Freud teria modificado a teoria do trauma, elaborando a teoria da sedução. (Narvaz & Koller, 2007, p. 80)

Apesar de outros autores retomarem a veracidade da prevalência de abusos sexuais que chegavam aos cenários da análise clínica (Cromberg, 2004), essa outra parte da história não havia atravessado o currículo com o qual me relacionava. Esse evento exemplifica como práticas educacionais institucionalizadas estão articuladas com outras práticas culturais – conceitos que serão discutidos mais adiante.

Felizmente, encontrei fora do currículo regular do curso de graduação em Psicologia na UEL um grupo de estudos sobre violência e a perspectiva analítico-comportamental coordenado pelo Professor Dr. Alex Gallo. A violência sexual contra crianças e adolescentes assim como a violência contra mulheres eram temas recorrentes de nossos encontros. Foi nesse contexto e com o avanço da graduação que a compreensão sobre comportamento humano foi se expandindo para a complexidade dos diferentes níveis de análise possíveis: nível de análise da espécie humana, da pessoa e da cultura.

Seguindo a discussão realizada por Lopes et al. (2012) delimitamos o modelo explicativo comportamentalista radical que orienta esta tese. Primeiro, consideramos a radicalidade da proposta skinneriana de estudo do comportamento no seu próprio domínio. O

comportamento não é a via pela qual se conhece outros objetos de estudo, como processos mentais ou neurais, mas o protagonista: comportamento é a ação contextualizada, relação entre ação e mundo que inclui situação presente e histórica (Lopes et al., 2012). Em segundo lugar, o modelo skinneriano de três histórias de variação e seleção (Skinner, 1984) nos instrumentaliza a analisar o comportamento humano como ação contextualizada na história da espécie, na história da pessoa e na história cultural do sujeito. Na história da espécie, os organismos variam e suas características são selecionadas pelas consequências de sobrevivência sendo transmitidas para as próximas gerações [contingências de sobrevivência]. Na história da pessoa as ações variam e são selecionadas por consequências reforçadoras [contingências de reforçamento]. Na história da cultura, práticas culturais surgem e são selecionadas pelas consequências de sobrevivência da cultura [contingências culturais] (Skinner, 1971, 1984). A diferença de outras propostas de explicação psicológicas merece ser assinalada: a explicação dos conceitos de organismo, pessoa e sujeito emergente do Comportamentalismo Radical privilegia a relação comportamental. Não há primazia nem da ação nem do mundo como agentes iniciadores, ou mesmo independentes. Portanto, as denominações de indivíduo como organismo, como pessoa ou como sujeito dependem das diferentes histórias de variação e seleção que se encontram no indivíduo total (Lopes et al. 2012).

O comportamento consiste na relação interna das ações com a história da espécie humana, com a história cultural do sujeito, e com a história da pessoa em seu tempo e espaço de vida, adquire uma configuração peculiar, formando o indivíduo total, como um lócus, um ponto, um produto. (Lopes et al., 2012, p. 39)

Apreendi, portanto, que comportamentos agressivos ou violentos seriam explicados por análises dessas três histórias. Assim, podia começar a compreender porque alguns indivíduos agiam violentamente e outros não. Minha percepção sobre a peculiaridade da história da pessoa era mais evidente que a história cultural. Notadamente as psicologias tendem a se especializar

na explicação do desenvolvimento das singularidades humanas. Entretanto, ainda me faltava compreender porque algumas singularidades coexistem com regularidades de padrões comportamentais mais produzidos que outros. Naquele momento eu compreendia a cultura como variável independente que afetava o aprendizado e não em seu próprio nível de análise.

A prevalência de abusos sexuais infantis já era reconhecidamente alarmante para analistas do comportamento no Brasil e, em 2011, sabíamos que investigando dados epidemiológicos sobre o assunto algumas regularidades se apresentavam: abusos sexuais aconteciam principalmente nas casas das vítimas, os principais perpetradores eram pais e padrastos, as principais vítimas eram meninas principalmente com início dos abusos na faixa etária entre cinco e dez anos de idade (Habigzang & Koller, 2011). Pesquisas de amplitude nacional sobre prevalência de violência sexual no Brasil ainda eram insuficientes para a compreensão da realidade. Por exemplo, o 5º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2011) trazia apenas os números de denúncias registradas em boletins de ocorrência de tentativas de estupro, dos estupros e as taxas por Unidades da Federação. Não havia detalhamento dos marcadores sociais de raça, gênero e idade nesses dados nacionais. Os resultados apresentados eram dos anos de 2009 e 2010 e é relevante destacar que em 2009 a legislação sobre estupro sofreu uma alteração importante: passou a considerar o constrangimento de alguém a outros atos libidinosos além da conjunção carnal como estupro. Além disso, em 2006 havia sido promulgada a Lei Maria da Penha que tipificava às diferentes violências contra mulheres nos contextos das suas relações íntimas (relacionamentos afetivos/sexuais, familiares, amigos etc.) – aparecendo também como tema do grupo de estudos que me referi acima.

Ao especificar a violência sexual como um dos tipos de violência contra mulheres nas suas relações íntimas, a Lei Maria da Penha evidenciou juridicamente os estupros nas relações conjugais. Apesar da legislação brasileira sobre estupro não definir quem poderia ser autor da agressão sexual, podendo namorados e maridos figurarem como autores, até a promulgação da

Lei Maria da Penha era comum o entendimento do judiciário de que a atividade sexual era um dever dos cônjuges e, portanto, dificilmente o marido poderia ser condenado por forçar a esposa a ter relações sexuais (Freitas & Morais, 2019). Mesmo com a nova lei em vigor, as práticas de violência sexual nas relações íntimas parecem ter se mantido, como aponta um estudo realizado em 2015: 47% das jovens de 14 a 24 anos entrevistadas em 370 cidades brasileiras afirmaram já terem sido forçadas a ter relações sexuais com o parceiro (Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão, 2015).

Progressivamente, comecei a me dar conta da violência sexual como algo que ocorria em alta prevalência na sociedade brasileira e, posteriormente, compreendi que se tratava de um fenômeno global (Barth et al., 2013; World Health Organization [WHO], 2021). Os comportamentos sexualmente violentos poderiam ser então compreendidos como selecionados na história da pessoa. Os princípios de aprendizagem explicariam o desenvolvimento do comportamento sexualmente violento como um operante (Lima et al., 2018). Essa perspectiva é importante porque rejeita explicações internalistas que atribuem causalidade ao “caráter” ou a uma “doença” e tendem a ser utilizadas para atenuar ou acentuar a responsabilização de agressores não avançando na compreensão e combate do problema (Lima et. al., 2018). Ao situar o comportamento sexualmente violento, a Análise do Comportamento chama a atenção para as contingências seletivas envolvidas, mas ainda não se aprofunda em explicar por que apesar de moralmente reprovável em diferentes culturas, violências sexuais como estupro e estupro de vulnerável acontecem com tanta frequência.

Quem já havia se debruçado a explicar esse dilema foram feministas na década de setenta como Susan Brownmiller (1975/2005). Brownmiller, assim como o movimento feminista contemporâneo ao lançamento de seu livro “*Against Our Will: Men, Women, and Rape*” (1975/2005), definiu o estupro como um problema cultural e político e não apenas como um crime passional individual. Nos Estados Unidos, movimentos feministas que denunciavam

o estupro, assédio sexual nos ambientes de trabalho e também eram antipornografia, marcaram a segunda onda do feminismo estadunidense. No Brasil, o mote principal nesse período histórico também era a violência contra mulheres, porém o foco maior era sobre o feminicídio. Portanto, o debate sobre a violência sexual como fenômeno cultural no nosso país só ganhou força na segunda década do século XXI, principalmente após estupros coletivos serem amplamente divulgados pela mídia e o termo cultura do estupro começar a circular nos movimentos feministas e nas redes sociais (Campos et al., 2017).

É precisamente no contexto acima referido, mais precisamente no ano de 2012, que começava também meu primeiro atendimento na clínica escola como psicóloga, pouco antes de iniciar um mestrado em Análise do Comportamento com o tema voltado à Psicologia do Esporte. Esse momento representa o distanciamento de interesse com o assunto que trato agora. Também representa o meu distanciamento das minhas próprias experiências como mulher que me identificava com outras mulheres. A violência sexual, para mim, ainda era um fenômeno relacionado principalmente a abusos sexuais infantis. Portanto, tratava-se de situações distantes do contexto acadêmico e que academicamente estaria destinado ao escrutínio como tema de investigação para quem se interessasse – e me pergunto por que interessava, e talvez ainda seja assim, a tão pouca gente. As discussões feministas já referidas não faziam parte do meu repertório acadêmico. Na verdade, apareceriam inicialmente como experiência com outras mulheres e só depois como aprofundamento teórico.

Corpo e reconhecimento generificado

Durante o período no qual cursava graduação e mestrado em uma universidade do interior paranaense, o feminismo como movimento político, campo teórico e epistemológico já

tinha extensas raízes e prolongamentos em diferentes áreas de conhecimento, incluindo a Análise do Comportamento. Apenas não havia encontrado minha história como sujeito. Cabe, então, destacar a ideia de alienação corporal apresentada por Simone de Beauvoir discutida por Cyfer (2015). Cyfer apresenta a tese de subjetividade corporificada ao mesmo tempo que discute como podemos estar alienadas de nossos corpos. A autora, assim como Beauvoir (1949/1970), entende o corpo como situação, como ponto do qual tomamos posição do nosso modo de viver no mundo e também de como o mundo vive conosco. Por isso, Beauvoir diz que o corpo participa da subjetividade, mas não é na condição de corpo que nos tornamos quem somos “é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza” (p. 56). A experiência corporificada seria constituída nessa interação. Cyfer afirma que a concepção de subjetividade corporificada, em Beauvoir,

convive com a sua tese sobre a alienação corporal da mulher, ou seja, a de que ser o Segundo implica ser apartada de seu corpo. Essa posição parece, ao menos à primeira vista, contradizer a ideia de que o corpo é uma situação. No entanto, essa contradição é aparente porque Beauvoir jamais separa ontologicamente corpo e mente. A ideia de que o corpo pode ser algo exterior à mulher busca apenas destacar que o contexto cultural e social reifica seu corpo a ponto de separá-lo do sujeito. Mas dessa separação não resulta uma mente expropriada de seu corpo, mas sim uma subjetividade deteriorada em seu conjunto (Cyfer, 2015, p. 69).

Destaco essa discussão porque minha compreensão como sujeito, ainda que fosse afetada pelas contingências culturais de ser identificada como mulher, não encontrava correspondência de explicações na comunidade verbal acadêmica da qual fazia parte. Na compreensão de Spivak (2010/1988) permanecia subalterna, não podia “falar” ou mesmo conhecer minha condição. As visões de mundo que conhecia não tornavam identificável o

controle de estímulos diferencial fundamentado na categorização por sexo (Ruiz, 2003) – aspecto que desenvolverei em seguida. Tal indisponibilidade promovia a deterioração da compreensão de si como sujeito histórico generificado (dependente da seleção cultural das práticas de gênero). Tornava também pouco visível as violências desse processo. Assim, ainda que as experiências na condição de corpo generificado constituíssem minha história como pessoa (contingências de reforçamento que selecionaram padrões de comportamento femininos) não havia na comunidade verbal próxima (cultura) possibilidades de pensar nos efeitos dessa história para a corporificação e subjetividade.

Tento aqui tecer uma aproximação entre Comportamentalismo Radical (representado por Skinner) e teoria feminista (representada por Beauvoir) quanto ao conceito de corpo.

Skinner (1971) compreende o corpo de uma pessoa como “produto genético único” (p. 204) – portanto relacionado a seleção e variação da espécie – e como uma parte importante do ambiente. É parte importante do ambiente por ser o corpo “a única parte de seu ambiente que permanece a mesma (*idem*) de momento a momento e dia a dia. Dizemos que ele descobre sua *identidade* à medida que aprende a distinguir seu corpo do resto do mundo.” (p. 194). Beauvoir (1949/1970) contextualiza o corpo de homens e mulheres assumindo que nos dois casos há aspectos relacionados à história da espécie, por exemplo, influências hormonais. Segundo os discursos vigentes, entretanto, enquanto para homens o corpo comporia a totalidade do que o homem é – não aprisionando seu destino a ele – para as mulheres o corpo definiria seu destino. Dizendo de outro modo, as práticas verbais descreviam a mulher como “uma matriz”, “um ovário”; “uma fêmea”, “carne” ou o próprio “sexo” (Beauvoir, 1949/1970). Importante atentar que o entendimento da autora sobre o corpo é de que ele “não é uma *coisa*, é uma situação: é a nossa tomada de posse do mundo” (p. 54) e que sendo “o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra” (p. 52). Portanto, Beauvoir e Skinner entendem o corpo como contexto a

partir do qual temos uma perspectiva do mundo. Ambos também enfatizam a singularidade dos corpos, embora Beauvoir se dedique a explicar como essas singularidades são diferenciadas em dois sexos (incluindo a análise de posição de superioridade do homem em relação à mulher) e em Skinner não encontremos tal projeto elucidativo.

Outras analistas do comportamento levaram adiante o pensamento skinneriano sobre o modelo explicativo do comportamento (modelo de variação e seleção pelas consequências), princípios de aprendizagem e controle social nos oferecendo uma alternativa para compreender a categorização por sexo (generificação) e as opressões de gênero (e.g., Ruiz, 2003). Chegaremos a essas explicações após breve retomada da história que estamos seguindo. Por enquanto, importa demarcar que do corpo participam um organismo e uma pessoa. O organismo é selecionado pelas contingências de sobrevivência da espécie e se apresenta como variação. A pessoa, na interação com o mundo, está submetida a categorizações atribuídas culturalmente, dentre elas as de gênero, raça, classe e idade.

Atendimento clínico e reconhecimento do “ser mulher” nas violências sexuais

A primeira pessoa que sentou em uma cadeira em frente à minha para iniciar um processo psicoterapêutico foi uma mulher que me relatou uma violência sexual gravíssima vivenciada poucos meses antes. Inexperiente e orientada pelos procedimentos indicados em casos de estresse pós-traumático, conduzi algumas semanas de atendimento até ela desistir do processo. Soube, mais tarde, que o nível de adversidade dos procedimentos foi um dos possíveis fatores relacionados com a sua saída. Nunca vou me esquecer desse caso. Nunca vou me esquecer a violência que ela sofreu e os motivos pelos quais ocorreram. Nunca vou me esquecer os danos relatados. Nunca vou esquecer que não estava preparada para atendê-la. Não apenas

por inexperiência, mas, também, porque não havia tido nenhuma perspectiva de gênero feminista durante a graduação em psicologia. Havia aprendido uma explicação do comportamento humano negligente ao gênero, à raça e à classe. Não significa que a Análise do Comportamento fosse incompatível com uma perspectiva feminista de gênero – ou de raça e classe – e nem mesmo que em 2012 não eram existentes articulações entre Análise do Comportamento e Feminismo. O que acontecia é que essas aproximações não haviam chegado a tal ponto de disseminação formal que pudessem embasar uma atuação clínica analítico comportamental brasileira.

Quando iniciei minha atividade como psicóloga clínica em 2014, o invisibilizado se tornou excessivamente visível. Por trabalhar em uma empresa terceirizada de planos de saúde, o volume de pessoas que atendia era grande – para não dizer insustentável. A maioria eram mulheres. Os relatos de abusos sexuais começaram a se multiplicar ao mesmo tempo que outras violências também se amontoavam. Foi então que comecei a me reconhecer nas mulheres que atendia: pelas contingências similares de nossas histórias. Me lembro muito de uma senhora que queria aprender a ter orgasmos. Seu falecido marido, na época pretendente, a havia estuprado e em razão disso se casaram – como ela havia “perdido a virgindade” se via obrigada ao matrimônio. O direito de violentar sexualmente uma mulher, e depois se casar com ela para livrar-se da punição cabível, percorre desde os textos bíblicos (Lerner, 1986/2019) até dispositivos legais ainda presentes século XX, no Brasil. A vida toda essa mulher havia sofrido estupro conjugal. Após o falecimento do marido, uma das coisas que mais queria era buscar satisfação sexual. Com esse e outros casos fui observando que a violência sexual não produzia apenas os conhecidos danos bem documentados na literatura psicológica e médica. Toda a vida das mulheres era perpassada por abusos sexuais ou ameaças de que esses abusos poderiam acontecer. Essas ameaças estão envolvidas nas regras sobre quais roupas podemos vestir em quais ocasiões e espaços, quais locais podemos frequentar e em quais horários podemos sair

sozinhas, como devemos nos relacionar com o sexo oposto, como devemos nos sentar, entre tantas outras formas que possam nos manter distante da “mulher desonesta” que pode ser violentada. Podemos resumir dizendo que a “cultura do estupro tolera o terrorismo físico e emocional contra a mulher como norma.” (Buchwald et al., 1993/2005, p. XI).

Nos atendimentos ouvia que uma havia sido abusada pelo irmão, outra pelo pai, outra tinha sido forçada pelo namorado, outra punida pelos pais por terem encontrado mensagens de meninos da escola pedindo *nudes* para ela, crianças relatando que adultos fizeram “cócegas” em suas regiões íntimas, outra foi o vizinho que “agiu mal”... Foi então que a violência sexual deixou de aparecer como objeto de estudo e passou a se apresentar como presente na intersubjetividade das nossas histórias. O exposto sobre a compreensão de corpo importa porque a violência sexual ataca o corpo, mas as práticas culturais envolvidas na identificação e revelação da violência constroem um sujeito que desconfia das suas vivências, se culpa pelo ocorrido e invalida os efeitos decorrentes.

Comecei a olhar com mais cuidado para os dados sobre violência sexual. Discursos feministas também se proliferavam na internet. Na mesma época surgia um grupo de estudos sobre Feminismo e Análise do Comportamento do qual fui convidada a participar: “*as minas do skype*”. Mais tarde, a partir desse grupo seria fundado o *Coletivo Marias & Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento*. Foi só nesse contexto (atividade clínica e coletivo feminista) que comecei a reconhecer as violências que já havia vivenciado como comuns a tantas outras mulheres: coação para iniciar a vida sexual, toques sexuais sem consentimento em festas e espaços públicos, assédio nas ruas, incitação e coação para beijos e atos libidinosos em público, responsabilização para evitar violências sexuais, como evitar certos locais, evitar certas roupas, evitar certas condutas, entre outras coisas.

Uma compreensão analítico-comportamental da violência sexual

A experiência clínica lançou luz ao problema e a comunidade verbal feminista e analítico-comportamental composta pelo Coletivo possibilitou uma primeira elaboração sobre a relação entre violência sexual e cultura em uma perspectiva comportamentalista radical (Morais & Lima, 2016). No simpósio apresentado no IV Congresso de Psicologia e Análise do Comportamento discutimos a violência sexual contra meninas e mulheres como pertencente a uma cultura que favoreceria as agressões. A hipótese era que identificando e descrevendo práticas como “objetificação e sexualização da mulher”, “sexualização de crianças”, “preconceitos sobre a sexualidade feminina”, “naturalização de relações afetivas e sexuais com diferenças significativas de idade entre homens e mulheres”, “naturalização do estupro nos relacionamentos”, “submissão e exploração de mulheres”, e “controle de reforçadores pelos homens” (Morais & Lima, 2016, p. 33) verificaríamos uma cultura favorável para a violência sexual. Apesar de identificar essas práticas culturais, nossa análise privilegiava o nível das contingências de reforçamento e punição: o controle social envolveria “modelos para comportamentos masculinos abusivos e violentos”, produziria “reforços sociais para esses comportamentos” e/ou não promoveriam eficazmente “estímulos aversivos contingentes a abusos” para os agressores (p. 33). O fato de que esses comportamentos e as agressões sexuais eram frequentes mobilizava o conceito de práticas culturais entendido como aspectos comuns de uma cultura, o que feministas nomeavam de cultura do estupro.

No mesmo ano, entre a proposição desse simpósio e sua realização, a expressão cultura do estupro ganhou força no Brasil, principalmente depois de um estupro coletivo que tomou dimensões nacionais na mídia.

No dia 21 de maio de 2016, um sábado, uma jovem mulher de 16 anos foi estuprada por 33 homens. Três dias depois, um vídeo com imagens dessa jovem, nua, sangrando e

sendo manipulada por homens foi postado nas redes sociais. No vídeo ela aparece rodeada por vários homens rindo, ao fundo, e relatando o que haviam feito com ela. Em poucas horas, o vídeo “viraliza” nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens. Vários setores da sociedade se mobilizaram em torno do caso e a polícia identifica e localiza alguns dos autores do crime. Um dos acusados chega à delegacia sorrindo para a imprensa. O delegado do caso faz perguntas absolutamente irrelevantes para a apuração do crime, mas que têm em seu conteúdo a clara função de culpabilizar a vítima. A imprensa escrutiniza a vida da jovem, como se qualquer comportamento desviante da regra social fosse desculpa e justificativa para a violência por ela sofrida. O que chama a atenção neste caso, como na maioria dos crimes de estupro, é como as contingências funcionam de forma diferente para as vítimas e para os agressores (Ortolan et al., 2016, para. 3).

A citação acima foi parte de uma nota elaborada pelo Coletivo Marias & Amélias a convite da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), em razão do ocorrido. Nessa nota, assumimos a perspectiva analítico-comportamental de cultura do estupro como “um conjunto de práticas vigentes na sociedade” (Ortolan et al., 2016, para. 8). As práticas foram então tratadas como sinônimo de comportamentos recorrentes que são transmitidos para outras gerações. Há um destaque para as contingências do nível de análise ontogenético ainda que especificássemos que essas contingências são produzidas em um contexto cultural. Essas contingências promovem comportamentos habituais, “ensinam sistematicamente os membros do grupo . . . não só a deixar de punir/extinguir adequadamente os comportamentos violentos e abusivos de homens em relação a mulheres, como ensinam e mantêm a prática de reforçar esses comportamentos agressivos” (Ortolan et al., 2016, para. 8).

Mais tarde, Júlia Castro de Carvalho Freitas e eu apresentamos uma análise comportamental de práticas culturais e comportamentos presentes que comporiam a

denominada cultura do estupro. Em primeiro lugar, entendemos que a expressão cultura do estupro, defendida por nós e outras feministas, visava elucidar que comportamentos sexualmente violentos seriam explicados contextualmente, mais especificamente, pelo contexto social, “não se tratando de ocorrências isoladas ou de efeitos de agentes psicológicos internos” (Freitas & Morais, 2019, p. 109). Em segundo lugar, utilizamos os conceitos de modelagem, modelação e equivalência de estímulos para explicar a) *a categorização por gênero*, demonstrando como repertórios masculinos e femininos são selecionados e como, simbolicamente, homens são relacionados à dominância e mulheres à submissão; b) *os modelos midiáticos de papéis sexuais*, elucidando como a exposição a modelos de comportamentos violentos sexualmente normalizados nas mídias podem estar correlacionados com comportamentos abusivos; c) *os mitos sobre estupros como formulações verbais* que têm a função de negar, minimizar ou justificar a violência sexual masculina; d) *as práticas de culpabilização da vítima, assédio de segunda ordem e acolhimento inadequado* como punições para os comportamentos de revelação das violências e de denúncias; e, e) *o processo de justiça* relacionado aos crimes de violência sexual como organizador de possibilidade de esquia de punição para os comportamentos sexualmente violentos. Concluímos, então, que em termos analítico-comportamentais a cultura do estupro poderia ser caracterizada “por um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal” (p. 121-122).

Enquanto a compreensão sobre violência sexual como um fenômeno cultural avançava, as potencialidades como sujeito se ampliavam. Isso não significa que as contingências descritas deixaram de estar em vigor, mas que novas práticas culturais verbais também estavam me afetando e sendo construídas. Me lembro de sentir menos medo e culpa, por exemplo, ao agir de formas puníveis culturalmente por ser mulher. A pretensão de que esses efeitos poderiam ser

expandidos a outras pessoas também se fortalecia. É neste ponto da história que a clínica se amplia para outros contextos. O envolvimento com a militância feminista e o aprofundamento na vida acadêmica – com o início da atividade docente e maior participação em eventos científicos – que se seguiram dão espaço para a compreensão das formulações teóricas a seguir.

Categorização por sexo e práticas de gênero na Análise do Comportamento

Para delimitar o que seria contexto patriarcal, ou patriarcado, convém primeiro recorrer à explicação de como nos diferenciamos (não apenas, mas majoritariamente) em homens e mulheres. Afinal é apenas com a criação de ao menos duas categorias sociais que uma pode exercer domínio sobre a outra. É ilustrativa a lembrança de um atendimento no qual um menino pegou os brinquedos de uma caixa e começou a separar os que eram “de menino” e os “de menina”. Ele me mostrava os carrinhos enquanto afirmava e perguntava algumas vezes: *“Menina não pode brincar de carrinho, né Manda?”*. Eu questionei por que, então, havíamos brincado juntos tantas vezes com carrinhos. Depois de pensar por alguns segundos ele respondeu *“Mas você não é menina, Manda. Você é mulher”*. O garoto de quatro anos entendia que ele e meninas eram diferentes e que uma mulher tinha possibilidades diferentes de uma menina. Muito jovem ele já reconhecia e respondia diferencialmente às categorias de gênero e idade.

Ruiz (2003) apresenta diferentes estudos sobre o responder diferencial diante das categorias de estímulos meninos/meninas. Sintetizando, meninos e meninas, homens e mulheres (i) são expostos a diferentes contextos, estímulos e modelos, (ii) têm comportamentos topograficamente similares consequenciados diferencialmente, e (iii) modelagem de comportamentos funcionalmente distintos - por exemplo,

o menino relaciona-se com brinquedos, filmes e livros que permitem a aprendizagem de classes de comportamentos como tomar iniciativa, arriscar-se, agredir oponentes, enquanto a menina estará exposta a uma infinidade de contingências referentes ao aprendizado de habilidades de cuidado em relação aos outros e a si mesma, como cuidar de bebês, limpar a casa, comportar-se gentilmente e cuidar da aparência (Freitas & Morais, 2019).

Reforçar padrões comportamentais em meninas e meninos tem implicações em habilidades e gostos que homens e mulheres costumam desenvolver, ainda que histórias particulares promovam exceções – e é de se considerar que quanto menos rígidas as *práticas de gênero* sejam organizadas em uma família ou sociedade mais chances de os comportamentos correspondentes a essas exceções serem fortalecidos.

O conceito de controle de estímulos é, então, utilizado para explicar o desenvolvimento de repertórios masculinos e femininos (Ruiz, 2003). A organização desse tipo de controle só é possível no nível das contingências de reforçamento e punição porque a cultura seria composta por *práticas de gênero (gendered practice)*. Gênero, ou, nas palavras da autora, “fazendo gênero” (*doing gender*), consistiria em uma maneira de indicar “uma classe de práticas culturais que passaram a ser associadas ao sexo como uma categoria biológica” (Ruiz, 2003, p. 12). Ao categorizar os corpos a partir de características anatomofisiológicas – e mais recentemente na história humana, geneticamente – o sexo passa a ser estímulo discriminativo para que outras pessoas se comportem diferencialmente em relação às pessoas identificadas como homens e mulheres. É importante salientar que a categorização por sexo é uma prática verbal e que, após a classificação inicial, a comunidade verbal não se comporta diferencialmente apenas em relação às características anatomofisiológicas (como órgãos sexuais), mas também aos estímulos associados a essa classificação. Por exemplo, meninos são vestidos com roupas específicas e até com cores consideradas masculinas e meninas com roupas e acessórios

simbolicamente relacionadas ao feminino. É, também, em relação a esses símbolos que pessoas interagem de forma distinta em relação a homens e mulheres. Outros exemplos são a tonalidade e timbre de voz e “trejeitos” categorizados como masculinos ou femininos. Ao mesmo tempo em que vozes mais grossas vão sendo modeladas em pessoas identificadas como homens e vozes mais agudas em pessoas identificadas como mulheres, homens que falam com voz mais aguda e movem mais o quadril e as mãos são punidos por estarem agindo como “mulherzinha”. Do mesmo modo, meninas que se comportam de maneira considerada muito agitada ou sentam com as pernas abertas são punidas por “parecerem moleques”. Portanto, o estímulo discriminativo “sexo” nas contingências sociais é conferido ao processo de abstração³ de características masculinas e femininas. É certo que as características corporais participam da abstração, não devemos nos esquecer. Mas é apenas como qualificado de uma maneira ou de outra que os corpos são estímulo discriminativo em contingências sociais.

A contribuição de Maria Ruiz para uma compreensão analítico-comportamental de gênero é fundamental para que, além da explicação de como generificamos os repertórios das pessoas, pudéssemos encontrar uma proposta psicológica para entender como as práticas de gênero, nas culturas patriarcais, também produzem desigualdade. Longe de apresentar uma proposta de gênero neutra quanto à produção de desigualdade entre homens e mulheres, a autora assume que as diferentes contingências sociais estão envolvidas com menor acesso a reforçadores e menores possibilidades de dispor contingências de reforçamento e punição para meninas e mulheres:

Portanto, quando falamos de práticas culturais de gênero, estamos falando de formas de controle social relacionadas a relações de poder e dominação que incidem diretamente

³ Abstração aqui é entendida como resultado de um processo de aprendizagem discriminativa. Para Skinner (1953/2005): “O comportamento pode ser posto sob controle de uma propriedade particular ou uma combinação especial de propriedades de um estímulo enquanto está livre do controle de todas as outras propriedades. O resultado característico é conhecido como abstração.” (p. 134).

sobre o nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ter a fontes de reforço ou alocação de recursos (Ruiz, 2003, p. 15).

Ao falarmos sobre as relações de poder entre os sexos/gêneros estamos, agora, tratando de uma relação social hierárquica entre os sexos/gêneros. É importante, então, elucidar o que entendemos como poder. *Poder* pode ser entendido, em termos skinnerianos, como “condições potenciais para estabelecer contingências a outros” (Nicolodi & Hunziker, 2021, p. 168). Essas condições sociais potenciais permitem o exercício das práticas controladoras. O que nos possibilita identificar a desigualdade de poder entre homens e mulheres são as condições atuais e históricas quanto às possibilidades de estabelecer contingências sociais de reforçamento e punição e da manutenção de uma cultura de dominação masculina (Fontana & Laurenti, 2020a; Nicolodi & Hunziker, 2021). Além do maior poder que homens, na condição de categoria social, têm em relação às mulheres, o controle diferencial de reforçadores e punidores difundido pelas práticas controladoras de gênero dá maior acesso a reforçadores às pessoas identificadas como homens, mesmo no caso de terem menor grau de poder em uma cultura, configurando o que denominamos *privilégio* (Fontana & Laurenti, 2020a; Nicolodi & Hunziker, 2021; Terry et al., 2010).

Antes de seguirmos com a explicação do conceito que nomeia a ordem de gênero descrita acima e especifica o teor político do problema (patriarcado) convém fazer algumas considerações sobre categorias sociais e diferentes formas de estabelecimento dessas categorias, bem como os regimes de dominação-exploração que estão relacionados a elas. É comum que a expressão “categoria social” seja utilizada em ciências sociais e humanas para designar coletivos de pessoas. Nos casos em que se identifica dominação-exploração de um grupo de pessoas em relação a outro, como é o caso das relações raciais, relações de classe e relações de sexo/gênero a categorização é dicotômica e hierarquizada. Uma das categorias é considerada a norma enquanto a outra é desumanizada. Com efeito, os costumes, história, ética,

padrão estético de pessoas brancas são valorados como positivos, bons, adequados, normais. Em contrapartida pessoas não-brancas (no Brasil principalmente negras e indígenas), seus costumes, história, padrão estético são valorados como negativos, inferiores, anormais, inadequados. Em termos comportamentais, como já explicitado na questão das práticas de gênero, valorar de formas diferentes as categorias sociais implica em controle de estímulos diferencial.

Como não há apenas a categorização social de sexo/gênero vigente nas culturas, a distribuição de privilégio e poder assume um caráter não estático quando consideramos as relações entre indivíduos. Por exemplo, uma mulher pode ter mais poder que seu companheiro em relação à disposição de contingências de reforçamento no âmbito econômico, caso ganhe maior salário e controle os gastos do casal. Entretanto, o companheiro pode exercer maior poder quando as contingências de reforçamento em questão estiverem relacionadas às práticas de gênero: ele pode, por exemplo, delimitar quais locais e horários são mais perigosos para que ela saia de casa sozinha, quais roupas deve vestir e o quando devem ter relações sexuais.

Como categorias sociais, ricos têm mais poder sobre os pobres e homens têm mais poder sobre mulheres. O poder de capitalistas sobre trabalhadores(as) deriva das condições estabelecidas por grupos econômicos dominantes que expropriaram e expropriam os modos de produção tornando dinheiro e propriedades privadas reforçadores generalizados quase indispensáveis à vida humana (ver Federici, 2021). O poder dos homens deriva das condições estabelecidas pelo patriarcado que subjugou as mulheres, tornando restritivo o acesso a reforçadores que são dispendidos principalmente por eles (ver Federici, 2004/2017 e Lerner, 1896/2019). O poder de brancos sobre pessoas racializadas deriva de condições estabelecidas pelo colonialismo, que espoliou as condições de vida de povos, como povos originários nas américas e africanos, e, também tornou o acesso a reforçadores restrito e controlado principalmente por eles (ver Oyěwùmí, 1997/2021 e Vèrges, 2020). Todas essas formas de

dominação-exploração se desenvolveram e se mantêm articuladas (Saffioti, 1987) sendo responsáveis pela racialização e feminização da pobreza e controle dos direitos sexuais e reprodutivos (Federici, 2004/2017; Federici, 2021; Vergès, 2020). Esses diferentes processos históricos se articularam e ainda estão articulados tanto de modo formalizado, em leis, regimes religiosos e econômicos, quanto informalizado, por meio de contingências sociais de controle ético vinculadas a agências controladoras como família, organizações de saúde e mídia.

O capitalismo é principalmente descrito como “um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada” (Saffioti, 1987, p. 41). Entretanto, para que esse sistema de produção fosse viabilizado foi e é necessário a mobilização de condições sociais e ecológicas que afetam todas as esferas da existência de seres orgânicos e inorgânicos, invadindo, portanto, toda organização social. Em sua fase de acumulação primitiva, por exemplo, o centro de dominância do capitalismo internacional explorou - para além do “trabalho livre” assalariado que começava a surgir - recursos transformados em matéria-prima nos territórios que invadia, como é o caso do território brasileiro (Saffioti, 1976). Ao realizar essa tarefa, extinguiu os modos de viver no mundo distintos dos que reproduzissem àquela organização social: seja pelo genocídio de povos originários em terras invadidas, seja pela colonização com uso da força ou meios simbólicos ou, ainda, pelo sequestro e caça comercial de pessoas negras (Arruzza et al., 2019; Federici, 2004/2017). Mesmo na Europa, foi necessário a espoliação dos bens comuns do campesinato para exploração de recursos e transformação de camponeses em um corpo proletariado assim como a apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulheres (Federici, 2004/2017).

Longe de ser interrompida quando o capitalismo decolou, a expropriação baseada na raça de povos privados de liberdade ou dependentes serviu, desde então, como condição oculta para possibilitar a exploração lucrativa do “trabalho livre”. A distinção entre “trabalhadores e trabalhadoras” explorados e os demais, dependentes e expropriados,

assumiu diversas formas ao longo de toda a história do capitalismo – escravidão, colonialismo, *apartheid* e divisão internacional do trabalho – e foi indistinta algumas vezes . . . Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos a expropriação. (Arruzza et al., 2019, p. 54)

Como “uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial” (Arruzza et al., 2019, p. 70), o capitalismo se utilizou de outros sistemas de dominação-exploração mais antigos, a saber: patriarcado e racismo (Saffioti, 1987). Entretanto, desde a emergência do capitalismo até os dias atuais, essas três organizações sociais (patriarcado, racismo e capitalismo) só podem ser separadas para fins de compreensão da fusão em único sistema de dominação-exploração, como argumenta Saffioti:

eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado racismo-capitalismo . . . o ato de atribuir prioridade a um dos três sistemas mencionados tem sérias consequências do ponto de vista das estratégias de luta dos contingentes humanos oprimidos, dominados, explorados. (1987, p. 60-61)

A simbiose entre as três ordens sociais é mutualística para a sobrevivência de cada uma e parasitária em relação às categorias exploradas. Então, como os três sistemas operam conjuntamente no processo denominado dominação-exploração? Cada um opera desenvolvendo condições sociais - incluindo alterações de ambientes físicos - como contexto para criação de categorias sociais hierarquizadas de gênero, raça/etnia e classe social. Práticas controladoras participam da manutenção das hierarquias produzindo opressões e facilitando o emprego de práticas exploratórias.

Dominação-exploração como processo constitutivo do patriarcado e o controle patriarcal de gênero

Patriarcado, racismo e capitalismo não podem ser considerados causas em uma proposta comportamentalista radical. Não assumem, portanto, o aspecto de entidade causal flutuante sobre as contingências de reforçamento e culturais. Os termos referidos qualificam comportamentos, práticas culturais e suas respectivas contingências por manterem culturas de dominação branca e masculina, orientadas pelo capital. No escopo desta apresentação me limitarei a definir com maior propriedade o conceito de patriarcado “*enovelado*” (Saffioti, 2004, p. 106 *italico adicionado*) com capitalismo e racismo. Conceituar o patriarcado como pertencente a um “nó”, patriarcado-racismo-capitalismo, significa assumir que a ordem patriarcal que vivenciamos não pode prescindir das contingências capitalistas e racistas para sua manutenção. A ordem patriarcal de gênero só é completamente apreendida, na atualidade, quando consideramos os efeitos totais das práticas culturais como descrito anteriormente: racialização e feminização da pobreza.

Patriarcado é o “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2004, p. 44). Como regime, estamos falando de toda a organização social na qual se encontra o masculino no polo dominante e o feminino no polo dominado. Nesse regime a ordem social do gênero não produz apenas diferenças, mas desigualdades. Por isso, Saffioti também entende patriarcado como *ordem patriarcal do gênero*.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva . . . compreende-se que o

processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social. Desta forma, há o(s) dominador(es) e o(s) dominado(s). O(s) primeiro(s) não elimina(m) o(s) segundo(s), nem pode ser este seu intento. Para continuar dominando, deve(m) preservar seu(s) subordinado(s). Em outros termos, dominação presume subordinação. Portanto, está dada a presença de, no mínimo, dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no polo de dominado (Saffioti, 2004, p. 106-118).

Portanto, o patriarcado, ou a ordem patriarcal de gênero só pode existir em sociedades nas quais há categorização hierárquica por sexo/gênero. Na linguagem analítico-comportamental, o conceito de patriarcado já foi explicado como “um conjunto de regras e contingências sociais que dá aos homens maior domínio sobre os reforçadores/punidores a serem liberados socialmente (maior poder), com relevantes prejuízos para as mulheres” (Nicolodi & Hunziker, 2021. p. 164). Grupos mais poderosos de homens (poder econômico, político, midiático, institucional) detêm mais poder sobre outros homens e sobre todas as mulheres, quando consideramos a formação de classes sociais e a racialização (Lerner, 1986/2019; Vergès, 2019). Em sociedades nas quais a cultura patriarcal, racista e capitalista é dominante, todas as pessoas, ainda que participem e promovam subculturas, estão sujeitas a contingências sociais diferenciais baseadas no sexo, na raça e na classe.

Nicolodi e Hunziker (2021) descrevem, em termos analítico-comportamentais, como práticas controladoras desiguais mantêm o desequilíbrio de poder vigente. A manutenção de repertório restrito, modelado em contingências que permitem apenas escolhas restritas⁴, configura a opressão de grupos explorados (Nicolodi & Hunziker). A opressão está situada, em

⁴ As autoras recorrem à definição de “liberdade” de Goldiamond (1976) presente na discussão de Fernandes e Dittrich (2018) para afirmar que historicamente as mulheres tiveram um grau de liberdade menor em relação aos homens. O grau de liberdade seria caracterizado pelo número de alternativas que uma pessoa está exposta, enquanto uma escolha forçada seria caracterizada por uma única alternativa. As escolhas estão restritas quando não há diferentes contingências nas quais existam reforçadores equivalentes para as quais o indivíduo apresente repertório comportamental compatível.

nossa análise, como um efeito nas contingências culturais desiguais e injustas, produzida pelas práticas controladoras exploratórias mantendo, portanto, homens em posição de dominância e seu sistema simbólico de dominação masculina. Como discutido por Saffioti (2004), dominação e exploração podem ser entendidas como um processo único, pois, para que se estabeleça a dominância há necessidade de exploração. Os dois termos são relevantes para demonstrar como grupos são subordinados, por isso, aparecem, por vezes, justapostos, mas sem que um se reduza ao outro.

Zanello (2018) ilustra bem a questão quando diz que em “nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens” (p. 84). Comportamentos de busca por relações afetivas e de cuidado/manutenção dos relacionamentos amorosos são fortalecidos e os reforçadores só podem ser dispendidos por um parceiro. Sobre a história brasileira, Zanello (2018) discute como mulheres de diferentes classes sociais e racializadas teriam ainda menos alternativas nas relações afetivas. Retomando Beauvoir (1949/1970), também encontramos exemplos de práticas culturais incisivamente transmitidas verbalmente, incluindo os campos acadêmicos de saber que condicionariam mulheres a se reconhecerem em um “destino”, seja ele “fisiológico, psicológico ou econômico” (p. 23). Em razão da regra que descreveria a biologia como destino, por exemplo, as contingências de reforçamento as quais meninas e mulheres são apresentadas restringiriam seus repertórios a atividades relacionadas à maternidade.

A exploração corresponderia à execução de práticas controladoras retroalimentadas pela opressão como efeito. A exploração, advertem Nicolodi e Hunziker (2021), pode envolver tanto contingências aversivas quanto contingências reforçadoras positivas consideradas em curto e longo prazo: “a análise da condição de exploração e opressão deve focar não apenas nas contingências imediatas, mas também nos efeitos de longo prazo das contingências vigentes” (p. 169). Por exemplo, ao identificar a prostituição como uma relação de exploração a análise

não está dando evidência apenas ao episódio no qual uma mulher receberia dinheiro por realizar uma atividade sexual. Tal análise poderia descrever o pagamento como uma troca comercial como outra qualquer na qual a presença de reforçadores como satisfação sexual e dinheiro controlariam o comportamento dos participantes. O processo de exploração verificado considera o histórico de escolhas restritas, os efeitos de longo prazo das condições da situação de prostituição e as categorias sociais com maiores benefícios em relação à manutenção dessa prática.

O processo de exploração pode ser identificado mesmo quando consideramos o estabelecimento de contingências de reforçamento positivo, pois é necessário verificar se há prejuízos de uma das partes da relação social no longo prazo (Nicolodi & Hunziker, 2021). Ao estender a análise temporal para além da vida dos indivíduos entramos no âmbito do processo de dominação-exploração de categorias sociais ou de pessoas na condição de grupos categorizados. Contingências de reforçamento e punição explicam como se estabelece o controle patriarcal na vida das pessoas. Entretanto, para explicar apropriadamente a dominação masculina e exploração das mulheres no patriarcado precisamos também elucidar o nível de análise das contingências culturais.

Nível de análise da cultura: patriarcado e contingências culturais

O modelo de análise da cultura utilizado neste trabalho está pautado em uma proposta de explicação apresentada por Fontana e Laurenti (2020b). As autoras identificam, na obra skinneriana, três tipos de contingências correspondentes aos três níveis de variação e seleção. Conforme essas autoras, os três níveis (filogenético, ontogenético e cultural) “podem ser analisados em termos de uma mesma estrutura explicativa: uma contingência de três termos,

cujos elementos seguem os princípios da seleção por consequências (seleção de variações em dadas condições e transmissão)” (p. 316). O esquema abaixo ilustra os três tipos de contingências, incluindo a contingência cultural.



Para propor uma possibilidade de análise da cultura condizente ao modelo de variação e seleção skinneriano, Fontana e Laurenti (2020b) identificam os três termos necessários para descrição de uma contingência cultural, sendo eles: o contexto, as práticas culturais e as consequências culturais. O contexto no qual as práticas culturais acontecem é composto por condições do ambiente físico e social. Uma prática cultural é caracterizada pelo comportamento habitual do grupo, sendo transmitido entre membros e gerações. As consequências culturais são produzidas pelas práticas e exercem efeitos sobre o grupo. Para as autoras, portanto, cultura pode ser “entendida a partir da inter-relação probabilística entre práticas culturais, condições do ambiente físico e social e consequências culturais” (p. 314-315).

Patriarcado como regime ou organização social de dominação masculina e exploração das mulheres pode ser entendido também como cultura patriarcal. Ao falarmos de cultura, estamos falando de toda organização social de um grupo, o que inclui as instituições

governamentais, educacionais, midiáticas e econômicas. No sentido comportamentalista radical de cultura a dimensão política não é apartada da cultura.

. . . como as pessoas vivem, como criam seus filhos, como coletam ou cultivam alimentos, em que tipo de habitação vivem, o que vestem, quais jogos jogam, como tratam uns aos outros, como se governam, e assim por diante. Estes são os costumes, *comportamentos* habituais, de um povo (Skinner, 1971, p. 126).

O conjunto articulado de práticas culturais de dominação-exploração, caracterizadas pelo comportamento habitual de homens e mulheres (categorizados por sexo e generificados), ocorrendo em um ambiente social gerido por agências controladoras e tendo como consequência cultural a submissão e opressão das mulheres, é o que estamos compreendendo como patriarcado. Essa definição está assentada na articulação da proposta de compreensão do patriarcado sob a ótica analítico-comportamental de Nicolodi e Hunziker (2021) e da interpretação comportamentalista da cultura de dominação masculina apresentada por Fontana e Laurenti (2020a) ao analisar práticas de violência simbólica. Essa articulação se justifica, primeiro, por Fontana e Laurenti (2020a) chamarem a atenção para a análise da cultura envolver um nível de análise próprio. O terceiro nível de seleção ultrapassa o tempo de vida do indivíduo permitindo que se compreenda como as “consequências favoráveis à sobrevivência da cultura de dominação masculina” (2020b, p. 510) mantêm práticas culturais de violência simbólica. Segundo, por Nicolodi e Hunziker evidenciarem a opressão como o efeito do processo de exploração – nomeando as consequências favoráveis à sobrevivência de culturas dominantes – , além de defenderem o uso do conceito de patriarcado. Esse último aspecto nos é caro, principalmente pelo argumento apresentado por Pateman (1993): o conceito de patriarcado é o principal conceito a enfatizar a teoria política feminista. Pateman se debruça sobre o processo de institucionalização do direito dos homens sobre as mulheres e, portanto, nos leva de volta à consideração das agências controladoras em nossa explicação.

Patriarcado: organização social produzida e reproduzida em agências controladoras

Antes de nos aprofundarmos nas considerações sobre as agências controladoras, não vejo melhor maneira de explicitar como a exploração das mulheres acontece em diferentes graus em sociedades racistas e capitalistas que esta passagem da Vergès (2019):

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que se sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (Prefácio à edição brasileira, para. 2).

Poderia acrescentar ao relato de Vergès as mulheres que não dormiram cuidando de familiares ou em pontos de prostituição. As práticas culturais de exploração que mantêm a

dominação masculina têm como efeito a opressão em diferentes graus para as categorias subalternizadas. A opressão em diferentes graus garante a manutenção da ordem patriarcal de gênero bem como da ordem capitalista econômica – organização econômica que utilizou o colonialismo como regime político para se expandir e ainda se mantém com práticas culturais denominadas “colonialidade”.

A racialização e feminização da pobreza destacam como diferentes práticas culturais atuam interrelacionadas pela produção da opressão de grupos subalternos. O contexto das práticas culturais é entendido por Fontana e Laurenti (2020b) como o ambiente físico e social no qual essas práticas são transmitidas. No caso das sociedades contemporâneas, em especial quando tratamos de processos de dominação-exploração, o ambiente social organizado por agências controladoras se torna contexto relevante para a análise cultural. As agências de controle são formas mais organizadas de controle social quando comparadas com o “grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso” (Skinner, 1953/2005, p. 333). No caso do patriarcado, as agências tiveram diferentes graus de formalização das práticas controladoras em diferentes sociedades, em especial as ocidentais, ao longo da história. Lerner (1986/2019) e Pateman (1993) descortinam, por exemplo, como Estados, governos e leis institucionalizaram a dominação de homens e subordinação das mulheres. Nesta apresentação não é necessário e nem oportuno se estender nessa análise histórica. Basta considerarmos que práticas controladoras podem ser transmitidas muito tempo depois de seu surgimento (Skinner, 1971) ainda que modificações nos regimes formalizados das agências tenham tentado alterá-las. Portanto, o ambiente social organizado pelas agências controladoras é tanto produzido pelas práticas que a própria agência formalmente endossa quanto pelas que já produziu e reproduziu historicamente.

Ao analisar as práticas de violência simbólica, por exemplo, Fontana e Laurenti (2020a) identificam a escola, igreja, o Estado e a família como instituições que contribuem para a

perpetuação de práticas como a “divisão de espaços e atividades entre gêneros, inferiorização feminina e conformação de padrões estéticos e práticas sexuais voltados à fruição masculina” (p. 499). O ambiente social estabelecido pelas agências e subagências de controle atua como contexto das práticas de violência simbólica pela disposição das “técnicas de controle que aumentam a probabilidade de os indivíduos se comportarem de formas condizentes com as práticas culturais de dominação masculina” (p. 508).

Descrever as agências controladoras me fez perceber que apresentei as formulações teóricas acadêmicas que foram elaboradas, durante minha história, posteriormente à vivência de experiências compartilhadas com outras mulheres, não apenas na clínica psicológica, mas também no contexto da universidade. Como descreve Almeida (2019), a violência sexual na universidade aparece primeiro entre sussurros pelos corredores e em relatos informais. Antes mesmo daquele primeiro simpósio no qual eu e outras colegas tentávamos nos fazer ouvidas em linguagem acadêmica, já havíamos articulado ações para o enfrentamento de situações abusivas sexualmente utilizando as possibilidades que tínhamos.

Violência sexual nas universidades brasileiras



~~~~ALERTA PARA AS MULHERES~~~~

Olá! Gostaríamos de alertar sobre algo grave que ocorre com nós, mulheres, e que tem acontecido há muito tempo e constantemente no curso de psicologia da UEL: estupros e assédio sexual e psicológico.

Sabemos de caras do CURSO DE PSICOLOGIA DA UEL que tem padrões de comportamento abusivos, tais como: manipulação emocional, pressão para uso de drogas (lsd, extase, md), abuso sexual e estupro.

Fonte: Arquivo pessoal. Imagem e trecho de uma carta elaborada pelo coletivo “UMA” enviada para estudantes de psicologia em 2015.

Em 2015, um grupo de mulheres acadêmicas de psicologia se reuniu para tratar de casos de violência sexual contra estudantes do curso que começava a chegar ao conhecimento de todas. A reunião foi principalmente motivada pelo caso de um estudante do curso que sabidamente assediava outras estudantes. Diante de uma grave agressão sexual (estupro mediante a incapacitação de consentir pelo uso de entorpecentes ingeridos sem consentimento) outras estudantes começaram a relatar situações abusivas que vivenciaram com o mesmo indivíduo. A reunião foi organizada da forma mais sigilosa possível visto que recebíamos ameaças de processo jurídico por estarmos comentando sobre o caso. Na reunião e em

conversas posteriores surgiram relatos de abusos sexuais perpetrados por outros alunos. Reconhecendo que não se tratava de uma ocorrência isolada, decidimos elaborar uma carta descrevendo comportamentos que auxiliassem na identificação de risco de abusos sexuais e das próprias agressões. Essa carta foi enviada em mensagens privadas para o máximo de acadêmicas do curso possível.

Situações como a descrita acima, nas quais ativistas, vítimas ou grupo de mulheres elaboravam ações para visibilizar, denunciar e se protegerem da violência sexual nas universidades, tornaram-se comuns nos últimos anos (Gama & Balsissera, 2022). Sobre essa questão, a professora Heloisa Buarque de Almeida comenta a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para investigar violações de direitos humanos em universidades paulistas (Almeida, 2019). De acordo com a professora que participou desse processo:

Mais do que simplesmente denunciar atos de violência ocorridos em ambientes universitários, estes e outros relatos passaram a expor publicamente a inação ou omissão dos gestores das universidades que teriam sido alertados sobre estas situações e não teriam tomado providências que impedissem tais atos de se repetir. Os diretores e comissões de investigação (conhecidas como sindicâncias) teriam desqualificado as denúncias e as denunciantes, e os acusados/agressores teriam sido poupados de qualquer investigação ou punição. Mais do que isso, teriam aconselhado as vítimas a se calarem e a silenciar, aconselhando-as a não se exporem ainda mais. A CPI, de certo modo, expunha algumas das faculdades mais importantes do país como estruturas burocráticas que haviam “silenciado” denúncias (dissuadindo vítimas de denunciar formalmente na universidade ou na polícia) ou organizado comissões apuratórias e sindicantes que teriam duvidado da palavra das vítimas, liberando os alunos agressores, muitas vezes confessos ou mesmo diante de provas documentais (tais como fotos, vídeos, mensagens

via internet, exames de corpo delito e laudos periciais) (Almeida, 2020, p. 4, traduzido por Gama & Baldissera, 2022).

As universidades brasileiras, entendidas como agências controladoras, apresentam práticas culturais que favorecem a continuidade da dominação masculina, exploração e opressão das mulheres e outros grupos minoritários (Gama & Baldissera, 2022; Linhares et al., 2021). Essas práticas incluem comportamentos sexualmente violentos, inação e omissão diante dos casos publicizados ou denunciados, ausência de serviços especializados para prevenir e atuar nos casos de violência sexual, revitimização e culpabilização das vítimas (Almeida, 2022). Os efeitos dessas práticas afetam todas as esferas da vida de quem sofre agressões sexuais (Basso et. al. 2022). Almeida, por exemplo, relata que “Fomos infelizmente descobrindo casos de evasão das alunas, mas também de adoecimentos sucessivos gerados pela agressão (doenças autoimunes, depressão, tentativas de suicídio)” (p. 198).

As universidades, enquanto instituições públicas brasileiras, apresentam características de socialidade e de violência compatíveis com outros ambientes e instituições. Por serem parte e também compostas por membros da sociedade, instituições, sejam públicas ou privadas, não estão isentas de serem espaços onde violências acontecem, pelo contrário (Gama & Baldissera, 2022, p. 326).

Dados sobre a temática também começaram a surgir em 2015. O Instituto Avon, em parceria com o Data Popular, realizou a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (Data Popular/Instituto Avon, 2015) com 1.823 estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país. A amostra foi composta por 60% mulheres e 40% homens das cinco regiões do país, sendo a maioria (76%) de universidades privadas.

Gama e Baldissera (2022) destacam dos resultados da referida pesquisa que 42% das estudantes já sentiram medo de sofrer violência no contexto universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Outros resultados desse

estudo incluem: 73% das(os) participantes conheciam casos de assédio sexual, 56% sofreram algum tipo de assédio e 23% confirmaram que cometeram algum dos tipos dessa violência. Até o início desse doutorado, essa era uma das únicas pesquisas que expressava a dimensão da prevalência de violência sexual nas universidades brasileiras.

Em um levantamento mais recente (Rosa et al., 2020) realizado em 2019, as(os) pesquisadoras(es) apontaram que as mulheres são as mais assediadas moralmente e sexualmente nas universidades, sendo as negras as mais assediadas. Os principais perpetradores foram apontados como homens, principalmente nos casos de assédio sexual (90%). Também identificaram que as agressões são raramente denunciadas. Pesquisas como essas fortalecem nossa análise sobre a violência sexual como práticas presentes na cultura patriarcal. O ambiente social produzido pelas agências controladoras universitárias são contexto para a existência dessas práticas e seus efeitos mantêm grupos e ideologias dominantes.

Características específicas das universidades moldam a dinâmica da violência sexual nesses contextos. Linhares e Laurenti (2019), por exemplo, identificaram que, em relatos de alunas sobre o assédio sexual de professores, a proposta de sexo em troca de notas ilustra “o manejo de reforçadores e punidores típicos do contexto acadêmico” (p. 245). A violência sexual nas universidades, além de estar relacionada a desigualdades de gênero, classe e/ou raça, também é atravessada por “uma hierarquia formal” (Almeida, 2022, p. 201). Para a autora, a hierarquia formal é institucionalizada entre servidores(as), discentes e docentes, e “internamente a estas categorias (alunos de graduação diante de alunos de pós ou monitores; docentes temporários precarizados, professores doutores concursados com menor poder e prerrogativas do que os titulares, por exemplo)” (p. 201).

Outro aspecto destacado desse contexto consiste em:

Além dessa hierarquia ser produzida institucionalmente (com maior ou menor agudeza, a depender da instituição ou da área acadêmica, algumas sendo notavelmente mais

formais), outra hierarquia atravessa o trabalho acadêmico: aquela das “estrelas” e dos “nomões”, ou seja, dos docentes e pesquisadores renomados em suas áreas, que dispõem com maior frequência de bolsas e financiamentos para pesquisas. Muitas vezes, como se passa com outros marcadores sociais da diferença, quem está no topo não percebe como a hierarquia está colocada cotidianamente e nos pequenos atos para aqueles que estão nas faixas de baixo da pirâmide (Almeida, 2022, p. 201).

Provavelmente por identificar as relações de poder envolvidas na violência sexual no contexto universitário, estudos brasileiros têm visibilizado a categoria *assédio sexual* (Almeida, 2022; Zanello & Richwin, 2022). No ordenamento jurídico brasileiro, assédio sexual é definido como “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Brasil, Lei nº 10.224, de 2001, Art. 216-A). O projeto ContrAbuso, em material de divulgação produzido (2022), no entanto, explica que o assédio sexual pode ser perpetrado por um chefe, professor, líder religioso ou até um colega, ou qualquer pessoa que esteja em uma relação de domínio para com a vítima. Outro aspecto que definiria o assédio seria a prática sutil e repetitiva (Projeto ContrAbuso, 2022).

Além dos casos de assédio sexual, outras violências sexuais têm sido visibilizadas nesse contexto, como relatos de importunação sexual, estupros e perseguição. As definições de diferentes formas de agressão sexual são muitas vezes desconhecidas em contextos acadêmicos, pouco identificáveis e, ainda, suas dinâmicas não são fixas ou pré-definidas, mas mudam no tempo (Gama & Baldissera, 2022). Por se tratar de uma expressão mais ampla, decidi manter nesta tese a categoria violência sexual para tratar de todas as formas de práticas e comportamentos sexualmente violentos.

Atualmente, em 2023, começamos a vislumbrar uma diversidade de estudos sobre a violência sexual nas universidades brasileiras, como bem documentado no livro “Panoramas da

violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas” organizado por Tânia Mara Campos de Almeida e Valeska Zanello (2022). Entretanto, há o reconhecimento que as pesquisas nacionais ainda são recentes. Bellini (2018) também afirma que dados sobre a prevalência de violência sexual universitária, principalmente no que se refere à diversidade de categorias membras(os) desse ambiente são escassas.

Violência sexual e a manutenção do patriarcado

Assim como as práticas de violência simbólica, outras práticas violentas participam da cultura patriarcal. Práticas sexualmente violentas seriam selecionadas por efeitos que garantissem à manutenção do patriarcado, principalmente pelos benefícios maximizados para o grupo masculino que ocupa posição de agentes controladores. Podemos hipotetizar que alguns efeitos importantes para essa garantia seriam: i) restrição de repertórios femininos e ampliação de repertórios masculinos, ii) acesso facilitado a reforçadores sexuais; iii) evasão de mulheres dos locais públicos e, iv) manutenção do controle sexual e reprodutivo das mulheres.

O direito legal de homens em relação ao corpo e sexualidade das mulheres esteve circunscrito a diferentes legislações desde o surgimento do patriarcado (Lerner, (1986/2019) até a instauração do que Pateman (1993) conceitua como patriarcado moderno. Federici (2004/2017) também destaca a importância do controle sexual e reprodutivo das mulheres no processo de acumulação primitiva durante a mudança do regime feudal para o capitalismo. Portanto, na história cultural do patriarcado, a violência sexual contra mulheres tem papel fundamental para instauração e manutenção da supremacia masculina. Além disso, a violência também pode ser vista como técnica de controle dos comportamentos dos indivíduos. Saffioti (2001), ao explicar a violência de gênero, argumenta que homens e mulheres no exercício da

função patriarcal de gênero podem usar a violência para a manutenção da ordem patriarcal de gênero. As principais vítimas das diferentes violências de gênero são crianças, adolescentes, mulheres, homens hierarquicamente inferiorizados de acordo com a masculinidade hegemônica, e pessoas em desconformidade com o sexo/gênero atribuído ao nascimento. Portanto, as contingências sociais de reforçamento e punição são organizadas pelas práticas culturais de maneira a manter a cultura vigente.

Ainda que o efeito cultural seja compartilhado por todos os membros da cultura e garanta mais benefícios aos controladores, o efeito cumulativo que pode ser observado em uma escala temporal para além da vida dos indivíduos precisa ser produzido por comportamentos. É aí que reside a relação entre as práticas culturais e as contingências de reforçamento e punição. A restrição de repertórios femininos e ampliação de repertórios masculinos é desenvolvida nas contingências de reforçamento e punição dispostas para mulheres e homens em relação à sexualidade. Por exemplo, meninas são ensinadas a agirem de forma “recatada”, não tomar iniciativa, restringir parceiros afetivos e sexuais, evitar aproximações com homens, evitar sair desacompanhada, enquanto meninos aprendem a tomar iniciativas sexuais, insistir mesmo quando há recusa afetiva ou sexual, buscar parcerias sexuais em quantidade. Saffioti (1987) explica que, na verdade, homens e mulheres teriam suas potencialidades humanas restritas, sendo as classes sociais mais poderosas as maiores beneficiadas com a manutenção dessa ordem de gênero. Entretanto, a autora ainda concorda que os prejuízos para as mulheres seriam acentuados.

O aprendizado de um duplo padrão moral sobre a sexualidade também envolve existência de contextos nos quais homens têm maior possibilidade de acesso a reforçadores sexuais. Por exemplo, a pornografia e prostituição figuram como práticas de exploração que garantem que todo homem tenha acesso a reforçadores sexuais. Mulheres são desencorajadas a desenvolverem quaisquer tipos de comportamentos relacionados à satisfação sexual. A prática

de repressão ao prazer sexual feminino a uma parcela de mulheres enquanto outra parcela é aliciada para prestação de serviços sexuais garante um modelo de relação sexual direcionada à satisfação sexual masculina e um modelo de relacionamento e família que postule a fidelidade e propriedade feminina ao homem (ver Saffioti, 1987 e Pateman, 1993).

A evasão de mulheres de locais públicos tem duas funções: manter esses espaços dominados por homens e restringir mulheres ao contexto privado. Manter as mulheres privadas de certos contextos mantém a dependência delas por necessitarem dos reforçadores produzidos por homens nesses espaços. As proibições por vezes foram formalizadas (Lerner, 1986/2019), após serem instauradas nos costumes pelas práticas controladoras, podem prescindir do controle social violento. Quando os regimes legais operam com sucesso, a manutenção da ordem depende tanto das práticas controladoras formalizadas envolvendo as penalidades legalmente atribuídas, quanto de reforçadores positivos sociais para os comportamentos legais. Entretanto, práticas violentas podem auxiliar a manutenção de hábitos do grupo quando os regimes formais são alterados. Com a extinção de regulamentações formais em relação aos espaços que mulheres poderiam frequentar, diversas violências passam a garantir que a maior presença continuasse sendo de homens. Como afirma Bularzik (1981), “a principal função do assédio sexual é preservar a dominância do patriarcado” (p. 133). Em consonância, a manutenção de mais mulheres por maior parte de tempo que homens em contextos privados garante que serão elas a realizarem trabalhos não remunerados como cuidado e limpeza. Também garantem a possibilidade de homens continuarem no controle de agências importantes definindo regras econômicas, morais, visões de mundo etc.

A manutenção do controle sexual e reprodutivo implica no controle das famílias, parceiros e Estado sobre a capacidade reprodutiva. As técnicas de controle são complexas e presentes em muitas agências controladoras. Práticas heteronormativas induzem homens e mulheres a restringirem suas relações sexuais a pessoas do sexo colocado em oposição. O

histórico pátrio poder e direito marital dá aos homens, nas famílias e relações íntimas, o poder de decisão sobre as relações sexuais e sobre a reprodução. O Estado restringe o direito à autonomia das mulheres sobre a reprodução com políticas de criminalização à interrupção da gravidez ou não executando adequadamente políticas de acesso ao aborto (incluindo nos casos de violência sexual). O controle sexual e reprodutivo é aspecto fundamental para controladores de culturas patriarcais, principalmente as expansionistas. Em situações de guerra, por exemplo, o estupro tem dupla função: desonrar os homens adversários e espólio de guerra para os combatentes. Historicamente essa forma de violência sexual garantiu ainda aumento populacional tanto pela anexação das mulheres e seus filhos gerados nessa prática violenta quanto pela escravização (Lerner, 1986/2019).

Com base no caminho que fiz até aqui, afirmo perceber a violência sexual como parte crucial de como as práticas de dominação-exploração das mulheres operam. As práticas sexualmente violentas são compostas por comportamentos habituais sexualmente violentos de grupos; comportamentos de objetificação e hiper sexualização, controle ético da sexualidade; modelo midiático (filmes, propagandas, livros, mitos, pornografia, notícias) que constroem a imagem de mulheres e do feminino como objetos sexuais; leis, procedimentos administrativos e legais e comportamentos sociais que punem as vítimas por relatar e denunciar agressões sexuais e desresponsabilizam agressores; e comportamentos verbais que invalidam ou minimizam abusos sexuais.

A compressão da violência sexual como forma de controle social ficou ainda mais evidente com casos de abusos nas universidades que frequentei. Identificar que violações sexuais aconteciam nas famílias, nas ruas e espaços públicos, ambientes de trabalho na clínica também levou à reflexão sobre as situações de violência sexual no contexto universitário. O âmbito acadêmico como importante instituição da agência educacional é local de produção de conhecimento, portanto, de teorias e técnicas presentes na cultura. A manutenção de práticas

com efeitos opressivos nesse contexto reduz as potencialidades humanas de sociedades mais igualitárias e verdadeiramente democráticas.

Além das discussões sobre casos de agressões sexual na UEL que participei em 2015, nos anos seguintes também acompanhei casos de denúncias oficiais e relatos não oficiais de casos na Universidade Estadual de Maringá (UEM) enquanto lecionava como professora temporária. O caso de dois professores de história da UEM que foram investigados e punidos (um apenas com repreensão e outro com suspensão temporária) por assédio sexual contra alunas ganhou visibilidade (G1, 2018). A investigação institucional começou em outubro de 2016, mas, com a desistência de membros nomeados para comissão, a apuração começou efetivamente em fevereiro de 2017. No decorrer das investigações, foram realizadas manifestações que protestavam contra a demora na conclusão do caso, incluindo protestos na colação de grau em 2018. Após a primeira decisão também foram realizados protestos. Em 2019 foi tomada uma nova decisão sobre os casos: as penalidades administrativas foram convertidas em suspensão ao invés de apenas repreensão e na demissão do professor que já havia sido suspenso.

Foi também em 2019 que duas professoras da UEM, Carolina Laurenti, do Departamento de Psicologia – não por acaso orientadora desta tese – e Isadora Vier Machado, do departamento de Direito iniciaram o projeto ContrAbuso. O projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do Edital Universal de 2018. O projeto construiu uma equipe científica para desenvolver estratégias de identificação e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário. Tive a oportunidade de compor essa equipe. Algumas das produções que fizemos, como uma cartilha sobre o assunto pode ser visualizada no site <https://ddp.uem.br/projetos/contrabuso>. O encontro das minhas experiências, meu interesse sobre feminismo, Análise do Comportamento e

violência sexual e o projeto ContrAbuso desaguou no tema e pesquisas desenvolvidas no âmbito desta tese.

Em vista do caráter ainda insuficiente das pesquisas sobre violência sexual nas instituições de ensino superior no Brasil esta tese foi estruturada em dois estudos. No Estudo 1, identificamos o desafio do desenvolvimento de estratégias de investigação da violência sexual no contexto universitário que permitissem a compreensão do fenômeno de uma perspectiva contextual, mais especificamente comportamentalista radical e que possibilitasse a criação de indicadores para políticas e ações de enfrentamento que pretendam alterar práticas culturais existentes nestes contextos. Para realizar essa tarefa, a construção e aplicação de um instrumento que permitisse identificar a ocorrência de diferentes tipos de agressões sexuais e as regularidades de práticas relevantes, bem como o contexto institucional no qual essas regularidades aparecem, foi necessário ao objetivo geral de fornecer um panorama sobre a violência sexual no contexto universitário. O Estudo 2 teve como objetivo elaborar e avaliar um treino em vídeo para aprendizagem de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações em casos de relatos de violência sexual para membras(os) da comunidade universitária, aplicado a estudantes. O Estudo 2 pretende fornecer um material educativo e uma tecnologia de ensino que auxilie no avanço das transformações sociais iniciadas pela visibilização dos casos de violência sexual nas universidades e posteriores criações de políticas e protocolos.

Finalmente, como encaminhamento de toda essa jornada, a proposta desta tese reflete a compreensão que faço da problemática apresentada por Spivak sobre enunciados e subalternidade. Como a(o) subalterna(o) não pode falar, precisamos trabalhar contra a produção de subalternidade. Inserindo esse pensamento na nossa temática: o caminho mais efetivo para alteração da realidade alarmante sobre a violência sexual me parece ser promover contingências para a visibilidade do fenômeno em conjunto com ações que suprimam os efeitos mantenedores

das práticas sexualmente violentas e ensejem novas práticas nas quais as mulheres e outras categorias atacadas não se sintam culpadas e possam falar!

Referências

- Almeida, H (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.) *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp.195-220). OAB Editora.
- Almeida, H. B. (2019). Violence sexuelle et de genre à l'université: Du secret à la bataille pour la reconnaissance. *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales*, 16. <http://journals.openedition.org/bresils/5348>
- Almeida, T., & Zanello, V. (Orgs.). (2022). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Boitempo Editorial.
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*, 58, 469–483. <https://doi.org/10.1007/s00038-012-0426-1>
- Basso, M. S., Fontana, J., & Laurenti, C. (2022). Violência sexual e saúde mental de universitários: Uma sistematização da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, 31(2), 385-411. <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/53181>
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: Fatos e mitos*. (4 ed. Vol 1). Difusão Européia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949).

- Bellini, D. M.G. (2018). Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). *Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação* - Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9942>
- Brasil (2001). Lei nº 10.224. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10224-15-maio-2001-332602-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Brasil (2006). Lei nº 11.340 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil, (2009). Lei n. 12015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Brownmiller S. (2005). *Against our will: Men, women and rape*. Pearson Education New Zealand. (Trabalho original publicado em 1975).
- Buchwald, E., Fletcher, P. R., & Roth, M. (2003). *Transforming a rape culture*. Milkweed Editions. (Trabalho original publicado em 1993).
- Bularzik, M. (1981). *Sexual harassment at the workplace: Historical notes*. New England Free Press.

- Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K., Silva, A. R. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. *Revista Direito GV*, 13(3), 981–1006. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>
- Cromberg, R. U. (2004). *Cena incestuosa: Abuso e violência sexual* (2 ed.). Casa do Psicólogo.
- Cyfer, Ingrid (2015). Afinal o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e a “questão do sujeito na teoria crítica feminista. *Lua Nova*, (94), 41-79. <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>
- Data Popular/Instituto Avon. (2015). *Violência contra mulher no ambiente universitário*. Instituto Patrícia Galvão e ONU Mulheres. <https://institutoavon.org.br/estudo-do-instituto-avon-e-fonte-de-materia-sobre-violencia-de-genero/>
- Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão. (2015). #meninapodetudo. Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E? <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/enois-inteligencia-jovem-faz-pesquisa-sobre-machismo-e-violencia-contra-jovens-e-lanca-campanha>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (Trad. ColetivoSycorax). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004).
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo*. (Vol. 1). Boitempo Editorial.
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020a). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, 28(4). <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327>

- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020b). Tríplice contingência cultural: Uma proposta de explicação comportamental da cultura. *Interação em Psicologia*, 24(3). <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/66012>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2011). 5º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. https://forumseguranca.org.br/storage/5_anuario_2011.pdf
- Freitas, J. C. C. & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: Algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1). 109-126. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758>
- G1. (2018). Professores da UEM são punidos com repreensão e suspensão por assédio sexual. Recuperado em 18 de outubro de 2022, de <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/professores-da-uem-sao-punidos-com-repreensao-e-suspensao-por-assedio-sexual.ghtml>
- Gama, F., & Balsissera M. (2022) Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. Em T. Almeida, & V. Zanello (Org.) *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp.325-356). OAB Editora.
- Habigzang, L. F., Ramos, M. D. S., & Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 467-473. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. (L. Sellera Trad.) Trabalho original publicado em 1986. Editora Cultrix.
- Lima, A. C. S, Gallo, A. E., & Moura, C. B. (2018). Uma discussão analítico-comportamental sobre o autor de violência sexual infantojuvenil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(4), 48-62. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i4.1278>

- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2019). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Linhares, Y., Fontana, J., & Laurenti, C. (2021). Protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário: uma análise do cenário latino-americano. *Saúde e Sociedade*, 30(1). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200180>
- Lino, T. R., & Borges, C. A. M. (2021). Sobre a enunciação de mulheres negras na ciência: Uma análise da produção intelectual de Gloria Anzaldúa e bell hooks. *Ayé: Revista de Antropologia*, 3(1), 62-82. <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/774>
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2012). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: Mundo, homem e ética*. ESETec
- Morais, A. O., & Lima, A. S. (2016). Violência sexual contra meninas e mulheres: aspectos culturais e funcionais. *Anais do IV Congresso de Psicologia e Análise do Comportamento (IV CPAC) Temas emergentes das ciências do comportamento: da pesquisa à aplicação e IV Jornada de Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (JAC-UDEL) [versão online]*, 32-34. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2017/02/ANAIS-CPAC-2016.pdf>
- Narvaz, M., & Koller, S. H. (2007). O feminino, o incesto e a sedução: Problematizando os discursos de culpabilização das mulheres e das meninas diante da violação sexual. *Revista Ártemis*, 6, 77-84. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2127>

- Nicolodi, L. G., & Hunziker, M. H. L. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/11012>
- Oyewùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 1997).
- Pateman, C. (1993) *O contrato sexual*. Paz e Terra.
- Rosa, B. S., Barbosa, M. C., Pavani, D., Brandelli, A., Nardi, H. C., & Brito, C. (2020). *Pesquisa sobre percepção de assédio moral e sexual relativo a gênero na UFRGS – Relatório I*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/assedio-tem-genero-e-cor>
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5, 29-44. <https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.221>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12–16. <https://doi.org/10.1037/h0100005>
- Sabadell, A. L., Paiva, L. de M. L., & Vieira, T. M.. (2024). Violência sexual de gênero e patriarcalismo jurídico: a falta de credibilidade da vítima em processos judiciais. *Revista Direito E Práxis*, 15(1), 1-19. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/81222>
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Hackett Publishing Company, Inc.

- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and brain sciences*, 7(4), 477-481.
- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner foundation. (Original publicado em 1953)
- Terry, C., Bolling, M., Ruiz, M. & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. In J. Kanter, M. Tsai, & R. Kohlenberg (Eds.), *The Practice of Functional Analytic Psychotherapy* (p. 97-122). Springer-Verlag.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora.
- World Health Organization [WHO]. (2021). *Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women*.
<https://who.canto.global/s/KDE1H?viewIndex=0&column=document&id=tfgc8uqvuh0b1157tevomtchlj>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V., & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: Uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. Em T. Almeida, & V. Zanello (Org.) *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 291-324). OAB Editora.

ESTUDO 1

Levantamento sobre violência sexual em uma universidade do norte do Paraná

RESUMO

Pesquisas têm apontado a necessidade de indicadores sobre violência sexual nas universidades brasileiras que permitam uma compreensão contextual do fenômeno. À luz do Comportamentalismo Radical, o objetivo geral deste estudo foi apresentar um panorama sobre a ocorrência de violência sexual em um ambiente universitário e sobre questões de segurança, serviços e direitos relacionados a essa prática. Para esse fim, foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Um questionário adaptado foi respondido por 185 estudantes e 43 docentes de uma universidade do norte do Paraná, sendo 186 mulheres, 41 homens e uma pessoa não binária. Foram realizadas: análise da estrutura fatorial das escalas Likert do questionário, análises estatísticas descritivas e inferenciais dos resultados quantitativos, análise de conteúdo indutiva e análise indireta de contingências a partir dos relatos verbais textuais fornecidos às questões abertas. Na escala de cinco pontos, um fator se mostrou representativo, com alta consistência interna e alta replicabilidade, apesar da necessidade de melhorias no ajuste do modelo. Na escala de quatro pontos, foram encontrados quatro fatores representativos dos dados. Os índices de ajuste ao modelo foram adequados, sendo que três fatores apresentaram alta consistência interna e alta replicabilidade, e um fator apresentou baixa consistência interna e baixa replicabilidade. Os resultados quantitativos apontaram uma avaliação de insegurança quanto às ações da instituição sobre a temática, desconhecimento dos direitos e procedimentos em situações de violência sexual e baixa confiabilidade de que procedimentos adequados seriam tomados em relação às denúncias de violência sexual às autoridades da instituição, considerando toda a amostra. As médias das respostas dos grupos “mulheres” e “estudantes” foram significativamente mais negativas em comparação com “homens” e “docentes” nos itens sobre sentirem-se seguros(os) no contexto da universidade, conhecer direitos e procedimentos sobre a temática na instituição e confiabilidade quanto aos procedimentos adequados após denúncias. Foram encontradas relações significativas entre ter vivenciado agressões sexuais, o gênero, orientação sexual e ser estudante ou docente. Mulheres, pessoas não heterossexuais e estudantes foram os grupos que relataram vivenciar mais violências em comparação com homens, heterossexuais e docentes, respectivamente. Efeitos relacionados às violências vivenciadas estiveram envolvidos com uso de medicamentos psiquiátricos, tratamento psicológico, perda de prazos, faltas e afastamentos em relação ao ambiente acadêmico. A análise qualitativa identificou a hierarquia entre professores e alunas, objetificação feminina em eventos universitários, controle ético sobre a presença de mulheres em locais públicos, padrões de gênero e relacionamentos íntimos entre homens e mulheres, ausência de políticas e inação institucional como aspectos relevantes do ambiente social atuando como contexto de práticas violentas sexualmente e práticas de ocultamento dessa realidade. Foram descritas consequências culturais como subnotificação, recorrência das agressões, evasão de espaços acadêmicos ou permanência em situação de opressão, que culminam na manutenção da dominação masculina na universidade, retroalimentando as práticas: comentários sexuais inapropriados, insistência em avanços sexuais e perseguição, assédio sexual, toques sexuais sem consentimento e outros atos libidinosos, estupros e tentativas de estupros. Destacamos o nível de análise da cultura, visibilizando a necessidade de políticas institucionais que tornem a universidade refratária à perpetuação das práticas identificadas.

Palavras-chave: violência sexual, contexto universitário, análise comportamental da cultura, assédio sexual, método misto.

A violência sexual no Brasil alcança números alarmantes. Regularidades podem ser observadas ano após ano, como a maioria das pessoas vitimadas serem mulheres e os maiores perpetradores serem homens. De acordo com os dados do Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2021⁵), foram registrados 60.926 casos de estupro e estupro de vulnerável em boletins de ocorrência durante 2020. A maioria dos crimes de estupro (73,7%) foi cometida contra pessoas vulneráveis, assim como em anos anteriores. Em relação à cor autodeclarada, 50,7% das vítimas eram negras, 48,7% brancas, 0,3% amarelas e 0,3% indígenas. Em relação ao sexo, 86,9% das vítimas eram do sexo feminino. Em relação aos agressores, 85,2% eram conhecidos das vítimas e 96,3% do sexo masculino. Os números indicam diminuição de ocorrências em relação ao ano anterior, sendo discutível se esse dado se refere à redução deste tipo de violência ou à redução no número de denúncias durante a pandemia, ampliando a subnotificação dos casos (Paramasivan et al., 2023; Stevens et al., 2021).

No Brasil, além do estupro e estupro de vulnerável, outras violências sexuais são tipificadas como crimes e incluem ações como: violação mediante a fraude, assédio sexual, satisfação de lascívia mediante a presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, tráfico interno e internacional de pessoa para fins de exploração sexual, limitação e/ou violação dos direitos reprodutivos da mulher (Brasil, 2006, 2009). Em 2018 também passaram a ser tipificados no Código Penal a importunação sexual e a divulgação de cena de estupro, estupro de vulnerável e de cena de sexo ou de pornografia sem anuência de participantes (Brasil, 2018). De forma ampla, a violência sexual pode ser, portanto, descrita como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o

⁵ Para fins de contextualização do cenário nacional foram considerados os números de registros oficiais do país referentes ao ano de 2020 na introdução deste estudo em razão do ano no qual foi efetuada a pesquisa. Dados mais recentes (Bueno, et al., 2023) demonstram o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história (74.930 vítimas), desde que os registros começaram a ser contabilizados em 2011.

consentimento da vítima, seja este exercido com uso da força, ameaça, chantagem, suborno ou manipulação (Souza & Adesse, 2005).

Quando consideradas a subnotificação da violência sexual e a amplitude de ações violentas sexualmente, percebemos que a dimensão do problema é ainda maior do que os registros de denúncias oficiais. Por exemplo, em 2014⁶ o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que seriam cometidos em torno de 500 mil estupros por ano. Essa estimativa foi calculada com base nos registros policiais combinados com o resultado de uma investigação realizada pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) administrado pelo IPEA (Morais & Freitas, 2019). Recentemente, outra pesquisa do IPEA (Ferreira et al., 2023) utilizou as bases de dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan/MS), tomando como referência o ano de 2019. Segundo os resultados, as(os) pesquisadoras(es) indicaram que apenas 8,5% dos estupros no Brasil são reportados às polícias e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde. A nova estimativa aponta que o limite inferior do número de estupros no Brasil estaria em 822 mil casos por ano, ou aproximadamente 2 casos por minuto. Sobre as demais ofensas sexuais o país ainda carece de estimativas como essas. A subnotificação dos crimes relacionados à violência sexual indica que pesquisas sobre o assunto devem ir além dos números de registros de denúncia oficiais (Morais & Freitas, 2019).

A Análise do Comportamento tem investigado fenômenos sociais complexos, como a violência contra a mulher (Ferraz et al., 2019; Guerin & Ortolan, 2017), homofobia (Fazzano & Gallo, 2015), estresse de minorias (Souza et al., 2022) e questões raciais (Mizael & de Rose, 2017). Para esses estudos, as(os) autores têm utilizado diferentes métodos de investigação e

⁶ Apenas em 2014 o IPEA incorporou questões que tinham como objetivo estimar as ocorrências de violência sexual em âmbito nacional.

análise como, entrevistas, questionários, pesquisa bibliográfica, controle experimental e análise funcional direta de comportamentos em situações experimentais e indireta de comportamentos contidos em relatos verbais. As diferentes metodologias utilizadas demonstram diferentes possibilidades de investigação dos elementos presentes nas relações relevantes que explicam os problemas sociais. Um fenômeno social complexo envolve a consideração de um número de variáveis superior à quantidade comumente manipulada em situações de laboratório, ainda que essas últimas auxiliem na construção da análise. A Análise do Comportamento apresenta uma perspectiva contextual e uma diversidade de procedimentos que possam fornecer dados para essas análises ao assumir a investigação desses fenômenos considerando sua natureza comportamental, e, portanto, entendendo que

comportamento é movimento vital, operante e prática cultural que produz, respectivamente, consequências de sobrevivência naturais, reforçadoras e culturais, e que é explicado, em última análise, na linguagem da epistemologia da complexidade e da metafísica do relacionismo (Abib, 2004, p. 57).

A violência sexual também pode ser entendida como um fenômeno social complexo cuja compreensão seria viabilizada por pesquisas analítico-comportamentais.

Uma visão comportamentalista radical da violência sexual

Feministas (Buchwald et al., 1993/2005) têm defendido que para explicar as agressões sexuais é necessário compreender a cultura da qual esses comportamentos fazem parte. Freitas e Morais (2019) definem a violência sexual “por um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal” (p. 121-122). Tal compreensão orientada pela proposta filosófica

comportamentalista radical e científica da Análise do Comportamento é uma explicação alternativa a perspectivas internalistas e patologizantes tradicionais (Lima et al., 2018).

Estudos tradicionais sobre o comportamento de agredir sexualmente geralmente ocupam-se de investigar causas orgânicas, transtornos mentais e aspectos da história pessoal do indivíduo – como estudos de perfil criminológico (Lima et al., 2018). Essas explicações tradicionais parecem ser insuficientes para compreender o fenômeno, visto, por exemplo, que uma porcentagem muito pequena de autores de agressões sexuais preenche critérios diagnósticos clínicos, como aponta a pesquisa realizada por Lima et al. Uma compreensão analítico-comportamental da violência sexual como fenômeno contextual, por outro lado, permite análises das regularidades perceptíveis em estudos quantitativos e qualitativos. Orientadas(os) pelo comportamentalismo radical, as(os) pesquisadoras(es) têm possibilidades analíticas correspondentes aos três níveis de variação e seleção (Skinner, 1984) propostas pelo modelo skinneriano (Fontana & Laurenti, 2020a). Como analisam Lima et al. o comportamento de agressão sexual pode ser compreendido como um operante no nível de análise da contingência de reforço e punição. No nível de análise da cultura a violência sexual pode ser evidenciada pela contingência cultural. A tríplice contingência cultural é definida pela “inter-relação entre as práticas culturais (os “comportamentos” habituais de um grupo), o contexto antecedente (variáveis do ambiente físico e social) e as consequências culturais, que exercem efeitos sobre o grupo” (Fontana & Laurenti, 2020a, p. 313).

Considerando que a violência sexual acontece em diferentes contextos da organização social, incluindo todas as esferas: família, trabalho, educação etc., as agências de controle⁷ seriam âmbitos relevantes nos quais agressões sexuais e práticas sexualmente violentas acontecem. As agências controladoras participam da produção do ambiente social que é

⁷ As agências de controle são formas mais organizadas de controle social quando comparadas com grupos sociais “e frequentemente operam com maior sucesso” (Skinner, 1953/2005, p. 333). Exemplos de agências controladoras analisadas por Skinner foram governo e leis, educação, economia e psicoterapia.

contexto para práticas culturais mantenedoras da cultura de dominação masculina (Fontana & Laurenti, 2020b). As universidades podem ser entendidas como parte da agência educacional e, como qualquer outra agência, poderiam reproduzir práticas sexualmente violentas. Entretanto, o contexto universitário é comumente visto como um espaço no qual o privilégio intelectual favoreceria a compreensão de diversas formas de violência, o que poderia garantir um menor número de ocorrências (Porto, 2017). A suposição explicitada não se sustenta quando observamos o que acontece nesse ambiente. Estudos como os que serão apresentados a seguir evidenciam a ocorrência de violência sexual no contexto universitário.

Violência sexual no contexto universitário

No contexto internacional, diversas pesquisas apontam alta ocorrência de violência sexual nas universidades (Cantor et al., 2015; Cantor et al., 2019; Fielding-Miller et al. 2021; Hill & Silva, 2005; Sivertsen et al., 2019) com destaque para pesquisas que avaliam uma variedade de respostas verbais sobre comportamentos, avaliação sobre políticas, segurança, direitos e respostas das instituições sobre o assunto, denominadas pesquisas de clima (Wood et al., 2017). Por exemplo, em estudo realizado em parceria com 33 instituições de ensino superior nos Estados Unidos, Cantor et al. (2019) trazem dados da *Association of American Universities (AAU) campus climate survey on sexual assault and sexual misconduct* (Pesquisa de clima do campus da Associação de Universidades Americanas sobre agressão sexual e má conduta sexual). Participaram da pesquisa 108.221 estudantes de graduação e 73.531 entre estudantes de pós-graduação e profissionais, sendo 95.975 respondentes de instituições privadas e 85.777 respondentes de instituições públicas.

Os resultados da pesquisa realizada por Cantor et al. (2019) demonstraram que 13% das(os) alunas(os) entrevistadas(os) relataram ter sofrido penetração não consensual, tentativa

de penetração ou toque sexual com o uso da força ou quando estavam incapacitadas(os) de consentir⁸. Quando consideramos o gênero, as taxas para mulheres cisgênero (20,4%) e estudantes trans, *queer* ou não-binários (20,3%) foram aproximadamente as mesmas e quatro vezes mais altas do que para os homens (5,1%) e para os estudantes que se recusaram a declarar seu gênero (6,6%). Das(os) entrevistadas(os), 41,8% relataram ter experimentado pelo menos um comportamento de assédio sexual desde que se matricularam nas instituições. Entre as mulheres universitárias, 7,3% relataram ter sido vítimas de penetração não consentida com uso de força física e 5,4% pela incapacidade de consentir. Além disso, apenas 45% das(os) estudantes que afirmaram ter vivenciado contato sexual não consensual por força física ou incapacidade de consentir concordavam que era “muito” ou “extremamente” provável os funcionários da instituição levarem a sério uma denúncia de agressão sexual.

Hill e Silva (2005) publicaram dados da pesquisa nacional da *American Association of University Women Educational Foundation* (Fundação Educacional da Associação Americana de Mulheres Universitárias) de 2005, demonstrando que mais de um terço das(os) alunas(os) passavam por assédio sexual ainda durante seu primeiro ano, sendo a maioria dos casos classificados como assédio sem contato físico (e.g., comentários sexuais e mensagens de texto). Quase um terço da amostra também relatou alguma forma de assédio com contato físico. Sivertsen et al. (2019), em uma pesquisa nacional de saúde estudantil de 2018 para o ensino superior da Noruega, demonstraram que cerca de 24,2% das(os) alunas(os) relataram ter passado por assédio sexual, sendo que 16,7% relataram ter sido assediadas(os) no último ano.

⁸ Na pesquisa de Cantor et al. (2019) o toque sexual se referia a beijar; tocar os seios, peito, entre as pernas, virilha ou nádegas de alguém; ou agarrar, apalpar ou esfregar outra pessoa de forma sexual, mesmo que o toque seja sobre as roupas da outra pessoa. O assédio sexual era definido como comportamentos com conotações sexuais que interferiam no desempenho acadêmico ou profissional de um indivíduo, limitam a capacidade do indivíduo de participar de um programa acadêmico ou criam um ambiente social, acadêmico ou de trabalho intimidante, hostil ou ofensivo. A penetração era caracterizada pela introdução do pênis, dedos ou objeto dentro da vagina ou ânus de outra pessoa e quando a boca ou a língua de alguém entra em contato com os órgãos genitais de outra pessoa.

Em uma universidade em Eswatini (país da África Austral), Fielding-Miller et al. (2021) investigaram mulheres universitárias e constataram que 60% das participantes relataram já terem passado por experiências de agressão sexual em sua vida. Ao comparar os resultados com outros estudos, as autoras identificaram que embora as taxas de agressão sexual ao longo da vida tenham sido semelhantes às relatadas por mulheres de 18 a 24 anos na população em geral, a prevalência de “qualquer tentativa de agressão sexual” ou “agressão sexual consumada” nos 12 meses anteriores foi aproximadamente 1,8 vezes maior em mulheres universitárias do que relatadas por mulheres não universitárias da mesma idade. Também evidenciaram que das mulheres que participaram do estudo na universidade investigada, aproximadamente 38% sofreram uma agressão sexual completa nos últimos 12 meses – uma taxa quase quatro vezes maior do que a relatada na população geral de 18 a 24 anos. As pesquisadoras sugerem que as mulheres universitárias correriam um risco significativamente elevado de sofrer violência sexual em comparação com outras mulheres de sua idade.

O número de estudos sobre violência sexual nas universidades brasileiras ainda era reduzido (Almeida, 2017; Bandeira, 2017; Data Popular/Instituto Avon, 2015; Linhares & Laurenti, 2019; Porto, 2017) até a realização desta pesquisa. Na pesquisa realizada pelo Data Popular, em parceria com o Instituto Avon (2015), foram entrevistadas(os) 1.823 universitárias(os) e as(os) pesquisadoras(as) constataram que 67% das mulheres já tinham sofrido algum tipo de violência física, moral, psicológica ou sexual no contexto universitário. Especificamente sobre a violência sexual, 23% das participantes mulheres afirmaram terem sido vítimas de agressões de caráter físico (e.g., beijo forçado, ser tocada sem consentimento, estupro) no contexto acadêmico, enquanto 13% dos homens admitiram ter cometido este tipo de violência. Quanto ao assédio sexual (e.g., comentários com apelos sexuais indesejados), 56%

das mulheres universitárias afirmaram ter sido vítimas e 26% dos homens universitários admitiram que cometeram⁹.

Outro estudo realizado em uma universidade pública do interior de São Paulo (Montrone et al., 2020) também investigou diferentes violências (física, moral, psicológica e sexual) e constatou que a probabilidade de estudantes mulheres, negras e homossexuais serem vítimas é de 75% a 78%, em comparação à probabilidade de 11% a 13% dos estudantes homens, brancos e heterossexuais. A gravidade do fenômeno também é demonstrada pelo recente estupro e assassinato de uma estudante de jornalismo durante a realização de uma “calourada” na Universidade Federal do Piauí (G1, 2023). Esses dados demonstram, portanto, a necessidade da criação de indicadores que tratem especificamente da violência sexual nas universidades brasileiras. Além disso, nenhum dos estudos quantitativos brasileiros mencionados investigou outros aspectos relacionados à avaliação do contexto institucional superior sobre a violência sexual.

Estudos quantitativos são de extrema relevância para verificação e visibilidade da amplitude do fenômeno, criação de indicadores e medidas que contribuam para formulação de políticas institucionais (Bellini & Melo, 2022). Entretanto, métodos quantitativos são insuficientes para analisar a dinâmica e detalhamento de variáveis detectadas em abordagens qualitativas (Santos, 2022), como a compreensão da violência sexual considerando exemplos concretos da inter-relação entre os comportamentos das pessoas envolvidas, e como tais comportamentos se articulam com práticas culturais mais amplas.

Um estudo realizado por Linhares e Laurenti (2019), por exemplo, analisou relatos de jovens universitárias retirados da página da rede social Facebook “Meu professor abusador”. O

⁹ No estudo citado, violência sexual era caracterizada apenas como “estupro / tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool / ser tocada sem consentimento / ser forçada a beijar veterano” e assédio sexual como “comentários com apelos sexuais indesejados / cantada ofensiva / abordagem agressiva”. Na presente pesquisa ambas as descrições seriam consideradas violência sexual pela amplitude da definição já explicitada. Para uma discussão mais aprofundada sobre a categoria assédio sexual nas universidades ver Almeida (2022).

objetivo da pesquisa foi reconhecer e descrever as contingências de dominação masculina no contexto universitário, por meio de relatos de assédio sexual. As análises foram realizadas com base nos conceitos e princípios comportamentais e na descrição de contingências que identificavam aspectos comportamentais (ação-topografia) e aspectos contextuais (situação antecedente e consequências) referentes tanto aos comportamentos abusivos de professores quanto aos comportamentos das alunas perante esses comportamentos abusivos. O nível de análise privilegiado no estudo foi o das contingências de reforçamento e punição em sua inter-relação com variáveis culturais. O relato verbal de alunas universitárias foi considerado recurso útil para identificação de comportamentos e práticas culturais relacionados a contingências de dominação masculina em contextos universitários. As práticas culturais foram caracterizadas pelos comportamentos de agressores e vítimas: comportamentos abusivos na forma de brincadeiras e piadas, o caráter gradativo do abuso e proposta de sexo em troca de notas que ilustram o manejo de reforçadores e punidores típicos do contexto universitário e a identificação de regularidades nos comportamentos de professores abusadores que prediziam ações abusivas formuladas em estereótipos. Os resultados de Linhares e Laurenti (2019) indicam que os efeitos desse tipo de violência incluem prejuízos sociais e acadêmicos para as vítimas como a desistência de matérias, projetos e da própria vida acadêmica e, também, para uma comunidade científica mais plural. A consideração dos efeitos sobre a comunidade científica, e não apenas sobre os comportamentos individuais, destaca consequências da violência sexual que poderiam ser compreendidas como culturais.

Outras pesquisas investigaram a violência sexual nas universidades brasileiras utilizando fontes diversas, como discussões sobre casos noticiados, entrevistas e análise de materiais de *marketing* de eventos universitários (ver Almeida & Zanello, 2022), fortalecendo a hipótese de práticas culturais sexualmente violentas perpassariam o âmbito das instituições de ensino superior. Curcelli e Fontanella (2019) observaram 170 cartazes de festas da

Universidade Federal de São Carlos e verificaram que em 20% das festas analisadas a imagem da mulher aparecia como um insumo, ou seja, as mulheres pagavam menos que os homens como uma das formas de *marketing* para atrair homens heterossexuais. Além disso, 16% dos cartazes endossavam aspectos culturais da dominação masculina sobre a mulher e 9% objetificavam a mulher como atração da festa.

Exemplos de esforços recentes de enfrentamento à violência sexual no contexto das universidades brasileiras, mais especificamente considerando a América Latina, podem ser vistos na recente criação de protocolos sobre o assunto (Linhares et al., 2021). As autoras desenvolveram uma pesquisa documental que sistematizou informações de 34 protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual de universidades da América Latina. O caráter recente das ações foi demonstrado pelo fato de a maioria deles (75% dos protocolos) terem sido criados entre 2015 e 2018. Dos protocolos analisados, apenas um era de uma instituição de ensino superior brasileira. Além disso, é relevante destacar a publicação do documento “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual”, elaborado pela Comissão para apoiar denúncias contra mulheres e gêneros (CAV-Mulheres) da USP de Ribeirão Preto e o projeto intitulado “*ContrAbuso*: Estratégias de identificação e enfrentamento do assédio sexual no contexto universitário” desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (Machado, 2018). Neste sentido, além das estratégias de enfrentamento no Brasil serem escassas, também carecemos de indicadores e análises inter-relacionais sobre a complexidade da violência sexual que possam apontar com maior efetividade em qual direção políticas universitárias poderiam ser direcionadas.

Nos Estados Unidos leis e documentos federais têm orientado as universidades a desenvolver programas que abordem o tema e promovam a prevenção de agressões sexuais em contextos relacionados aos *campi* universitários. McMahon et al. (2018) sistematizaram as

pesquisas empíricas das últimas duas décadas sobre o assunto e identificaram as principais lacunas nos protocolos e políticas adotados pelas instituições de ensino superior. Os estudos verificados foram divididos em quatro áreas, de acordo com o relatório federal produzido pela *White House Task Force* em 2014. As áreas incluem: (a) investigações sobre a prevalência de agressões sexuais e clima do *campus*, (b) prevenção, (c) responder de forma eficaz às agressões sexuais, e (d) aumentar transparência e promover melhoria da aplicação das políticas e programas. As autoras constataam que muitos esforços recentes se concentram em abordar o que identificam como “nível individual de mudança”, e apontam que o desenvolvimento e a avaliação de estratégias para afetar os níveis de grupo, comunidade e sociedade seriam de extrema necessidade. Outro apontamento, feito pelas autoras, para pesquisas futuras inclui a necessidade de métodos que considerem a intersecção de diferentes gêneros, raças, etnias, orientações sexuais, dentre outros fatores, ao mesmo tempo que proponham intervenções que afetem toda a comunidade universitária.

Na Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher), em 1994, o Estado brasileiro se comprometeu a proporcionar uma vida livre de violência contra a mulher em seu território. Tal compromisso implica o Estado a criar estratégias que impactem instituições como as universidades. Além disso, a Lei Maria da Penha de 2006 fomenta a necessidade de ações institucionais de prevenção e enfrentamento à violência e proteção aos direitos humanos das mulheres. Entretanto, até a realização desta pesquisa, não havia no país legislação específica que direcionasse e orientasse as universidades a criar políticas para o enfrentamento da violência sexual e a desenvolver relatórios sobre os casos de agressões sexuais (Maito et al., 2019). Sancionada recentemente, a Lei nº 14.540, de 03 de abril de 2023, institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (Brasil, 2023).

Para o adequado cumprimento dessas obrigações torna-se cada vez mais necessária a visibilidade, identificação, caracterização e análises sobre os casos de violência sexual nas instituições de ensino superior visando a elaboração e monitoramento mais preciso sobre as políticas e programas que deverão ser implementadas obrigatoriamente. Maito et al. afirma que órgãos encarregados por garantir os direitos anteriormente referidos muitas vezes não cumprem efetivamente suas obrigações. Por exemplo, pesquisas apontam que, além da inefetividade, a resposta institucional à violência pode resultar em revitimização e violência institucional (ver Freitas & Morais, 2019). Verificar se a realidade presente nessas organizações também corresponde ao âmbito universitário corresponde a outra justificativa para estudos sobre a violência sexual nas instituições de ensino superior.

Considerando essa discussão, percebemos o desafio do desenvolvimento de estratégias de investigação da violência sexual no contexto universitário brasileiro que permitam a compreensão do fenômeno de uma perspectiva contextual, mais especificamente comportamentalista radical, possibilitando a criação de indicadores para políticas e ações de enfrentamento que pretendam alterar práticas culturais existentes nesses contextos. Pensando nessa necessidade, levantamos as seguintes perguntas: Como a violência sexual acontece em um contexto universitário? Quais as agressões mais comuns, as características e regularidades presentes nesses incidentes? Quais as características do contexto universitário em relação à violência sexual no qual esse fenômeno acontece? Quais são as possíveis práticas culturais e elementos do contexto sociocultural antecedente e as consequências culturais dessas práticas envolvidas nessa violência? A pretensão dessas questões está baseada na ausência de dados nacionais específicos sobre violência sexual no contexto universitário, principalmente no que se refere à diversidade de categorias membras(os) desse ambiente (Bellini, 2018).

Objetivos

Geral

Apresentar um panorama sobre a ocorrência de violência sexual no ambiente universitário e sobre questões de segurança, serviços e direitos relacionados a essa prática.

Específicos

- Avaliar como a comunidade universitária se sente em relação à segurança no campus e o conhecimento sobre serviços e direitos institucionais relativos a violência sexual; confiabilidade nos procedimentos e ações da universidade nos casos de violência sexual; intervenção de terceiros nessas situações; consideração do consentimento e compreensão sobre consentimento em atividades sexuais.

- Realizar um levantamento sobre a ocorrência de diferentes tipos de agressões sexuais na universidade.

- Investigar o autorrelato de vítimas de agressões sexuais e autorrelato de perpetração das agressões sexuais.

- Descrever os principais contextos nos quais essas violências acontecem.

- Explicitar os principais efeitos da violência sexual para as vítimas.

Método

Foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa sobre violência sexual no contexto universitário. Ramos (2013) defende que o uso dos métodos quantitativos depende diretamente do problema de pesquisa. No caso deste estudo, a investigação visava realizar um

levantamento sobre violência sexual no âmbito da universidade alvo do estudo considerando indicadores relevantes para planejamento e acompanhamento de possíveis políticas a serem implementadas. O método quantitativo atende a esse objetivo por ter como característica a mensuração de fenômenos, no nosso caso, sociais. Como afirma Ramos, “seu uso permite apontar tendências úteis para a explicação dos fenômenos e possíveis proposições de ações” (p. 60). Para mensurar fenômenos como a violência sexual, a observação direta dos comportamentos se torna uma tarefa, por vezes, procedimentalmente e eticamente não realizável. O uso de questionários, no entanto, oferece uma possibilidade para os estudos que pretendam alcançar objetivos como o nosso, desde que observadas as preocupações quanto à forma de realização das perguntas e apresentação do instrumento (Morais & Freitas, 2019). Além disso, especificamente sobre a violência no contexto universitário, Santos (2022) afirma que pesquisas com abordagem quantitativa necessitam ser complementadas com métodos qualitativos por “permitem constatar, por meio da enunciação da própria vítima, que há várias violências se cruzando . . . num ato de agressão” (p. 270). Nossa metodologia, portanto, se caracterizou como mista, contemplando uma lacuna sobre metodologias mistas nos estudos nacionais sobre o tema como aponta a revisão sistemática realizada por Bellini e Mello (2022).

Neste estudo a amostragem foi por conveniência. A proposta se guiou pelo interesse em visibilizar variáveis relevantes em relação à violência sexual em uma universidade, incluindo a própria adesão institucional e das(os) membras(os) da comunidade acadêmica. Nesse sentido, concordamos com Ramos (2013) sobre a(o) pesquisador(a) estar mais interessado(a) em estabelecer “relações entre conjuntos de variáveis que em representar toda uma população” (p. 61), em determinadas pesquisas quantitativas. Ademais, em abordagens qualitativas o uso do relato verbal de alunas universitárias já foi demonstrado como recurso útil para identificação de comportamentos e práticas culturais relacionados a contingências de dominação masculina em contextos universitários (Linhares & Laurenti, 2019).

Instrumento

Foi utilizado um questionário *online* adaptado do original *CUNY's Sexual Violence Campus Climate Survey* (Pesquisa de Clima sobre Violência Sexual no *Campus* da *CUNY The City University of New York*), na versão de 2018.

CUNY's Sexual Violence Campus Climate Survey

O questionário original foi desenvolvido inicialmente em 2016. Para sua versão de 2018 foram feitas poucas alterações, sendo a principal a inclusão de perguntas a respeito do impacto sobre a violência entre parceiros íntimos na vida acadêmica. As questões do instrumento foram elaboradas a partir de questionários de outras instituições de ensino superior e para atender as informações sobre as 11 áreas temáticas exigidas pelo estatuto *Enough is Enough* (2015) do Estado de Nova York (The City University of New York, 2018) e ainda o assédio sexual. *Enough is Enough* é uma legislação do Estado que aborda agressão sexual, violência no namoro, violência doméstica e perseguição nos *campi* universitários e que, dentre outras ações, estabelece que todas as universidades realizem pesquisas de clima sobre esses fenômenos.

O questionário original contém 97 questões que abordam o perfil da(o) respondente, clima do campus (avaliação sobre como se sente em relação à segurança e ações desenvolvidas), vínculo com a instituição, conhecimento sobre onde buscar informações e recursos, conhecimento sobre políticas, procedimentos e direitos, consentimento afirmativo¹⁰, intervenção de espectadores, participação em treinamentos, prevalência de agressões sexuais

¹⁰ Consentimento afirmativo é uma expressão comum utilizada em pesquisas sobre agressões sexuais nos *campi* universitários nos EUA.

(condutas sexuais inapropriadas, perseguição, toque não consentido, penetração não consentida e violência entre parceiros íntimos), conhecimento sobre casos de violência no campus e perpetração de má conduta sexual (The City University of New York, 2018). O instrumento foi desenvolvido por uma equipe de planejamento e um conselho consultivo. Não há informações sobre as propriedades psicométricas do instrumento disponíveis ou menção sobre estudos de validação das medidas do questionário. Sua finalidade de desenvolvimento envolve a aplicação regular a cada dois anos para estudo representativo da população geral de estudantes e o acompanhamento das políticas da universidade sobre o assunto (The City University of New York, 2018).

Estratégias de adaptação transcultural do questionário

A adaptação do instrumento foi realizada em duas etapas com o objetivo de adequar as questões para o contexto cultural e institucional específico deste estudo e, ainda, para adaptação dos objetivos desta pesquisa. A primeira etapa realizada foi composta por tradução e revisão. Na segunda etapa foi realizada a verificação empírica de acordo com a proposta de Dias Júnior (2016). A tradução do instrumento foi realizada por dois tradutores bilíngues, sendo um acadêmico pós-graduando com amplo conhecimento em Análise do Comportamento e outra pós-graduanda com conhecimento em Análise do Comportamento e em estudos sobre violência sexual. As traduções foram submetidas à revisão pelas pesquisadoras responsáveis por este estudo. Nessa fase foi realizada revisão da coerência conceitual e semântica (e.g., verificar se as sentenças traduzidas estavam de acordo com o significado do que se pretendia investigar) e questões foram excluídas e outras acrescentadas.

Foram excluídas as questões que versavam especificamente sobre contexto da instituição de aplicação original do instrumento como, por exemplo, questões sobre avaliação de treinamentos realizados apenas naquela instituição. Foram incluídas questões sociodemográficas que não estavam presentes no questionário original (renda, cor/etnia e religião) e sobre a caracterização da amostra de acordo com o contexto da universidade alvo da investigação, como o tipo de vinculação com a instituição, centro de estudos, participação em organizações estudantis ou sindicais. Também foram excluídas as questões sobre violência entre parceiros íntimos com o objetivo de reduzir a extensão do instrumento e limitar o questionário a questões sobre violência sexual no contexto universitário. Houve exclusão das questões sobre vínculo com o(a) perpetrador(a) da violência e a inclusão de questões que verificavam o gênero do(a) perpetrador(a). O objetivo inicial dessa alteração era acrescentar o foco sobre o gênero do(a) agressor(a) sem estender o tamanho do instrumento. Entretanto, devido a pertinência dessa variável (relação entre agressor/a e vítima) para pesquisas sobre violência sexual, a questão sobre o vínculo entre agressor(a) e vítima deve ser reinserida no questionário de estudos que busquem analisar esse aspecto.

Outra alteração importante foi a modificação na redação sobre violências vivenciadas, buscando investigar a ocorrência de agressões vivenciadas para além do último ano. O questionário original avaliava as ocorrências de violência nos últimos 12 meses e nosso objetivo era realizar um levantamento sobre as ocorrências desde o início do vínculo institucional. Para essa finalidade, foi removida a instrução para informar sobre ocorrências nos últimos 12 meses e acrescentadas questões sobre há quanto tempo a violência aconteceu. Sobre a redação das agressões investigadas é importante ressaltar que foram mantidas as violências descritas no

questionário original. Portanto, não foi nosso objetivo operacionalizar as tipificações penais brasileiras¹¹.

Finalmente, foram acrescentadas opções de respostas, e algumas opções presentes no original foram modificadas para que caracterizassem a instituição investigada. Por exemplo, na questão sobre onde buscar ajuda ou informações foram acrescentados os itens “Comissão de violência de gênero”, “coletivos feministas”, “centros acadêmicos” entre outros. Nas questões sobre onde o incidente ocorreu foram acrescentados nomes referentes às dependências específicas da universidade como exemplos.

Para a consolidação do questionário traduzido e modificado, um comitê de especialistas revisou o instrumento. Foram quatro especialistas, sendo elas(es) duas doutoras da área da Sociologia, uma da Antropologia e um da Análise do Comportamento. Nessa fase foram apontados alguns erros semânticos e sugeridas pequenas reformulações na redação dos itens para melhor compreensão do(a) respondente. O questionário foi avaliado como adequado para as investigações propostas nesta pesquisa.

A segunda etapa consistiu na verificação empírica do questionário. Após reformulações sugeridas e ajustes efetuados na etapa anterior foram criadas três versões *online* do instrumento, uma para estudantes, uma para docentes e outra para técnicos(as)¹². Essas versões foram submetidas a um teste piloto com seis participantes pertencentes ao público-alvo. Os participantes responderam o instrumento e forneceram feedback a partir de questões sobre

¹¹Algumas definições legais brasileiras dependem de elementos contextuais para a caracterização da tipificação. Por exemplo, o assédio sexual estabelece o uso da relação de poder como fator preponderante para obtenção de vantagem de cunho sexual. Nesse tipo de crime, uma ou mais agressões investigadas por esse questionário poderia(m) ser(em) tipificada(s) como assédio sexual, em casos específicos identificados pelo questionário. No entanto, tal conclusão envolveria uma análise por especialistas da área jurídica dos casos relatados além da possível inserção de novos elementos no instrumento de investigação baseado em revisão forense do questionário. Consideramos que as competências necessárias para essas tarefas estavam além do repertório da pesquisadora responsável por esta pesquisa. Sugere-se a inclusão de pesquisadoras(es) das ciências jurídicas para novos estudos que busquem realizar a operacionalização e análise das agressões investigadas por questionários.

¹² O questionário na versão para técnicos(as) da universidade foi aplicado, porém como o número de participantes dessa categoria não atingiu o mínimo para as análises estatísticas, as respostas a essa versão do instrumento não estão apresentadas neste estudo.

clareza dos enunciados, tempo de participação e sugestões. A partir do piloto foram realizados ajustes para melhorar a compreensão de alguns itens nos quais os participantes apresentaram dúvidas. A principal alteração envolveu os itens sobre consentimento. Nos Estados Unidos, legislações específicas orientam as instituições a apresentar políticas sobre consentimento afirmativo¹³. Em razão da expressão não ser habitual no contexto brasileiro e de ainda carecermos de discussões e pesquisas próprias sobre consentimento, optou-se por não utilizar a definição estrangeira de consentimento no instrumento. A definição foi substituída pelo acréscimo de uma questão aberta para que respondentes pudessem expressar sua compreensão de consentimento. Além disso, os itens que continham a expressão “pedir consentimento” geraram dúvidas sobre se tratar de um comportamento verbal vocal. Em razão de não invisibilizar formas de consentimento não vocais, esses itens foram alterados para “pedir alguma forma de consentimento”.

Por fim, em vista das mudanças substanciais realizadas na tradução e adaptação de itens do instrumento e a ausência de dados sobre as medidas psicométricas do questionário original, realizamos Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial das escalas *Likert* que compunham do instrumento. O detalhamento da AFE está descrito na seção de análise dos dados.

¹³ No glossário pertinente ao instrumento original consentimento afirmativo é descrito como “uma decisão afirmativa, consciente, voluntária e mútua entre todos os participantes de se envolver em atividade sexual. O consentimento pode ser dado por palavras ou ações, desde que essas palavras ou ações criem uma permissão clara em relação à vontade de se envolver na atividade sexual. O silêncio ou a falta de resistência, por si só, não demonstra consentimento. O consentimento pode ser dado inicialmente, mas retirado a qualquer momento. O consentimento para qualquer ato sexual ou atividade sexual consensual prévia entre ou com qualquer parte não constitui necessariamente consentimento para qualquer outro ato sexual. A definição de consentimento não varia com base no sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero do participante. O consentimento não pode ser dado quando uma pessoa está incapacitada, o que ocorre quando um indivíduo não tem a capacidade de escolher conscientemente participar de uma atividade sexual. Dependendo do grau de intoxicação, alguém que esteja sob a influência de álcool, drogas ou outros intoxicantes pode ficar incapacitado e, portanto, incapaz de consentir. O consentimento para qualquer ato sexual ou atividade consensual prévia entre ou com qualquer parte não constitui necessariamente consentimento para qualquer outro ato sexual. O consentimento não pode ser dado quando for resultado de qualquer coerção, intimidação, força ou ameaça de dano. O consentimento pode ser dado intencionalmente, mas retirado a qualquer momento.” (The City University of New York, 2018, Appendix D).

Estrutura do questionário

O instrumento *online* adaptado “Questionário para levantamento de violência sexual no contexto universitário” é composto de 91 questões para a versão “docente” e 92 questões para a versão “estudantes” que investigam a avaliação de segurança no contexto universitário; conhecimento sobre serviços e direitos institucionais; confiabilidade nos procedimentos e ações da universidade; intervenção de terceiros; consideração do consentimento e compreensão sobre consentimento; e a vitimização e perpetração sobre oito tipos de violência sexual. A Figura 1 apresenta um esquema das seções do instrumento e a Figura 2 demonstra a caracterização das agressões sexuais investigadas e o fluxo de respostas às questões sobre as violências sexuais vivenciadas.

Figura 1

Esquema geral das versões do “Questionário para levantamento de violência sexual no contexto universitário” e seqüência de seções do instrumento

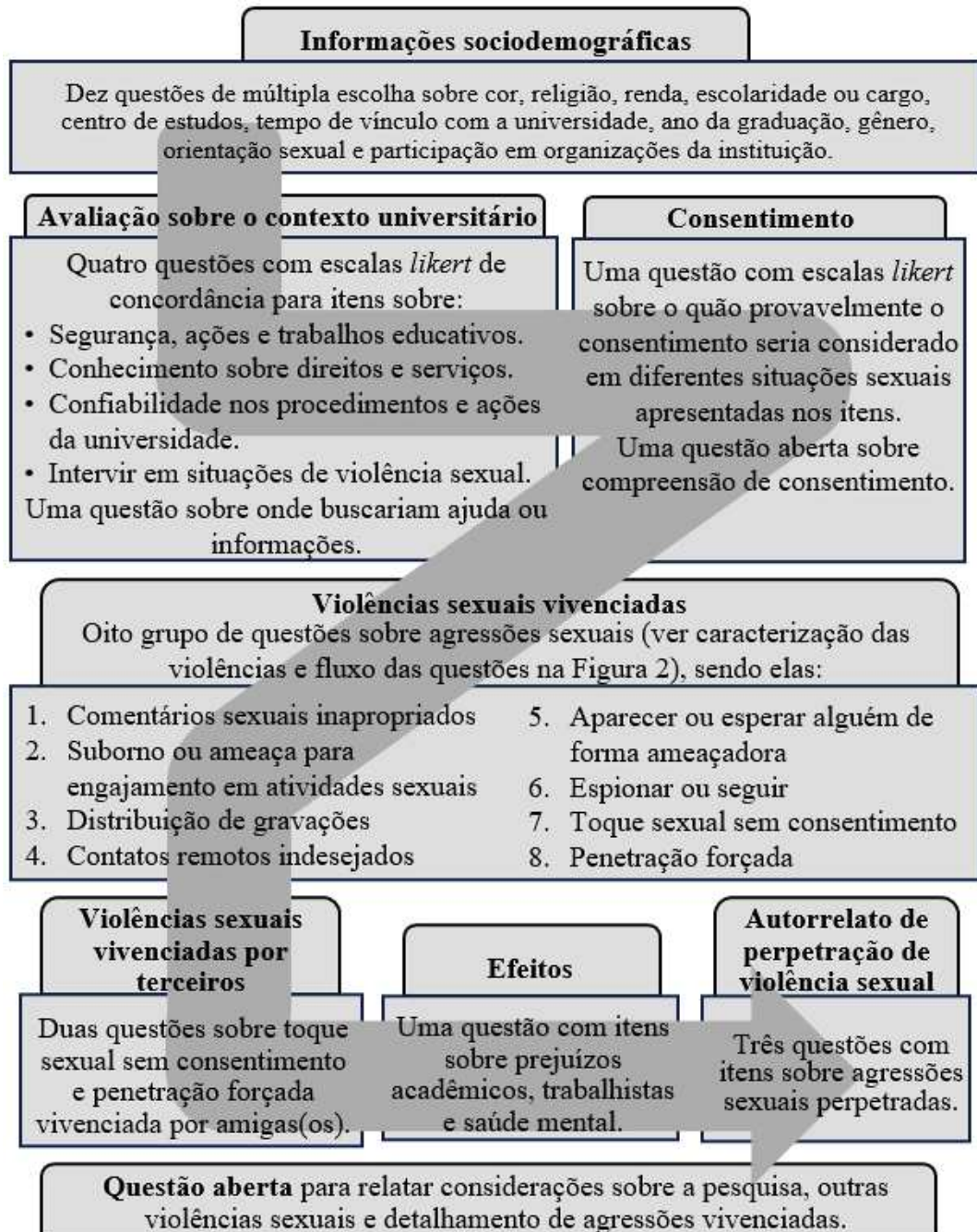
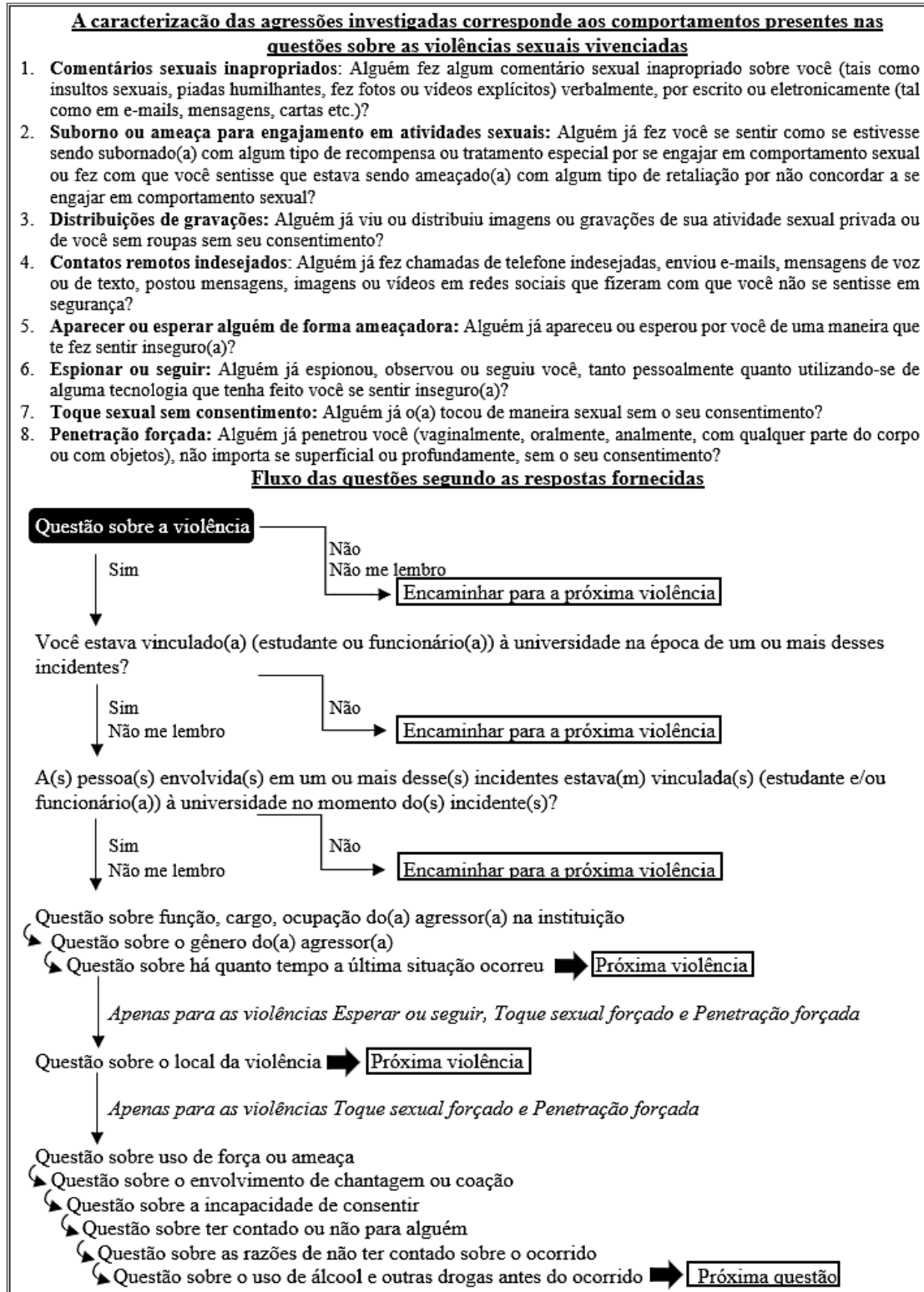


Figura 2

Caracterização das agressões sexuais investigadas e fluxo das perguntas sobre as violências vivenciadas



No questionário, há questões de múltipla escolha e itens que compõem questões no formato de escalas *Likert* com exceção de duas questões abertas. Uma das questões abertas foi inserida na seção sobre compreensão de consentimento, sendo: “Caso deseje, cite quais formas de consentimento você considerou para os itens pertinentes da questão anterior”. A outra questão aberta está localizada ao final do questionário, sendo: “Caso queira elaborar melhor qualquer uma de suas respostas até aqui, descreva com mais detalhes suas experiências, ou ofereça considerações adicionais sobre essas questões ou sobre esta pesquisa. Também pode ser relatado outras situações relacionadas à violência sexual que você possa ter vivenciado que não foram contempladas por essas questões. Gostaríamos de encorajar você a fazê-lo no espaço abaixo”.

Aspectos éticos

Este estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) identificado pelo CAAE 31703020.9.0000.5231 e parecer de aprovação n. 4.057.402.

Estratégias de recrutamento de participantes

Ao final de agosto de 2020 foi divulgado um indicativo de envio da pesquisa para a comunidade universitária via Facebook e Instagram. O objetivo da postagem-indicativo era aumentar a disposição das(os) membras(os) da comunidade acadêmica em clicar em links de *e-mails* com a temática “Violência sexual no contexto universitário” que seriam enviados posteriormente. As(as) participantes foram convidadas(os) a responder ao questionário via *e-*

mails distribuídos por setores da instituição como departamentos, secretarias, colegiados, centros acadêmicos e atléticas e ainda, via redes sociais (Facebook, Instagram e Whatsapp).

Entre os dias 26 de agosto e 30 de novembro a chamada de participação da pesquisa foi enviada para o *e-mail* de todos os centros de estudos, colegiados, departamentos e secretarias de graduação e pós-graduação disponíveis no site oficial da universidade. A pesquisa também foi enviada para todos os *e-mails* de listas oficiais (listas de alunos, docentes e servidores), pró-reitorias, reitoria, canais de comunicação da universidade. Entretanto, não foi identificado repasse para listas oficiais de e-mails institucionais e, também, não houve resposta dos canais de comunicação da universidade. Além disso, a chamada para responder aos questionários foi publicada nas redes sociais Facebook e Instagram da própria responsável pela pesquisa e compartilhada por terceiros. Outra via de divulgação foram os grupos de WhatsApp. No início de novembro, a chamada para participação também foi enviada, em mensagens privadas, aos perfis de Instagram de todas as atléticas e centros acadêmicos encontradas na rede social.

Nos *e-mails* encaminhados aos diferentes setores da universidade havia o pedido de divulgação da pesquisa para os contatos relacionados àquele setor. Por exemplo, para os colegiados era solicitado a divulgação entre os docentes e discentes do curso enquanto para as secretarias e pró-reitorias era solicitado também o envio para as(os) técnicas. Entretanto, não foi possível verificar quais setores repassaram os e-mails e quais não repassaram. Portanto, não é possível identificar se os centros de estudos e/ou setores da universidade com menos respondentes se deve à baixa adesão das(os) membras(os) pertinentes ou ao não acesso à divulgação da pesquisa. Outro fato de importante destaque se refere à ausência de resposta dos contatos oficiais relacionados a comunicação interna e externa da universidade aos pedidos de divulgação do estudo. Para os e-mails de listas de alunos, docentes e servidores, por exemplo, as solicitações foram enviadas quatro vezes em semanas distintas sendo utilizado como remetente um endereço de *e-mail* oficial da universidade. Em contato via telefone fixo com o

setor de jornalismo da universidade a pesquisadora responsável foi novamente orientada a encaminhar as solicitações por *e-mail*.

Procedimento

As(os) participantes respondiam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) vinculado às questões do questionário e, após o aceite, iniciavam o preenchimento das questões do instrumento, *online*, na plataforma Google Formulários. As respostas foram recebidas entre agosto e dezembro de 2020.

Participantes

Responderam a um questionário contendo questões fechadas obrigatórias e abertas optativas, 228 membros de uma universidade pública do interior do Paraná, sendo 185 estudantes (160 mulheres, 24 homens e 1 não binário) e 43 docentes (26 mulheres e 17 homens). A média de idade das(os) participantes foi de 28,38 anos com desvio padrão de 11,51 (estudantes = média 23,8 anos com desvio padrão de 5,79; docentes = 48,1 anos com desvio padrão de 8,87). Em relação as(aos) estudantes, 79,46% eram brancas(os) e 57,84% heterossexuais. Quanto (as)aos docentes, 90,7% se declararam brancas(os) e 95,35% heterossexuais. A maioria da amostra declarou não ter religião (40,79%) ou ser católica (35,53%). Sobre a renda, a maioria das(os) estudantes tinha renda inferior a três salários mínimos, sendo a maior porcentagem concentrada na faixa entre um e três salários (41,62%). A renda das(os) docentes se concentrou principalmente entre nove e 12 salários (37,21%). A maioria das(os) participantes discentes estavam vinculadas(os) à instituição entre dois e sete

anos e a maioria dos docentes estava na instituição há mais de nove anos. A caracterização completa das(os) participantes pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1

Tabela Descritiva da Amostra

			Docentes (N=43)	Estudantes (N=185)	Total (N=228)
Idade		M (DP)	48,10 (8,87)	23,80 (5,79)	28,38 (11,51)
Cor	Amarelo	F (%)	1 (2,33)	8 (4,32)	9 (3,95)
	Branco	F (%)	39 (90,70)	147 (79,46)	186 (81,58)
	Pardo	F (%)	3 (6,98)	16 (8,65)	19 (8,33)
	Preto	F (%)	0 (0,00)	14 (7,57)	14 (6,14)
Renda	Até R\$ 500,00	F (%)	0 (0,00)	16 (8,65)	16 (7,02)
	R\$ 500,00 a 1 salário min.	F (%)	0 (0,00)	40 (21,62)	40 (17,54)
	De 1 a 3 salários mínimos	F (%)	1 (2,33)	77 (41,62)	78 (34,21)
	De 3 a 6 salários mínimos	F (%)	4 (9,30)	22 (11,89)	26 (11,40)
	De 6 a 9 salários mínimos	F (%)	5 (11,63)	13 (7,03)	18 (7,897)
	De 9 a 12 salários mínimos	F (%)	16 (37,21)	9 (4,86)	25 (10,96)
	De 12 a 15 salários mínimos	F (%)	12 (27,91)	1 (0,54)	13 (5,70)
	Mais de 15 salários mínimos	F (%)	5 (11,63)	7 (3,78)	12 (5,26)
Gênero	Homem	F (%)	17 (39,53)	24 (12,97)	41 (17,98)
	Mulher	F (%)	26 (60,47)	160 (86,49)	186 (81,58)
	Não binário	F (%)	0 (0,000)	1 (0,54)	1 (0,44)
Orientação Sexual	Assexual	F (%)	0 (0,00)	2 (1,08)	2 (0,88)
	Bissexual	F (%)	0 (0,00)	51 (27,57)	51 (22,37)
	Em questão	F (%)	0 (0,00)	11 (5,95)	11 (4,82)
	Gay	F (%)	2 (4,65)	3 (1,62)	5 (2,19)
	Heterossexual	F (%)	41 (95,35)	107 (57,84)	148 (64,91)
	Lésbica	F (%)	0 (0,00)	6 (3,24)	6 (2,63)
	Pansexual	F (%)	0 (0,00)	3 (1,62)	3 (1,32)
	Queer	F (%)	0 (0,00)	2 (1,08)	2 (0,88)
	Religião	Sem religião	F (%)	8 (18,60)	85 (45,95)
Católica		F (%)	23 (53,49)	58 (31,35)	81 (35,53)
Protestante ou Evangélica		F (%)	3 (6,98)	18 (9,73)	21 (9,21)
Espírita		F (%)	4 (9,30)	11 (5,95)	15 (6,57)

	Umbanda ou Candomblé	F (%)	0 (0,00)	5 (2,7)	5 (2,19)
	Cristão	F (%)	1 (2,33)	2 (1,08)	3 (1,31)
	Seicho-No-Ie	F (%)	0 (0,00)	2 (1,08)	2 (0,88)
	Tenrikyo	F (%)	0 (0,00)	2 (1,08)	2 (0,88)
	Budista	F (%)	0 (0,00)	1 (0,54)	1 (0,44)
	Acredito em Deus	F (%)	1 (2,33)	0 (0,00)	1 (0,44)
	Adventista do Sétimo Dia	F (%)	0 (0,00)	1 (0,54)	1 (0,44)
	Agnóstico	F (%)	1 (2,33)	0 (0,00)	1 (0,44)
	Espiritualista	F (%)	1 (2,33)	0 (0,00)	1 (0,44)
	Judia	F (%)	1 (2,33)	0 (0,00)	1 (0,44)
Tempo de vínculo	Menos de 6 meses	F (%)	0 (0,00)	9 (4,86)	9 (3,95)
	De 6 meses a 1 ano	F (%)	2 (4,65)	10 (5,41)	12 (5,26)
	De 1 a 2 anos	F (%)	3 (6,98)	18 (9,73)	21 (9,21)
	De 2 a 3 anos	F (%)	1 (2,33)	37 (20,00)	38 (16,67)
	De 3 a 4 anos	F (%)	1 (2,33)	38 (20,54)	39 (17,10)
	De 4 a 5 anos	F (%)	0 (0,00)	32 (17,30)	32 (14,03)
	De 5 a 7 anos	F (%)	2 (4,65)	39 (21,08)	41 (17,98)
	De 7 a 9 anos	F (%)	7 (16,28)	2 (1,08)	9 (3,95)
	Acima de 9 anos	F (%)	27 (62,79)	0 (0,00)	27 (11,84)

Nota. M = Média; DP = Desvio Padrão F = Frequência; % = Porcentagem.

Local

A coleta de dados se deu durante a pandemia de Covid-19 e, por essa razão, todo procedimento foi realizado no formato *online*. *E-mails* e redes sociais foram as interfaces utilizadas para convidar as(os) participantes para o estudo. A plataforma Google Formulários foi a interface utilizada pelas(os) participantes para responder a um questionário.

Registro de dados

As respostas aos questionários foram registradas em planilhas de Excel automáticas geradas pelo Google Formulários. Após o encerramento do recebimento de respostas, as planilhas foram baixadas e erros de registro, como o envio duplicado de respostas, foram

corrigidos. As planilhas finais de registro foram transformadas em banco de dados utilizados para mensurar as respostas e registrar a frequência e porcentagem de cada resposta aos itens do instrumento. O banco de dados também foi registrado no programa SPSS (Versão 25) para realização de análises estatísticas, e no JASP 0.18 para realização das Análises Fatoriais Exploratórias. As respostas fornecidas à questão aberta sobre compreensão de consentimento foram registradas em arquivo no programa ATLAS.ti 9. Uma planilha contendo apenas as respostas de participantes que responderam a última questão aberta do questionário que continham relatos de violência sexual no contexto universitário foi registrada separadamente no Excel.

Análise de dados

Foram realizadas três diferentes metodologias de análise dos dados com o objetivo de viabilizar a apresentação (i) da avaliação da estrutura fatorial do instrumento, (ii) dos resultados quantitativos descritivos e inferenciais a respeito das respostas às questões fechadas ao instrumento e (iii) dos resultados qualitativos referentes às respostas das questões abertas do questionário.

Análise da estrutura fatorial das escalas Likert

Os itens do questionário que continham escalas *Likert* contavam com escalas que iam de 1 a 5 (Escala 1) e de 1 a 4 (Escala 2). Em razão disso, foi realizada Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial para duas escalas: Escala sobre Segurança, Ação institucional e Preocupação com a violência sexual no contexto universitário

(Escala 1) e Escala sobre Direitos, Serviços, Confiança em ações institucionais, Intervenção em situações de violência sexual no contexto universitário e Consentimento em atividades sexuais (Escala 2). Para ambas escalas, as análises foram implementadas utilizando uma matriz de correlação e método de extração fatoração do eixo principal.

O teste de esfericidade de *Bartlett* foi realizado para verificar se as variáveis estavam suficientemente correlacionadas para que a análise fatorial fosse apropriada. Nesse teste, a hipótese nula (não há correlações significativas entre as variáveis) pode ser rejeitada em favor da hipótese alternativa (há correlação entre as variáveis) quando valor de $p < 0,05$, indicando que a análise fatorial é apropriada. O índice *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) foi empregado para medir a adequação da amostragem em relação à análise fatorial. Valores de KMO acima de 0.70 geralmente indicam que a amostragem é adequada para a análise fatorial. A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi realizada por meio da técnica da Análise Paralela com permutação aleatória dos dados observados e a rotação utilizada foi a *Promax*.

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura, valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, com intervalo de confiança não atingindo 0,10, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90, ou preferencialmente, 0,95.

Análise dos resultados quantitativos

A caracterização da amostra teve os dados organizados em frequência e porcentagem para as variáveis renda, gênero, orientação sexual, religião e tempo de universidade com relação aos estudantes e docentes. Para os itens do instrumento que continham escalas *Likert* foram

calculadas porcentagens, médias e desvio padrão das respostas aos itens. Também para esses itens foi realizada a correlação de *Spearman* entre as variáveis (Apêndice B), de acordo com a natureza não-paramétrica da nossa amostra. Foi realizado Teste t de *Student* para amostras independentes com objetivo de investigar as diferenças nas respostas aos itens das escalas *Likert* de estudantes e docentes e de homens e mulheres, considerando $p < 0,05$. A normalidade dos dados foi avaliada por meio dos testes *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*. O pressuposto de homogeneidade de variância foi avaliado por meio do Teste de *Levene*. Foram realizados procedimentos de *Bootstrapping* (1000 re-amostragens; 95% IC BCa) para obter maior confiabilidade dos resultados, corrigir desvios de normalidade da distribuição da amostra e diferenças entre os tamanhos dos grupos e para apresentar um intervalo de confiança de 95% para as diferenças entre as médias (Haukoos & Lewis, 2005).

Os dados sobre as ocorrências de violência sexual foram analisados para identificar quais respostas se referiam à violência sexual sofrida no contexto da universidade. Foram consideradas violências sexuais no contexto universitário os casos relativos às respostas das(os) participantes que: (i) estavam vinculadas(os) à instituição quando o(s) incidente(s) ocorreuu(ram) e (ii) indicavam que as pessoas autoras dos atos estavam vinculadas à universidade, ou (iii) identificavam locais vinculados à universidade como local das agressões. Esses resultados foram apresentados em frequência e porcentagem. Foram realizados testes Qui-quadrado de *Pearson* para verificar a significância da relação entre as respostas nas questões sobre violências sexuais e os seguintes grupos: estudantes e docentes, homens e mulheres, brancos e não-brancos (foram agrupados as(os) participantes que se declararam preta(o), parda(o) e amarela(o)) e heterossexuais e não heterossexuais (foram agrupados as(os)

participantes que se declararam gay, lésbica, bissexual, pansexual, assexual e *queer*¹⁴ quando questionadas(os) sobre orientação sexual).

Análise dos resultados qualitativos

As respostas abertas da questão sobre compreensão de consentimento foram codificadas e categorizadas a partir de uma análise de conteúdo indutiva. Para análise, codificação e categorização foi utilizado o programa ATLAS.ti 9. Na análise de conteúdo indutiva não há categorias prévias, sendo a formulação delas proveniente dos dados e não de categorizações baseadas em conhecimentos já fundamentados sobre o fenômeno investigado. Esse tipo de análise de conteúdo é indicado “quando não existem estudos prévios sobre determinado fenômeno ou quando os dados estão muito dispersos, dificultando uma lógica de alocação por categorias formais prévias” (Castro et al., 2011, p. 817-818). No caso desta pesquisa, esse método visava verificar como membras(os) da comunidade universitária compreendem “consentimento” discutindo possíveis aspectos dessa compreensão à luz da Análise do Comportamento.

Em relação ao conteúdo das respostas à questão aberta final que solicitava relatos de situações de violência sexual, foram realizadas análises de contingências ontogenéticas e contingência cultural. O critério de inclusão para análise das respostas foi a(o) participante ter relatado situações de violência sexual que aconteceram no contexto universitário. Foi considerada como violência sexual qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual sem o consentimento da vítima. O contexto universitário foi definido pelos diferentes âmbitos da

¹⁴ O termo *queer* foi inserido na orientação sexual por participantes que assim declararam sua orientação na opção “outro”.

universidade incluindo locais e eventos relacionados a ela, e não apenas nas dependências físicas do campus, e pela relação das vítimas e agressões com a instituição. Foram consideradas situações de violência sexual narradas em primeira pessoa e também em terceira pessoa. Foram excluídas das análises as respostas sobre violências sexuais que aconteceram em outros contextos e comentários gerais sobre o questionário que não se tratavam de relatos de violência sexual.

O conteúdo das respostas eleito para análise foi organizado em três tabelas de contingências. Para o exame de contingências ontogenéticas, duas tabelas de contingências de reforçamento e punição foram utilizadas: uma para os comportamentos sexualmente violentos e outra para os comportamentos das vítimas em relação à violência vivenciada (e.g., denunciou, contou para alguém, como se sentiu etc.). Os elementos da contingência de três termos ontogenética (antecedente, comportamento, consequência reforçadora/punidora) presentes na descrição das situações foram incluídos nos itens pertinentes da tabela.

A terceira tabela analisava os elementos de uma contingência cultural, contendo as colunas: contexto social antecedente (e.g., agências controladoras), práticas culturais e consequências culturais, as quais remetem à proposta de Fontana e Laurenti (2020a) de análise da cultura. Foram derivados os aspectos do contexto, das práticas culturais e das consequências culturais identificados nas respostas em articulação com a bibliografia analítico-comportamental publicada em português sobre violência sexual e violência sexual no contexto universitário, e com os estudos apresentados no livro “Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas” organizado por Almeida e Zanello (2022).

A estratégia de caracterização dos elementos da contingência cultural envolveu identificar frases presentes explicitamente na resposta e articulá-las com a bibliografia sobre o assunto. Por exemplo, na frase “existem muitos casos de assédio no meu Departamento . . . de professores para com as alunas” consideramos o assédio sexual de professores contra alunas

como um dos “comportamentos” habituais de um grupo, compondo a prática cultural sexualmente violenta “assédio sexual”. Para esse componente da prática em específico, a hierarquia e relação de poder entre professor e aluna promovidas pela agência educacional são contextos relevantes já descritos na literatura (Linhares & Laurenti, 2019). As consequências culturais foram inscritas nas tabelas apenas quando as respostas sinalizavam efeitos que pudessem ser compartilhadas por membras e membros da cultura. Por exemplo, no relato “Não tive coragem de fazer uma denúncia na polícia, porque sei que não daria em nada” identificamos como possível consequência cultural das práticas envolvidas na ocultação dos crimes sexuais a subnotificação dos casos. Em razão da análise dos dados qualitativos estar articulada com a bibliografia da área, apresentamos esses resultados articulados à essa bibliografia em seções que correspondem à estrutura de uma contingência cultural.

Resultados

Os resultados estão divididos em três partes. Na primeira parte são apresentados os resultados da Análise Fatorial Exploratória das escalas *Likert* do questionário. Na segunda parte são descritos os resultados quantitativos a respeito da avaliação das(os) participantes sobre a segurança e preocupação relacionada à violência sexual no contexto universitário; conhecimento sobre serviços e direitos institucionais; confiabilidade nos procedimentos e ações da universidade; intervenção de terceiros; consideração do consentimento; e a vitimização e perpetração sobre oito tipos de violência sexual. Na terceira e última parte são apresentados os resultados qualitativos e discussão a respeito dos relatos verbais sobre situações de violências sexuais na universidade.

Análise Fatorial Exploratória das escalas *Likert*

A Escala 1 sobre Segurança, Ação institucional e Preocupação com a violência sexual no contexto universitário foi composta pelos itens:

- Segurança 1 - Sinto-me seguro(a) em todos os locais do campus e/ou outros espaços vinculados à universidade (museu, cine teatro etc.), em todos os horários e dias da semana.
- Segurança 2 - Sinto que minha universidade está fazendo um bom trabalho em garantir a segurança dos(as) estudantes, docentes e agentes universitários [técnicas(os)] contra a violência sexual.
- Ações (da instituição) - Sinto que na minha universidade há boas iniciativas sobre trabalhos educativos sobre a violência sexual.
- Preocupação 1 - Sinto que os(as) membros(as) e administradores(as) da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário.
- Preocupação 2 - Sinto que os(as) estudantes da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário.
- Preocupação 3 - Sinto que os(as) docentes da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário.
- Preocupação 4 - Sinto que os(as) agentes universitários (técnicos, técnico-administrativos, seguranças, auxiliares de serviços gerais, etc.) da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário.

Para esses itens, os testes de esfericidade de *Bartlett* (578,894; $gl = 21$, $p < 0,001$) e KMO (0,78) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação, sendo o primeiro resultado indicativo de que as correlações entre os itens são suficientes para realizar a análise fatorial e o segundo resultado sugerindo que a amostra é adequada para análise fatorial.

A Análise Paralela sugeriu uma estrutura unifatorial como sendo a mais representativa para os dados referentes aos itens como demonstrado na Tabela 2. As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 2

Resultados da Análise Paralela baseada em componentes principais (Escala 1)

	Valores próprios de componentes de dados reais	Valores próprios médios de dados simulados
Fator 1*	3.423	1.245
Fator 2	0.924	1.158
Fator 3	0.885	1.085
Fator 4	0.796	0.990
Fator 5	0.372	0.923
Fator 6	0.314	0.845
Fator 7	0.286	0.754

Nota. '*' = O fator deve ser mantido.

Tabela 3

Cargas dos fatores (Matriz estruturada, Escala 1)

	Fator 1
Segurança 1	
Segurança 2	0.697
Ações (da instituição)	0.600
Preocupação 1	0.840
Preocupação 2	
Preocupação 3	0.667
Preocupação 4	0.774

Nota. O método de rotação aplicado é *Promax*.

Os resultados indicam os itens que carregam fortemente o Fator 1. Observamos que os itens Segurança 1 e Preocupação 2 não saturaram suficientemente em nenhum fator. A falta de variação entre os participantes da amostra nas respostas aos itens pode estar relacionada a esse resultado.

A Fidedignidade Composta do fator único se mostrou aceitável (acima de 0,70). A medida de replicabilidade da estrutura fatorial (*H*-index, Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018) sugeriu que o fator tenha alta probabilidade de ser replicado em futuros estudos ($H > 0,80$). O índice de Fidedignidade Composta para o único fator extraído foi 0.842, com índice $H = 0.861$.

Os índices de ajuste do instrumento foram insatisfatórios. Os resultados para o RMSEA CFI e TLI foram abaixo do indicado como aceitável, sugerindo a necessidade de melhorias no ajuste do modelo ($\chi^2 = 90,471$, $gl = 14$; $p < 0,001$; RMSEA = 0,155; CFI = 0,794; TLI = 0,863).

A segunda Análise Fatorial Exploratória investigou a estrutura fatorial dos itens agrupados na Escala 2 sobre Direitos, Serviços, Intervenção em situações de violência sexual no contexto universitário e Consentimento em atividades sexuais, sendo eles:

- Direitos A - Onde ir na minha universidade para obter ajuda se eu ou um(a) amigo(a) passasse por uma situação de violência sexual.
- Direitos B - Os procedimentos formais para denunciar um incidente de violência sexual na minha universidade.
- Direitos C - Meus direitos na minha universidade se eu vivenciar uma violência sexual ou algum incidente do tipo.
- Direitos D - Eu conheço meus direitos no campus se eu fosse acusado(a) de cometer um ato de violência sexual.
- Confiança A - Sua denúncia seria levada a sério.
- Confiança B - Uma investigação justa seria efetuada.

- Confiança C - O apoio necessário durante a investigação seria fornecido a você.
- Confiança D - Medidas seriam tomadas para proteger você de ocorrências futuras.
- Confiança E - Seriam tomadas medidas apropriadas contra a(s) pessoa(s) acusada(s)
- Intervenção A - Eu buscaria ajuda especializada para um(a) amigo(a) que me contou ter vivenciado uma violência sexual.
- Intervenção B - Eu forneceria às autoridades do campus informações que poderiam ajudar em um caso de violência sexual, mesmo sendo pressionado(a) por outra pessoa a ficar em silêncio.
- Intervenção C - Eu expressaria minha desaprovação a um amigo(a) que está arranjando desculpas por ter se relacionado sexualmente com uma pessoa que não estava capaz de consentir.
- Intervenção D - Eu iria intervir se visse um(a) colega/amigo(a) passando por uma situação de violência sexual cometida por outra pessoa da comunidade acadêmica e que estivesse tentando escapar.
- Consentimento 1 - Eu pararia de transar com uma pessoa se ela quisesse parar, mesmo que o sexo tenha começado consensualmente.
- Consentimento 2 - Eu não transaria com uma pessoa se ela estivesse tão afetada por drogas ou álcool que não fosse capaz de consentir.
- Consentimento 3 - Mesmo que eu e uma pessoa já estivéssemos engajados em um tipo de atividade sexual, eu pediria alguma forma de consentimento para iniciar outro tipo de atividade sexual.
- Consentimento 4 - Eu pediria alguma forma de consentimento de meu(minha) parceiro(a) mesmo que estivéssemos em um relacionamento duradouro.
- Consentimento 5 - Eu pararia de me engajar em uma atividade sexual quando me fosse solicitado(a), mesmo que eu não quisesse parar.

- Consentimento 6 - Eu não continuaria uma atividade sexual com outra pessoa se ela estivesse me afastando, mas não dizendo nada verbalmente.

Os testes de esfericidade de *Bartlett* (1460,125; $gl = 171$, $p < 0,001$) e KMO (0,75) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A Análise Paralela sugeriu quatro fatores como sendo os mais representativos para os dados (ver Tabela 4). As cargas fatoriais dos itens podem ser observadas na Tabela 5.

Tabela 4

Resultados da Análise Paralela baseada em componentes principais (Escala 2)

	Valores próprios de componentes de dados reais	Valores próprios médios de dados simulados
Fator 1*	3.655	1.530
Fator 2*	2.819	1.434
Fator 3*	2.055	1.353
Fator 4*	1.601	1.285
Fator 5	1.219	1.234
Fator 6	1.104	1.184
Fator 7	0.921	1.127
Fator 8	0.877	1.075
Fator 9	0.761	1.030
Fator 10	0.725	0.981
Fator 11	0.583	0.933
Fator 12	0.534	0.887
Fator 13	0.444	0.843
Fator 14	0.388	0.795
Fator 15	0.340	0.756
Fator 16	0.289	0.720
Fator 17	0.256	0.664
Fator 18	0.224	0.608
Fator 19	0.206	0.559

Nota. '*' = O fator deve ser mantido.

Tabela 5

Cargas dos fatores (Matriz estruturada, Escala 2)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Direitos A	0.641			
Direitos B	0.876			
Direitos C	0.815			
Direitos D	0.729			
Confiança A		0.807		
Confiança B		0.867		
Confiança C		0.834		
Confiança D		0.714		
Confiança E		0.763		
Intervenção A				
Intervenção B				
Intervenção C				
Intervenção D			0.560	
Consentimento A				
Consentimento B				
Consentimento C				0.905
Consentimento D				0.734
Consentimento E				
Consentimento F				

Nota. O método de rotação aplicado é Promax.

Importante observar que os itens Intervenção A, Intervenção B, Intervenção C, Consentimento A, Consentimento B, Consentimento E e Consentimento F não saturaram em nenhum fator. Pode ser que isso tenha acontecido pela falta de variação entre os participantes da amostra nas respostas a esses itens.

A Fidedignidade Composta (FC) dos fatores se mostrou aceitável (acima de 0,70) para quase todos os fatores, exceto para “Intervenção” (FC = 0,314). A medida de replicabilidade da estrutura fatorial (*H*-index, Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018) sugeriu que o Fator 3 (Intervenção) poderá não ser replicável em estudos futuros ($H < 0,80$). Os índices de

Fidedignidade Composta para o Fator 1 (Direitos) foram $FC = 0.852$, $H = 0.877$, indicando alta consistência interna e alta replicabilidade. Em relação ao Fator 2 (Confiança) os resultados ($FC = 0.898$, $H = 0.906$) também apontaram alta consistência interna e alta replicabilidade. Já o Fator 3 (Intervenção) apresentou baixa confiabilidade e replicabilidade ($FC = 0.314$, $H = 0.314$) com apenas 1 item que saturou pouco acima de 0.5. Os resultados para Fator 4 (Consentimento) também indicaram alta consistência interna e alta replicabilidade ($FC = 0.807$, $H = 0.851$).

Os índices de ajuste do instrumento foram adequados ($\chi^2 = 159,038$, $gl = 101$; $p < 0,001$; RMSEA = 0,050; CFI = 0,955; TLI = 0,923).

Resultados quantitativos

Os resultados quantitativos compreendem os dados sobre as respostas das(os) participantes às escalas *Likert*, o levantamento de agressões sexuais e aspectos relacionados às ocorrências bem como as análises estatísticas descritivas e inferenciais sobre esses resultados.

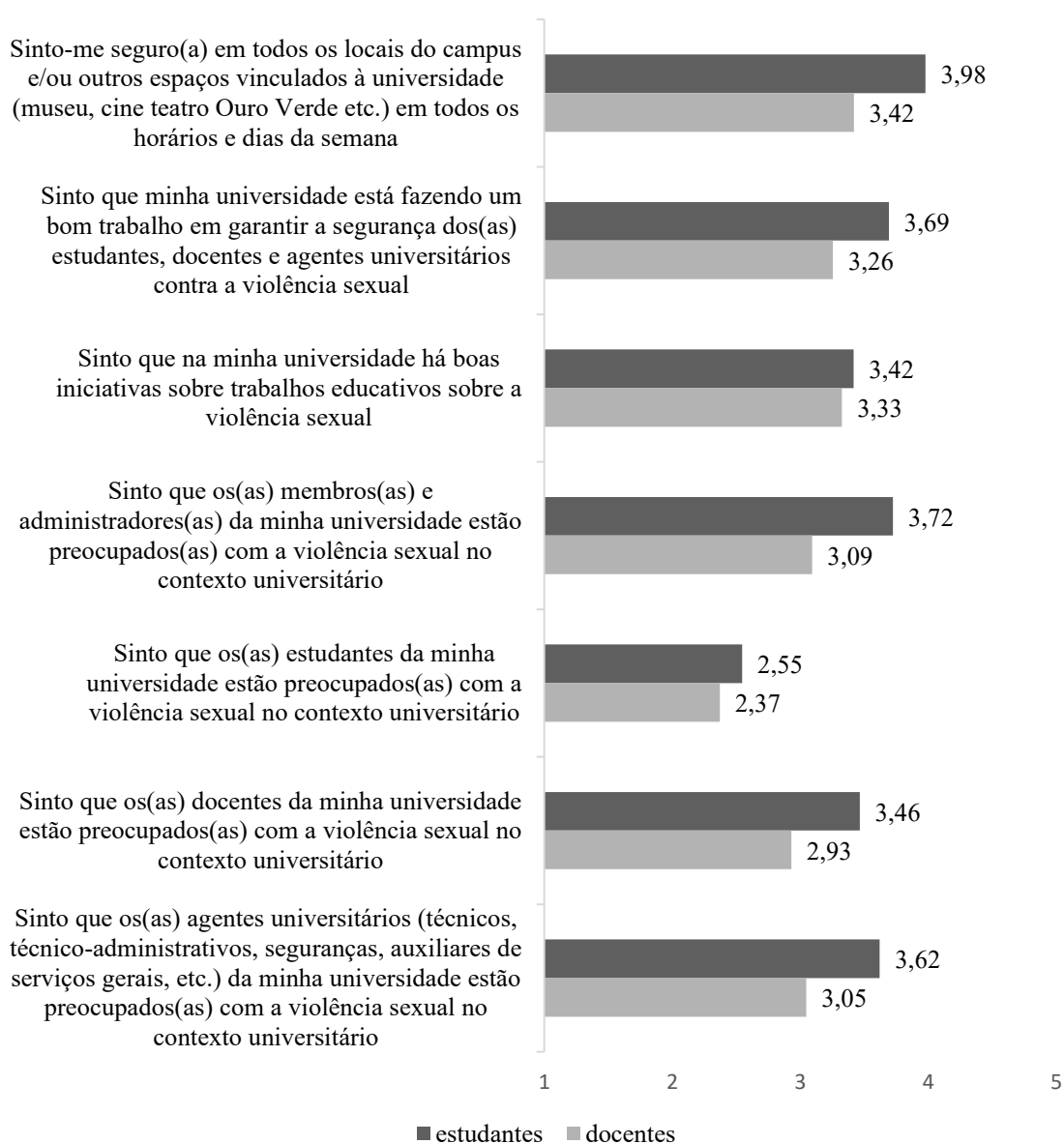
Avaliação das(os) participantes sobre diferentes aspectos relacionados à violência sexual na universidade

O quanto as(os) membros da universidade se sentem seguros na instituição, como avaliam se existem trabalhos sobre violência sexual sendo realizados e o quanto consideram que administradores, estudantes, docentes e outros funcionários da universidade estão preocupados com a temática foram aspectos investigados nas escalas *Likert*. Na Figura 3 apresentamos um gráfico com as médias das respostas fornecidas pelas(os) discentes e docentes aos itens que investigavam o quanto elas(es) concordavam com afirmações sobre segurança, ações da instituição e preocupação de diferentes membros da universidade sobre a violência sexual.

As(os) participantes respondiam a uma escala *Likert* que ia de 1 (concordo fortemente) a 5 (discordo fortemente) para cada um dos itens.

Figura 3

Médias das respostas nas escalas Likert sobre avaliação da segurança, ações e preocupação em relação à violência sexual e contexto universitário



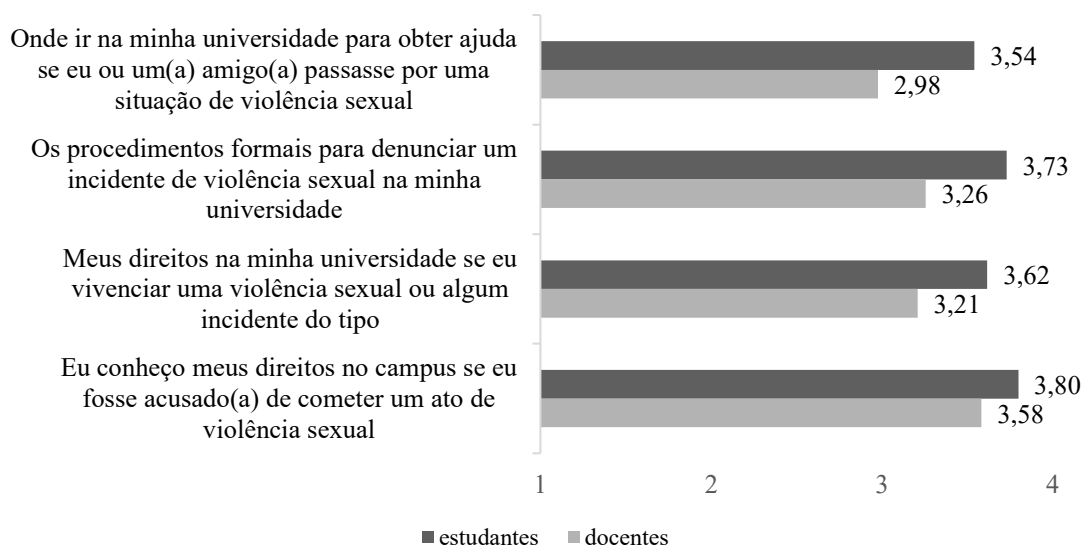
Nota. Nesta escala *Likert*: 1 corresponde a “concordo fortemente” e 5 a “discordo fortemente”. Portanto, quando mais próximo de 5 maior discordância em relação a afirmação.

As médias dos grupos indicam que as(os) estudantes discordaram mais das afirmações que as(os) docentes, ainda que ambas categorias apresentem médias que correspondem a baixa porcentagem de concordância na maioria dos itens. A diferença de avaliação das(os) discentes e docentes foi estatisticamente significativa ($p < 0,05$), segundo o Teste t, para os itens sobre sentir-se segura(o) na universidade, trabalhos para garantir a segurança contra a violência sexual, preocupação de administradores, docentes e técnicos(as) em relação à temática. Em comparação com os homens da amostra, as mulheres discordaram mais sobre se sentirem seguras nas diferentes instalações da universidade, sendo a diferença estatisticamente significativa (média das mulheres = 4,13; média dos homens = 2,66). Também encontramos diferenças significativas na avaliação de homens e mulheres quanto a preocupação de administradores (média das mulheres = 3,70; média dos homens = 3,17), preocupação de docentes (média das mulheres = 3,44; média dos homens = 3,05) e preocupação de técnicos(as) (média das mulheres = 3,59; média dos homens = 3,20).

Os resultados sobre o quanto as(os) participantes afirmaram conhecer direitos, serviços e procedimentos da instituição de ensino superior a respeito de situações envolvendo violência sexual estão representados na Figura 4 que contém a média das respostas de discentes e docentes. A escala era de 1 (conheço com certeza) a 4 (não conheço).

Figura 4

Médias das respostas nas escalas Likert sobre conhecer direitos, serviços e procedimentos na universidade em relação a situações de violência sexual



Nota. 1 = conheço com certeza, 2 = conheço, 3 = conheço pouco, 4 = não conheço.

Os resultados indicaram que a maioria das(os) participantes, em especial as(os) estudantes, desconhece seus direitos e procedimentos em caso de envolvimento em situações de violência sexual. Por exemplo, 76,76% das(os) discentes e 46,51% dos docentes afirmaram que não conhecem os procedimentos formais de denúncia. A diferença nas respostas de estudantes e docentes foi estatisticamente significativa (Teste t, $p < 0,05$) para todas as afirmações presentes na Figura 4. Em relação à comparação entre homens e mulheres os resultados apontaram que as mulheres afirmaram mais frequentemente não conhecer onde ir na universidade para buscar ajuda (média das mulheres = 3,49; média dos homens 3,17) e seus direitos caso vivenciassem uma situação de violência sexual (média das mulheres = 3,59; média dos homens = 3,29). Em relação aos outros itens a diferença das respostas entre homens e mulheres não apresentou resultados estatisticamente significativos.

Às(os) participantes também foram apresentadas(os) a uma lista de locais para indicar onde buscariam ajuda, onde procurariam por informações e quais locais não buscariam para

nenhuma das opções. As organizações mais apontadas como locais nos quais as(os) estudantes buscariam por ajuda foram os Serviços de bem-estar e saúde do campus (54,77%), seguido da Delegacia de polícia local e Promotoria (39,9%), Segurança pública do *campus* (34,6%) e Coletivos feministas (34,3%). A Página na web da universidade apareceu como local com maior percentagem indicativa para busca de informações (46,4%) seguido de Prefeitura do *campus*, reitoria ou pró-reitorias (26,3%). Coletivos feministas e a Comissão de Prevenção à Violência Sexual e de Gênero foram os locais mais indicados como relevantes para os dois procedimentos (35,4 e 35%, respectivamente). Em relação aos locais nos quais as(os) alunas(os) não buscariam por ajuda ou informações, destacamos que 90,3% das(os) participantes não procurariam os Sindicatos. Esse resultado seria esperado considerando que essas organizações estão, principalmente, direcionadas aos funcionários. É importante destacar, então, as percentagens consideráveis de respostas das(os) discentes que não buscariam informações ou ajuda no DCE (55,4%), Chefias de departamento (48%) e Centros acadêmicos (42,5%).

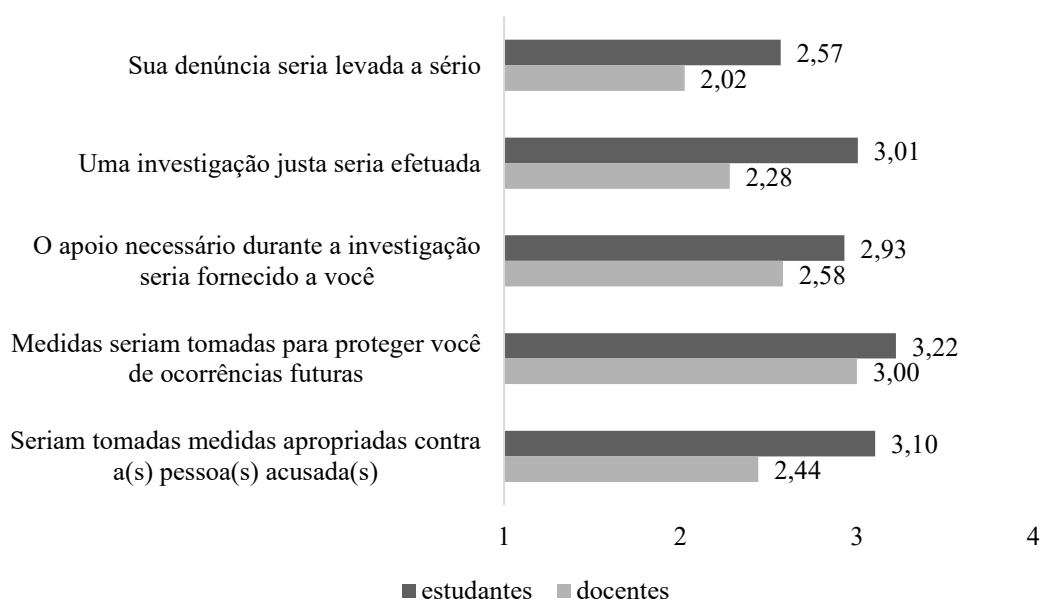
Em relação aos docentes, os locais mais apontados para buscar ajuda foram os Serviços de bem-estar e saúde do *campus* (69,77%), seguido da Delegacia de polícia local e Promotoria (65,12%), Segurança pública do *campus* (44,19%), Ouvidoria e Chefia de departamento (ambos com 39,53%). A Página na web da universidade aparece como local com maior percentagem indicativa para busca de informações (37,21%) seguido da Chefia de departamento (25,58%). Embora apareça com uma percentagem pequena em relação às possibilidades de buscar ajuda e informação, a Delegacia de polícia local e Promotoria foi o local mais indicado como relevante para os dois procedimentos (16,28%). Destacamos ainda que 81,5% dos docentes participantes não buscariam nos Centros acadêmicos nem ajuda nem informação, assim como 79,07% responderam que também não buscariam o DCE. Esse resultado seria esperado considerando que essas instâncias estão, principalmente, direcionadas aos estudantes. É importante destacar, então, as percentagens consideráveis de respostas dos docentes que não

buscariam informações ou ajuda nos Sindicatos (67,44%), com outros Docentes (51,16%) e na Página da web da universidade (48,84%).

Outro aspecto investigado pelas escalas *Likert* foi o quanto as(os) participantes consideraram provável que algumas atitudes seriam tomadas caso relatassem às autoridades da universidade terem vivenciado uma situação de violência sexual. Os resultados sobre esse aspecto estão demonstrados na Figura 5. A escala era de 1 (muito provável) a 4 (nem um pouco provável).

Figura 5

Média das respostas em relação à avaliação das(os) participantes sobre a probabilidade das ações de proteção em caso de violência sexual denunciada às autoridades da instituição



Nota. 1 = muito provável, 2 = provável, 3 = pouco provável e 4 = nem um pouco provável.

As(os) estudantes consideraram menos provável, em comparação com as(os) docentes, que suas denúncias fossem levadas a sério, que uma investigação justa seria efetuada, que receberiam apoio necessário durante a investigação e que medidas apropriadas seriam tomadas contra as pessoas acusadas (Teste *t*, $p < 0,05$). Não houve diferença estatisticamente

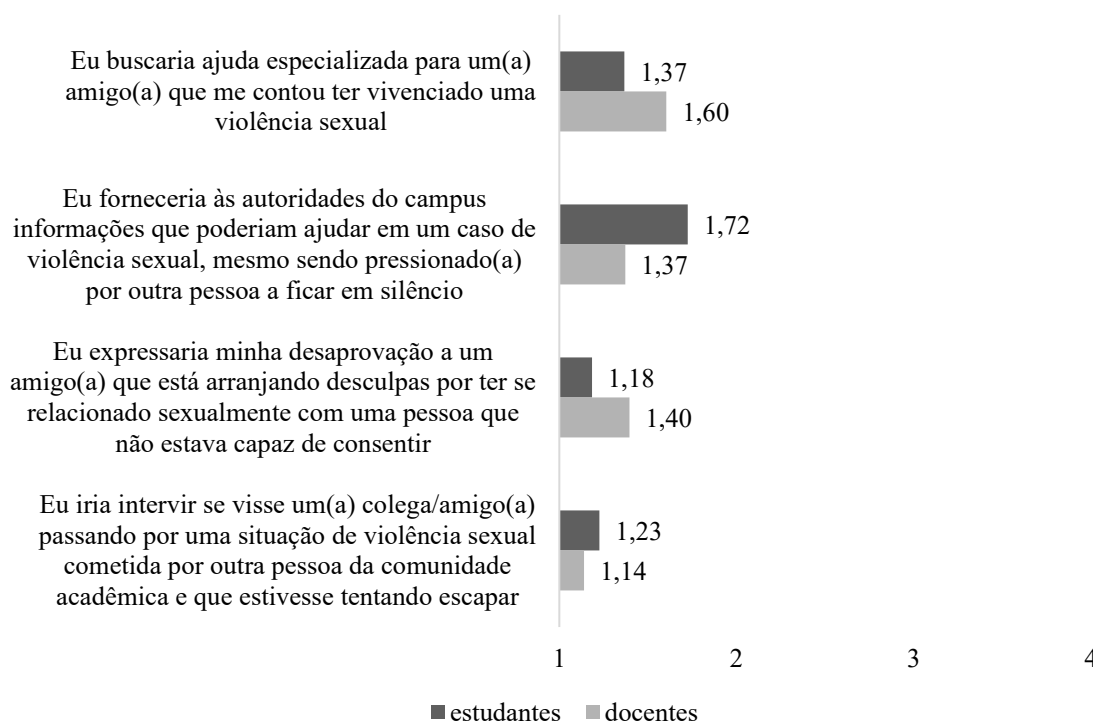
significativa em relação a como docentes e discentes avaliaram que medidas seriam tomadas para protegê-las(os) de ocorrências futuras. Destacamos que esse foi o item com a maior média entre os docentes e discentes, portanto, a ação que consideraram menos provável de ser tomada pela instituição. Em relação ao gênero, houve diferença significativa no item sobre medidas contra as pessoas acusadas, sendo que as mulheres consideraram menos provável essa atitude do que os homens (média das mulheres = 3,05; média dos homens = 2,63).

Destacamos que houve correlação positiva alta entre as variáveis sobre a denúncia ser levada a sério e uma investigação justa ser efetuada ($r = 0,73$, nível de significância $p < 0,01$) e entre uma investigação justa ser efetuada, apoio fornecido e medidas apropriadas contra acusados(as) ($r = 0,70$, nível de significância $p < 0,01$). Todas as demais variáveis também apresentaram correlações positivas moderadas. Esses resultados significam que essas variáveis tentem a variar juntas positivamente, ou seja, quando há baixa avaliação de que sua denúncia seria levada a sério também há baixa avaliação sobre uma investigação justa ser efetuada e assim por diante.

A intervenção e ajuda de terceiros em situações de violência sexual é um aspecto relevante no enfrentamento desses incidentes. Neste estudo esse aspecto foi investigado a partir dos itens apresentados na Figura 6. As(os) participantes respondiam o quão provavelmente agiriam das maneiras descritas nas afirmações. O gráfico presente na Figura 6 demonstra as médias das respostas de discentes e docentes à escala que ia de 1 (muito provavelmente) a 4 (nem um pouco provável).

Figura 6

Média das respostas sobre quão provavelmente as(os) participantes interviriam e forneceria ajuda em casos de violência sexual contra terceiros



Nota. 1 = muito provavelmente, 2 = provavelmente, 3 = pouco provável e 4 nem um pouco provável.

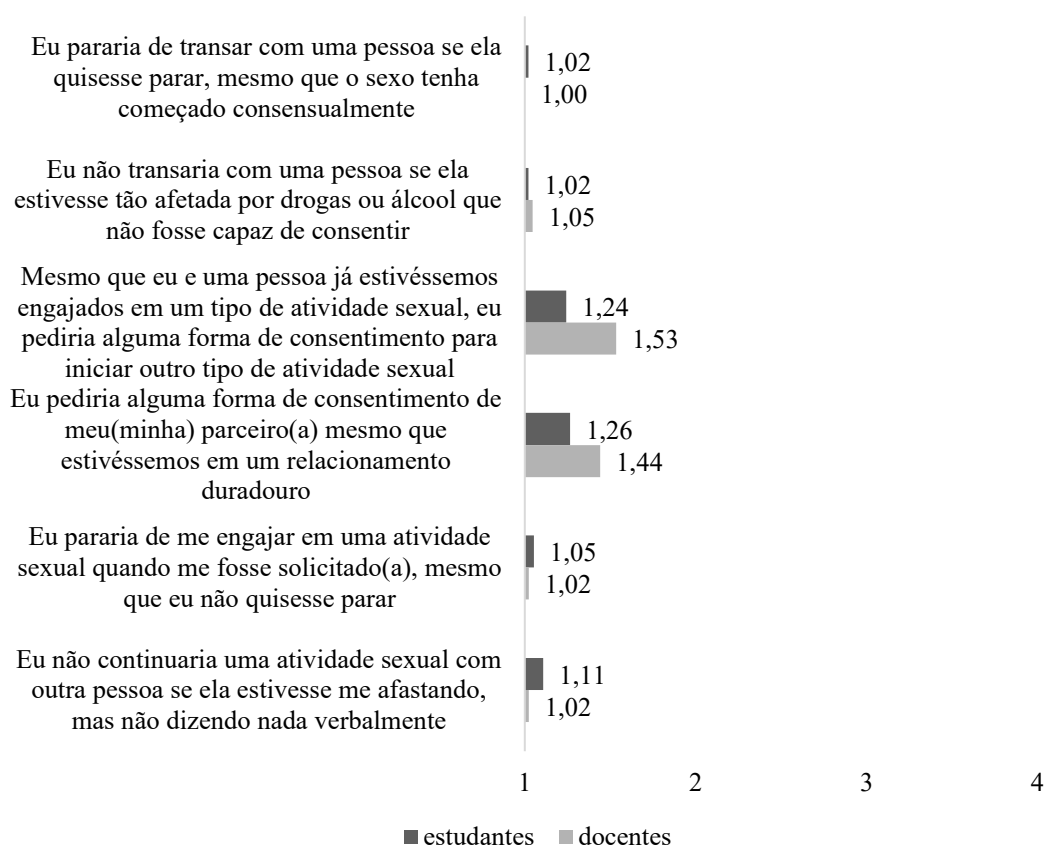
A maioria das(os) docentes e discentes considerou muito provável ou provável buscar ajuda para alguém que tivesse vivenciado violência sexual, fornecer informações a autoridades do campus, expressar desaprovação em relação à amigos que pudessem estar envolvidos em agressões sexuais e intervir em situações de violência sexual cometidas por integrantes da universidade. A diferença entre estudantes e docentes foi significativa (Teste t, $p < 0,05$) apenas para o item relacionado a fornecer informações a autoridades da instituição, sendo os docentes os que responderam considerar mais provável agir dessa maneira, em comparação com os resultados das(os) discentes. Em relação ao gênero, o mesmo item teve uma diferença estatística significativa na qual os homens consideraram mais provável fornecer informações a autoridades (média = 1,37) quando comparados com as mulheres (média = 1,72). Relembramos que a

Análise Fatorial indicou que o Fator correspondente à intervenção de terceiros apresentou baixa fidedignidade e baixa replicabilidade.

O consentimento em diferentes situações sexuais foi investigado neste estudo a partir de itens nos quais as(os) participantes avaliavam a probabilidade de pedir alguma forma de consentimento da outra pessoa para atividades sexuais e de uma questão aberta na qual elas(es) podiam optar por explicitar quais as formas de consentimento consideraram para responder aos itens. Os resultados sobre os itens estão representados na Figura 7.

Figura 7

Média das respostas sobre consentimento em atividades sexuais



Nota. 1 = muito provavelmente, 2 = provavelmente, 3 pouco provável, 4 nem um pouco provável.

No geral, a maioria das(os) participantes considerou muito provável ou provável pedir consentimento em todas as situações investigadas. A análise estatística (Teste t, $p < 0,05$) apontou que as(os) estudantes consideraram mais provável pedir alguma forma de consentimento para iniciar outro tipo de atividade sexual mesmo que já estivessem engajados em um tipo de atividade sexual em comparação com as(os) docentes. Inversamente, outra diferença significativa foi em relação a continuar uma atividade sexual se a pessoa estivesse afastando a outra. Nesse último caso, a média dos docentes foi mais próxima da extremidade “muito provavelmente” quando comparada aos discentes. Em relação ao gênero, as mulheres consideraram mais provável (média 1,24) pedir o consentimento para iniciar outro tipo de atividade sexual mesmo que já estivessem engajadas(os) em um tipo de atividade sexual em comparação com os homens (média = 1,56). O mesmo aconteceu com pedir alguma forma de consentimento em relacionamentos duradouros (média das mulheres = 1,25; média dos homens 1,54).

Destacamos que pedir alguma forma de consentimento em relacionamentos duradouros e para iniciar outra forma de atividade sexual após já estarem envolvidas(os) em outra atividade sexual apresentou uma correlação positiva alta ($r = 0,70$, nível de significância $p < 0,01$). Em outras palavras os resultados das duas questões variam juntas. Relembramos também que foram essas duas afirmações os únicos itens que saturaram no Fator 4, correspondente à avaliação sobre pedir alguma forma de consentimento.

Levantamento de casos de violência sexual

Os casos de violência sexual no contexto universitário foram investigados, a partir de três estratégias contidas no instrumento. As(os) participantes eram questionados se já haviam vivenciado as violências investigadas (autorrelato de violência vivenciada), se alguém havia

lhes contado sobre toque sexual sem consentimento e penetração forçada no contexto da universidade (relato de violência vivenciada por terceiros) e se já haviam praticado alguma das agressões investigadas (autorrelato de perpetração de violência).

A fonte utilizada para maior detalhamento dos casos de violência sexual levantados foi o autorrelato de violências sexuais vivenciadas a partir de respostas que as(os) participantes forneceram a oito grupos de questões que envolviam diferentes topografias de violências sexuais, nesta seção abreviadamente apresentadas como: (1) comentários sexuais inapropriados, (2) distribuição de gravações, (3) suborno ou ameaça para engajamento em atividades sexuais, (4) contatos remotos indesejados, (5) aparecer ou esperar alguém de forma ameaçadora, (6) espionar ou seguir, (7) toque sexual sem consentimento e, (8) penetração forçada. Sobre essas violências as(os) participantes respondiam se já haviam sido vítimas, se estavam vinculadas(os) à universidade quando a violência aconteceu, se as pessoas envolvidas também eram vinculadas à universidade e qual era o vínculo e qual era o gênero do(a) perpetrador(a). A Tabela 6 apresenta a frequência e porcentagem das violências relatadas em relação aos estudantes e docentes no contexto geral e no contexto universitário. Apenas para as violências “toque sexual sem consentimento” e “penetração forçada” foram ainda investigados os seguintes aspectos: os locais nos quais a violência sexual foi perpetrada, a capacidade de consentir da vítima, se as pessoas que vivenciaram a violência contaram para alguém sobre o ocorrido e, se não contaram, por qual razão. Especialmente para a situação de penetração forçada, as pessoas que foram vítimas dessa violência foram questionadas se isso aconteceu mais de uma vez.

Tabela 6

Porcentagem de violências sexuais autorrelatadas pelas(os) participantes, em relação à vitimização ocorrendo em um contexto geral da sociedade e especificamente no contexto universitário

Violências	Estudantes		Docentes	
	F (%)		F (%)	
	Contexto		Contexto	
	Geral	Universitário	Geral	Universitário
comentários sexuais inapropriados	101 (54,59)	49 (26,49)	8 (18,6)	4 (9,30)
distribuição de gravações	11 (5,95)	0	0	0
suborno ou ameaça para engajamento em atividades sexuais	63 (34,05)	26 (14,05)	3 (6,98)	2 (4,65)
contatos indesejados por telefone, e-mail ou outros meios digitais	83 (44,86)	20 (10,81)	11 (25,58)	4 (9,30)
aparecer ou esperar alguém de forma ameaçadora	82 (44,32)	26 (14,05)	12 (27,91)	5 (11,62)
espionar ou seguir	69 (37,30)	18 (9,73)	7 (16,28)	4 (9,30)
toque sexual sem consentimento	124 (67,03)	51 (27,57)	17 (39,53)	4 (9,30)
penetração forçada	56 (30,27)	15 (8,11)	3 (6,98)	0

Nota. As porcentagens das classificações “contexto geral” e “contexto universitário” foram calculadas, ambas, em relação ao total de participantes de cada categoria, ou seja, em relação ao total de estudantes e docentes. Por exemplo, das(os) 100% de estudantes, 27,57% já vivenciaram uma ou mais situações de toque sexual sem o consentimento no contexto universitário e 67,03% do total já vivenciaram em algum momento de suas vidas.

Destacamos que 30,27% das(os) estudantes já foram vítimas de estupro com penetração, sendo 9,19% vitimadas mais de uma vez na vida e 8,11% as que afirmaram ter vivenciado essa violência no contexto da universidade. A violência mais relatada pelas(os) alunas(os) no contexto da instituição foi ser tocada(o) sexualmente sem seu consentimento (27,57%) seguida de comentários sexuais inapropriados sobre elas(es) (26,49%). Quanto as(aos) docentes, a agressão sexual mais relatada no contexto universitário foi alguém aparecer ou esperá-las(os)

de forma ameaçadora (11,62%). Observamos que mais estudantes relataram ter vivenciado violências sexuais em todas as agressões investigadas, em comparação com docentes. Foram encontradas relações significativas entre essas variáveis nos testes de Qui-quadrado. A única exceção foi em relação à distribuição de gravações, ainda que devamos considerar que 11 estudantes declararam ter vivenciado essa situação em comparação com nenhuma ocorrência contra docentes.

Gênero e detalhamento das violências sexuais relatadas.

Nesta pesquisa as pessoas que participaram podiam se identificar como mulher, homem, cis, trans, não binário e outro. Entretanto, apenas uma pessoa se declarou não binária e, não tivemos participação de pessoas autodeclaradas como pessoas trans. Em razão da inviabilidade de análises estatísticas inferenciais a respeito de outras categorias de gênero, os resultados estão pautados no binarismo estratégico¹⁵ mulheres/homens.

Quando analisamos os resultados em relação ao gênero das pessoas que vivenciaram alguma situação de violência sexual encontramos associações estatisticamente significativas (Qui-quadrado, considerando $p < 0,05$) para quase todas as violências com exceção da distribuição de gravações, considerando o contexto geral. Não foi possível especificar se as

¹⁵ A expressão *binarismo estratégico* têm sido utilizada em estudos que pretendem distanciar a estratégia de utilizar termos que nomeiem categorias sociais como representação de grupos e indivíduos expostos histórica e culturalmente a contingências diferenciadas do uso de conceitos essencialistas de identidade. Como afirma Zanello (2018), a utilização de termos como mulher e homem “nos auxilia a revelar certas estruturas presentes nos processos de subjetivação de mulheres e homens em nossa cultura, nesse momento histórico” (p. 54). Podemos situar como discussão precursora do desenvolvimento desse conceito a realizada por Spivak (1988/2010) em “Pode o subalterno falar?”. Ao analisar diferentes acepções sobre representação, a autora se dedica a compreender as possibilidades de enunciação de pessoas subalternas e o papel ético-político do(a) intelectual/pesquisador(a) na relação com tais sujeitos. Spivak reconhece a utilidade política do uso estratégico de categorias representativas de forma estratégica, porém adverte que estratégias coletivistas não se confundem com as identidades dos próprios sujeitos.

diferenças encontradas na vitimização de homens e mulheres no contexto universitário eram estatisticamente significativas, em razão da subdivisão em “mulheres docentes”, “homens docentes” e “homens estudantes” resultar em um número de participantes inferior ao necessário para as análises. A porcentagem relativa a cada topografia das agressões sexuais no contexto geral pode ser visualizada na Tabela 7.

Tabela 7

Porcentagem relativa de mulheres e homens que relataram terem sido vítimas de violência sexual em relação ao total de participantes do mesmo gênero

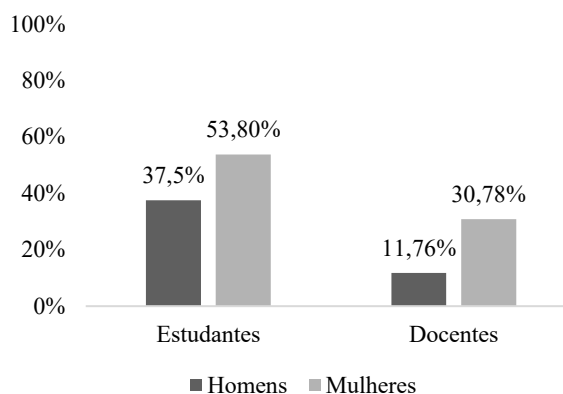
Violências	Estudantes		Docentes	
	F (%)		F (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
comentários sexuais inapropriados	92 (57,50)	9 (37,50)	7 (26,92)	1 (5,88)
distribuição de gravações	8 (5,00)	2 (8,33)	0	0
suborno ou ameaça para engajamento em atividades sexuais	57 (35,62)	6 (25,00)	2 (7,67)	1 (5,88)
contatos remotos indesejados	78 (48,75)	4 (16,67)	8 (30,77)	3 (17,65)
aparecer ou esperar alguém de forma ameaçadora	77 (48,12)	4 (16,67)	8 (30,77)	4 (23,52)
espionar ou seguir	64 (40,00)	4 (16,67)	7 (26,92)	0
toque sexual sem consentimento	112 (70,00)	11 (45,83)	12 (46,15)	5 (29,41)
penetração forçada	53 (33,12)	2 (8,33)	2 (7,69)	1 (5,88)

Nota. As porcentagens foram calculadas em relação ao total de mulheres e homens que participou do estudo (mulheres estudantes: 160; homens estudantes: 24; estudante não binário: 1; mulheres docentes: 26; homens docentes: 17).

Na Figura 8 podemos observar a porcentagem relativa em relação ao gênero das(os) participantes que relataram ter vivenciado ao menos uma das violências sexuais investigadas no contexto da instituição de ensino superior.

Figura 8

Porcentagem relativa ao gênero de participantes que afirmaram ter vivenciado ao menos uma das violências sexuais no contexto universitário



Em relação às porcentagens, 53,8% das mulheres estudantes afirmaram ter vivenciado pelo menos uma das violências investigadas no contexto universitário em comparação com 37,5% dos homens estudantes. O toque sexual sem consentimento (mulheres = 28,75%; homens = 16,67%) e comentários sexuais inapropriados (mulheres = 28,13%; homens = 16,67%) foram os mais relatados em cada categoria de estudantes em relação ao gênero. Quanto às mulheres docentes, 30,78% responderam ter sofrido ao menos uma das violências sexuais no contexto da instituição em comparação com 11,76% dos homens docentes. As únicas violências relatadas por docentes homens no contexto da universidade foram alguém aparecer ou esperar de forma ameaçadora (11,76%) e o toque sexual sem consentimento (5,88%). Contatos remotos indesejados e comentários sexuais inapropriados foram as agressões mais relatadas (ambas com 15,38%) por docentes mulheres no contexto acadêmico.

Vale destacar a proporção de 70% (n = 112) das mulheres identificadas como estudantes que já foram tocadas sexualmente sem o seu consentimento e as 33,54% (n = 53) mulheres que já foram forçadas à penetração. Somadas outras duas docentes foram 55 mulheres das 186 (30,05%) que participaram deste estudo que já foram violentadas dessa forma, sendo que 15 delas responderam que esta violência aconteceu mais de uma vez. Ao detalhar as situações de

toque sexual sem consentimento e de penetração forçada consideramos as situações que aconteceram no contexto universitário.

Das 112 estudantes que foram tocadas sexualmente sem consentimento, 46 informaram que essa violência aconteceu no contexto universitário (42,07% dos casos relatados). Os principais perpetradores(as) dessa violência foram outros estudantes da mesma instituição (citados em 43 casos). Docentes foram citados como autores em três casos, técnicos-administrativos em dois, treinador esportivo, zelador e estudante de outra universidade foram citados em uma resposta cada e, duas mulheres afirmaram não conhecer o vínculo do(a) agressor(a) com a universidade. As participantes podiam assinalar mais de uma opção de vínculo institucional caso o incidente envolvesse mais de uma pessoa ou estivesse sendo relatada mais de uma situação. Nos casos em que as(os) participantes não conheciam o vínculo do(a) autor(a) da violência com a universidade, os casos foram identificados como específicos desse contexto por terem acontecido em locais ou eventos relacionados à universidade.

No geral, para as estudantes mulheres o toque sexual sem consentimento aconteceu majoritariamente (citado em 35 respostas) em eventos, festas ou programas fora do *campus*, mas relacionados à universidade (festas universitárias, intercâmbio, estágios etc.). O *campus* da universidade e/ou outras dependências como teatro e museu foram citados em nove respostas e nove das participantes informaram incidentes que não aconteceram em locais ou eventos relacionados à instituição.

Além das estudantes, quatro discentes homens e uma pessoa não binária vivenciaram toque sexual sem consentimento no contexto universitário, sendo que nas cinco respostas os(as) agressores(as) indicados(as) também eram estudantes da mesma instituição. O *campus* foi citado em quatro das respostas como local da violência e os eventos, festas ou programas fora do *campus*, mas relacionados à universidade foram citados como locais em três respostas (mais de um local podia ser citado em cada resposta).

Em relação ao gênero dos(as) perpetradores(as) do toque sexual sem consentimento contra discentes, 84,31% das respostas apontaram apenas homens como autores. Homens também foram citados em outras 13,72% respostas juntamente com outros gêneros. Portanto, os homens foram citados em 98,03% das respostas enquanto as mulheres foram citadas 11,76%, sendo citada em apenas uma resposta como a única autora da violência. Das seis respostas que indicaram mulheres como autoras da violência, quatro foram indicadas por vítimas homens e duas por mulheres.

A maioria das(os) alunas(os) que vivenciou toque sexual sem consentimento no contexto da universidade afirmou ter contado a alguém sobre o ocorrido (72,55%). Entretanto, em apenas três casos dos 37 estudantes que contaram a alguém, as violências foram relatadas às autoridades da instituição, sendo a Ouvidoria (canal oficial de denúncia) citada em apenas duas respostas. O toque sexual sem consentimento foi principalmente relatado para amigos(as). Em relação aos discentes que não contaram para ninguém sobre o ocorrido, os principais motivos relatados foram “eu fiquei preocupada(o) que não fosse sério o bastante para contar” e “eu fiquei envergonhada(o).

Sobre os casos de penetração forçada, das 53 mulheres identificadas como estudantes afirmaram que já foram violentadas dessa forma, sendo 14 as que indicaram que essa violência aconteceu no contexto universitário. No total, no contexto universitário, foram 15 casos de penetração forçada vivenciadas por estudantes. Portanto, além das mulheres estudantes, um homem discente relatou ter sofrido essa violência. Destes casos, os estudantes foram os principais perpetradores, não sendo citados em apenas uma resposta, na qual a opção selecionada foi “outra pessoa afiliada a programas da universidade (exemplos: intercâmbio, supervisor(a) de campo de estágio etc.)”. Em uma das respostas um docente também foi citado como perpetrador. Quanto ao gênero, todos os agressores foram identificados como homens.

Os locais nos quais as penetrações forçadas contra estudantes ocorreram foram, principalmente, fora das dependências da universidade ou de eventos relacionados a ela. Em oito respostas a opção selecionada indicou especificamente que os incidentes aconteceram fora de âmbitos relacionados à universidade e em outras duas respostas uma “casa” foi apontada. Eventos, festas ou programas fora do *campus*, mas relacionados à universidade foram citados em cinco respostas e outras dependências da universidade para além do *campus* foi apontada em um dos casos. Foi neste último caso citado que o agressor foi identificado como “outra pessoa afiliada a programas da universidade (exemplos: intercâmbio, supervisor(a) de campo de estágio etc.)”. Nenhum dos casos foi relatado para autoridades do campus ou para a polícia. Apenas sete casos (46,66%) foram relatados para amigas(os), conhecidas(os) ou psicóloga. Os principais motivos para não contar sobre o ocorrido foram “eu fiquei envergonhada(o)”, “eu fiquei preocupada(o) que não fosse sério o bastante para contar” e “eu fiquei preocupada(o) com o fato de que poderiam não acreditar em mim”.

Nesta pesquisa não foram identificados casos de penetração forçada no contexto universitário cujas vítimas fossem docentes. Duas docentes (mulher), um docente (homem) afirmaram já terem sido vítimas de penetração forçada fora do contexto universitário – uma indicou ter vivenciado essa violência mais de uma vez. No caso das violências sexuais que ocorreram fora do contexto universitário o gênero dos(as) pessoas que perpetraram as ações não foi investigado. Entretanto, pudemos detalhar as ocorrências de toque sexual sem consentimento contra docentes.

O toque sexual sem consentimento foi relatado por 17 docentes, sendo quatro dessas ocorrências no contexto universitário. Três docentes mulheres afirmaram terem sido tocadas sexualmente sem consentimento por homens no próprio campus da instituição – uma também apontou eventos, festas ou programas fora do *campus*, mas relacionados à universidade como local da violência. As docentes apontaram os docentes como principais autores (foram citados

em três respostas, enquanto estudante foi citado em uma). Duas docentes afirmaram ter contado sobre o ocorrido, sendo apenas uma a relatar para autoridades da instituição (Segurança do *campus*). No caso do participante homem uma estudante mulher foi apontada como autora da violência e o local como eventos, festas ou programas fora do *campus*, mas relacionados à universidade e a ocorrência não foi relatada.

Sobre os(as) autores(as) das outras violências sexuais investigadas, em todas as agressões, os homens também foram apontados como principais perpetradores. Os homens foram citados como agressores em 100% das respostas das(os) docentes, com exceção do toque sexual sem consentimento (homens como perpetradores corresponderam a 75% das respostas) e de aparecer ou esperar de forma ameaçadora (homens perpetradores foram apontados em 57,14% das respostas). Para as(os) estudantes, a citação de homens como autores das violências variou entre 94,23% (comentários sexuais inapropriados) e 100% (penetração forçada).

Orientação sexual e cor/etnia.

Em relação à orientação sexual também foram realizados testes de Qui-quadrado. Foram encontradas relações significativas para quase todas as topografias, com exceção de “espionar ou seguir”, considerando o contexto geral. Das pessoas declaradas heterossexuais, 39,86% relataram ter vivenciado comentários sexuais inapropriados em comparação com 62,5% das pessoas que se declararam como lésbicas (L), gays (G), bissexuais (B), queer (Q), pansexual (P), assexual (A) ou “em questão, ainda estou descobrindo” (+). Quanto a participantes LGBQPA¹⁶, 45% relataram terem sido subornados ou ameaçados para engajamento em atividades sexuais em comparação com 20,27% de participantes heterossexuais. No caso da

¹⁶ Sigla utilizada apenas para designar o agrupamento das orientações sexuais autodeclaradas no Estudo 1.

distribuição de gravações, 2,7% de héteros relataram ter vivenciado essa situação e 8,75 de LGBQPA+ também. Sobre o recebimento de contatos remotos indesejados, a percentagem também foi mais alta para não héteros (58,75%) em relação aos héteros (31,76%). Do total de participantes LGBQPA+, 48,75% assinalaram que alguém já apareceu ou as(os) esperou de maneira ameaçadora em comparação com 37,16% de participantes heterossexuais.

A porcentagem relacionada ao toque sexual sem consentimento chama atenção, pois 78,75% das pessoas não hétero da amostra relataram ter vivenciado essa violência relativamente a 52,7% das pessoas declaradas hétero. Em relação à penetração forçada, 26,25% de LGBQPA+ afirmaram terem sido vitimadas(os) uma vez e 13,75% foram vítimas mais de uma vez. Das(os) participantes héteros, 13,51% afirmaram ter vivenciado uma vez a penetração forçada e 4,73% mais de uma vez.

Não foram encontradas relações significativas entre as variáveis sobre violências sexuais e a cor das(os) participantes.

Relato de violência sexual vivenciada por terceiros.

O relato de violências sexuais vivenciadas por terceiros também foi investigado como outra possibilidade para o levantamento de casos no contexto da universidade. O teste de qui-quadrado apontou relações significativas entre os itens que perguntavam se as(os) participantes já haviam ouvido de terceiros sobre ter vivenciado toque sexual sem consentimento e penetração forçada no contexto da universidade, o vínculo com a instituição e orientação sexual. Enquanto a maioria das(os) docentes (86,05%) afirmou não ter ouvido que amigas(os) ou conhecidas(os) já passaram por situações de toque sexual e/ou penetração forçada no contexto universitário, a maioria das(os) estudantes (55,13%) indicou que algum(a) amigo(a) ou conhecido(a) já passou por toque forçado. Ainda, 22,7% das(os) estudantes afirmou que alguém

contou sobre ter sido vítima de penetração forçada, e um(a) docente (2,33%) também assinalou que alguém havia contado para eles sobre essa situação. É importante ressaltar que as(os) participantes eram questionadas(os) sobre situações que teriam acontecido no contexto universitário. Portanto, mais estudantes afirmam conhecer pessoas que passaram por violência sexual nesse contexto, o que é condizente com os dados de maior vitimização discente segundo autorrelato dessa categoria. Relativamente mais participantes LGBQPA+ informaram que já ouviram sobre toque sexual sem consentimento (63,75%) e penetração forçada (28,75%) com comparação com heterossexuais (38,51% já ouviram de alguém que foi vítima de toque sexual e 13,51 de penetração forçada).

Autorrelato de violências sexuais perpetradas.

Além dos resultados de violências sexuais vivenciadas relatadas por terceiros e autorrelatadas, a existência de violência sexual no contexto da instituição de ensino superior investigada foi demonstrada pelo autorrelato de violências sexuais perpetradas. Todas(os) as(os) participantes afirmaram não terem cometido nenhuma das violências sexuais caracterizadas como toques sexuais não consentidos e penetração forçada. Apenas uma aluna afirmou não se lembrar se já havia penetrado alguém do contexto universitário quando esta pessoa estava incapacitada de consentir por estar desacordada, inconsciente ou em choque. Sobre as outras violências sexuais investigadas, uma aluna afirmou que já assistiu ou fotografou/filmou, sem o devido consentimento da(s) pessoa(s), quando estava(m) nua(s) ou tendo relações sexuais; três estudantes (duas mulheres e um homem) e um docente homem afirmaram que expuseram seu próprio corpo para outra(s) pessoa(s) sem o devido consentimento dela(s); nove estudantes (oito mulheres e um homem) e dois docentes homens relataram que fizeram avanços sexuais, gestos, comentários ou piadas de teor sexual quando

a(s) pessoa(s) não queriam ouvir ou ver; três estudantes mulheres afirmaram ter mostrado ou enviado imagens sexuais ou espalhado rumores sexuais de alguma(s) pessoa(s) que não queria(m) que fossem compartilhados com outros; e uma aluna relatou ter mostrado ou enviado imagens, fotos ou vídeos que a(s) pessoa(s) não queria(m) ver ou não queria(m) que outros vissem. Considerando apenas a amostra de estudantes, aproximadamente 9,19% das(os) participantes (n = 17) afirmou ter cometido alguma violência sexual, sendo que mais participantes auto identificadas como mulheres relataram tais ações (dos 17, 15 eram mulheres e 2 homens). É importante lembrar que nossa amostra de estudantes foi composta majoritariamente de mulheres (85,4%) e que apenas 24 homens participaram (12,97%). A taxa de autorrelato para os docentes foi de aproximadamente 6,98% (n =3), todos autodeclarados como homens. Destacamos que homens foram 39,53% (n = 17) da amostra de participantes docentes. Os participantes não foram questionados sobre o gênero ou orientação sexual das vítimas dessas situações.

Efeitos relacionados à violência sexual vivenciada.

Destacamos também os efeitos das violências sexuais vivenciadas pelas(os) participantes. Para 30,81% das(os) estudantes e 2,33% das(os) docentes que participaram do estudo essas situações estiveram relacionadas ao uso de medicamentos ou tratamentos médicos e/ou psicológicos, sendo essa variável estatisticamente relacionada à orientação sexual e ao tipo de vínculo com a universidade. Das discentes, 14,59% afirmaram que as situações as(os) impediu(ram) de estudar/trabalhar e para 17,3% das(os) estudantes e 2,33% das(os) docentes as violências fizeram com que não fossem à/ao aula/trabalho ou que faltasse às/ao aulas/trabalho por vários dias. Esses dois efeitos apresentaram correlação significativa com a variável gênero. Em outras palavras, pode haver uma diferença significativa entre homens e

mulheres em relação a faltar ao trabalho devido a esses danos específicos. Ainda, 9,19% das(os) estudantes e 2,33% das(os) docentes afirmaram ter perdido algum prazo de atividades acadêmicas ou laborais. Das(os) discentes, 1,62% tiveram que deixar a universidade por um ou mais semestres/períodos.

Resultados qualitativos

Nesta seção são apresentadas as análises correspondentes às respostas fornecidas às questões abertas do questionário. Inicialmente descrevemos as categorias encontradas nas respostas sobre as formas de consentimento consideradas. Em seguida, a análise sobre os relatos de violências sexuais no contexto universitário é explicitada.

Compreensão de consentimento

A compreensão das(os) participantes sobre o consentimento foi analisada a partir das respostas abertas fornecidas de maneira não obrigatória no instrumento. Foram 44 respostas (19,29% da amostra) sobre quais formas de consentimento a(o) participante considerou para responder aos itens na escala *Likert* sobre o consentimento em diferentes situações sexuais. Duas principais categorias foram encontradas nas respostas: i) condições consideradas para o consentimento e, ii) tipos de consentimento considerados. Na categoria “condições consideradas para o consentimento” os(as) respondentes citaram i) capacidade de consentir/ausência de bebida/outras drogas; ii) ausência de relação de poder; iii) maioria; e, iv) tipo de relação prévia como relevantes para as formas de consentimento consideradas. Os tipos de consentimento considerados foram subcategorizados em i) consentimento vocal; ii)

gestos e sinais não vocais; iii) indicação de não consentimento; iv) inferência sobre estados internos; e, v) indefinido.

Sobre as condições consideradas para o consentimento, observamos que a capacidade de consentir relacionada à ausência de uso de substâncias como álcool e outras drogas e o tipo de relação prévia foram as condições mais citadas nas respostas. A capacidade de consentir foi relatada como uma condição para que respostas vocais ou gestos do(a) parceira sexual fossem consideradas válidas, como nos exemplos:

. . . E obviamente, garantir que a pessoa esteja acordada [*sic*]/sóbria/consciente para poder responder minha pergunta . . . (aluna).

. . . incapacidade de consentir, considero como um sinal de não estar dando consentimento (aluna).

Quando analisamos o contexto dos trechos, o tipo de relação prévia apareceu relacionado à discriminação diferencial de comportamentos que indiquem consentimento a depender do(a) parceiro sexual ser alguém mais ou menos conhecido, íntimo ou que mantenha uma relação duradoura, por exemplo nos seguintes trechos:

Se alguém íntimo um gesto ou olhar já bastam pra saber se a pessoa quer parar ou continuar. Se não conheço bem tenho que perguntar (professora).

Nem sempre é solicitado consentimento do par principalmente em relacionamentos duradouros, mas alguns comportamentos corporais podem indicar ou não a concordância durante uma relação sexual (aluna).

É relevante destacar que uma única resposta de uma aluna de pós-graduação deu origem ao surgimento das subcategorias “relação de poder” e “maioridade”. Essa resposta, na íntegra, abordou diferentes condições para o consentimento e diferentes formas de consentimento, como podemos observar:

Dizer "não", seja verbalmente ou com a cabeça/mãos; não retribuição de investidas (beijar de volta, abraçar, acariciar); tentativa de afastar (empurrar com as mãos mesmo sem força, cruz os braços, afastar-se de alguma forma); estar consciente/capaz de consentir racionalmente (pouca ou nenhuma influência de álcool) e se a pessoa tiver utilizado algum entorpecente e eu souber, mesmo que esteja aparentemente "racional" eu evito qualquer atividade sexual; ser maior de idade e não ser muito mais nova/novo/nove que eu; não existir alguma forma de relação de poder entre eu e a pessoa (aluna).

Sobre os tipos de consentimento considerados, o consentimento vocal foi o tipo mais citado nas respostas das(os) participantes, seguido dos gestos e sinais não vocais. Entretanto, destacamos que a maioria das respostas fornecidas pelas(os) participantes indicava consentimento vocal associado a gestos e sinais não vocais, sendo algumas mais curtas e outras mais extensas e detalhadas. Por exemplo, as respostas variaram, em relação ao detalhamento, entre frases como “Expressão verbal e corporal” (aluna), “Sinais físicos, como movimento de não com a cabeça ou afastamento com as mãos ou conversa” (professora) e,

Somente prosseguir com a atividade sexual em caso explícito de afirmativa, portanto perguntar diretamente a pessoa se ela [está] confortável com a situação e gostaria de prosseguir. E obviamente, garantir que a pessoa esteja acordada [*sic*]/sóbria/consciente para poder responder minha pergunta. Penso que essa pergunta pode tomar várias formas, desde perguntas mais formais até mais descontraídas. Não considerar o silêncio como consentimento (aluna).

A Tabela 8 apresenta exemplos dos tipos de consentimento considerados pelas(os) participantes que responderam à questão aberta, bem como a frequência de aparecimento nas respostas.

Tabela 8

Tipos de consentimento consideradas pelos(as) participantes

Tipos de consentimento considerados		
Subcategorias	nº de ocorrências/%	Exemplos
consentimento vocal	30 (68,18%)	Verbalizar, discutir com clareza ou se fosse de interesse mútuo gravaria a fala (professor). Palavras . . . (professor). . . . afirmação oral expressa . . . (professor). A pessoa pergunta para outra se está afim, se ela quer, se toparia fazer algo, se ela quer aquilo, como está a situação para ela (aluna).
gestos e sinais não vocais	27 (61,36%)	. . . gesto ou olhar . . . (professora). Sinais físicos, como movimento de não com a cabeça ou afastamento com as mãos . . . (professora). . . . Mas também poderia observar expressões faciais ou outros gestos que pudessem indicar aceitação ou não (professora). . . . aumento de proximidade corporal . . . (aluna) . . . ações corporais que demonstrassem que os atos realizados poderiam continuar, como a própria correspondência das ações (aluna). Prestar atenção no que ela não diz de forma verbal, mas com o corpo. A forma que ela reagiria combo [<i>sic</i>] ato (aluna).
inferência a estados internos	8 (18,18%)	Vontade da pessoa (professor). Expressar o desejo de forma incontestável (aluno). . . . qualquer tipo de dica ou nuancia [<i>sic</i>] que eu fosse capaz de perceber (aluno). . . . se a pessoa não estiver confortável e segura do que está fazendo não deve ser feito (aluna).
indicação de não consentimento	5 (11,36%)	. . . Não considerar o silencio como consentimento (aluna). Ao demonstrar afastamento corporal, chateamento, indecisão ou incapacidade de consentir, considero como um sinal de não estar dando consentimento (aluna).
Indefinido	2 (4,54%)	todas (aluna). Concordância . . . (aluna).

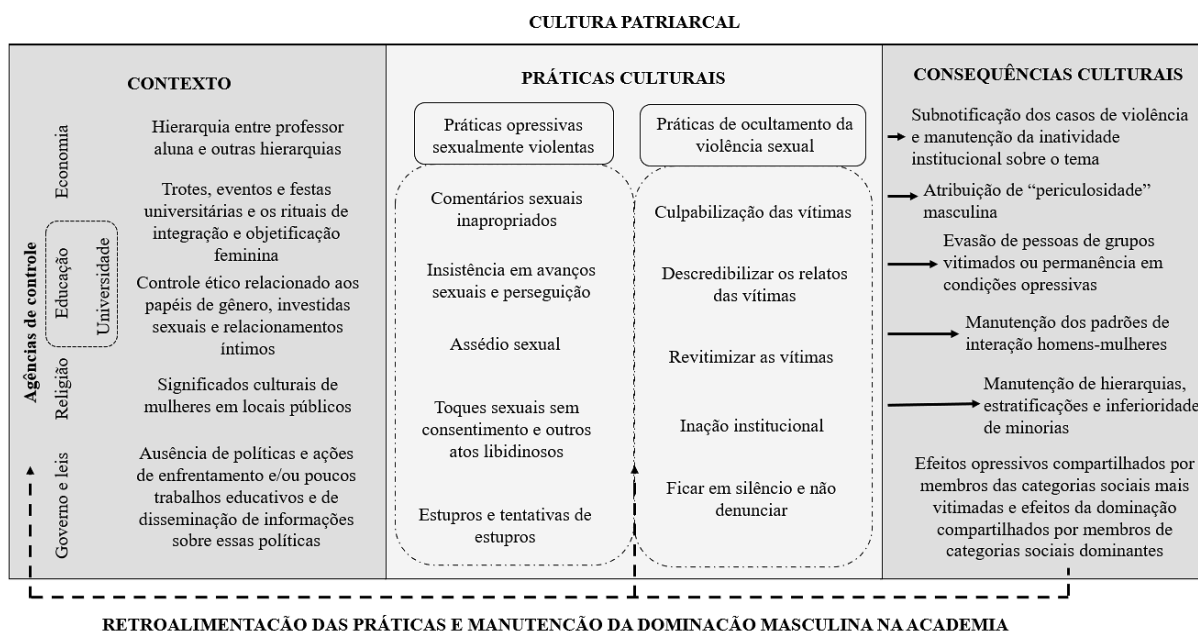
Podemos identificar pelos exemplos que algumas respostas indicam uma descrição mais precisa sobre o tipo de “sinal” considerado (e.g., afastamento corporal) e outras se referem a descrições gerais (e.g., gesto ou olhar), sem indicar quais e como seriam interpretados como consentimento ou não anuência. Respostas como “qualquer tipo de dica ou nuancia [*sic*] que eu fosse capaz de perceber” e “também poderia observar expressões faciais ou outros gestos que pudessem indicar aceitação ou não” foram as que evidenciaram que algumas formas de consentimento da parceria dependem do que a pessoa em questão pode considerar como sinal de aquiescência. Em uma cultura patriarcal, contingências que estabelecem o comportamento de disponibilidade para avanços sexuais como estímulo discriminativo podem não corresponder à concordância com atividades sexuais. Ainda que participantes afirmem considerar o consentimento da parceria para envolvimento em atividades sexuais, não podemos assegurar que a compreensão de consentimento esteja em discordância com contingências estabelecidas por práticas controladoras patriarcais. Outras considerações de consentimento envolvendo os resultados encontrados em articulação com outras pesquisas sobre o tema serão apresentados mais adiante na discussão desse estudo. Aspectos da cultura patriarcal relacionados à ocorrência de violência sexual no contexto universitário serão apresentados na próxima seção.

Uma possibilidade de análise dos relatos de violência sexual no contexto universitário no nível da contingência cultural

Ao utilizar a contingência cultural como estratégia analítica obtemos os resultados representados na Figura 9 e descritos nas subseções seguintes.

Figura 9

Violência sexual na universidade investigada representada na estrutura da tríplice contingência cultural



Instituição de ensino superior como agência de controle: aspectos do ambiente sociocultural como contexto para práticas sexualmente violentas.

As agências de controle participam da produção do ambiente social que é contexto para práticas culturais mantenedoras da cultura de dominação masculina (Fontana & Laurenti, 2020b), incluindo as práticas violentas sexualmente. As universidades podem ser entendidas como instituições da agência de controle educacional. As críticas dirigidas às agências de controle também são pertinentes para a compreensão do ambiente social que atua como contexto para práticas sexualmente violentas. Segundo Lopes e Laurenti (2024), “o modo de funcionamento das agências controladoras acaba convertendo-as em estruturas de poder estratificadas e burocráticas, voltadas prioritariamente para obtenção de privilégios (reforçadores) por parte dos controladores, o que geralmente se dá às custas dos controlados”

(p. 80). O ambiente social da universidade é composto pela estrutura estratificada (construída historicamente na evolução cultural) entre categorias de membros da comunidade acadêmica em articulação com as demais estratificações sociais, nas quais alguns grupos têm maior ou menor poder em relação a outros grupos, como no caso do gendramento das violências sexuais nas universidades (Almeida, 2022; Zanello & Richwin, 2022). A hierarquia entre professores e alunas(os) apareceu como uma das categorias de análise identificadas nos relatos elucidando como a estratificação é ambiente sociocultural para as práticas.

Hierarquia entre professor aluna e outras hierarquias.

A hierarquia gendrada do contexto universitário pode ser observada nos relatos que descreviam desde comentários inapropriados de professores em relação às vestimentas e corpos das alunas (e.g., “ela e outras amigas já receberam comentários desnecessários sobre suas roupas e seus corpos por parte de um professor” – aluna) até casos de assédio sexual, toques e beijos forçados (e.g., “um docente tentou me beijar a força, num dia em que pedi um equipamento emprestado em seu laboratório – professora sobre quando era estudante”). Esse aspecto foi evidenciado como característica relevante para práticas de violações sexuais seja pela posição ocupada por professores afetar a possibilidade de cometimento de agressões e/ou por dificultar a denúncia devido à posição de poder dos agressores. O poder de controlar reforçadores importantes para as(os) estudantes tem relevância na dinâmica da violência (Linhares & Laurenti, 2019). O relato a seguir ilustra o *modus operandi* de uma parte dos casos de assédio sexual nas universidades:

tocar em minhas mãos quando ia até sua sala para tirar dúvidas da matéria (sempre estimulou muito que os alunos o procurassem para sanar dúvidas em sua sala), abraços

longos na hora de me despedir para ir embora (ele fazia questão de se despedir dessa forma), responder mensagem por meio eletrônico com cantadas) . . . me sentia muito desconfortável, e sem saída . . . necessitava de sua ajuda para terminar a matéria que tinha grande dificuldade, então acabei enfrentando isso calada. (aluna de pós-graduação sobre quando era estudante de graduação).

A “relação de poder desigual entre professor e aluna” e os “sistemas de reforçamento e punição próprios do domínio universitário” (Linhares & Laurenti, 2019, p. 245) dificultam as respostas de enfrentamento e denúncia de estudantes em casos de assédio ou outras agressões sexuais cometidas por docentes. A violência sexual praticada nesse contexto também está relacionada a prejuízos na vida acadêmica e profissional das vítimas.

É importante destacar que a hierarquia professor/aluna não foi a única a aparecer nos relatos. Treinador esportivo, outros servidores e outros estudantes também foram apontados como agressores, sendo as relações de poder entre vítima e agressor apontadas como relevantes, por exemplo, nos casos em que o agressor tem maior prestígio social que a vítima por pertencer a alguma organização estudantil ou estar a mais tempo no curso (e.g., “Muitas vezes o agressor é “querido por todos”, é da atlética, é amigo de todo mundo” – aluno). No caso de hierarquias entre estudantes, os trotes, eventos e festas universitárias apareceram relacionados a aspectos importantes nos casos de violência sexual na universidade.

Trotes, eventos e festas universitárias: rituais de integração e objetificação feminina.

Os eventos tipicamente universitários como festas, trotes e outros ritos de passagem podem ser ambientes nos quais “hierarquias e opressões se instalam e/ou se reatualizam entre os/as estudantes, especialmente as mulheres” (Martins, Bandeira & Dias, 2022, p. 373). Esse

aspecto também foi retratado nos relatos (e.g., “Sei de inúmeros cursos que passam dos limites na semana de recepção no campus, principalmente com meninas” - aluno).

Nos eventos de integração típicos da vida universitária, a existência de controle ético¹⁷, pautado pela sexualização das mulheres compõe um ambiente social que atua como contexto favorável para práticas sexualmente violentas. Ávila (2022) também afirma que “os rituais de integração dos calouros (trotos) incluem “brincadeiras” que são, em verdade, tecnologias para se replicar as relações de poder derivadas do gênero, usualmente submetendo as novas alunas a rituais fortemente sexualizados” (p. 388) (e.g., “uma amiga . . . veio me dizer que não se sentiu bem e teve que sair escondida do trote de [sigla do curso suprimida] pois pediram para ela subir em uma mesa e encenar sua posição sexual favorita” – aluno). O controle ético presente nesses eventos apresenta mulheres como objeto para o consumo masculino, como apontam os resultados da pesquisa de Curcelli e Fontanella (2019) sobre o *marketing* utilizado para divulgação de festas universitárias. A objetificação de mulheres para fruição de desejos masculinos pode ser identificada também no relato: “Em festas relacionadas a [sigla da universidade suprimida] já fui importunada por estar me relacionando com outra mulher, sendo objeto de fetiche do homem hétero e cis que realizou a importunação” (aluna). O controle ético também afeta a identificação das práticas como agressões sexuais (e.g., “festas universitárias são uma porta aberta pra vários tipos de violência sexual . . . A maioria dos homens não reconhece que cometeu abuso sexual, por a vítima estar sob efeito do álcool, eles não reconhecem que não foi consentido” - aluna).

¹⁷ O controle ético se refere a contingências sociais que consequenciam comportamentos segundo as classificações de sistemas éticos das agências controladoras (ver Skinner 1953/2005). Tanto grupos como o próprio indivíduo passam a avaliar seus comportamentos segundo esses sistemas quando o controle ético é bem sucedido (ver Lopes & Laurenti, 2024). A expressão “mulher honesta” presente no Código Penal de 1940 e abolida apenas em 2005 é um exemplo de classificação ética (mulheres são consideradas honestas e desonestas segundo algumas características) fomentada pelas agências controladoras. A classificação “mulher honesta” estava presente justamente em crimes sexuais contra mulheres afetando a atuação do sistema jurídico e do reconhecimento social de quais mulheres seriam reconhecidas como vítimas dessas violências.

Os avanços sexuais masculinos que desconsideram o consentimento e capacidade de consentimento das mulheres também está relacionado ao controle ético do contexto cultural mais amplo na sociedade que perpassa a vivência no âmbito da universidade.

Controle ético relacionado aos papéis de gênero, investidas sexuais, consentimento e relacionamentos íntimos.

Zanello e Richwin (2022) explicam que em uma cultura patriarcal homens aprendem a ser reconhecidos como homens por comportamentos de virilidade sexual e laboral. Diversos comportamentos femininos são descritos pela comunidade verbal patriarcal como sinais para avanços sexuais, como ficar em silêncio (Linhares & Laurenti, 2019) e dizer “não”. Dizer “não” pode significar culturalmente uma “ofensa à virilidade . . . induzindo comportamento de disciplina sobre a mulher e gerando a escalada da abordagem assediadora” (Ávila, 2022, p. 386). Os relatos a seguir contêm casos de estupro com penetração que ocorreram no contexto da universidade e exemplificam essa discussão.

. . . eu havia dito que não queria e a pessoa foi insistindo e forçando [a penetração] aos poucos e eu não soube como resistir, o que fazer. Apenas fiquei paralisada [*sic*], torcendo para que aquela situação passasse logo (aluna).

Meu caso de estupro aconteceu ano passado. . . No início da festa, bebi apenas uma taça de gim, e a partir daí, não me lembro de mais nada . . . Lembro de flashes de eu passando muito mal, minha amiga me colocando no carro do cara com quem eu ficava (e com quem nunca tinha transado), pra ele me levar pra casa dele. Lembro que eu não conseguia andar, ele me levou no colo, e lembro de ter pedido pra ele me levar pra minha casa . . . lembro de estar sem roupa, na cama dele, com ele me penetrando. Lembro de pedir pra ele parar, lembro de não conseguir me mexer... Chorei dizendo que ele estava

sem camisinha, e ele respondeu “agora já foi, só deixa”. Depois lembro de ele me levando pro banho porque tinha sangue na minha região íntima e na minha barriga (aluna).

Os significados atribuídos pela comunidade verbal aos comportamentos masculinos diante da recusa feminina compõem o ambiente social no qual, após investidas sexuais, as mulheres que ficam em silêncio ou dizem “não” se tornam estímulos discriminativos para intensificação dos avanços sexuais – tenham estes comportamentos a função reforçadora de satisfação sexual ou de subjugar a mulher punindo seu comportamento de recusa. As regras sociais sobre relacionamentos íntimos, sejam duradouros, casuais (ter ficado apenas uma vez, por exemplo) ou que tenham sido encerrados, também apareceu como aspecto relacionado aos estupros, à tentativa de estupro e perseguição.

[As agressões] ocorreram com um ex-namorado (ex-aluno da graduação) que me agarrou à força no [sigla do centro de estudos suprimida], tentando uma relação forçada em um momento em que estávamos terminando o relacionamento (aluna).

. . . um menino de outro curso começou a me perseguir na faculdade, esperava eu chegar na [sigla da universidade suprimida], ficava do lado de fora da minha sala (sem nem eu ter dito onde eu teria aula ou meus horários), eu já tinha ficado com ele, mas nunca dei essa liberdade (aluna).

Historicamente, agências controladoras como governo, leis e religião trataram as relações entre homens e mulheres como indissolúveis fomentando práticas que permitiam o livre acesso de homens aos corpos de mulheres (Pateman, 1993). Fez parte de regulamentações oficiais, por exemplo, o direito de violentar sexualmente uma mulher, e depois se casar com ela para livrar-se da punição cabível, percorrendo desde os textos bíblicos (Lerner, 1986/2019) até dispositivos legais presentes século XXI, no Brasil. Além disso, o divórcio foi proibido, em nosso país, até recentemente (1977), sendo a conjunção carnal um direito estabelecido

independente da recusa da parceria. O estupro no casamento só passa a ser devidamente abordado com a Lei Maria da Penha em 2006. O ambiente social formado historicamente pelas agências controladoras se faz presente nas contingências sociais atreladas às práticas transmitidas e reproduzidas e atuam moldando o significado ofensivo da recusa feminina.

Algumas situações como as descritas pelas participantes por vezes podem evocar argumentos sobre mal entendidos em relação ao consentimento que merecem consideração (Kitzinger & Frith, 1999). Por exemplo, nos estudos de O'Byrne et al. (2006) e O'Byrne et al. (2008) homens participando de grupos focais foram capazes de dar vários exemplos de recusas que não foram ditas vocalmente, porém quando a alusão a “estupro” era mencionada, surgia, na discussão, a ideia de falta de comunicação explícita. Em outra pesquisa, Jozkowski e Hunt (2014) identificaram que em algumas interações que podem parecer mal-entendidos, os homens ouviram a recusa das mulheres, mas continuaram pressionando por sexo, esperando que elas mudassem de ideia ou ficassem desgastadas de recusar.

Significados culturais de mulheres em locais públicos.

Outro aspecto relevante do contexto das práticas sexualmente violentas que nossos resultados apontaram foi em relação à presença de mulheres em locais públicos, em geral, desacompanhadas. O controle ético da cultura patriarcal estabelece que mulheres desacompanhadas em locais públicos se tornam estímulos discriminativos para aproximação, importunação sexual, toques e convites sexuais, enquanto mulheres acompanhadas de um homem não evocariam os mesmos comportamentos. Para Zanello e Richwin (2022),

Se a mulher anda com roupas curtas em locais públicos, está sozinha ou circula durante a noite, é porque ela não se enquadra no conceito de “mulher honesta”. As “mulheres

desonestas” são um território abandonado, e sua conduta de circular nos espaços públicos em violação à ordem de gênero é interpretada como um pedido para ter relações sexuais (pp. 386-387).

Nesses casos os comentários e avanços sexuais masculinos também podem ter função reforçadora de aprovação social por outros homens. No relato “Diversas vezes fui assediada verbalmente por servidores . . . que estavam cortando a grama ou aparando as árvores, em uma delas eu estava de bicicleta . . . e um gritou: olha que rabão gostoso nessa bicicleta. Me senti tão violada que voltei direto pra casa e nem fui na aula” (aluna), podemos hipotetizar que a presença do grupo possa ser elemento importante do controle ético. Além disso, outros casos relatados ilustram violências sexuais dirigidas às mulheres em locais públicos (e.g., “Sofri violência sexual esperando em um ponto de ônibus para ir para a [sigla da universidade suprimida], um senhor me perguntou que horas eram e ficou bem próximo a mim. Quando eu olhei com mais atenção ele estava se masturbando e olhando para mim” - aluna; “havia um homem (acho que de mais de 40 anos), provavelmente funcionário da [sigla da universidade suprimida], que circulava o centro, assediava meninas com comentários e olhares voltados para regiões íntimas - aluna).

O ambiente social está articulado com o ambiente físico da universidade, como apontado no relato “Faço parte de grupos de meninas que sempre relatam ser perseguidas por homens estranhos perto da faculdade, e visto que ela é bastante escura e cheia de lugares para se esconder não me sinto muito segura” (aluna). Esse contexto se torna antecedente favorável para algumas práticas sexualmente violentas por evitar a intervenção de terceiros e dificultar a denúncia pela ausência de testemunhas. O ambiente físico das instituições de ensino superior é, em grande parte, produzido pelas práticas institucionais que podem promover ambientes seguros ou inseguros para a comunidade acadêmica considerando diferentes características do

contexto social nos quais violências acontecem. Nossos resultados indicaram a ausência de políticas e ações de enfrentamento em relação à violência sexual.

Ausência de políticas e ações de enfrentamento e/ou poucos trabalhos educativos e de disseminação de informações sobre essas políticas.

A ausência de políticas específicas e efetivas sobre violência sexual pôde ser deduzida ao identificarmos nos relatos as características:

- a) desconhecimento de direitos (e.g., “Preencher este questionário me fez ver o quanto não sei dos meus direitos ou a quem recorrer caso aconteça o pior” - aluna);
- b) estudantes não conhecem ou não acessam trabalhos educativos sobre o assunto (e.g., “[a violência sexual] é tido como assunto velado. E acredito que o panorama se estenda por grande parte do campus. No meu centro pelo menos nunca ouvi falar nada sobre” - aluna);
- c) indícios da ausência de trabalhos informativos sobre a identificação de violências sexuais (e.g., “Na época eu não tinha a percepção de que era vítima, caso contrário teria procurado a direção do centro para orientações” – aluna);
- d) membros da comunidade acadêmica não têm informações sobre como agir diante de situações de violência (e.g., “Eu não sabia como reagir naquela época e acredito que as estudantes atualmente ainda não saibam o que fazer ou como reagir” – professora);
- e) presença de elementos que dificultam a realização de denúncias e/ou facilitam a omissão e inação das instituições diante das denúncias (“existe o caso de um professor bem famosinho que todo ano comete esse delito e em 5 anos não vi nada [sic] acontecer com ele, eu nunca denunciei anonimamente pq [sic] não tenho proximidade com as pessoas a quem ele direciona tais comportamentos, sendo assim não tenho detalhes nem sei como agir, mas acho extremamente esquisito que a maioria dos estudantes tenham [sic] conhecimento sobre os acontecimentos e que nunca nem um professor tenha escutado algo a respeito” – aluna).

O último relato aponta para a recorrência de agressões sexuais em um contexto no qual há baixa probabilidade de que os comportamentos sexualmente violentos sejam punidos e que as práticas de violência sexual sejam enfraquecidas.

Práticas culturais sexualmente violentas e de ocultamento da violência.

De acordo com Laurenti e Lopes (2022), existem dois conjuntos de práticas culturais dominantes na sociedade brasileira: práticas opressivas “responsáveis por altos índices de violência e desigualdade em relação a certos grupos sociais” e práticas de ocultamento “responsáveis pelo ‘apagamento’ dessa realidade social, tornando a maioria das pessoas insensíveis a ela” (p. 29). Considerando essa classificação, descrevemos algumas práticas opressivas entendidas como práticas sexualmente violentas e práticas de ocultamento.

Práticas sexualmente violentas no contexto universitário.

Apesar das práticas culturais sobreviverem por meio do comportamento de indivíduos (Skinner, 1953/2005, 1971), descrever os operantes individuais restringiria a análise ao ciclo de vida dos membros da cultura. Essa estratégia descaracterizaria o nível de análise coletivo e a temporalidade própria da contingência cultural (Fontana & Laurenti, 2020a). Portanto, foram identificadas as seguintes práticas: (i) comentários sexuais inapropriados; (ii) insistência em avanços sexuais e perseguição; (iii) assédio sexual; (iv) toques sexuais sem consentimento e outros atos libidinosos; (v) estupros e tentativas de estupros.

Os comentários sexuais inapropriados foram caracterizados por comportamentos que, devido ao conteúdo e contexto social antecedente, constrangem, reafirmam autoridade e

insinuam propostas sexuais inadequadas (e.g., “tive aula de embriologia com um professor que se aproximou de mim, segurou meu braço e falou ‘brincando’ pra que eu subisse na mesa e tirasse a roupa pra analisarmos o órgão sexual feminino” – aluna; “Durante a aula um aluno fez perguntas impertinentes sobre meu estado civil, ao fim da aula . . . todos foram embora exceto ele, que ficou na porta esperando, me senti acuada e com medo” – professora).

Linhares e Laurenti (2019) discutem que outras práticas culturais presentes no contexto universitário atenuariam o caráter aversivo de algumas agressões ao fomentarem a aceitabilidade social sobre tratar o corpo e a sexualidade de mulheres “como ‘objetos’ de escárnio, contribuindo para a ‘naturalização’ da inferioridade e objetificação feminina” (p. 239). Ao estendermos a análise para além das funções dos operantes de cada indivíduo e considerarmos as contingências do ambiente social como contexto antecedente, compreendemos os efeitos mais amplos compartilhados por membros de grupos oprimidos, como mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIAPN¹⁸. Para diversos indivíduos desses grupos os comentários sexuais inapropriados atuam como estabelecadores de subprodutos emocionais e repertórios de esquiva, como exemplifica o trecho seguinte:

Ele [treinador de natação] ficou puxando assunto comigo, dizendo que os meninos que estavam jogando vôlei na quadra ao lado pareciam "viados" pq [sic] jogavam como "mulherzinhas", e eu não afim de dar continuidade coloquei o fone. Aí ele não contente, começou a falar dos meus olhos e voltou a falar sobre como eu era ótima nadando. Me senti invadida, violada, pois na natação ficávamos de maiô e eu odiava a ideia de que ele ficava me observando, deixei a natação e nunca mais voltei a nadar na [sigla da

¹⁸ Sigla comumente utilizada por movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas em desconformidade com a ordem patriarcal de gênero. Outras siglas são utilizadas nesta tese quando preservamos e indicamos as siglas utilizadas por outras(os) autoras(es) ou no caso de nos referirmos à população amostral do Estudo 1, considerando apenas as orientações sexuais autodeclaradas nesta pesquisa, para fins de comparação com o grupo de pessoas autodeclaradas como heterossexuais.

universidade suprimida] com medo de que ele fosse substituir alguma professora em outras ocasiões – aluna).

A prática de insistência em avanços sexuais e perseguição também é composta por ações que produzem nas vítimas subprodutos emocionais como medo, ansiedade e repertórios de fuga/esquiva. Uma particularidade dos repertórios de esquiva desenvolvidos no âmbito dessa prática é a vigilância constante. Vigiar constantemente pode envolver diversos danos tanto para diferentes esferas da vida de indivíduos que já vivenciaram uma situação específica e, ainda, para membros dos grupos que são frequentemente vitimados. Por exemplo, no relato “me desloquei até o estacionamento . . . para dar aula no período noturno, estava muito escuro, não haviam pessoas no local, ao ouvir passos me apavorei com medo que fosse algum homem me perseguindo, cai em um dos bueiros abertos, tive uma lesão na perna e tive que me rastejar para pedir ajuda” (professora) a participante relatou outra situação de perseguição que poderia explicar seu comportamento de “ficar apavorada” recorrendo à sua história de vida particular. Entretanto, o caso narrado é, também, indissociável das contingências sociais relacionadas à frequência de agressões contra mulheres divulgadas pela comunidade verbal, como exemplificado no relato:

Uma menina relatou que ela estava em um banheiro . . . aberto em cima, e a parede é dividida com o banheiro masculino . . . olhou para cima e viu que um homem a estava observando. Depois que eu soube desse caso, toda vez que uso esse banheiro fico muito insegura e confiro se não tem ninguém me observando de lá – aluna).

Mesmo não existindo experiência prévia com alguma agressão sexual, os comportamentos de vigilância e checagem são aprendidos por mulheres por serem identificadas e se reconhecerem como indivíduos pertencentes a uma categoria social frequentemente atacada.

Outra prática identificada nos relatos foi o assédio sexual caracterizado por avanços e propostas sexuais realizadas com uso do poder de controlar reforçadores e punições relevantes para as vítimas como, aprendizado, notas, acesso a instrumentos e materiais para pesquisa, prestígio e aceitabilidade social pelo grupo. Os exemplos apresentados na subseção sobre a hierarquia entre professores e alunas demonstram a recorrência dessas agressões e como as contingências sociais presentes na universidade atuam como contexto para o assédio sexual. O relato desta estudante “existem muitos casos de assédio no meu Departamento (informação suprimida) de professores para com as alunas” chama atenção para a potencialidade da transmissão da prática entre os membros do grupo e também para as próximas gerações de educadores, visto que o departamento citado está relacionado à formação de profissionais que atuarão com os processos de ensino e aprendizagem na agência educacional.

Participantes docentes e alunas de pós-graduação também relataram situações quando eram estudantes (e.g., “Trata-se de situações prévias, sobretudo quando era estudante em outra universidade ou no início de minha carreira docente” – professora). O assédio sexual também tem como efeito o constrangimento das vítimas:

Foram duas ocorrências comigo - uma em aula prática (com um professor) e a outra . . . em uma carona que peguei na confiança por ser outro professor . . . Nas duas situações - insinuações (na 1a) e mão na coxa (na 2a) - me constrangeram demais para poder falar sobre o assunto com alguém (professora sobre quando era aluna).

Por compartilharem efeitos como, constrangimento, evitação de contextos nos quais o agressor possa ser encontrado e subprodutos emocionais, endossamos a proximidade das práticas de assédio com outras práticas, como os comentários sexuais inapropriados. Outras práticas, nesta pesquisa descritas com particularidades, também têm sido denominadas de assédio sexual a despeito de a tipificação legal ter uma definição mais restrita (ver Almeida, 2022; Souza & Costa, 2022).

O toque sexual sem consentimento e outros atos libidinosos foram considerados como compondo uma prática de violência sexual voltada à satisfação sexual em detrimento do efeito punitivo para comportamentos de mulheres, como estar em espaços públicos desacompanhada, ir a festas entre outros (e.g., “Já sofri coisas como apertarem a bunda em festas, e o sentimento é horrível, você se sente invadida e desrespeitada” – aluna). Tanto os toques sexuais sem consentimento como os estupros e tentativas de estupro foram relacionados à presunção de livre acesso ao corpo de mulheres para satisfação sexual e reafirmação do papel social de dominante. Nos casos de estupro relatados, a recusa em realizar a atividade sexual foi seguida de insistência nos avanços sexuais contendo penetração, como já demonstrado nos relatos apresentados. Enquanto os toques sexuais apareceram em contextos públicos e em contextos nos quais a vítima está sozinha com o agressor, no caso dos estupros, os casos apareceram todos em locais privados.

Gama e Baldissera (2022) apresentaram relatos similares nos quais os limites entre o local geográfico da universidade e os locais nos quais essas agressões acontecem, como casas de alunos(as), festas e outros eventos parecem limitar o enfrentamento desse tipo de violência. A ideia é que as instituições não reconheceriam como responsabilidade da universidade enfrentar violências que acontecem fora de suas instalações, ainda que aconteçam em locais e entre pessoas vinculadas à instituição. As autoras também apontam para o não reconhecimento da ação como violência por parte dos agressores.

As práticas sexualmente violentas podem ser identificadas separadamente por aspectos topográficos ou por estarem relacionadas com aspectos específicos do contexto no qual ocorrem. Porém, podem se misturar e serem tomadas em conjunto pelos efeitos produzidos para os membros da comunidade acadêmica, cultura universitária e cultura patriarcal. Como afirma Skinner (1971), uma “cultura é um conjunto de práticas, mas não é um conjunto que não possa ser misturado com outros conjuntos” (p. 130). Para Freitas e Morais (2019), práticas culturais

sexualmente violentas comporiam interconexões com outras práticas responsáveis pela forma que as agressões sexuais são conseqüenciadas. As conseqüências culturais que mantêm as práticas de agressão sexual parecem serem garantidas apenas em conjunto com as práticas de ocultamento dessa realidade.

Práticas de ocultamento da violência sexual.

As práticas de ocultamento da violência sexual envolvem os comportamentos das vítimas de ficar em silêncio e não denunciar, acontecendo em um contexto desfavorável para denúncia. Esses comportamentos apareceram relacionados a características do agressor que potencializariam a inação institucional e possíveis punições (e.g., “não agi na época por [o agressor] ser uma pessoa influente” - aluna; “tive muito medo de sofrer retaliações” - professora sobre quando era aluna). Os subprodutos emocionais das agressões também parecem ter efeitos relevantes sobre esses comportamentos (e.g., “[as violências sexuais] me constrangeram demais para poder falar sobre o assunto com alguém” – professora sobre quando era aluna). Não identificar comportamentos como sexualmente abusivos também diminui a probabilidade de denúncias (e.g., “Na época eu não tinha a percepção de que era vítima, caso contrário teria procurado a direção do centro para orientações” – aluna).

Características do agressor que dificultam as denúncias, subprodutos emocionais e a não identificação de violências são variáveis que se relacionam com as práticas de ocultamento que atuam na punição ou extinção dos comportamentos de denúncia e na tolerância com as agressões sexuais (e.g., “acabei relevando . . . também por vergonha de contar a alguém e ainda ser julgada” – professora sobre quando era aluna). As práticas de culpabilizar e desacreditar a palavra das vítimas também se verificaram nesta pesquisa:

um colega de sala fez coisas inapropriadas durante uma aula, eu pedi pra parar e disse q [sic] ia falar pro professor caso ele não parasse, ele começou a gritar dizendo q [sic] eu era louca e q [sic] ele não tava fazendo nada. Todos da sala pararam e ficaram me encarando como se eu fosse a errada (estudante não binário).

Fiquei me sentindo culpada e achando que não tinha sido estupro porque, segundo ele, eu havia pedido pra gente transar (coisa que não me lembro... não conseguia ficar acordada nem me mexer durante aquela noite). Fiquei vários meses duvidando de mim mesma (aluna).

Somam-se a descredibilização e culpabilização das vítimas às práticas de revitimização e inação institucional. A universidade pode compartilhar práticas de outras agências de controle que são ineficazes em apurar e reagir às denúncias de agressões (e.g., “após a denúncia, nada aconteceu” (aluna). Outros relatos incluíram inação de colegiado de curso (e.g., “Reclamei sobre ele . . . no colegiado, para docentes do colegiado . . . e nada aconteceu” – aluna); polícia (e.g., “Fiz boletim de ocorrência na polícia, mas na própria delegacia a delegada já sabia quem era o indivíduo e disse que ele tem um atestado de demência, por conta disso ele não poderia ser preso” – aluna); e descredibilização no serviço de saúde (e.g., “resolvi ir ao hospital porque estava com medo de ter contraído alguma IST. Não tive coragem de fazer uma denúncia na polícia, porque sei que não daria em nada. Nem mesmo a médica que me atendeu levou muito a sério” – aluna).

As práticas de ocultamento têm sido desafiadas por práticas que visibilizam as agressões, principalmente, articuladas por estudantes:

Recentemente algumas meninas tiveram coragem de fazer denúncias públicas em uma lista (exposed) sobre as atitudes desse professor . . . acredito que a nova geração de alunos resolveu não se calar a algo que por muito tempo foi tido como normal (aluna).

Temos uma política de cuidado com os trotes e também . . . de políticas com o assédio, criamos . . . a comissão social . . . e ano passado foram registrados estupros no [sigla de evento universitário suprimido], infelizmente (aluna).

Por concorrerem com práticas de ocultamento que podem expor as vítimas à coerção, é importante que práticas de enfrentamento informais possam contar com orientações sobre como denunciar de forma segura, diminuindo o risco de represálias jurídicas (Ávila, 2022).

Consequências culturais: retroalimentação das práticas sexualmente violentas.

As consequências culturais das práticas sexualmente violentas identificadas podem ser descritas, metaforicamente, como uma “cascata” de efeitos que culmina na manutenção da dominação masculina na academia. Práticas como assédio sexual e comentários sexuais inapropriados produzem a manutenção de hierarquias entre professores(as) e alunas(os) e outras estratificações relacionadas a cargos e funções na instituição e do lugar de inferioridade de minorias. Outras práticas como insistência nos avanços sexuais, perseguição, toques sexuais sem consentimento e outros atos libidinosos, tentativas de estupro e estupro reproduzem e mantêm os padrões de interação homens-mulheres importantes para a dominação e subordinação, como o acesso sem consentimento ao corpo feminino.

As práticas de ocultamento têm como consequência a subnotificação de casos. A subnotificação torna as agressões sexuais invisíveis a níveis institucionais o que mantém as justificativas para ausência de políticas e ações institucionais sobre a temática. Ao mesmo tempo, a comunidade verbal enfatiza a ocorrência de violências sexuais em um contexto de inação institucional. Isso favorece a atribuição de “periculosidade” masculina que contribui para deferência de outras categorias sociais em relação aos homens, principalmente com maior

poder. Os efeitos comportamentais, tais como subprodutos emocionais e repertório de fuga/esquiva que participam do comportamento de “ficar em silêncio”, também estão envolvidos com a evasão de pessoas de grupos vitimados de espaços públicos ou permanência em condições opressivas (e.g., “soube de uma amiga que passou pela mesma coisa com ele e também abandonou as aulas” - aluna). A opressão das vítimas e ausência de ações de enfrentamento efetivas retroalimentam as práticas sexualmente violentas (recorrência de agressões). Tolerar comportamentos sexualmente violentos aliado à ausência de práticas educacionais para identificação de agressões mantém a disponibilidade de vítimas e de agressores potenciais. Finalmente, os efeitos opressivos são compartilhados por membros das categorias sociais mais vitimadas, em especial as mulheres, garantindo que os efeitos da dominação possam ser compartilhados por membros das categorias sociais dominantes, em especial homens com maior poder na estratificação social da instituição.

Discussão

Nossa proposta investigativa pretendia visibilizar casos de violência sexual a partir de um levantamento das agressões sexuais na universidade e o detalhamento de variáveis relevantes na ocorrência dessas violências, investigação da avaliação de aspectos do contexto no qual essas agressões acontecem e articulação com uma análise comportamentalista radical da violência sexual na universidade como fenômeno explicado por contingências nos níveis ontogenético e cultural. Nossos resultados em articulação com a fundamentação teórica utilizada, aliados a resultados de outros estudos sobre o tema, nos permitem tecer considerações sobre os possíveis efeitos da violência sexual como práticas culturais que fortalecem a dominação masculina em ambientes acadêmicos.

A composição da nossa amostra evidenciou aspectos importantes quanto a diversidade racial e paridade na instituição investigada que também podem ser percebidos na composição da população da universidade. Em 2019, docentes autodeclaradas(os) como amarelas(os) eram 4,01%, pardas(os) 6,05%, pretas(os) apenas 1,32% e indígenas 0,17%, enquanto técnicas(os) eram 17,44% pardas(os), 6,85% pretas(os) e 2,49% amarelas(os). Portanto, na instituição investigada a maior parte dos(as) funcionários(as) é branco(a), sendo que na categoria docente essa porcentagem é ainda maior. Quanto aos discentes, no mesmo ano, estudantes autodeclarados(as) como amarelos(as) eram 4,72%, pardos(as) 18,6%, pretos(as) 8,29% e indígenas apenas 0,38%. Essa composição demonstra que, ainda que haja sistema de cotas na universidade investigada, a permanência de pessoas não brancas na academia é divergente da população geral do estado em questão. De acordo com o IBGE, em 2018, 34% da população paranaense era negra ou parda. Nossos resultados não indicaram diferenças estatísticas significativas em relação à cor autodeclarada das(os) participantes e à vitimização por violência sexual. Entretanto, esse resultado pode ser influenciado pelo baixo número de participantes pretas(os) e amarelas(os), o que corresponde à realidade da população da instituição de ensino investigada. Como o número de participantes era baixo, para as análises estatísticas foram agrupados amarelas(os), pretas(os) e pardas(os) como não brancos para efeitos comparativos. Esse agrupamento pode trazer vieses quando consideramos as diferentes experiências para essas categorias na realidade do norte paranaense.

Ao considerarmos a instituição investigada como parte de uma agência controladora destacamos que ela está em relação com outras agências com as quais compartilha práticas culturais. Por exemplo, as características sociodemográficas da nossa amostra são correspondentes às características da comunidade universitária da instituição investigada. As agências econômicas estão envolvidas nessa distribuição e seguem reproduzindo poder e privilégios econômicos a grupos dominantes. Os resultados sobre maior vitimização de

mulheres e pessoas não hétero podem apontar para diferenças significativas em relação a violência sexual. Para que pudéssemos identificar se esses resultados preliminares podem prever maiores chances desses grupos sofrerem violências sexuais no contexto universitário novas pesquisas e análises precisariam ser aplicadas. Esta é uma investigação relevante já que outro estudo realizado em uma universidade pública do interior de São Paulo constatou que estudantes mulheres, negras e homossexuais têm probabilidade entre 75% e 78% de sofrer violência (considerando diversas formas de violência e não apenas a violência sexual), em comparação à probabilidade de 11% a 13% dos estudantes homens, brancos e heterossexuais (Montrone et al., 2020).

Uma agência controladora manipula certos conjuntos particulares de variáveis de forma mais organizada que grupos sociais não formalizados e operam com maior sucesso (Skinner, 1953/2005). Skinner define que uma agência controladora, juntamente com os indivíduos que controla, corresponde a um sistema social. A proposta skinneriana identifica os indivíduos que compõem as agências e explica porque têm o poder de manipular as contingências controladoras que emprega. Para essa análise também é necessário observar o efeito geral naquele que é controlado mostrando como esse efeito leva à retroação reforçadora que explica a continuação da agência e das práticas controladoras. A educação seria “o estabelecimento do comportamento que será vantajoso para o indivíduo e para os outros em algum tempo futuro” (Skinner, 1953/2005, p. 402). Entretanto, a agência educacional e suas instituições estabelecem contingências e manipulam variáveis relacionadas a reforçadores estipulados também por outras agências – com destaque para as agências religiosas, governamentais e econômicas – além de reproduzirem práticas culturais presentes no controle ético de uma cultura. Ao atuar no estabelecimento de comportamentos que serão relevantes no futuro para os próprios indivíduos e também para outros da cultura, as instituições de ensino superior também podem produzir

e/ou reproduzir práticas culturais presentes em outras agências e grupos éticos – principalmente práticas culturais dominantes.

Além da composição de membros(as) da comunidade acadêmica ser pautado pelo desequilíbrio de poder das relações raciais e de gênero e orientação sexual em diferentes funções e cargos na instituição, percebemos, em relação à violência sexual um ambiente social no qual há avaliação de insegurança, desconhecimento de serviços e direitos, impunidade e ausência de suporte para vítimas. As práticas violentas sexualmente evidenciadas, compostas por comportamentos violentos sexualmente, baixa frequência de denúncias, insegurança em relação às políticas da universidade, pouco ou nenhum conhecimento sobre direitos e serviços sobre o assunto e baixa confiabilidade nos procedimentos institucionais, acontecem no ambiente social supracitado.

Considerando a literatura internacional sobre violência sexual nas instituições, a relação de confiança e segurança que as(os) participantes demonstraram ter com a universidade podem ser articulados com o conceito de traição institucional (tradução para *institutional betrayal*)¹⁹. Pesquisadoras(es) (Gómez, 2021; Linder & Myers, 2018; Smith & Freyd, 2014) têm utilizado esse termo para investigar a ação e a inação institucional que exacerbam o impacto de experiências traumáticas, incluindo estudos sobre violência sexual no contexto universitário. A traição institucional aconteceria quando a organização perpetua ou ignora casos de trauma experienciados por membros da comunidade. Aspectos específicos da traição institucional incluem: falha na prevenção de abusos, normalização de contextos abusivos, criação de processos difíceis de denúncia, falhas na resposta adequada quando há danos, o apoio a

¹⁹ A traição institucional tem origem na teoria do trauma da traição e na cegueira da traição formulada por Freyd em 1996. A teoria do trauma da traição postula que o abuso perpetrado em relacionamentos íntimos é mais prejudicial do que o abuso perpetrado por estranhos em razão da violação da confiança no relacionamento. A cegueira da traição refere-se à realidade de que alguns indivíduos devem ignorar ou minimizar suas experiências com a traição para sobreviver. A traição institucional destaca as maneiras pelas quais as organizações perpetuam o trauma da traição permanecendo ignorantes a traumas vivenciados por membros de sua comunidade e ou perpetuando esses traumas (Smith & Freyd, 2014).

encobrimentos e desinformação, e a punição de vítimas e denunciantes. Quando membras(os) da instituição buscam informações, apoio ou denunciam violências que acontecem em seu contexto e a instituição falha em lidar com esses casos, também abala as expectativas de segurança e a confiança na organização (Gómez, 2021). Consideramos que os resultados apresentados indicam que práticas de ocultamento da violência sexual podem ser articuladas com a discussão sobre traição institucional estando envolvidas com os efeitos observados na avaliação das(os) participantes do estudo.

Além dos relatos à questão aberta indicarem inação institucional, culpabilização e descrédito das denúncias das vítimas, os resultados nas respostas fechadas sobre violências sexuais vivenciadas no contexto universitário investigado também apontam para subnotificação dos casos em registros oficiais. Segundo Linder e Myers (2018), a traição institucional é um dos principais motivos para não denunciar, sendo o baixo índice de denúncias correlacionado a essa prática institucional. Neste estudo, foi mais comum relatar os toques sexuais sem consentimento e penetração forçada para amigos(as) do que para autoridades do *campus*. Não contar para alguém sobre a agressão vivenciada esteve, principalmente, relacionado a sentir vergonha, se preocupar sobre o incidente ser sério o bastante para contar e se preocupar com a possibilidade de ser culpada ou de não acreditarem na sua denúncia. Esses resultados indicam como as práticas descritas em conjunto com as próprias agressões sexuais produzem repertórios e disposições emocionais envolvidas no comportamento de ficar em silêncio.

A produção de emoções como medo, culpa e vergonha nas pessoas que foram vitimadas pela violência sexual também pode ser compreendida quando consideramos sua ocorrência em uma cultura patriarcal. Ao considerar as análises propostas por Bourdieu quanto à dominação masculina e sua relação com padrões emocionais, Fontana e Laurenti (2020) sugerem uma explicação em termos comportamentalistas radicais para “algumas emoções desencadeadas por homens, como vergonha, humilhação, ansiedade, timidez, culpa, além de manifestações mais

visíveis como erubescer, gaguejar e sentimentos de medo ou raiva” (p. 506). Segundo as autoras,

Devido às contingências de dominação masculina sob as quais indivíduos são expostos ao longo da vida, cada gênero pode, então, exibir um padrão emocional distinto. As contingências de reforçamento social que instalam padrões comportamentais viris podem estabelecer paralelamente padrões emocionais de raiva e agressividade em homens. Já as mulheres, em razão do histórico de punição de comportamentos e exposição a diferentes formas de violência, sentem medo, o que pode funcionar como estímulos aversivos que participam do desenvolvimento de repertórios comportamentais de esquiva . . . (Fontana & Laurenti, 2020b. p. 506)

A violência sexual, entendida tanto como agressão quanto como práticas de punição do comportamento de evidenciar a agressão, fazem parte do histórico de punição e exposição às violências que produzem repertórios comportamentais de esquiva e emoções como medo, vergonha e culpa. Como evidenciado por nossos resultados a perpetração de violência sexual no contexto universitário, a ineficácia institucional em prevenir esses casos e a ocorrência de traição institucional nos casos denunciados, contribui para o desenvolvimento desses repertórios.

O desenvolvimento de repertórios comportamentais de esquiva pode ter como efeito a retroalimentação de práticas sexualmente violentas como identificado na análise das respostas abertas. Ao ficar em silêncio e/ou deixar de fazer denúncias formais, as vítimas evitam as punições que podem ser despendidas pelos(as) perpetradores(as), pela comunidade ou autoridades. As possíveis punições que podem ser empregadas para as vítimas de violência sexual no contexto universitário têm ainda particularidades que envolvem a remoção de reforçadores importantes para a vida acadêmica (Linhares & Laurenti, 2019). Além das práticas já descritas de culpabilização das vítimas e revitimização nos sistemas de justiça e serviços de

atendimento, pessoas que apoiam as vítimas também têm seus comportamentos punidos, sendo denominado por outros estudos como assédio de segunda ordem (Freitas & Morais, 2019).

Ao promoverem baixo número de denúncias das agressões os comportamentos violentos sexualmente não são punidos e continuam sendo mantidos por outros reforçadores. A manutenção dos comportamentos violentos sexualmente seria explicada pela submissão da vítima como reforçador condicionado na história pessoal de repertórios masculinos. Zanello e Richwin (2022) explicam que em uma cultura patriarcal homens aprendem a serem reconhecidos como homens por comportamentos de virilidade sexual e laboral. Comportamentos masculinos específicos são modelados ou simbolicamente aprendidos a partir da comunidade verbal:

Não assediar esta mulher é sinônimo de falta de virilidade, o que será objeto de controle pela fraternidade patriarcal. O silêncio da mulher é interpretado como estratégia de sedução que exige a continuidade do assédio. Se o assédio é expressamente rejeitado pela mulher, isso se torna uma nova ofensa à virilidade, equivalente a afirmar que o homem não possui suficiente potência masculina para atrair a mulher, induzindo comportamento de disciplina sobre a mulher e gerando a escalada da abordagem assediadora. A ideia de “honra masculina” gera uma relação de cumplicidade entre os homens que dificulta a responsabilização de agressores e culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas. Cada novo ato de violência sexual se torna uma metalinguagem, que reforça a vigência da ordem de gênero como natural e inevitável (Zanello & Richwin, 2022, p. 387).

Em termos comportamentais, compreendemos que as autoras descrevem relações sociais entre homens e mulheres nas quais comportamentos femininos atuam como estímulo discriminativo para abusos sexuais e tem como consequências reforçadoras tanto a submissão e vantagens sexuais quanto a aprovação do grupo. Além disso, a não obtenção desses

reforçadores torna-se contexto para comportamentos ainda mais agressivos, como os que aparecem em processos de extinção (Azrin et al., 1966; Keller & Schoenfeld, 1950/1966). Por fim, os comportamentos violentos sexualmente produzem efeitos que mantêm as próprias práticas culturais de gênero.

Ao analisar conceitualmente a relação entre as agências controladoras e a sobrevivência das culturas, de Souza (2017) discute o papel das práticas mantidas pelas agências no fortalecimento ou enfraquecimento das culturas, tendo em vista que tais práticas beneficiam principalmente as próprias agências. Recorrendo a conceitos skinnerianos o autor explica que as agências de controle ao “cristalizarem” ou personificarem práticas culturais que foram selecionadas atuam mantendo práticas de controle em benefício dos controladores. Precisamos, então, considerar o fato de que as práticas culturais sexualmente violentas, práticas de ocultamento e os comportamentos abusivos sexualmente não aparecem como institucionalizados nas agências educacionais. No entanto, é relativamente recente na história da legislação brasileira a institucionalização de práticas que enfrentem a violência sexual em todos os âmbitos. O que parece ser “cristalizado” são as contingências culturais presentes na dinâmica das instituições que continuam mantendo e reproduzindo práticas culturais sexualmente violentas. Para compreender melhor como isso acontece podemos recorrer a alguns eventos históricos relevantes que constituem o contexto mais amplo no qual violências sexuais que mais apareceram neste estudo acontecem.

Ao considerar o contexto universitário, devemos então compreender como, historicamente, este ambiente se relaciona com a história das mulheres. Almeida e Zanello (2022) ilustram bem a questão:

Por séculos, as universidades foram espaços exclusivamente masculinos, assim como, em nome da ciência moderna, disciplinas foram utilizadas para justificar a exclusão das mulheres desses espaços de poder, construção de saberes e inovações tecnológicas. Em

oposição a essa situação e em busca do prometido princípio de igualdade anunciado pela Modernidade, as mulheres vêm se empenhando há décadas em adentrar às portas do ensino superior e dos centros de pesquisa em várias partes do mundo, levantando inclusive o debate em torno de si enquanto legítimas sujeitas produtoras de conhecimento e capacitadas para atuar em todas as frentes do mercado de trabalho (Almeida & Zanello, 2022. p. xvii).

Com a ampliação do acesso às universidades desde a década de 1970 (Almeida & Zanello, 2022) e a entrada significativa de mulheres e pessoas LGBTQIA+ (sigla usada pelas autoras) nas universidades nos últimos tempos, a hegemonia masculina é colocada em questão e os comportamentos mudam nessas relações (Bandeira, 2017). A violência pode atuar como prática controladora em contextos de ameaças a hegemonias. Podemos entender práticas sexualmente violentas como retroalimentadas por seus efeitos, fomentando a própria manutenção do status quo da agência controladora. Exemplificando, as violências sexuais mais relatadas (comentários sexuais indesejados, toques sexuais sem consentimento e perseguição) foram aquelas perpetradas em locais públicos (*campus*, festas, salas de aula, etc.), em um contexto onde predomina a inação e traição institucional. Vivenciar situações de violência sexual promove comportamentos de fuga/esquiva em relação a estímulos aversivos condicionados, incluindo a evitação de situações e locais relacionados à academia (Linhares & Laurenti, 2019). Um estudo realizado na Alemanha, por exemplo, concluiu que a evasão de mulheres em espaços e pesquisas acadêmicas era produto de dois fatores principais: práticas sexistas, como o assédio sexual, e papéis sociais de gênero (Mapping gender in the German research arena, 2015).

Nicolodi e Hunziker (2021) descrevem como práticas controladoras desiguais mantêm o desequilíbrio vigente. Em contingências opressivas, como as envolvidas na violência sexual, as consequências selecionam comportamentos específicos que são mais vantajosos para os(as)

controladores(as) mantendo o repertório de controlados(as) sem acesso a reforçadores equivalentes aos dos membros do grupo com maior controle. A dominação masculina na academia pode ser demonstrada tanto pelo predomínio de pensamento androcêntrico quanto pelas posições de poder ocupadas majoritariamente por homens (Harding, 2007). Também podemos pensar que ideias propagadas podem se caracterizar como violentas ou a violência pode ser utilizada para propagar pensamentos hegemônicos. Por exemplo, comportamentos abusivos na forma de “brincadeiras” e “piadas” (Linhares & Laurenti, 2019) podem reafirmar regras sobre mulheres como objetos sexuais e com menor capacidade intelectual.

Saffioti (2001, 2004) explica como a violência é empregada para a manutenção da ordem patriarcal de gênero. A violência não precisa ser exercida pela categoria social que será beneficiada, mas por todas as pessoas que possam perpetuar essa ordem. Por exemplo, mulheres em posições de maior poder nas universidades podem perpetrar práticas de revitimização em casos de violência sexual. Outro exemplo seria: mulheres que perpetraram violência sexual contra homens ou outras mulheres reproduzindo comportamentos heteronormativos nas relações entre pares. Para os comportamentos individuais de pessoas que agem em prejuízo da sua própria categoria social são despendidos reforçadores positivos ou negativos. A complexa relação entre esses comportamentos, as práticas culturais e seus efeitos mais amplos, retroalimenta o poder e privilégio de categorias dominantes.

Além da indicação de algumas mulheres como agressoras nas questões sobre violências sexuais vivenciadas os autorrelatos de perpetração de violência também evidenciaram algumas estudantes mulheres que afirmaram ter perpetrado algumas das violências sexuais investigadas, ainda que nenhuma tenha sido apontada ou autorrelatado ser autora de penetração forçada. Esses resultados, principalmente os relacionados à discrepância entre os resultados de autorrelato de perpetração de violência sexual e a indicação de agressores por parte das vítimas, merecem uma discussão que pode elucidar outros aspectos relevantes das práticas culturais e

comportamentos relacionados ao fenômeno da violência sexual no que diz respeito às formas de investigação.

Sobre dados relacionados ao autorrelato de perpetração de violência sexual Walsh et al. (2021) discutem pontos relevantes para a interpretação e comparação dos resultados encontrados neste estudo. As(os) autoras(as) afirmam que as taxas de perpetração de agressão sexual autorrelatada variam de acordo com as definições, instrumentos e prazos utilizados, e a maioria dos estudos, realizados até então, concentrava-se em amostras por conveniência de participantes homens. As pesquisas utilizadas para exemplificar a questão encontraram dados que variaram de 12,5% a 14,2% dos universitários relatando ter perpetrado abuso sexual por coerção verbal, incapacitação por drogas/álcool ou força física no ano anterior (Abbey & McAuslan, 2004; White & Smith, 2004) a 29% dos estudantes do sexo masculino relatando algum ato de agressão sexual durante 4 anos de graduação (Thompson et al., 2013).

Sobre estudos que investigam a perpetração dessas violências por homens e mulheres, Walsh et al. (2021) citam estudos que utilizaram a *Conflict Tactics Scale* (CTS). Nessas pesquisas de 26,7% a 29% dos estudantes do sexo masculino e 13% a 19,6% das estudantes do sexo feminino relataram perpetrar coação verbal para penetração, e apenas 2,4% dos homens e 1,8% das mulheres relataram perpetrar penetração forçada fisicamente (Gámez-Guadix et al., 2011; Hines & Saudino, 2003). Entretanto, esses últimos estudos citados não investigavam a agressão sexual quando a vítima estava incapacitada por drogas/álcool, e participantes não binários ou em não conformidade com o gênero não fizeram parte do estudo.

Na pesquisa desenvolvida por Walsh et al. (2021), considerando todos esses fatores, as(os) pesquisadoras(es) encontraram os seguintes resultados: em uma amostra aleatória estratificada de 2.500 alunos(as), 2,1% da amostra (n = 34) relataram alguma perpetração; a forma mais comum foi o toque sexualizado (n = 27), enquanto a menos comum foi a penetração completa (n = 8). Aproximadamente 3,3% (n = 21 de 632) dos homens, 1,4% (n = 13 de 921)

das mulheres e 0% (n = 0 de 26) estudantes em desconformidade com o gênero relataram qualquer perpetração. Em comparação com as mulheres, os homens relataram uma prevalência maior de toques indesejados, mas uma prevalência equivalente de penetração completa (0,5% para ambos).

No Brasil os estudos sobre o tema são mais raros e, até o momento não temos documentações mais abrangentes, principalmente em relação à diversidade de participantes. Uma pesquisa desenvolvida por Zotareli et al. (2012) evidenciou que 3,3% dos homens relataram ter perpetrado violência sexual em algum momento da vida acadêmica. No nosso estudo, 8,33% dos estudantes homens e 17,65% dos docentes homens relataram ter perpetrado alguma forma de violência sexual no contexto da universidade, enquanto 9,49% das mulheres estudantes relataram essas condutas. Nenhuma docente relatou ter perpetrado violências sexuais.

Para Análise do Comportamento respostas verbais a questionários e instrumentos podem ser discutidas considerando a ideia de que comportamentos verbais não necessariamente são correspondentes aos comportamentos não verbais (ou verbais) correlatos (Morais & Freitas, 2019). É possível, então, levantar duas hipóteses sobre os comportamentos de autorrelato de perpetração de violência sexual serem inferiores aos de autorrelato de vitimização nas diferentes pesquisas sobre ocorrência de violência sexual. A primeira envolve o responder socialmente aceitável. Em estudos que investigam comportamentos socialmente reprováveis ou esperados, ao menos verbalmente, é necessário considerar algum nível de controle social sobre o responder dos participantes. Além desse efeito incidir sobre as respostas aos itens sobre perpetração de violência sexual, essa hipótese também pode ser relevante para explicar as altas taxas de autoavaliação sobre os comportamentos adequados de suporte e apoio a vítima obtidos neste estudo, principalmente considerando que a Análise Fatorial Exploratória demonstrou que a fidedignidade do fator era baixa. Para reduzir esse efeito, alguns cuidados

são tomados, como garantir a privacidade dos respondentes e reduzir a presença do(a) pesquisador na coleta das respostas.

A segunda hipótese seria sobre a identificação dos comportamentos violentos. Sobre isso, Krebs et al. (2007) discutem que alguns homens, ao responderem a uma investigação realizada por eles(as), poderiam não reconhecer agressões sexuais perpetradas nas descrições utilizadas nas perguntas. As(os) autoras(es) afirmam que os relatos de autores de violência sexual podem diferir consideravelmente daqueles da vítima auto identificada. Outra hipótese possível para a discrepância entre a porcentagem de vítimas que relataram terem sido violentadas sexualmente por homens e a porcentagem de homens que relataram perpetrar agressões sexuais, neste estudo, inclui: esta pesquisa pode não ter tido adesão de perpetradores de violência sexual, visto que nossa amostra foi de conveniência e por participação espontânea. Esta hipótese é fortalecida pela baixa adesão relativa de participantes homens (indicados como os principais perpetradores, nesta investigação e também em outros estudos sobre violência sexual), principalmente considerando a amostra de discentes. Outra explicação levantada por Krebs et al. (2007) para o problema da diferença entre autorrelato de perpetração e vitimização é de que poucos homens se comportariam de forma violenta sexualmente, mas, aqueles que agem assim repetiriam esse comportamento com muitas pessoas, o que resultaria em poucos agressores e muitas vítimas.

A compreensão do consentimento sexual tem sido considerada um fator crucial para a identificação de relacionamentos sexuais saudáveis e violência sexual (Warren et al., 2015). Um estudo realizado por Warren et al. examinou a conexão entre a compreensão do consentimento sexual e a perpetração de agressão sexual com 217 estudantes universitários heterossexuais do sexo masculino, com média de idade de 20,9 anos. Foram testados modelos examinando fatores relacionados à compreensão de consentimento e até que ponto essa compreensão estava relacionada à perpetração de violência sexual. Foram empregadas medidas

de agressão sexual, compreensão do consentimento sexual, aceitação de mitos sobre estupro, conformidade com as normas masculinas, apoio de colegas ao abuso e apego a colegas abusivos. Os(as) autores(as) discutem que a perpetração de violência sexual tem sido associada a fatores que implicam a falta de preocupação com os limites e direitos dos outros e interpretação falha de pistas sobre esses limites e direitos. Para eles(as) a dominação masculina, poder e superioridade sobre as mulheres, os papéis tradicionais do gênero masculino também podem estar associados à falta de consideração pelos direitos, limites e consentimento sexual dos outros.

Na pesquisa de Warren et al. (2015), a aceitação de mitos sobre estupro, a conformidade com as normas masculinas e o apoio de pares ao abuso demonstraram ter relação negativa com a compreensão do consentimento sexual. Em outras palavras, maior aceitação dos mitos de estupro, mais conformidade com as normas masculinas e maior apoio de pares ao abuso, previram menor compreensão do consentimento sexual (Warren et al.). A menor compreensão do consentimento sexual também demonstrou relação com maior perpetração da agressão sexual enquanto maior compreensão do consentimento sexual predisse níveis mais baixos de perpetração de agressão sexual. Entretanto, segundo a revisão realizada por Anyadike-Danes et al. (2024), ainda não está totalmente explicada a relação entre aspectos sobre o consentimento e medidas relacionadas à violência sexual, ainda que a correlação seja bem documentada.

Na nossa pesquisa, a consideração sobre consentimento para atividades sexuais alcançou porcentagens positivas, ainda que tenhamos destacado tendências de menores considerações sobre consentimento em contextos específicos (relacionamentos duradouros e mudanças de atividades sexuais em atividades que se iniciaram consensualmente). Estudos internacionais indicaram que estudantes de instituições de ensino superior tendiam a diferenciar formas de consentimento a depender da relação prévia com a parceria sexual (e.g., Humphreys, 2007). Análises futuras que utilizassem nosso mesmo instrumento poderiam comparar a

consideração de consentimento e compreensão de consentimento com o autorrelato de perpetração da violência para verificar possíveis correlações. Ou ainda, aprimorar os itens referentes a esses aspectos investigados para mitigar a probabilidade de respostas que não correspondam com os comportamentos não verbais nas situações sexuais, principalmente considerando que poucos itens foram relevantes para o fator que pretendia avaliar o consentimento na Análise Fatorial Exploratória.

O conceito de consentimento é central nas definições legais e acadêmicas de violência sexual. Entretanto, mesmo em pesquisas empíricas sobre o assunto, a definição de consentimento é diversa e frequentemente não é apresentada (Anyadike-Danes et al., 2024). Em uma revisão sobre aspectos conceituais e pesquisas empíricas sobre como estudantes de universidades estadunidenses e canadenses lidam com o consentimento, Muehlenhard et al. (2016) identificaram que consentir poderia se referir a um ato mental (como uma decisão pensada ou um sentimento/vontade) ou a um ato físico (como uma expressão vocal²⁰ ou corporal). Considerando pesquisas que verificaram a compreensão do consentimento e a comunicação de consentimento Muehlenhard et al. descreveram três conceitualizações de consentimento sexual: um estado interno de vontade (não observável por outros), um acordo explícito (uma declaração vocal ou escrita) ou um comportamento interpretado como vontade por outra pessoa (implícito ou inferido).

A aceção de consentimento como estado interno ou “ter vontade de uma atividade sexual”, declaram Muehlenhard et al. (2016), é relevante porque ter relações sexuais na ausência dessa disposição (vontade) já levantaria preocupações. Algumas problemáticas

²⁰ O termo comumente usado nos estudos sobre consentimento é a palavra “verbal”. Entretanto, em razão de o termo “verbal” envolver uma conceituação própria no Comportamentalismo Radical e na Análise do Comportamento, optamos por alterar o termo para “vocal” quando as pesquisas se referiam a falas vocalizadas. Utilizar o termo “verbal” em uma pesquisa analítico-comportamental poderia gerar equívocos quanto à diferenciação de gestos e sinais corporais que, nessa literatura, também poderiam ser identificados e analisados como comportamentos verbais.

envolvidas nesse caso são, por exemplo, a inibição de atividades sexuais desejadas que contrariam padrões de gênero patriarcais e a possibilidade de acordos explícitos (outro sentido para consentimento) na ausência do sentimento de vontade para a atividade sexual, ou seja, o comportamento de consentir sendo controlado por coerções. Essas problemáticas estão articuladas ao duplo padrão sexual como complicador das escolhas sexuais de mulheres e homens (Amaro et al., 2021).

As mulheres podem se sentirem pressionadas a recusar o sexo – mesmo o sexo que desejam – para evitar repercussões sociais negativas (Hamilton & Armstrong, 2009). Se uma mulher recusa os avanços sexuais de um homem, ele pode presumir que ela está recusando por uma questão de aparência (Muehlenhard, 2011; Osman, 2007; Osman & Davis, 1999), ou pode presumir que ela acabará cedendo, podendo se sentir justificado a continuando seus avanços (Jozkowski & Hunt, 2014). Os homens podem procurar sexo – mesmo o sexo que não desejam – para parecerem mais masculinos (Pascoe, 2005; Sweeney, 2014; Wiederman, 2005) (Muehlenhard et al., 2016, p. 4).

As pesquisas revisadas por Muehlenhard et al. (2016) demonstraram que, com frequência, o consentimento masculino era indicado e inferido pelos comportamentos de tomar iniciativa para atividades sexuais. O consentimento das mulheres era indicado e inferido, principalmente, por “não resistir” e por respostas vocais caso lhes fossem feitas perguntas explícitas sobre engajamento em atividades sexuais. Além disso, em muitos estudos, a literatura focou em investigar o consentimento feminino assumindo que o consentimento masculino era sempre presumido. Tal viés de pesquisa fortaleceria o discurso do “desejo masculino irrefreável” que seria, segundo as(os) pesquisadoras(es), prejudicial para homens e mulheres. Saffioti (1987) endossa teoricamente a discussão sobre os resultados das pesquisas referidas quando discute como a desigualdade entre homens e mulheres estabelece um padrão sexual favorável à violência sexual e avesso à ampliação de sentimentos prazerosos. A autora

argumenta que os papéis sociais de gênero atribuídos em processos históricos, econômicos e legais reservam aos homens apenas a posição de “sujeito do desejo” e para as mulheres apenas o lugar de “objeto do desejo”. Para Saffioti, ambas categorias sociais são prejudicadas nesse roteiro (*script*) pois, aos homens, não é dada a possibilidade de se sentirem desejados e, às mulheres, não é dada a possibilidade de desejarem. Apesar do prejuízo mútuo, as mulheres seriam as mais afetadas pela violência sexual, porque, tal roteiro, pode servir como justificativa para comportamentos predatórios por parte de agressores sexuais. Nesse sentido, também se insere a crítica feminista sobre o consentimento em sociedades desiguais: à mulher restaria apenas a possibilidade de ceder em uma condição de menor poder e, portanto, isso invalidaria um acordo mútuo, possível somente entre iguais (Pateman, 1993).

As outras acepções de consentimento descritas por Muehlenhard et al. (2016) também ampliam a discussão sobre a contextualização do comportamento de consentir. Para as(os) pesquisadoras(es), o consentimento conceituado como um ato de concordar com algo é semelhante ao conceito jurídico de *consentimento expesso*, que requer uma ação observável por terceiros, seja vocal ou escrita. O consentimento expesso contrasta com *consentimento implícito*, que se refere à inferência de consentimento a partir de comportamentos entendidos como pistas e sinais da concordância com algo. É importante ressaltar que as pesquisas sobre consentimento têm identificado inferência de consentimento para comportamentos como “não resistir” ou “ficar em silêncio” (e.g., Jozkowski et al., 2013). Na maioria das situações investigadas nos estudos, contudo, ficar em silêncio ou não resistir parece ser interpretado como consentimento quando acontece em conjunto com outros comportamentos identificados como sinais do consentimento, por exemplo, beijos, carícias etc. (Muehlenhard et al., 2016). Isso significa que os(as) participantes apontavam “não resistir” juntamente com outros comportamentos descritos como mais ativos, principalmente para as mulheres, como a maneira

mais comum de indicarem consentimento. A total passividade, por exemplo, ficar parada, foi apontada como uma das formas de indicar o não consentimento.

A revisão de Muehlenhard et al., 2016 demonstrou que, no geral, estudantes são capazes de fornecer compreensões de consentimento que se assemelhem a definições legais, recorrendo com frequência a afirmações sobre consentimento explícito. Nos estudos internacionais, comportamentos que compõem o chamado consentimento explícito foram apontados como os melhores indicadores de consentimento. Entretanto, esses não foram os comportamentos apontados como mais prováveis de serem emitidos em situações reais. Quando investigadas as formas como eles(as) próprios(as) indicam consentimento, as principais formas se referiam a comportamentos não vocais, como já apresentado sobre comportamentos de tomar a iniciativa e sobre não resistir, acompanhado de outros sinais. Neste estudo, os comportamentos vocais em conjunto com outros gestos e sinais não vocais foram as formas de consentimento mais relatadas. Nossa pesquisa não avaliou a possível discrepância entre qual seria o comportamento considerado como melhor indicativo de consentimento e quais seriam as maneiras mais utilizadas por estudantes e por docentes, restando a questão para estudos futuros.

Pesquisas que ampliem o foco de interesse a respeito do consentimento podem se basear na literatura internacional. Esses estudos utilizam instrumentos que em geral, avaliam relatos sobre como as pessoas se sentem e estão dispostas a se engajar em atividades sexuais; como as pessoas indicam que querem ou não querem se envolver em uma relação sexual; como demonstram que concordam ou recusam uma atividade sexual; e como as pessoas inferem que suas parcerias estão consentindo ou recusando atividades sexuais. Estudos internacionais também têm comparado essas medidas com a mensuração da compreensão sobre consentimento, agressão, coerção sexual e mitos sobre estupro para verificar a correlação entre aspectos do consentimento e aspectos envolvidos na violência sexual (ver Muehlenhard et al., 2016 e Anyadike-Danes et al., 2024).

Ao revisarem pesquisas empíricas sobre consentimento sexual com participantes universitários(as), Anyadike-Danes et al. (2024) afirmam que quando estudos não explicitam uma definição de consentimento, como foi o caso da presente investigação, os(as) participantes respondem às questões sob controle de suas próprias definições. As definições fornecidas por estudantes de instituições de ensino superior, tanto neste quanto em estudos internacionais, demonstraram ser diversificadas, não podendo as(os) pesquisadoras(es) presumirem uma compreensão de consentimento pretendida pela pesquisa. Para Puh e Becker (2018), uma solução seria um consenso entre as definições utilizadas nas pesquisas sobre o assunto, sendo essa definição fornecida para os(as) participantes. Entretanto, mesmo definições explicitadas como a do estudo de Marcantonio et al. (2022), “a comunicação verbal ou não-verbal dada livremente de seus sentimentos sóbrios e conscientes de vontade de se envolver em um determinado comportamento sexual com uma determinada pessoa dentro de um determinado contexto” (p. 274), não eliminariam a história prévia sobre como participantes inferem e indicam consentimento em um contexto cultural específico. Isso porque ainda poderiam existir diferenças de entendimento sobre o nível de consumo de substâncias limítrofe para a capacidade de consentir, sobre a comunicação “não verbal” presumida por um parceiro ser correspondente com a decisão privada de outro, sobre o grau de liberdade em determinadas situação, apenas para dar alguns exemplos.

A partir da discussão realizada, fica evidente que o comportamento de consentir depende de diversas variáveis. Em termos comportamentais poderíamos dizer que o comportamento de consentir pode ser analisado a partir das contingências seletivas, principalmente nos níveis ontogenético e cultural. Ao considerar o consentimento como contextual, a investigação científica sobre a consideração do consentimento como condição para relação sexual não violenta não pode se eximir de refletir sobre os controles envolvidos. Podemos considerar como uma limitação deste estudo não ter uma base prévia sobre como estudantes e docentes de

instituições de ensino superior brasileiras compreendem, inferem e fornecem consentimento ou indicam e inferem não consentimento para direcionar mais precisamente a construção de itens com um objetivo específico. Os resultados qualitativos apresentados podem apontar caminhos para outros estudos que pretendam especificar o controle pretendido para respostas de participantes. Por exemplo, dada a diversidade de definições, ao investigar se participantes pediram alguma forma de consentimento, pesquisas que pretendam focar em um tipo específico de aquiescência podem alterar os itens de instrumentos ou entrevistas semiestruturadas. Ao investigar se estudantes pediram ou forneceram um consentimento explícito os itens podem perguntar especificamente se “disseram verbalmente concordar com a atividade sexual”. Para investigar se consentimento inferido foi considerado, listas de gestos e sinais não vocais podem ser apresentados.

Outra sugestão importante para pesquisas sobre consentimento é fornecida por Muehlenhard et al. (2016). Quando as definições sobre os melhores indicadores de consentimento fornecidas por uma população passam a se assemelhar muito às definições legais, ao mesmo tempo que os comportamentos mais prováveis em situações reais e hipotéticas não correspondem às mesmas definições, outros termos podem ser usados para itens que pretendam perguntar sobre a probabilidade de participantes considerarem o consentimento. Por exemplo, ao invés de perguntar “você consideraria o consentimento do(a) sua parceira para iniciar uma atividade sexual?”, poderia ser formulada a questão “para iniciar uma relação sexual você perguntaria de alguma forma se sua parceria deseja se envolver nessa atividade e continuaria apenas no caso de a resposta ser afirmativa?”. Evidentemente, tal alteração ainda não seria capaz de dirimir a problemática sobre acordos explícitos acontecerem em contextos desiguais. Especificações topográficas de comportamentos não vocais também não são eliminariam por completo o aprendizado cultural prévio sobre sinais de aquiescência. Todavia, maior operacionalização do comportamento de consentir permitiria melhores análises.

Para efeitos mais abrangentes à melhoria na qualidade das pesquisas, é importante considerar que a existência de contingências aversivas e apetitivas conflitantes em relação a contingências ontogenéticas e/ou contingências culturais promovem padrões de interação para iniciativas, avanços, recusas e engajamento em atividades sexuais que estão envolvidas no que é compreendido, utilizado e inferido como consentimento. Para que o comportamento de consentir se aproxime de decisões correspondentes à disposição para a ação sexual que considere a disposição para ação da outra parte, são necessárias contingências que promovam padrões alternativos aos padrões patriarcais de gênero nas atividades sexuais e não apenas maior especificação sobre a topografia do comportamento de consentir.

A discussão sobre os resultados reflete a compreensão teórica do fenômeno da violência sexual como cultural. Práticas sexualmente violentas e agressões sexuais acontecem em um contexto patriarcal racista e capitalista contribuindo para a opressão das mulheres e de outras minorias, compreendidas como categorias sociais. Esses efeitos fortalecem a dominação masculina, beneficiando homens, principalmente aqueles com maior poder econômico, brancos e heterossexuais.

Considerações finais

Ao privilegiarmos um questionário que possa ser aplicado em comunidades universitárias de forma ampla, buscamos explorar a complexidade da violência sexual em instituições de ensino superior que pudessem também apontar tendências e direções para novas pesquisas e ações de enfrentamento que possam ser fundamentadas em indicadores consistentes. Este trabalho apresenta uma possibilidade de levantamento sobre a violência sexual nas instituições de ensino superior e uma preliminar análise cultural da violência sexual

no contexto da universidade. Os aspectos encontrados em nossos resultados estão de acordo com outras pesquisas e discussões sobre o fenômeno na América Latina (ver Almeida & Zanello, 2022), porém, sistematizados na estrutura da tríplice contingência cultural. Os efeitos selecionadores das práticas apontados como consequências culturais deverão ainda ser explorados em novas pesquisas. Algumas fragilidades devem ser consideradas para a compreensão da análise realizada e podem ser minimizadas em investigações futuras.

O uso da análise de contingências por fontes indiretas subsume os resultados às variáveis que controlam o comportamento verbal de participantes ao responder sobre fenômenos investigados em contraposição com a análise de contingências a partir de observação direta – o que permitiria a consideração de outras variáveis. A diversificação de métodos pode ser uma forma de ampliar nosso conhecimento sobre o tema. Entretanto, a observação direta da violência sexual apresenta-se como impraticável. Em geral, outras metodologias utilizam outras medidas, também indiretas, para sondagem de variáveis relevantes. Além disso, no caso da temporalidade da contingência cultural, observações diretas incluiriam estudos longitudinais que poderiam, também, se tornar impraticáveis. Portanto, o uso de respostas a questões e relatos verbais possui, outrossim, vantagens para investigações da violência sexual. Novos estudos podem aprimorar instrumentos que, sistematicamente, evoquem respostas verbais especificadoras do contexto, das práticas envolvidas e das consequências. Essas pesquisas podem incluir, por exemplo, investigações longitudinais que utilizem respostas a instrumentos para verificação de possíveis mudanças, comparação entre instituições que apresentem diferentes aspectos nos ambientes sociais e o uso de fontes históricas para a constatação da transmissão de práticas culturais.

Outra vantagem do uso de relatos verbais na investigação da violência sexual se refere justamente a considerar que as pessoas que falam sobre o fenômeno são as que estão sensíveis às contingências envolvidas, considerando os muitos membros da cultura que se tornam

insensíveis devido às práticas de ocultamento. Resta-nos compreender sob o controle de quais contingências esses indivíduos descrevem e assinalam alternativas. Este estudo apresenta, então, algumas possibilidades futuras:

- Os resultados e discussões podem ser relevantes para novas pesquisas de indicadores sobre violência sexual no contexto universitário e para apontar possíveis ações estratégicas para promoção de ações de enfrentamento e políticas universitárias que atuem na prevenção, acolhimento e encaminhamentos sobre violência sexual.

- Para que os resultados sejam generalizáveis e mais fidedignos como indicadores, sugerimos o aprimoramento do questionário considerando as fragilidades apontadas na Análise Fatorial Exploratória. Esses ajustes podem ser realizados reformulando itens que não saturaram nos fatores que pretendem representar, e novas aplicações para ampliar a variabilidade das(os) participantes permitindo novas análises que verifiquem a adequação dos modelos.

- Também é necessário o aprimoramento de estratégias de adesão que construam uma amostra representativa, apontando como proposta o recrutamento de uma equipe de pesquisa que possa abordar e convidar pessoalmente as(os) participantes para responder a pesquisa de forma sigilosa. Esta estratégia seria importante principalmente para as(os) trabalhadoras(es) técnicas(os) que configuraram o público que não teve adesão significativa ao estudo. Atualmente, muitos profissionais da segurança, alimentação e limpeza são terceirizados, o que exige considerações ainda mais cuidadosas sobre a adesão, bem como sobre a realidade da violência sexual nesse contexto de trabalho na universidade.

- Aprimorar a concomitância de métodos quantitativos (representado pelas questões com itens de escalas *Likert* e de múltipla escolha) e qualitativos (representados pelas questões abertas) que apontem para a dinâmica do fenômeno. Sugerimos que participantes que se sentirem à vontade para relatar suas vivências relacionadas à violência sexual no contexto universitário sejam convidadas(os) para entrevistas, por exemplo.

- Construção de uma política na universidade sobre o enfrentamento da violência sexual que inclua a disseminação de informações sobre serviços e direitos na instituição, incentivo às práticas de apoio a vítimas de violência na presença de uma estrutura de acolhimento e encaminhamentos adequados: protocolos e fluxograma específicos, recursos humanos e administrativo que garantam a efetividade da política.

- Treinamento de serviço especializado nos órgãos competentes da universidade (ouvidoria, assistência de saúde, incluindo saúde mental, jurídica e outros serviços de bem estar a comunidade) e capacitações para estudantes, trabalhadores(as) da universidade em geral para aprendizado de como lidar com casos de violência sexual, em especial, pessoas de referência nas organizações universitárias, que têm maior probabilidade de ter contato com as denúncias: colegiados, chefias de departamentos e centros, centros acadêmicos e outras organizações estudantis, sindicatos).

- O fortalecimento da proposta de compreensão da violência sexual como fenômeno cultural exige que pesquisas que considerem a articulação de múltiplas variáveis e apresentem fundamentação teórica contextualista e feminista afastando o risco de explicações que recorram a causalidades únicas ou internalistas.

Referências

- Abbey, A., & McAuslan, P. (2004). A longitudinal examination of male college students' perpetration of sexual assault. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 72*(5), 747-756. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.72.5.747>
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo. Em C. Barbosa, M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. C. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. Silva, & S. O. Oliane (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 13, pp. 52-61). ESETec.

- Almeida, H. B. (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp.195-220). OAB Editora.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. Em C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva, C. Portela (Eds.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades*. Technopolitik.
- Almeida, T., & Zanello, V. (Orgs.). (2022). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora.
- Amaro, H. D., Alvarez, M. J., & Ferreira, J. A. (2021). Manifestação do Duplo Padrão Sexual nas sociedades ocidentais (2011-2017): Uma revisão abrangente. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (124), 53-78. <https://doi.org/10.4000/rccs.11509>
- Anyadike-Danes, N., Reynolds, M., Armour, C., & Lagdon, S. (2024). Defining and measuring sexual consent within the context of university students' unwanted and nonconsensual sexual experiences: A systematic literature review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 25(1), 231-245. <https://doi.org/10.1177/15248380221147558>
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: Análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 383-414). OAB Editora.
- Azrin, N. H., Hutchinson, R. R., & Hake, D. F. (1966). Extinction-induced aggression. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 9(3), 191-204. <https://doi.org/10.1901/jeab.1966.9-191>
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *Revista Gênero*, 17(2), 49-79. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>

- Bellini, D. M. G. (2018). *Violência contra mulheres nas universidades: Contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9942>
- Bellini, D. M. G., & Mello, R. R. (2022). As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 29-58). OAB Editora.
- Brasil (2006). Lei nº 11.340. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil (2009). Lei nº 12.015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Brasil (2018). Lei nº 13.718. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm
- Brasil (2023). Lei nº 14.540. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14540.htm
- Buchwald, E., Fletcher, P. R., & Roth, M. (2003). *Transforming a rape culture*. Milkweed Editions. (Obra original publicado em 1993).
- Bueno, S., Bohnenberger, M., Martins, J., & Sobral, I. (2023). A explosão da violência sexual no Brasil. Em Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.) *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. (pp. 154-161). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Cantor, D., Fischer, B., Chibnall, S., Bruce, C., Townsend, R., Thomas, G., & Lee, H. (2015). *Report on the AAU campus climate survey on sexual assault and sexual misconduct*.

https://ira.virginia.edu/sites/ias.virginia.edu/files/University%20of%20Virginia_2015_climate_final_report.pdf

Castro, T. G. D., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(4), 814-825.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>

Cerqueira, D., Ferreira, H., & Bueno, S. (coords.). (2021). *Atlas da Violência 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP].
<https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>

Curcelli, E. M. & Fontanella, B. J. B. (2019) Uso de bebidas alcoólicas por estudantes: Análise de propagandas de festas em um campus universitário. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, 1-21. <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180621>

Data Popular/Instituto Avon. (2015). *Violência contra mulher no ambiente universitário*. Instituto Patrícia Galvão e ONU Mulheres.
http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf

Dias Júnior., J. J. L. (2016). Adaptação e tradução de escalas de mensuração para o contexto brasileiro: Um método sistemático como alternativa a técnica Back-Translation. *Métodos e Pesquisa em Administração*, 1(2), 4-12.
<https://www.researchgate.net/publication/311807677>

Enough is Enough Act, NY. Stat. § 76 - 6445 (2015).

Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da Análise do Comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535-545.
<https://doi.org/10.9788/TP2015.3-02>.

Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and*

Psychological Measurement, 78(5), 762–780. <https://doi.org/10.1177/0013164417719308>

Ferraz, J. C., Peixinho, H. L. S., Vichi, C., & Sampaio, A. A. D. (2019). Uma análise de metacontingências e macrocontingências envolvidas em práticas de gênero. Em R. Pinheiro, & T. Mizael (Org.). *Debates sobre feminismo e análise de comportamento*, (pp. 174-194). Imagine Publicações.

Ferreira, H., Coelho, D.S.C, Cerqueira, D., Alves, P., & Semente, M. (2023). *Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <http://dx.doi.org/10.38116/td2880-port>

Fielding-Miller, R., Shabalala, F., Masuku, S., & Raj, A. (2021). Epidemiology of campus sexual assault among university women in Eswatini. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(21-22), 1-26. <https://doi.org/10.1177/0886260519888208>

Fontana, J., & Laurenti, C. (2020a). Tríplice contingência cultural: Uma proposta de explicação comportamental da cultura. *Interação em Psicologia*, 24(3), 308-317. <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/66012>

Fontana, J., & Laurenti, C. (2020b). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: Uma interpretação comportamentalista. *Acta Comportamentalia*, 28(4), 499-515. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2011). *5º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/b54571df-a7ba-414f-b572-a0ad9d32098f>

Freitas, J. C. C., & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: Algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758>

- G1, (2023). O que se sabe sobre assassinato de estudante de jornalismo durante calourada na UFPI. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/01/30/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-da-estudante-de-jornalismo-apos-calourada-na-ufpi.ghtml>
- Gama, F., & Baldissera, M. Violências contra mulheres em universidades brasileiras: Escrachos, denúncias e mediações. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 325-356). OAB Editora.
- Gómez, J. M. (2021). Gender, campus sexual violence, cultural betrayal, institutional betrayal, and institutional support in U.S. ethnic minority college students: A descriptive study. *Violence Against Women*, 28(1), 93-106. <https://doi.org/10.1177/1077801221998757>
- Guerin, B., & Ortolan, M. O. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26(1), 5-26. <https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.6804>
- Hamilton, L., & Armstrong, E. A. (2009). Gendered sexuality in young adulthood: Double binds and flawed options. *Gender & Society*, 23(5), 589-616. <https://doi.org/10.1177/0891243209345829>
- Harding, S. (2007). Gênero, democracia e filosofia da ciência. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 1(1), 163-168. <https://doi.org/10.29397/reciis.v1i1.891>
- Haukoos, J. S., & Lewis, R. J. (2005). Advanced statistics: Bootstrapping confidence intervals for statistics with “difficult” distributions. *Academic Emergency Medicine*, 12(4), 360-365. <https://doi.org/10.1197/j.aem.2004.11.018>
- Hill, C., & Silva, E. (2005). *Drawing the line: Sexual harassment on campus*. American Association of University Women Educational Foundation. <https://www.aauw.org/app/uploads/2020/02/AAUW-Drawing-the-line.pdf>

- Hines, D. A., & Saudino, K. J. (2003). Gender differences in psychological, physical, and sexual aggression among college students using the Revised Conflict Tactics Scales. *Violence and Victims, 18*(2), 197-217. doi: 10.1891/vivi.2003.18.2.197.
- Humphreys, T. (2007). Perceptions of sexual consent: The impact of relationship history and gender. *The Journal of Sex Research, 44*(4), 307–315. <https://doi.org/10.1080/00224490701586706>
- Jozkowski, K. N., & Hunt, M. (2014, November). "Who wants a quitter? So you just keep trying": How college students' perceptions of sexual consent privilege men. Paper presented at the Annual Meeting of the Society for the Scientific Study of Sexuality, Omaha, NE, United States.
- Jozkowski, K. N., Peterson, Z. D., Sanders, S. A., Dennis, B., & Reece, M. (2013). Gender differences in heterosexual college students' conceptualizations and indicators of sexual consent: Implications for contemporary sexual assault prevention education. *The Journal of Sex Research, 51*(8), 904–916. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.792326>
- Keller, F. S., & Schoenfeld, W. N. (1966). *Princípios de psicologia*. (C. M. Bori & R. Azzi, Trads.). Herder. (Obra original publicada em 1950).
- Kitzinger, C., & Frith, H. (1999). Just say no? The use of conversation analysis in developing a feminist perspective on sexual refusal. *Discourse & Society, 10*(3), 293-316. <https://doi.org/10.1177/0957926599010003002>
- Krebs, C. P., Lindquist, C. H., Warner, T., Fisher, B., & Martin, S. (2007). *The campus sexual assault (CSA) study*. Bibliogov.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em análise do comportamento, 13*(1), 25-40. <https://revistaperspectivas.emnuvens.com.br/perspectivas/article/download/833/401>

- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. (L. Sellera Trad.). Editora Cultrix. (Obra original publicada em 1986).
- Lima, A. C. S, Gallo, A. E., & Moura, C. B. (2018). Uma discussão analítico-comportamental sobre o autor de violência sexual infantojuvenil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(4), 48-62. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i4.1278>
- Linder, C., & Myers, J. S. (2018). Institutional betrayal as a motivator for campus sexual assault activism. *NASPA Journal About Women in Higher Education*, 11(1), 1–16. doi:10.1080/19407882.2017.1385489
- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2019). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 9(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Linhares, Y., Fontana, J., & Laurenti, C. (2021). Protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário: Uma análise do cenário latino-americano. *Saúde e Sociedade*, 30(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200180>
- Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2024). A construção política do “eu” no comportamentalismo radical: Opressão, submissão e subversão. *Acta Comportamentalia*, 32(1), 73-91. <https://revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/87867>
- Machado, I. V. (2018). *ContrAbuso: Estratégias de identificação e enfrentamento do assédio sexual no contexto universitário*. [Projeto de pesquisa]. Universidade Estadual de Maringá.
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C., & Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>

- Mapping gender in the German research arena. (2015). Elsevier.
<https://sdgresources.relx.com/scientific-reports/mapping-gender-german-research-arena>
- Marcantonio, T. L., Willis, M., & Jozkowski, K. N. (2021). Effects of typical and binge drinking on sexual consent perceptions and communication. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 48(3), 273–284. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2021.1986445>
- McMahon, S., Wood, L., Cusano, J., & Macri, L. M. (2019). Campus sexual assault: Future directions for research. *Sexual Abuse*, 31(3), 270-295.
<https://doi.org/10.1177/1079063217750864>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365-377.
<https://www.redalyc.org/journal/2745/274552568005/html/>
- Montrone, A. V. G., Fabbro, M. R. C., Dias, T. C. M. Fusari, L. M., & Moreira, D. B. (2020). Violência de gênero numa universidade pública brasileira: Saindo da invisibilidade. *Revista gênero*, 21(1) 6-23. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>
- Morais, A. O., & Freitas, J. C. C. (2019). Métodos de investigação sobre cultura do estupro: O que a Análise do Comportamento tem a aprender com contribuições de outras áreas de conhecimento. Em R. Pinheiro, & T. Mizael (Org.). *Debates sobre feminismo e análise de comportamento*, 84-114. Imagine Publicações.
- Muehlenhard, C. L. (2011). Examining stereotypes about token resistance to sex. *Psychology of Women Quarterly*, 35(4), 676-683. <https://doi.org/10.1177/0361684311426689>
- Muehlenhard, C. L., Humphreys, T. P., Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2016). The complexities of sexual consent among college students: A conceptual and empirical review. *The Journal of Sex Research*, 53(4–5), 457–487.
<https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1146651>

- Nicolodi, L. G., & Hunziker, M. H. L. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: Considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2), 164-175.
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/11012>
- O'Byrne, R., Hansen, S., & Rapley, M. (2008). "If a girl doesn't say 'no' ...": Young men, rape, and claims of 'insufficient knowledge'. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 18(3), 168–193. <https://doi.org/10.1002/casp.922>
- O'Byrne, R., Rapley, M., & Hansen, S. (2006). 'You couldn't say "no", could you?': Young men's understandings of sexual refusal. *Feminism & Psychology*, 16(2), 133-154. <https://doi.org/10.1177/0959-353506062970>
- Osman, S. L. (2007). Predicting perceptions of sexual harassment based on type of resistance and belief in token resistance. *The Journal of Sex Research*, 44(4), 340–346. <https://doi.org/10.1080/00224490701586714>
- Osman, S. L., & Davis, C. M. (1999). Belief in token resistance and type of resistance as predictors of men's perceptions of date rape. *Journal of Sex Education and Therapy*, 24(3), 189–196. <https://doi.org/10.1080/01614576.1999.11074300>
- Paramasivan, K., Raj, B., Sudarasanam, N., & Subburaj, R. (2023). Prolonged school closure during the pandemic time in successive waves of COVID-19-vulnerability of children to sexual abuses: A case study in Tamil Nadu, India. *Heliyon*, 9(7), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e17865>
- Pascoe, C. J. (2005). 'Dude, you're a fag': Adolescent masculinity and the fag discourse. *Sexualities*, 8(3), 329-346. <https://doi.org/10.1177/1363460705053337>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Paz e Terra.

- Porto, M. (2017). O enfrentamento da violência no ambiente universitário: Uma experiência na Universidade Federal do Acre. S. Oliveira, C., Portela, E. Silva, C. Stevens, & V. Zanello (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades*. (pp. 400-411). Technopolitik.
- Projeto ContrAbuso. (2022). *Vamos falar sobre violência sexual na universidade?* Universidade Estadual de Maringá.
- Pugh, B., & Becker, P. (2018). Exploring definitions and prevalence of verbal sexual coercion and its relationship to consent to unwanted sex: Implications for affirmative consent standards on college campuses. *Behavioral Sciences*, 8(8), 69. <https://doi.org/10.3390/bs8080069>
- Ramos, M. P. (2013). Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: Lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. *Mediações: Revista de ciências sociais*. 18(1), 55-65. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n1p55>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12–16. <https://doi.org/10.1037/h0100005>
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 115-136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Santos, S. A. (2022). Coquetel de violências contra estudantes universitárias temperado com doses de racism. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 259-290). OAB Editora.
- Sivertsen, B., Nielsen, M. B., Madsen, I. E., Knapstad, M., Lønning, K. J., & Hysing, M. (2019). Sexual harassment and assault among university students in Norway: A cross-sectional prevalence study. *BMJ Open*, 9(6), 1-10. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026993>

- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Hackett Publishing Company, Inc.
- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner Foundation. (Original publicado em 1953).
- Smith, C. P., & Freyd, J. J. (2014). Institutional betrayal. *American Psychologist*, 69(6), 575–587. <https://doi.org/10.1037/a0037564>
- Souza, C. M., & Adesse, L. (2005) *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. (pp. 188). Secretaria Especial de políticas para as mulheres.
- Souza, F. H. S. (2017). *Uma análise conceitual das agências controladoras e sua relação com a sobrevivência das culturas*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Londrina. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2018/12/Uma-an%C3%A1lise-conceitual-das-ag%C3%A2ncias-controladoras-e-sua-rela%C3%A7%C3%A3o-com-a-sobreviv%C3%A2ncia-das-culturas.pdf>
- Souza, J. S., Marques, J. M., Scanavino, M. T., Zamignani, D. R., & Costa, A. B. (2022). Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: Uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, Edição Especial 69-85. <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/836>
- Souza, T. M. C., & Costa, C. L. (2022). Políticas na academia para o enfrentamento às violências de gênero: Sobre potências e manutenção de opressões. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 493-509). OAB Editora.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. (Trads. S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa, & A. P. Feitosa). UFMG. (Original publicado em 1988)
- Stevens, L. M., Rockey, J. C., Rockowitz, S. R., Kanja, W., Colloff, M. F., & Flowe, H. D. (2021). Children's vulnerability to sexual violence during COVID-19 in Kenya:

- Recommendations for the future. *Frontiers in Global Women's health*, 2, 1-5.
<https://doi.org/10.3389/fgwh.2021.630901>
- Sweeney, Brian N. (2014). Masculine status, sexual performance, and the sexual stigmatization of women. *Symbolic Interaction*, 37(3), 369–390. <https://doi.org/10.1002/symb.113>
- The City University of New York. (2018). *Sexual violence campus climate survey*.
<http://www1.cuny.edu/sites/title-ix/campus-websites/cunys-sexual-violence-campus-climate-survey/>
- Thompson, M. P., Swartout, K. M., & Koss, M. P. (2013). Trajectories and predictors of sexually aggressive behaviors during emerging adulthood. *Psychology of Violence*, 3(3), 247.
<https://doi.org/10.1037/a0030624>
- Walsh, K., Saevet, A. L., Gilbert, L., Santelli, J., Khan, S., Thompson, M. P., Reardon, L., Hirsch, J. S., & Mellins, C. A. (2021). Prevalence and correlates of sexual assault perpetration and ambiguous consent in a representative sample of college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 1-22.
<https://doi.org/10.1177/0886260518823293>
- Warren, P., Swan, S., & Allen, C. T. (2015). Comprehension of sexual consent as a key factor in the perpetration of sexual aggression among college men. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 24(8), 897-913.
<https://doi.org/10.1080/10926771.2015.1070232>
- White, J. W., & Smith, P. H. (2004). Sexual assault perpetration and re-perpetration: From adolescence to young adulthood. *Criminal Justice and Behavior*, 31(2), 182-202.
<https://doi.org/10.1177/0093854803261342>
- Wiederman, M. W. (2005). The gendered nature of sexual scripts. *The Family Journal*, 13(4), 496-502. <https://doi.org/10.1177/1066480705278729>
- Zanello, V. (2018). Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação.

Editora Appris.

Zanello, V., & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: Uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 291-324). OAB Editora.

Zotareli, V., Faúndes, A., Osis, M. J. D., Duarte, G. A., & Sousa, M. H. D. (2012). Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade brasileira. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 12, 37-46. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292012000100004>

ESTUDO 2

Avaliação da eficácia do uso de vídeos para o ensino de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações para relatos de violência sexual em estudantes universitários

RESUMO

Pesquisas indicam a necessidade de estratégias para enfrentamento da violência sexual no contexto universitário como disseminação de informações sobre canais de denúncia oficiais, serviços de acolhimento e suporte e direitos relacionados a esses incidentes. As práticas culturais presentes nas universidades podem fomentar a falha na prevenção de abusos, normalização de contextos abusivos, criação de processos difíceis de denúncia, falhas na resposta adequada quando há danos, o apoio a encobrimentos e desinformação, e a punição de vítimas e denunciantes. Relacionado a esse cenário, o comportamento de formalizar uma denúncia de violência sexual em canais oficiais das instituições de ensino superior é pouco frequente. Por vezes, os casos de violência sexual são relatados apenas para pessoas próximas e para representações estudantis que recorrem a instâncias administrativas e pedagógicas para orientação. O estabelecimento de comportamentos adequados de acolhimento e suporte às vítimas se tornam importantes para toda a comunidade universitária. Uma possibilidade de estratégia para capacitação é a utilização de vídeos com informações, instruções e modelos de atuação. Essa estratégia, quando eficaz, possibilita que um treinamento de baixo custo seja ofertado por instituições em grande escala. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi verificar a eficácia de um treino em vídeo elaborado para aprendizagem de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações em casos de relatos de violência sexual para estudantes universitários. Foi realizado um estudo piloto utilizando delineamento de caso único com linha de base múltipla entre comportamentos. Participaram desse estudo duas estudantes de graduação em Psicologia de uma universidade do interior do Paraná, maiores de idade, do gênero feminino. Na linha de base as participantes foram expostas a quatro vídeos-testes contendo relatos de violências sexuais vivenciadas no contexto universitário e foram solicitadas a responder como agiriam nessas situações. Na Intervenção 1 foi apresentado um vídeo com informações sobre violência sexual no contexto universitário e instruções sobre como acolher, apoiar e orientar sobre serviços e direitos para quem relata uma situação de agressão sexual. Na Intervenção 2, um vídeo-modelo foi apresentado, gradualmente, expondo modelos encenados de como acolher, apoiar e orientar sobre serviços e direitos. Após a exposição aos vídeos contidos nas intervenções foram apresentados vídeos-testes para verificar o aprendizado. O procedimento foi realizado no formato on-line e a participação foi gravada para posterior apreciação dos resultados. Os dados foram analisados por duas observadoras que verificaram se as participantes apresentaram os comportamentos de interesse nas fases de linha de base e nos testes, classificando-os como ausentes, incompletos e completos. A exposição ao vídeo informativo e instrucional promoveu o aumento de ações relacionadas aos comportamentos de interesse nas situações de teste após a Intervenção 1, e a exposição ao vídeo-modelo tornou as ações de acolhimento, apoio e orientação mais próximas aos modelos. Discutimos que pesquisas futuras realizem ajustes no vídeo-modelo, como inclusão de instruções a cada modelo de comportamento apresentado, e na mensuração dos resultados. Para a aplicação do treinamento com toda a comunidade acadêmica recomendamos o comprometimento institucional na garantia dos direitos e suporte às vítimas, denunciantes e apoiadores(as).

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada, capacitação, violência sexual, universidade, intervenção.

O Estudo 1 (Morais & Laurenti, 2024) desta tese demonstrou a avaliação de insegurança de estudantes e docentes quanto às ações da instituição sobre a violência sexual no contexto da universidade. Também encontramos altos índices de desconhecimento dos direitos e procedimentos em situações de violência sexual e baixa confiabilidade de que procedimentos adequados seriam tomados em relação às denúncias de violência sexual, em especial para mulheres e estudantes. Além disso, apesar da maioria das(os) participantes do Estudo 1 afirmar que contou para alguém sobre ter sido tocada(o) sexualmente sem seu consentimento, apenas 5,88% das(os) estudantes que vivenciaram essa agressão relataram o caso às autoridades do campus, sendo o canal de denúncia oficial (Ouvidoria) citado em apenas um dos casos. Das(os) 15 estudantes que foram vitimadas por penetração forçada no contexto universitário, nenhuma relatou o caso para autoridades do campus ou denunciou, porém, sete delas contaram para amigas(os) e/ou psicóloga e ginecologista. Mais estudantes relataram violências sexuais em todas as agressões sexuais investigadas e foram encontradas relações significativas entre a maioria das agressões investigadas e o gênero e orientação sexual das(os) participantes (Morais & Laurenti, 2024).

Pautadas por uma interpretação comportamentalista radical, Moraes e Laurenti (2024) indicam a necessidade de estratégias para o enfrentamento da violência sexual no contexto universitário, como disseminação de informações sobre canais de denúncia oficiais, serviços e direitos e, ainda, capacitações que visem o acolhimento adequado para as vítimas de agressão no contexto da instituição de ensino superior. Tais estratégias de enfrentamento teriam a função de mitigar as práticas de ocultamento da violência sexual envolvidas na subnotificação dos casos e garantir a reparação e redução dos danos causados às vítimas.

Os efeitos da violência sexual para as vítimas encontrados no Estudo 1 estiveram envolvidos com uso de medicamentos psiquiátricos, tratamento psicológico, perda de prazos, faltas e afastamentos do ambiente acadêmico. Basso et al. (2022) investigaram aspectos

relacionados ao efeito da violência sexual na saúde mental de estudantes de graduação. A pesquisa realizou uma sistematização da literatura brasileira sobre o tema e constatou o aumento de publicações de 2012 a 2022. Uma conclusão importante foi: a violência sexual nas universidades “encontra-se diretamente vinculada às estruturas sociais que estabelecem posições desiguais aos sujeitos e sustentam as práticas violentas” (p. 405). Os efeitos das consequências relativas à violência sexual encontradas na literatura foram sistematizados em psicológicos, sociais, acadêmicos e físicos. Porém, esses efeitos não atingem as vítimas apenas de uma forma única, mas perpassam vários âmbitos de suas vidas (Basso et al.). As autoras também orientam as universidades a desenvolver protocolos e “instrumentos institucionais éticos e efetivos para a proteção e a promoção de bem-estar aos seus acadêmicos, garantindo-lhes o exercício de usufruir dos direitos básicos de permanência na graduação” (p. 406).

Para o enfrentamento da violência sexual no contexto universitário, as recomendações podem ser agrupadas em três níveis de intervenções: individual, comunidade e institucional (Monahan-Kreishman & Ingarfield, 2018). O nível institucional diz respeito às políticas de prevenção e respostas às situações de violência sexual. A distribuição de recursos que envolvam as principais lideranças da instituição para a implementação dessas políticas é um aspecto relevante do nível de intervenção institucional (Monahan-Kreishman & Ingarfield). No nível da comunidade são recomendadas a criação e manutenção de comunidades de atendimento no campus, a realização de avaliações sobre esses serviços, fornecimento de espaços confidenciais para relatos de violência sexual, viabilização de escuta de populações minoritárias, formação de equipes que sejam capazes de responder a casos de violência sexual no contexto universitário (Monahan-Kreishman & Ingarfield). Por fim, o nível individual diz respeito aos comportamentos dos(as) membros(as) da universidade em relação à violência sexual.

Os três níveis de intervenção propostos por Monahan-Kreishman e Ingarfield (2018) estão entrelaçados. Por exemplo, a implementação de protocolos oficiais de enfrentamento,

acolhimento e suporte às vítimas no âmbito da universidade é um exemplo de intervenção a nível institucional que depende da sua concretização no nível da comunidade. As autoras destacam, principalmente, o acolhimento e escuta adequada de relatos de violência sexual por colegas, professores e outros funcionários da instituição como aspectos decisivos para a redução dos danos causados pelas violações de direitos. Tais comportamentos fazem parte do nível individual de enfrentamento, entretanto, para serem aprendidos dependem de contingências específicas presentes no contexto da comunidade universitária, que, por sua vez, estão relacionadas ao ambiente social institucional.

Um exemplo do estabelecimento de condições que possam comprometer instituições a adotarem políticas de enfrentamento às violências é a Lei Micaela (Lei 27.499). Promulgada na Argentina em 2019, essa lei estabelece a obrigatoriedade de capacitação em gênero e violência de gênero para todas as pessoas que exercem funções públicas, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da Nação. O uso de capacitações para agentes das instituições do país implica na responsabilização dessas agências como importante para promover um ambiente social que enseje práticas de igualdade entre os gêneros e, portanto, reduza as práticas de violência que mantêm hierarquia entre eles. O modelo para criação de programas de capacitação inclui: fundamentação do programa, objetivos e contribuições esperadas, conteúdo e estratégias metodológicas, instrumentos para avaliação do programa, entre outras exigências. No âmbito da Lei Micaela já foram certificados uma variedade de programas de capacitação com distintos objetivos.

No âmbito das universidades, a criação de protocolos tem sido uma das medidas institucionais utilizadas para definir políticas e ações. Os protocolos oficiais estabelecem políticas de enfrentamento à violência que podem ser contexto para ocorrência de práticas culturais que tenham como efeito a redução das agressões sexuais (Linhares et al., 2021). Também podem produzir um ambiente social para que o ativismo feminista promova ações de

garantia de direitos (Linder & Myers, 2018). Linhares et al. (2021) realizaram uma pesquisa documental que sistematizou informações de 34 protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual de universidades da América Latina. A responsabilidade das universidades em enfrentar a violência sexual é reafirmada pelas autoras que destacam a necessidade de apoio para as vítimas, bem como a garantia da efetividade nos processos de denúncias. Para Linhares et al., a “falta de efetividade no encaminhamento das denúncias da universidade dificulta o suporte às vítimas em direção ao registro da queixa, visto que podem ser revitimizadas, culpabilizadas ou humilhadas no processo” (p. 11). Sobre a experiência de enfrentamento da violência sexual na USP, Almeida (2019) afirma que apesar da mobilização de diversas professoras em rede para o apoio às vítimas de violência sexual, o grupo de interessadas(os) ainda era modesto em relação ao contingente de docentes da universidade. Além disso, Almeida analisa que a equipe de assistência social da instituição precisava ser treinada e ampliada para resultar em um trabalho mais efetivo que garantisse a aplicação de protocolos adequados.

O comportamento de denunciar situações de violência sexual não é frequente em culturas patriarcais, como demonstrado pela subnotificação dos casos (Freitas & Moraes, 2019). Hill e Silva (2005) também identificaram que 35% das alunas assediadas sexualmente não contam para ninguém sobre o ocorrido e apenas cerca de 7% denunciam para a universidade. As práticas institucionais podem negligenciar, revitimizarem e culpabilizar as vítimas, reproduzindo contingências que são permissivas em relação às agressões sexuais, por envolverem punição para os comportamentos de denúncia e esquiva de punições para os comportamentos de agressão sexual (Freitas & Moraes, 2019). Linhares e Laurenti (2019) discutem que caso a universidade tome providências sobre as denúncias de assédio sexual, o comportamento de denúncia pode ter função punitiva para o comportamento abusivo do professor, por exemplo. Entretanto, a pesquisa das autoras evidenciou que em alguns relatos

das alunas que descreveram ter realizado a denúncia haviam alegações como “não deu em nada”.

Sobre a subnotificação, sabemos que a violência sexual é uma das violências menos denunciadas no âmbito geral da sociedade. Em um estudo realizado por Vargas (2007) sobre o fluxo do crime no caso de denúncias sobre estupro, a pesquisadora constatou grande filtragem operada na fase policial, quando 71% dos boletins de ocorrência iniciais foram arquivados e apenas 9% de todos os casos denunciados foram punidos legalmente. Segundo Andrade (2005), o Sistema de Justiça Criminal opera em uma lógica de seleção e estereotipia de vítimas e criminosos, na qual as condenações carcerárias incidem majoritariamente sobre homens não brancos e de baixo poder econômico, enquanto o reconhecimento das vítimas constantemente acompanha a discriminação entre mulheres “honestas” e “desonestas”. A falta de acolhimento adequado às vítimas também está presente nas instituições e inclui “humilhação, julgamento moral, procedimentos de coleta de provas que expõem o corpo violado da vítima a novas intervenções” (Lima & Bueno, 2016, p. 13). Portanto, a lógica de respostas efetivas a casos de violência sexual opera em um funil que se inicia nas dificuldades em falar sobre o ocorrido e em realizar denúncias, evidenciada pela baixa frequência de notificações oficiais, chegando à baixa frequência de investigações e suporte às vítimas.

Esse cenário também tem sido compreendido pelo conceito de traição institucional (tradução para *institutional betrayal*). Pesquisadoras(es) (Gómez, 2021; Linder & Myers, 2018; Smith & Freyd, 2014) têm utilizado essa expressão para investigar a ação e a inação institucional que exacerbam o impacto de experiências traumáticas, incluindo as agressões sexuais no contexto universitário. A traição institucional aconteceria quando a organização perpetua ou ignora casos de trauma experienciados por membros de sua comunidade. Aspectos específicos da traição institucional incluem: falha na prevenção de abusos, normalização de contextos abusivos, criação de processos difíceis de denúncia, falhas na resposta adequada

quando há danos, o apoio a encobrimentos e desinformação, e a punição de vítimas e denunciantes. Intervenções que tenham como objetivo alterar essas práticas podem auxiliar no enfrentamento da violência sexual nas universidades (Batista, 2021; Projeto ContrAbuso, 2022). Uma das possibilidades para isso envolve alterar a resposta de membros(as) da comunidade acadêmica às primeiras revelações de violência sexual que são feitas pelas vítimas. Monahan-Kreishman e Ingarfield (2018) afirmam que sobreviventes de violência sexual buscam apoio dos pares, funcionários ou membro do corpo docente. Segundo as autoras, é fundamental, portanto, que, além dos estudantes, todos(as) os(as) professores(as) e funcionários(as), independentemente do título ou função, estejam preparados para as revelações de agressões.

Na elaboração de um protocolo para prevenir casos de violência sexual e estabelecer regras para o atendimento e encaminhamento das vítimas integrantes da comunidade universitária, Batista (2021), por exemplo, destaca objetivos a serem assegurados quanto às denúncias, como evitar que mulheres atendidas sofram violência institucional ao denunciarem casos de agressões; indicar possíveis encaminhamentos jurídicos na universidade, bem como do sistema de justiça; assegurar o caráter sigiloso e confidencial da informação recebida; oferecer atendimento integrado aos serviços disponíveis às vítimas; possibilitar a autonomia por parte da mulher/vítima em situação de violência em todos os processos de decisão do atendimento, bem como respeitar suas respectivas decisões, de forma a considerar sua perspectiva, permitindo a oitiva sem interrupções; assegurar que os denunciantes ou as vítimas não sejam objeto de ameaça, retaliações, perseguição ou discriminação de qualquer tipo; informar às vítimas sobre as medidas de investigação e atendimento adotadas, bem como quais são os seus direitos e do agressor.

Apesar das iniciativas da produção de protocolos adequados, é necessário que o comportamento de denunciar casos de violência sexual para canais formais das universidades

se torne mais frequente para que as ações descritas possam ser efetivadas. O Estudo 1 mostrou que alunas são mais vitimadas que professoras, e elas recorrem a colegas inicialmente para revelar situações de agressões sexuais. Membros(as) da comunidade universitária que sejam mais próximos(as) das vítimas podem receber relatos dessas agressões e atuarem acolhendo, explicitando direitos e dando suporte para denúncias e outros procedimentos de proteção. O apoio às vítimas de violência sexual foi verificado como um aspecto relevante para que a vítima fale do assunto e para a realização de denúncias formais (Vidu et al., 2017).

Um estudo realizado em uma universidade do norte do Paraná com 38 representantes de agremiações estudantis (centros acadêmicos e atléticas) investigou o conhecimento de casos de violência sexual e como cada instância tem encaminhado ou como encaminharia os casos (Pagel et al., 2024). Os resultados indicaram que 25% do total de centros acadêmicos e 45% das atléticas participantes informaram que já receberam algum relato de violência sexual. O principal encaminhamento citado pelas instâncias que receberam denúncias foi recorrer à coordenação/departamento. Recorrer à coordenação/departamento do curso também foi o encaminhamento possível mais citado para as instâncias que não receberam nenhum relato de violência sexual, mas indicavam como agiriam no caso de receberem. Apenas em 18,51% das respostas, os/as participantes referiam-se à reitoria, telefones de denúncia, ouvidoria da universidade e a projetos de extensão da referida instituição. Esses resultados indicam que as representações estudantis não têm acesso a informações referentes às políticas oficiais da universidade. Além disso, muitos docentes podem não saber como orientar adequadamente, como demonstrado no Estudo 1, no qual 46,51% das(os) professoras(es) afirmaram não conhecer os procedimentos formais de denúncia da sua instituição para casos de violência sexual.

Em um programa de treinamento para apoio das vítimas de violência sexual em universidades, Zavos (2018) demonstra a importância da capacitação de membros(as) da

comunidade universitária. O treinamento foi realizado com 80 membras(os) da universidade incluindo pessoal administrativo, docentes e discentes do sexo feminino e masculino. A autora chama atenção para a maioria das(os) participantes interessadas(os) ser do sexo feminino e para o fato do corpo docente ser a categoria menos receptiva ao convite de treinamento. O programa de treinamento consistiu em componentes informativos, teóricos e vivenciais. Em relação aos resultados, a autora destaca que as(os) participantes, em geral, não tinham nenhum conhecimento sistemático anterior sobre violência sexual, embora as participantes do sexo feminino fossem mais sensíveis às questões de discriminação de gênero em comparação com seus colegas do sexo masculino. Enquanto participantes do sexo masculino tiveram maior concordância em não reconhecer a violência sexual como tal e ideias mais flexíveis e difusas sobre o assédio sexual, as participantes do sexo feminino tiveram uma posição e ideias mais rígidas em relação aos comportamentos e interações que deveriam ser considerados como violência sexual. Entretanto, as duas categorias de participantes tendiam a compartilhar ideias comuns sobre a culpabilização da vítima.

Nesse cenário, o estabelecimento de comportamentos adequados de escuta, acolhimento, encaminhamento e suporte às vítimas se torna importante para toda a comunidade universitária. Portanto, capacitações que promovam esses repertórios para esse público podem aumentar a chance de os direitos de vítimas de violência sexual não continuarem sendo tolhidos na instituição. O envolvimento da comunidade universitária no enfrentamento da violência sexual tem sido foco de esforços em instituições de outros países que deixaram de se concentrar em potenciais vítimas e perpetradores e passaram a promover uma prevenção abrangente em relação às agressões sexuais (Kettrey et al., 2023; Pfaff et al., 2024). A maioria desses esforços consiste em programas de treinamento para que espectadores intervenham em situações violentas ou potencialmente violentas. Esses programas contam com um extenso número de pesquisas que utilizam a expressão *bystander intervention* (intervenção de espectadores).

Nesses estudos e programas de treinamentos, o termo espectador é utilizado para descrever indivíduos que, embora não estejam envolvidos diretamente em incidentes de agressão sexual, podem intervir prevenindo, interrompendo e oferecendo suporte (Bowes-Sperry & O'Leary-Kelly, 2005; Pfaff et al., 2024). A maioria dos programas educativos para espectadores tem como objetivo motivar estudantes a participar de um esforço comunitário para prevenir a violência sexual e a violência nos relacionamentos (Jouriles et al., 2017).

Uma das dimensões relacionadas às possibilidades de intervenção de espectadores é o momento da ação de terceiros em relação à situação de violência sexual (Bowes-Sperry & O'Leary-Kelly, 2005). Algumas ações direcionadas ao momento do incidente, prevenindo situações potencialmente perigosas ou abusivas, interrompendo agressões ou impedindo a escalada da agressão (Bowes-Sperry & O'Leary-Kelly; Jouriles et al., 2017; McMahon et al., 2013). Outros comportamentos de espectadores podem acontecer após o evento abusivo, por exemplo, oferecer suporte às vítimas, auxiliar na realização de denúncias, colocar-se ao lado da vítima durante processos investigativos (Bowes-Sperry & O'Leary-Kelly; Jouriles et al., 2017; McMahon et al., 2013). Para os propósitos educacionais, programas que pretendiam incentivar as ações interventivas de espectadores utilizaram, principalmente, a combinação de conteúdos informativos sobre a prevalência e as consequências da violência sexual, discussões interativas sobre a importância dos espectadores e a participação em dramatizações (*role-playing*) (Pfaff et al., 2024). As avaliações da eficácia desses programas, comumente, são realizadas por meio de questionários e escalas de autorrelato, nas quais os participantes assinalam alternativas sobre como agiriam (compreendidas como atitudes) ou como agiram (denominadas como comportamentos reais) em situações de violência (McMahon et al., 2013). Por vezes, outras medidas de autorrelato são utilizadas para investigar possíveis variáveis relacionadas a menor ou maior probabilidade de espectadores intervirem (Jouriles et al., 2017; Yule & Grych, 2017).

Apesar da maioria dos programas para intervenção de espectadores ser desenvolvida de forma presencial, treinamentos on-line também demonstraram mudanças em medidas que indicaram maior probabilidade de intervir em casos de violência e apresentam uma alternativa para intervenções amplas sem a exigência de tantos recursos, além das(os) participantes poderem escolher quando e onde se envolver no programa (Pfaff et al., 2024). Jouriles et al. (2017), por exemplo, avaliaram o efeito no comportamento de intervir dos espectadores utilizando duas formas de participação em um programa de treinamento em vídeo de aproximadamente 24 minutos ("*Friends taking care of friends*" - *TakeCARE*). Para esse fim, 557 estudantes de quatro universidades foram aleatoriamente divididos em três condições: (a) assistir ao programa em vídeo em um laboratório de informática monitorado, (b) assistir o programa quando fosse conveniente após receber um *link* de *e-mail* para o vídeo ou (c) assistir a um vídeo sobre habilidades de estudo (grupo de controle). Não foram encontradas diferenças estatísticas entre as duas formas de apresentação do treinamento em vídeo a respeito da eficácia do programa. Ambas as administrações do vídeo se mostraram eficazes para o aumento de comportamentos de intervenção medidos por uma escala (*Bystander Behavior [Friends] Scale*, desenvolvida por Banyard et al., 2014) utilizada como linha de base e como *follow up*. No entanto, os efeitos do programa foram diferentes para os espectadores que avaliaram como negativa a capacidade responsiva de seu campus à violência sexual, sendo os efeitos mais potentes para estudantes que avaliavam sua instituição como receptiva aos relatos dessa violência.

O programa em vídeo *TakeCARE* utiliza vinhetas nas quais são encenadas três situações: uma envolvendo risco de agressão sexual, outra envolvendo possível violência sexual já finalizada e a última contendo uma situação de violência no relacionamento. Na primeira vinheta, um modelo útil para interromper a situação é apresentado, e, na sequência, os(as) participantes são solicitados a considerar o que fariam em situações semelhantes. Em seguida

são apresentadas várias respostas alternativas úteis para que espectadores intervenham. Após a segunda vinheta, são apresentadas informações sobre coerção sexual e consentimento, informações de contatos para recursos apropriados em cada campus universitário e oferecido exemplos de respostas úteis para espectadores em tal situação. Em relação à terceira vinheta são oferecidas informações sobre violência em relacionamentos e namoros, incluindo como apoiar amigos(as) que podem estar envolvidos(as) em relacionamentos abusivos. Em cada vinheta, os atores e atrizes demonstram exemplos de respostas efetivas de espectadores que (a) previnem uma agressão sexual implícita, (b) previnem que a violência do parceiro continue ou aumente, ou (c) fornecem apoio a um(a) amigo(a) após uma agressão sexual ter ocorrido (Jouriles et al., 2016; Jouriles et al., 2017).

No Brasil, treinamentos e capacitações que visem o aprendizado de comportamentos relacionados a prevenir, mitigar ou oferecer suporte em casos de violência sexual nas universidades ainda não foram investigados (Oliveira & Silva, 2023). Mesmo capacitações para o acolhimento adequado de vítimas de violência sexual nos serviços de saúde são escassas (Teixeira et al., 2013). Quando se trata da escuta qualificada para casos de violência sexual, também encontramos poucos estudos e, principalmente, relacionados à condução de processos jurídicos de abuso sexual infantil (e.g., Aznar-Blefari, 2021; Hackbarth et al., 2015).

Considerando o contexto das universidades brasileiras, no qual a visibilidade da violência sexual tem aparecido em relatos para amigas e amigos, contados em terceira pessoa e por canais não oficiais de denúncia (Almeida, 2022), é possível propor programas educativos inspirados pelas possibilidades dos estudos sobre os comportamentos de intervenção dos espectadores que sejam adequados à nossa realidade. Esses estudos têm focado, principalmente, na apresentação de modelos para a interrupção imediata ou muito próxima aos comportamentos sexualmente violentos. No entanto, as situações de violência sexual no contexto universitário brasileiro podem demorar para serem identificadas e reveladas, como demonstramos em alguns

casos no Estudo 1. Quando esses incidentes são revelados, o acolhimento, apoio e conhecimento sobre direitos e serviços presentes na instituição e na comunidade são imprescindíveis para a proteção das vítimas e para que denúncias formais sejam efetuadas.

A Análise do Comportamento pode contribuir com procedimentos de aprendizagem para o surgimento de comportamentos de suporte às vítimas de violência sexual na comunidade universitária auxiliando no encaminhamento adequado dos casos. Para o ensino de novos comportamentos, a Análise Aplicada do Comportamento desenvolveu procedimentos baseados nos processos de modelagem, instruções verbais, controle de estímulos e modelação orientadas por problemas que tenham relevância social (Haydu, 2012). Como nos programas de intervenção de espectadores, uma possibilidade de estratégia para o ensino de comportamentos é a utilização de vídeos com informações, instruções e modelos de como agir em determinadas situações. Essa estratégia, quando eficaz, possibilita que um treinamento de baixo custo seja ofertado por instituições em grande escala (Erath et al., 2021).

Em uma pesquisa sobre a eficácia de um treinamento baseado em vídeo para ensinar funcionários a treinar outras pessoas quanto a habilidades relacionadas ao trabalho, os resultados foram satisfatórios (Erath et al., 2021). Antes da intervenção, os quatro participantes apresentaram baixos níveis de implementação integral do treinamento de habilidades comportamentais (tradução para *behavioral skills training* – BST). Após assistir a um vídeo de treinamento de 13 minutos, dois participantes implementaram o BST com 100% de integridade. Os dois participantes restantes precisaram de um breve *feedback* suplementar de desempenho para atingir o desempenho esperado pelo critério estabelecido. Os efeitos do treinamento foram mantidos em testes de acompanhamento conduzidos uma e quatro semanas após o treinamento. Uma medida de validade social indicou altos níveis de satisfação com o treinamento baseado em vídeo e alta aceitabilidade do BST.

O uso de vídeo modelação, como estratégia em capacitações, tem sido utilizado por analistas do comportamento em capacitações para o ensino de habilidades necessárias para empregar treino de tentativas discretas, amplamente utilizado em intervenções com autistas, por exemplo (Varella & Souza, 2018). Na revisão feita por Varella e Souza, os resultados indicaram que o treinamento com vídeo modelação é eficaz para as capacitações de profissionais e tem potencial para ser empregado em larga escala e com menor custo. Também já foi demonstrada sua utilidade para ensinar uma ampla variedade de habilidades, como comportamentos motores, habilidades sociais, comunicação, automonitoramento, desempenho atlético e regulação emocional (Bellini & Akullian, 2007).

A vídeo modelação é uma técnica que envolve a demonstração de comportamentos desejados por meio de representação em vídeo desses comportamentos (Bellini & Akullian, 2007). Comumente, essa técnica envolve um indivíduo assistindo a uma demonstração em vídeo e então imita o comportamento do modelo. Imitar é um comportamento que ocorre sob controle de um modelo (Skinner, 1953/2005). Segundo Catania (1999), novos comportamentos podem ser aprendidos de forma mais eficiente e rápida pela imitação do que por outros procedimentos de aprendizagem. Como qualquer outro operante, o comportamento de imitar é mantido por consequências reforçadoras e novos comportamentos aprendidos por modelos dependerão das contingências seletivas para serem mantidos.

Simulações e instruções contidas nos vídeos podem atuar como contexto para a ocorrência de comportamentos governados por regras e comportamentos imitativos. No caso das informações e instruções utilizadas em vídeos ou outros materiais usados em programas de capacitação (e.g., cartilhas, panfletos), a mudança comportamental pode ser entendida pelo modelo explicativo apresentado por Skinner (1957). O comportamento verbal permite o aprendizado de novos comportamentos a partir da descrição de contingências não experienciadas. A utilização de instruções verbais para o processo de ensino-aprendizagem foi

bastante difundida na Análise do Comportamento por meio da Instrução Programada (Kienen et al., 2021). Recorrendo a Skinner (1968), compreendemos que esse procedimento se caracterizava pela segmentação em módulos do conteúdo a ser ensinado, contendo questões ao final de cada segmento. Uma vantagem desse procedimento seria prescindir da intervenção direta de um agente educacional.

As desvantagens do uso de instruções e modelos para a aprendizagem de novos comportamentos são decorrentes da necessidade seletiva, se “esse controle não se adapta a novas circunstâncias, sua utilidade se perde” (Matos, 2001, para. 36). No caso dos comportamentos relacionados à escuta adequada de relatos de violência sexual nas universidades, portanto, é necessário que haja um ambiente favorável à seleção desses novos comportamentos. Considerando os três níveis de enfrentamento à violência sexual (individual, comunidade e institucional), treinamentos com menor custo e com maior amplitude podem ser mais facilmente implementados institucionalmente, porém outras políticas serão necessárias para a manutenção dos novos comportamentos aprendidos.

Considerando a necessidade intervenções que reduzam a subnotificação dos casos de violência sexual relacionadas à culpabilização e revitimização das vítimas, a possível ausência de modelos para comportamentos que reduzam os danos relativos a esses incidentes e os benefícios de uma capacitação que pudesse ser amplamente aplicada à comunidade acadêmica, formulamos os seguintes problemas de pesquisa: quais seriam os elementos necessários em um treino em vídeo que fosse apropriado para ensinar o acolhimento adequado de relatos de violência sexual e suporte às vítimas direcionado à comunidade universitária? Quais os efeitos no comportamento de responder a relatos de violência sexual de participantes que realizassem esse treinamento em vídeo?

Objetivos

Geral

Avaliar a eficácia de um treino em vídeo aplicado a estudantes para o aprendizado de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação sobre serviços e direitos como respostas adequadas a relatos de violência sexual no contexto universitário.

Específicos

- Caracterizar as classes de comportamentos necessárias à constituição de modelos de acolhimento, apoio e orientação a casos de relatos de violência sexual na universidade.
- Confeccionar um vídeo informativo e instrucional com na caracterização dessas classes de comportamentos.
- Confeccionar um vídeo com modelos de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações a casos de relatos de violência sexual no contexto universitário.
- Registrar o efeito no comportamento de participantes que respondem a situações de violência sexual no âmbito acadêmico, à exposição a um vídeo informativo e instrucional e a um vídeo contendo modelos de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação.
- Comparar e descrever eventuais mudanças na apresentação de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação em função da exposição ao vídeo informativo e instrucional e ao vídeo-modelo.

Método

Foi realizada uma pesquisa experimental aplicada com delineamento de caso único e linha de base múltipla entre comportamentos. Esse tipo de pesquisa visa à “solução de problemas imediatos de seres humanos” (Haydu, 2012, p. 17) que sejam relevantes socialmente, caracterizando-a como aplicada. A relevância social é justificada pela ausência de pesquisas analítico-comportamentais e nacionais que visem propor intervenções relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos de enfrentamento à violência sexual na universidade e, ainda, pela demonstrada importância sobre a capacitação de membros(as) das comunidades universitárias.

Participantes

Participaram desta pesquisa duas estudantes do gênero feminino, maiores de idade, matriculadas na graduação de Psicologia em uma universidade do interior do Paraná. A Participante 1 (P1) tinha 18 anos e cursava o primeiro ano da graduação. A Participante 2 (P2) tinha 22 anos e cursava o quinto ano da graduação. O contato com as participantes foi realizado virtualmente (*Whatsapp*) por meio da divulgação de um convite para participação na pesquisa, enviado para grupos de estudantes dos cursos pertencentes ao Centro de Ciências Biológicas da instituição. O convite informava o tema da pesquisa e continha o contato da pesquisadora responsável para mais informações e para indicar o interesse em participar do estudo. Oito estudantes do gênero feminino entraram em contato com a pesquisadora declarando interesse em participar da pesquisa e solicitando mais informações. Os critérios de inclusão para participação foram: ordem da apresentação de interesse em participar do estudo e a

disponibilidade para o agendamento do procedimento. As duas participantes incluídas na pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) antes do agendamento do experimento.

Local

A pesquisa foi realizada em uma plataforma *on-line* (*Google Meet*) que permitia a apresentação de vídeos e gravação das participações em som e imagem, no contexto de uma universidade do interior do Paraná.

Instrumentos

Para a realização do experimento foram utilizados computadores e um *smartphone* para que a pesquisadora e participantes acessassem o local virtual das reuniões *on-line*. O *smartphone* foi utilizado pela P2 durante a primeira reunião do experimento, enquanto os computadores foram utilizados pela pesquisadora e pela P1 em todas as reuniões agendadas. A P2 também utilizou um computador na última reunião (*follow up*).

Para verificar como as participantes respondiam aos relatos de violência sexual no contexto universitário durante a linha de base e durante os testes pós-intervenções foram utilizados vídeos contendo encenações de relatos de toques sexuais sem consentimento que aconteceram no âmbito universitário (vídeos-teste). Os vídeos-teste podem ser visualizados no link: [Vídeos teste](#).

Para a Intervenção 1 foi utilizado um vídeo contendo informações sobre violência sexual no contexto universitário e instruções sobre como acolher, apoiar e orientar pessoas que relatarem uma situação de violência sexual no contexto da universidade que as participantes pertenciam (vídeo informativo e instrucional). O vídeo informativo e instrucional pode ser acessado no link: [Vídeo informativo instrucional](#).

Para a Intervenção 2 foi utilizado um vídeo contendo a encenação de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação quanto aos direitos e serviços como modelo de ação frente a um relato de violência sexual na universidade (vídeo-modelo). O vídeo-modelo pode ser visto no link: [Vídeo modelo](#).

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) identificado pelo CAAE 80845224.9.0000.5231 e parecer de aprovação n. 6.948.997.

Procedimento

A pesquisa foi realizada em três etapas: 1) caracterização das classes de comportamento constitutivas dos modelos para acolhimento, apoio e orientação sobre serviços e direitos; 2) confecção dos vídeos-teste, vídeo informativo e instrucional e vídeo-modelo; e 3) verificação da eficácia do material educativo com vídeo informativo e instrucional e vídeo modelação para aprendizado de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações a casos de relatos de violência sexual no ambiente universitário.

Etapa 1: Caracterização das classes de comportamento

Para a realização desta etapa foram consultados estudos que continham recomendações sobre ações em casos de violência sexual no contexto da universidade. Foram principalmente considerados os resultados e as recomendações presentes nos estudos de Basso et al. (2022), Batista (2021), Monahan-Kreishman e Ingarfield (2018), apresentados na introdução, para derivar os comportamentos adequados que pessoas da comunidade universitária poderiam emitir diante de relatos de violência sexual ocorrida nesse contexto. A leitura e registro desse material foi orientada pelo preenchimento de uma tabela na qual eram registradas ações recomendadas em casos de violência sexual na universidade considerando os direitos das vítimas e os serviços de acompanhamento e redução dos danos causados pela violência. A sistematização desse material visou a derivação de um comportamento objetivo (objetivo terminal) de ensino, bem como o auxílio para a decomposição comportamental de classes intermediárias.

De acordo com a literatura exposta estabelecemos como comportamento objetivo de ensino “acolher, apoiar e orientar adequadamente relatos de violência sexual no contexto universitário”. A partir dessa classe, foi realizada a decomposição comportamental, buscando descrever e propor comportamentos de interesse que compunham classes intermediárias. As classes intermediárias foram denominadas de comportamentos de interesse alvo do ensino. Para realização dessa tarefa foram designadas classes de comportamento que agrupassem ações descritas na literatura como adequadas nos casos de violência sexual no contexto da universidade.

Os comportamentos de interesse alvo do ensino proposto pelo material educativo em vídeo são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9

Comportamentos de interesse para acolhimento, apoio e orientação adequada de relatos de violência sexual no contexto universitário

Classe	Definição	Ações	Exemplos
Acolher	Ouvir empaticamente o relato de violência sexual	- Ouvir o relato sem interrupções.	- Aguardar a continuidade da fala após uma pausa; não pedir para repetir informações ou detalhar local, vestimentas etc. (é importante lembrar que apurar os fatos é tarefa da investigação).
		- Encorajar a continuidade do relato.	- Falas como “pode continuar”, “estou entendendo o que está me contando”, “estou vendo que é muito difícil falar sobre isso, mas estou aqui para te escutar”.
		- Expressar empatia pela situação de violência vivenciada e emoções envolvidas.	- Expressões faciais como consentir com a cabeça e falas como “sinto muito que você tenha passado por isso”, “imagino que esteja sendo difícil para você”, “compreendo a sua raiva/tristeza/indignação”.
Apoiar	Fornecer apoio para realização das recomendações em casos de violência sexual e das decisões tomadas pela pessoa	- Dizer explicitamente que a culpa pelo ocorrido não é da pessoa que foi vítima.	- Falas como “sei que a situação pode ter te deixado confusa(o), mas gostaria que você soubesse que não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu”, “você tem razão em não se sentir culpada(o)”, “a responsabilidade pela agressão que vivenciou não é sua”.
		- Oferecer apoio para buscar ajuda de serviços especializados na redução dos danos relacionados à violência.	- Falas como “posso te ajudar a entrar em contato com os serviços de bem-estar à comunidade universitária”, “seria muito importante você buscar o serviço de saúde especializado”.
		- Oferecer apoio para realizar denúncias formais na universidade e na polícia.	- Falas como “você tem meu apoio para realizar uma denúncia na ouvidoria, se assim desejar”, “posso te acompanhar enquanto realiza o registro <i>on-line</i> ”.
		- Oferecer apoio para buscar medidas institucionais necessárias à continuidade e permanência nas atividades acadêmicas e/ou de convivência universitária.	- “Estou disponível para te ajudar a encontrar soluções para que você termine a matéria/ano letivo/pesquisa sem ser exposta(o) novamente à pessoa que fez isso”.

		<p>- Apoiar a autonomia sobre as decisões tomadas pela pessoa.</p>	<p>- Falas como “encorajo e apoio a sua decisão”, “entendo que você prefira agir dessa forma”.</p>
		<p>- Explicitar os direitos da vítima em casos de violência sexual na instituição.</p>	<p>- Direito a realizar denúncia para órgão competente da instituição, direito de ter o caso devidamente investigado caso sejam fornecidas todas as informações necessárias, direito de ter suporte necessário da instituição durante o processo.</p>
		<p>- Informar sobre os procedimentos administrativos que podem ser instaurados em casos de denúncia.</p>	<p>- “Após a denúncia, será avaliada instauração da sindicância, uma comissão é criada para apurar e elaborar um parecer sobre o resultado da sindicância, a Reitoria toma conhecimento do parecer e emite uma decisão que é encaminhada para corregedoria e comunicada ao denunciante”.</p>
<p>Orientar sobre direitos e serviços</p>	<p>Informar para a pessoa que relata violência sexual quais são seus direitos, quais as ações recomendadas e serviços especializados que podem ser acessados</p>	<p>- Informar que violência sexual é crime e também pode ser denunciada à polícia.</p> <p>- Explicar a diferença entre processo administrativo e o processo penal.</p>	<p>- Buscar e mostrar telefones e endereços de delegacias locais.</p> <p>- “A denúncia na universidade é um processo e a denúncia na delegacia é outro. Na universidade, a denúncia pode levar a um processo administrativo e punições administrativas. Quanto à delegacia, a denúncia pode levar a um processo penal e será julgado na justiça criminal. Você pode realizar ambas as denúncias, apenas uma, ou nenhuma.”</p>
		<p>- Informar sobre todos os serviços de bem-estar da comunidade universitária, incluindo o atendimento hospitalar ou ambulatorial em até 72 horas em casos danos à saúde física, profilaxia de ISTs e risco de gravidez.</p>	<p>- “É importante que eu te informe que caso uma violação sexual tenha acontecido e envolva danos ou riscos para sua saúde, como risco de infecção sexualmente transmissível ou gravidez, você tem direito a buscar atendimento hospitalar especializado, que em Londrina é feito pelo programa Rosa Viva na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, para profilaxia adequada.”</p>

A classe de comportamentos “**acolher**” foi caracterizada pelas ações: ouvir o relato sem interrupções; encorajar a continuidade do relato; expressar empatia pela situação de violência vivenciada, por exemplo, com frases como “sinto muito que você tenha passado por isso”, “imagino que esteja sendo difícil para você”, “compreendo a sua raiva/tristeza”; dizer explicitamente que a culpa pelo ocorrido não é dela, por exemplo, com frases “sei que a situação pode ter te deixado confusa(o), mas gostaria que você soubesse que não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu”, “você tem razão em não se sentir culpada(o)”, “a responsabilidade pela agressão que vivenciou não é sua”.

A classe de comportamento “**apoiar**” é composta por oferecer apoio para buscar ajuda de serviços especializados na redução dos danos relacionados à violência; oferecer apoio para realizar denúncias formais na universidade e na polícia; oferecer apoio para buscar medidas institucionais necessárias à continuidade e permanência nas atividades acadêmicas e/ou de convivência universitária; apoiar a autonomia sobre as decisões tomadas pela pessoa. Exemplos dessas ações são “estou disponível para te ajudar a encontrar soluções para que você termine a matéria/ano letivo/mestrado sem ser exposta(o) novamente à pessoa que fez isso”, “você tem meu apoio para realizar uma denúncia na ouvidoria, se assim desejar, posso te acompanhar enquanto realiza o registro”, “posso entrar em contato com os serviços de bem-estar a comunidade universitária”, “encorajo e apoio a sua decisão”.

Quanto à classe de comportamentos “**orientar**” sobre direitos e serviços, as ações são: explicitar os direitos da vítima em casos de violência sexual na instituição, como os canais oficiais de denúncia, garantia de denúncias nas quais a(o) denunciante é identificado e anônimas, bem como as implicações envolvidas em cada modalidade; informar sobre os procedimentos administrativos que podem ser instaurados em casos de denúncia; informar que violência sexual é crime e também pode ser denunciada na justiça comum; explicar a diferença entre processo administrativo e o processo penal; informar sobre todos os serviços de bem-estar

da comunidade universitária, incluindo o atendimento hospitalar em até 72 horas em casos danos à saúde física, de risco de ISTs e gravidez.

Etapa 2: Confeção dos vídeos

Para a confecção dos vídeos foram elaborados roteiros baseados em relatos de violência sexual presentes em dois estudos, mais especificamente: o Estudo 1 desta tese e a pesquisa de Pagel, Lima, Morais e Laurenti (no prelo). Também foram consideradas variáveis que pudessem afetar o comportamento de culpabilizar a pessoa que relata uma violência sexual ou confiar mais em seu relato, apontados por Paliliunas e Frizell (2021) [roupas], Schuller et al. (2010) [comportamento emocional], McLean & Goodman-Delahunty, 2008 [relação entre a pessoa que relata a violência sexual e o suposto ofensor]. Outro fator que delimitou a construção dos roteiros foi o tipo de violência sexual. Considerando manter a mesma variável para todos os vídeos em relação à gravidade da agressão sexual optamos por utilizar o tipo mais frequente de violência evidenciado no Estudo 1 desta tese: toque sexual sem consentimento.

Foram desenvolvidos 13 roteiros (Apêndice D). Nove roteiros correspondem aos vídeos contendo relatos de violência sexual utilizados para verificar como as participantes respondiam a essas situações (vídeos-teste). Um roteiro corresponde ao vídeo informativo e instrucional utilizado na Intervenção 1 e os outros três roteiros correspondem ao vídeo-modelo contendo um relato de violência sexual e modelos de como acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços da/para a vítima e correspondem à Intervenção 2. O roteiro do vídeo informativo e instrucional contou com informações contidas nesta tese, em uma cartilha desenvolvida no âmbito do Projeto ContrAbuso (2022), no site oficial da universidade e no site oficial da prefeitura. As instruções sobre como acolher, apoiar e orientar, bem como o roteiro do vídeo-

modelo, foram baseadas nas categorias de comportamento de interesse, já descritos, e também em informações do site oficial da universidade e da prefeitura.

Para a gravação dos vídeos-teste e do vídeo-modelo foram recrutadas atrizes estudantes de Artes Cênicas na Universidade Estadual de Maringá (UEM). As filmagens e edições foram realizadas na TV UEM, no campus sede da UEM, por uma equipe de multimídia composta por um servidor técnico e dois estagiários. O vídeo informativo e instrucional foi animado e editado por uma *Desing* Gráfica com patrocínio do Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. Os materiais em vídeo produzidos podem ser acessados no link: [Vídeos](#).

Etapa 3: Verificação da eficácia da exposição ao vídeo informativo e instrucional e vídeo modelação por meio de um estudo piloto

Para verificar se o material produzido promovia o aprendizado das classes de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação diante de relatos de violência sexual, um piloto foi realizado. Neste estudo piloto verificamos as relações apresentadas na Tabela 10.

Tabela 10

Variáveis independentes (VI) e dependentes (VD) utilizadas no estudo piloto

Fases do piloto	VI	VD
Linha de base	Relatos de violência sexual no contexto universitário alternando entre variáveis relacionadas a maior (Vídeos-teste 1 e 3) e menor (Vídeos-teste 2 e 4) credibilidade do relato da vítima.	Comportamentos de acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços da instituição e da comunidade.
Pós-intervenção 1	Exposição ao vídeo informativo e instrucional.	Comportamentos de acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços da instituição e da comunidade.
Pós-intervenção 2	Exposição ao vídeo-modelo	Comportamentos de acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços da instituição e da comunidade.

Para cada participante foram verificadas as relações: i) entre a exposição a diferentes vídeos contendo situações análogas a relatos de violência sexual no contexto universitário (VI) e os comportamentos de acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços da instituição e da comunidade (VD), na linha de base em relação ao vídeo informativo e instrucional; ii) entre a exposição a um vídeo contendo informações sobre violência sexual e instruções sobre como acolher, apoiar e orientar sobre os direitos e serviços (VI) e os comportamentos de acolher, prestar apoio, orientar sobre direitos e serviços emitidos em relação a um relato de violência sexual no contexto universitário (VD), no Teste pós-intervenção 1; e iii) entre a exposição a vídeos contendo modelos de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação sobre os direitos e serviços (VI) e os comportamentos de acolher, prestar apoio, orientar sobre direitos e serviços emitidos em relação a relatos de violência sexual no âmbito da universidade (VD), no Teste pós-intervenção 2. Com esse delineamento, pretende-se observar quais as possíveis mudanças nos comportamentos de interesse de cada participante ao longo das etapas do experimento.

De acordo com o nosso desenho experimental para o estudo piloto, esta pesquisa consiste em um delineamento de caso único. Como afirma Sampaio (2008),

Os delineamentos de sujeito único têm como característica principal tratar os sujeitos individualmente, tanto no que se refere às decisões relativas ao próprio delineamento, quanto ao processamento dos dados – o que não implica a utilização de um único sujeito por experimento. Neste modelo de delineamento, os sujeitos são expostos a uma série de condições, mensurando-se repetidamente o desempenho do organismo e verificando-se se há uma relação ordenada entre as condições manipuladas no experimento e a alterações nessas medidas (Matos, 1990) . . . um mesmo sujeito é submetido a todas as condições do experimento e as observações são realizadas de forma contínua no decorrer de todo o processo (p. 154).

Considerando que descrevemos e analisamos as mudanças comportamentais de cada indivíduo comparando-as ao seu próprio repertório, identificamos que o delineamento de caso único é adequado ao nosso objetivo, pois permite analisar a eficácia do material educativo produzido quanto à sua capacidade de promover o aprendizado dos comportamentos de interesse. Ao avaliar medidas sobre o processo comportamental durante a exposição ao material produzido, podemos inferir com maior segurança os componentes (variáveis) do material educativo em vídeo que foram mais ou menos eficazes para promoção dos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação.

Além dessas características, nosso desenho experimental é de linha de base múltipla entre respostas ou comportamentos (Kazdin, 1982) para o elemento da intervenção com vídeo modelação. No delineamento de linha de base múltipla, mais de uma variável dependente é analisada. No caso da linha de base múltipla entre comportamentos, mais de um comportamento é analisado e cada qual possui sua linha de base. A introdução da intervenção em diferentes momentos do experimento permite precisar se as mudanças observadas nos comportamentos

de interesse estão contingentes à intervenção. Essa estratégia nos permite formular conclusões sobre a eficácia do material educativo produzido. Na Tabela 11 apresentamos as fases do procedimento de linha de base múltipla entre comportamentos que cada participante cumpriu.

Tabela 11

Fases do procedimento de linha de base múltipla entre comportamentos

	Fase A		Fase B		Fase C
Acolher	LB1	I1	Teste Pós-I1	I2	Teste Pós-I2
Apoiar	LB2	I1	Teste Pós-I1	I2	Teste Pós-I2
Orientar	LB3	I1	Teste Pós-I1	I2	Teste Pós-I2

Nota: LB = linha de base; I = intervenção

Em relação à Intervenção 1 (I1), a linha de base para os três comportamentos de interesse (acolher, apoiar e orientar) foi encerrada ao mesmo tempo, ou seja, o vídeo informativo e instrucional foi apresentado contendo os elementos correspondentes aos três comportamentos e, na sequência, foi realizado um teste. Em relação à Intervenção 2, o vídeo-modelo contendo os modelos de cada comportamento foi apresentado em diferentes momentos, sendo a cada apresentação acrescentada a exibição de um dos comportamentos de interesse. Assim, a linha de base para cada um dos comportamentos de interesse era mantida até a apresentação do respectivo modelo de acolhimento, apoio e orientação. Após cada uma das exposições aos modelos um vídeo-teste era apresentado. O esquema abaixo (Figura 10) ilustra a linha de base múltipla entre comportamentos referente à Intervenção 2 do estudo piloto.

Figura 10

Linha de base múltipla entre comportamentos de acolhimento, apoio, orientação sobre direitos e serviços

	Intervenção 1 →					← Intervenção 2			
	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9
LB1 – acolher	X	X	X	X	X	X	X	X	X
LB2 – apoiar	X	X	X	X	X	X	X	X	X
LB3 – orientar	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Diagrama de intervenção:

Video informativo-instrucional --> |

Video-modelo acolhimento ↓

Video-modelo acolhimento + apoio ↓

Video-modelo acolhimento + apoio + orientação ↓

Nota: LB = linha de base. T = teste. X = resposta da participante.

Realização do piloto.

Para a realização do estudo piloto foram agendadas reuniões *on-line* para cada uma das participantes, após a assinatura do TCLE (Apêndice C). No dia da participação de cada uma, a pesquisadora responsável e a participante entravam na sala virtual do *Google Meet* e, após os cumprimentos iniciais, a gravação da reunião era iniciada. Para começar o procedimento a pesquisadora responsável informava para cada participante as seguintes instruções:

Você assistirá a alguns vídeos nos quais estudantes irão relatar situações que aconteceram com elas. Enquanto assiste aos vídeos gostaria que você imaginasse que está realmente interagindo com elas. Você pode reagir da forma que você reagiria caso essa situação estivesse acontecendo ao vivo. Caso queira falar algo durante os vídeos, poderá fazer

isso. Quando cada vídeo acabar você terá um tempo para responder como você agiria frente a esse relato, considerando sua função no contexto da universidade. Gostaria de te encorajar a fazer isso representando como você interagiria caso estivesse acabado de ouvir isso de uma estudante, certo? Caso não seja possível representar, por favor, descreva falando como você agiria. Ao final de cada vídeo haverá uma instrução para te lembrar o que deve fazer. Você tem alguma dúvida? (tempo para dúvidas) Certo, como você já viu no Termo de Consentimento, sua participação está sendo gravada e as imagens e áudio serão utilizadas apenas para o registro dos dados necessários a esta pesquisa. Nós faremos alguns intervalos entre os vídeos nos quais voltaremos a interagir, tudo bem? Eu informarei quando estivermos em um intervalo. Enquanto você estiver assistindo aos vídeos e respondendo a eles, vou manter minha câmera e áudio fechados, tudo bem? Mas se você precisar falar comigo, basta me chamar. Gostaria também de lembrar que não estou aqui para julgar nenhuma resposta ou reação sua. Mais alguma dúvida? (tempo para dúvidas). Certo! Então, vamos começar.

Após as instruções, cada participante começava a assistir aos vídeos-teste correspondentes à linha de base. A sequência de apresentação dos vídeos pode ser conferida na Tabela 12.

Tabela 12

Etapas do procedimento do estudo piloto e sequência de apresentação dos vídeos

Etapas	Vídeos	Tempo de duração
Linha de base Teste 1, 2, 3 e 4	Vídeos 1, 2, 3, 4 apresentados em ordem diferente para cada participante.	Total: média de 20 min. ≈ 8 min. de vídeos + tempo para respostas
Intervalo para comentários e instruções		
Intervenção 1	Vídeo informativo e instrucional	10min.14seg.
Teste 5	Vídeo 5 ou 6	≈ 2 min. de vídeo + tempo para resposta
Intervalo para comentários e instruções		
Intervenção 2	Vídeo-modelo acolhimento	3min.30seg.
Teste 6	Vídeo 5 ou 6	≈ 2 min. de vídeo + tempo para resposta
Intervalo para comentários e instruções		
Intervenção 2.1	Vídeo-modelo acolhimento + apoio	4min.49seg.
Teste 7	Vídeo 7	1 min.20seg. de vídeo + tempo para resposta
Intervalo para comentários e instruções		
Intervenção 2.2	Vídeo-modelo acolhimento + apoio + orientação	13min.21seg.
Teste 8	Vídeo 8	1min.56seg. de vídeo + tempo para resposta
Intervalo de uma semana		
Follow up	Instruções	
Teste 9	Vídeo 9	1min.26seg. de vídeo + tempo para resposta

Os vídeos-teste correspondentes à fase de linha de base foram apresentados em ordens diversas em relação aos participantes. As ordens de apresentação dos vídeos foram: P1 – Vídeos 1, 2, 3, 4; P2 - Vídeos 2, 3, 4, 1. A variação na ordem dos vídeos visou garantir que a sequência de apresentação não fosse responsável por eventuais respostas das participantes. Na linha de base as participantes assistiam a um vídeo-teste e na sequência eram solicitadas a responder como agiriam diante daquele relato. Após assistirem aos quatro vídeos iniciais, a pesquisadora

perguntava para as participantes se gostariam de fazer um intervalo para ir ao banheiro, beber água ou descansar. Apenas P1 fez um intervalo com esses fins. Nos demais intervalos a pesquisadora interagiu com as participantes para informar sobre os próximos passos do procedimento e perguntar se poderiam continuar. Caso as participantes solicitassem ajuda sobre como deveriam responder aos vídeos a pesquisadora apenas retomava as instruções dizendo que a participante poderia responder da maneira que agiria em uma situação como essa.

Após a linha de base era inserida a primeira intervenção que consistia na apresentação do vídeo informativo sobre violência sexual no contexto universitário e instrucional sobre como acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços na instituição e na comunidade. Antes do vídeo ser apresentado a pesquisadora fornecia as seguintes instruções:

Está tudo bem, podemos continuar? (pausa para considerações) Agora você assistirá a um vídeo diferente. Nele haverá informações sobre violência sexual na universidade e instruções de como pessoas como você podem reagir caso recebam casos de violência sexual. Após essas informações e instruções você assistirá a outro vídeo com relato de uma estudante sobre uma situação que vivenciou. Novamente você terá um tempo para representar ou descrever como agiria nessa situação. Você pode utilizar as informações e instruções do vídeo que acabou de ver se achar adequado. Alguma dúvida, podemos continuar?

O vídeo informativo e instrucional era apresentado e, na sequência, o Vídeo 5 foi utilizado como Teste pós-intervenção 1 para a P1 e o Vídeo 6 para a P2. Finalizada a etapa que acabamos de descrever, eram fornecidas novas instruções antes do início da fase de intervenção com o vídeo-modelo. As instruções eram as seguintes:

Como você está? Podemos continuar? (pausa para considerações) Bom, na sequência você continuará assistindo vídeos com relatos de situações que aconteceram com estudantes. Porém, antes de cada relato você assistirá uma simulação na qual uma estudante estará relatando situações similares a que você está vendo e haverá uma outra pessoa que dará um

modelo de como agir nessas situações. Você verá essa simulação com o modelo e depois assistirá a um novo relato. Após o relato você, novamente, deverá representar ou descrever como você reagiria ao que acabou de ouvir caso estivesse lidando com esse caso pessoalmente. Alguma dúvida? (pausa) Vamos lá, então.

Cada participante assistia, na sequência, ao “Vídeo-modelo acolhimento” seguido do Vídeo 6 (P1) ou Vídeo 5 (P2) para o Teste pós-intervenção 2.1. Na sequência era apresentado o “Vídeo-modelo acolhimento + apoio” seguido do Vídeo 7 para o Teste pós-intervenção 2.2. Adiante, era apresentado o “Vídeo-modelo acolhimento + apoio + orientação” seguido do Vídeo 8 para o Teste pós-intervenção 2.3.

Encerrado a última resposta de cada participante a pesquisadora agradecia e pedia que evitassem comentar sobre detalhes da pesquisa com outras pessoas por uma semana. O objetivo era evitar que a outra participante tivesse acesso a informações prévias e às respostas uma da outra. Em seguida, a pesquisadora encerrava a gravação e combinava uma nova data para o *follow up*. Essa última fase do piloto foi agendada para a semana seguinte da primeira reunião. Para o *follow up* foi realizado um *rapport* inicial e posterior instruções e apresentação do Vídeo 9. As instruções foram similares às fornecidas no primeiro dia de participação:

Hoje será mais rápido, tá? Você assistirá a um vídeo no qual uma estudante irá relatar uma situação que aconteceu com ela. Enquanto assiste ao vídeo gostaria que você imaginasse que está realmente interagido com ela. Você pode reagir da forma que você reagiria caso essa situação estivesse acontecendo ao vivo. Caso queria falar algo durante o vídeo, poderá fazer isso. Quando o vídeo acabar você terá um tempo para responder como você agiria frente a esse relato, considerando sua função no contexto da universidade. Gostaria de te encorajar a fazer isso representando como você interagiria caso estivesse acabado de ouvir isso de uma estudante, certo? Caso não seja possível representar, por favor, descreva falando como você agiria. Você tem alguma dúvida? (tempo para dúvidas). Assim como sua primeira participação,

essa também está sendo gravada e as imagens e áudio serão utilizadas apenas para o registro dos dados necessários a esta pesquisa. Enquanto você estiver assistindo ao vídeo e respondendo a ele, vou manter minha câmera e áudio fechados, tudo bem? Mas se você precisar falar comigo, basta me chamar. Gostaria também de lembrar que não estou aqui para julgar nenhuma resposta ou reação sua. Mais alguma dúvida? (tempo para dúvidas). Certo! Então, vamos lá.

Quando cada participante finalizava sua resposta a pesquisadora perguntava se a participante gostaria de fazer alguma consideração sobre a pesquisa ou sobre os materiais em vídeo utilizados. Após as considerações de cada participante a pesquisadora agradecia e encerrava a gravação. Ao todo, a primeira reunião teve, em média, uma hora e trinta minutos de duração para cada participante, e a reunião de *follow up* durou aproximadamente de quinze minutos para cada participante. Os dados foram coletados em julho de 2024.

Armazenamento dos dados.

As gravações das participações foram salvas automaticamente no *Google Drive*, e o acesso era restrito às pesquisadoras (pesquisadora responsável e orientadora) e observadoras (pesquisadora responsável e outra doutoranda) que realizaram as análises de dados. Para proteção das participantes, após as análises as gravações foram baixadas armazenadas em um HD de acesso restrito à pesquisadora responsável pelo estudo. Foram realizadas transcrições dos áudios presentes nas gravações que também foram armazenadas no mesmo HD após as análises dos dados.

Registro e análise dos dados.

As gravações foram assistidas por duas observadoras, sendo uma a pesquisadora responsável pelo estudo e a outra uma doutoranda em Análise do Comportamento instruída e treinada para identificação dos comportamentos de interesse em uma reunião *on-line* de aproximadamente uma hora. Para o treinamento foram apresentadas as definições de cada comportamento, o vídeo informativo e instrucional, os comportamentos modelos presente no vídeo-modelo e a forma de mensuração das respostas. As observadoras acessaram as gravações e transcrições das respostas das participantes.

Um documento no Excel foi utilizado para que cada observadora registrasse sua mensuração a respeito dos comportamentos das participantes durante as respostas emitidas aos relatos de violência sexual. O documento do Excel era composto por: i) uma planilha com instruções para a mensuração dos comportamentos das participantes; ii) uma planilha contendo a Tabela 9 com as definições, ações e exemplos dos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação, bem como a definição e exemplos de comportamentos de culpabilização e revitimização; iii) duas planilhas, uma para o registro dos dados da P1 e outra para os resultados da P2, cada uma com uma tabela na qual era registrado os comportamentos de interesse de cada participante.

Utilizando as gravações e transcrições eram mensuradas a ocorrência dos comportamentos de interesse para cada resposta aos testes de cada fase do procedimento. A análise dos comportamentos de interesse foi realizada pela mensuração da ocorrência e qualificação de acordo com a aproximação das instruções e modelos oferecidos na intervenção. Os comportamentos de acolhimento, apoio e orientação em relação aos direitos e serviços foram contabilizados como uma ocorrência única em cada resposta dada para cada vídeo-teste pertinente. Os comportamentos de interesse eram mensurados de acordo com a presença ou

ausência e, ainda, pela classificação: incompleto e completo. Para a classificação, foi considerada a definição de cada comportamento como apresentada na Tabela 9. Quando a participante emitia todas as ações que caracterizavam o comportamento de interesse, aquele comportamento era classificado como completo. Quando a participante emitia uma ou mais ações do comportamento de interesse, mas não todas, o comportamento era classificado como incompleto. Por exemplo, ao orientar sobre direitos da vítima, a participante poderia citar apenas “você tem direitos na universidade” e não os descrever, ou, ainda, citar apenas um serviço disponível e não demonstrar outras possibilidades informadas no vídeo informativo e instrucional ou no vídeo-modelo. As observadoras atribuíram notas de 0 a 2 para cada comportamento de interesse em cada resposta das participantes aos vídeos-teste, sendo a nota 0 corresponde à classificação “comportamento ausente”, a nota 1 à classificação “comportamento presente incompleto” e a nota 2 correspondente à classificação “comportamento presente completo”.

O cálculo da concordância entre observadoras (*interobserver agreement* – IOA) foi feito de acordo com o método “tentativa a tentativa” (*trial-by-trial*), descrito por Cooper *et al.* (2020). Esse método é adequado aos nossos dados, pois, eles estão em organizados em uma série de tentativas de respostas. Segundo essa proposta, verificamos se ambas as observadoras concordam em cada tentativa individualmente, seja em termos de ocorrência ou não de um comportamento. Para esse cálculo utilizamos a fórmula:

$$\text{Concordância tentativa a tentativa} = \left(\frac{\text{Número de tentativas com concordância}}{\text{Número total de tentativas}} \right) \times 100$$

Considerando os nove testes e os três comportamentos de interesse, nosso total de “tentativas” para observação foi de 27 para cada participante. As avaliações com notas iguais

foram consideradas como concordância, e as notas diferentes foram consideradas como discordância. Em relação à Participante 1 (P1), a concordância foi de $\approx 96,30\%$, considerando que houve concordância total para todos os testes e comportamentos, exceto no Teste 1 para o comportamento "orientar", onde uma observadora classificou a tentativa como 1 (presente incompleto) e a outra observadora classificou como 0 (ausente). A concordância em relação à Participante 2 (P2) foi de $\approx 92,60\%$, considerando que as observadoras concordaram em 25 das 27 tentativas, sendo que as discordâncias aconteceram no Teste 6 em relação ao comportamento "apoiar" (uma observadora avaliou o comportamento como ausente e a outra como presente incompleto), e no Teste 8 em relação ao comportamento "acolher" (uma observadora avaliou o comportamento como presente incompleto e a outra como presente completo).

As discordâncias das observadoras foram descritas nos resultados junto com as justificativas apontadas para cada avaliação visando evidenciar possíveis variáveis relevantes à discordância das observadoras que pudessem indicar a necessidade de melhorias nas condições experimentais, como ajustes nas operacionalizações dos comportamentos ou no sistema de mensuração dos comportamentos de interesse. Também foi adotada a estratégia do cálculo da média das notas atribuídas para representar o desempenho das respostas das participantes nos casos em que houve discrepância, com o objetivo de reduzir o erro de avaliação de uma ou outra atribuição. Essa estratégia também foi adotada em razão do experimento se caracterizar como um piloto, no qual os resultados da aplicação trouxeram considerações para mudanças necessárias às próximas aplicações. Portanto, consideramos que as discrepâncias entre observadoras indicaram ajustes necessários que não seriam evidenciados caso adotássemos outras estratégias para decisão de qual classificação adotar na apresentação dos resultados.

A ação "encorajar a continuidade do relato" referente à classe de comportamento de acolhimento não pode ser avaliada porque as pausas nos relatos de violência sexual encenadas pelas atrizes foram suprimidas durante a edição dos vídeos. Além disso, não era possível ver a

câmera das participantes enquanto os vídeos estavam sendo exibidos na reunião *on-line*. Por isso, essa ação foi desconsiderada para avaliar se o comportamento de acolhimento estava completo. Outra ação dessa classe de comportamento, “ouvir o relato sem interrupções”, não foi incluída como suficiente para indicar a presença de acolhimento quando as participantes apenas assistiam aos vídeos-teste sem fazer interrupções. Isso porque a condição de assistir a um conteúdo em vídeo poderia pressupor que a interrupção não modificaria o comportamento que já estaria gravado. Assim, o relato encenado em vídeo poderia não ser contexto significativo para evocar esses comportamentos. No caso de ser descrito explicitamente como uma das ações utilizadas em resposta aos relatos, por exemplo, dizendo “eu ouviria sem interromper” essa ação poderia ser considerada para indicar a presença de acolhimento incompleto, caso fosse a única ação dessa classe a ser emitida. No entanto, não era necessário dizer isso explicitamente para que o comportamento de acolhimento fosse considerado completo. Portanto, para a classificação de comportamento presente completo, no caso da classe acolhimento, foram consideradas as ações “expressar empatia” e “dizer explicitamente que a culpa pelo ocorrido não era da vítima” desde que a participante não tenha pedido para interromper o vídeo durante sua exibição, com a função fazer perguntas ou comentários que pudessem revitimizar ou culpabilizar a vítima.

A ausência ou presença dos comportamentos de revitimizar e culpabilizar/responsabilizar as vítimas também foi avaliada. Para essa finalidade, foi considerado como comportamento de revitimizar os pedidos para que o relato fosse repetido, como, por exemplo, “me conta direito o que aconteceu nessa hora” e tentativas de minimizar o problema, como “você pode ter entendido errado”, “acho que essa é uma situação comum entre estudantes”, “não vale a pena denunciar uma coisa que nem foi tão séria”. O comportamento de culpabilização ou responsabilização, por sua vez, incluía todas as respostas que pudessem sugerir ou deixar explícito que o incidente de violência sexual foi consequência de algum

comportamento ou característica da vítima. Exemplos de ações pertinentes ao comportamento de culpabilização ou responsabilização são: “você costuma usar roupas assim na aula?”, “você também tinha bebido?”, “talvez você não se lembre de algumas coisas direito e possa ter dado a entender que queria”, “mas você não estava dando ‘moral’ para ele?”. As observadoras eram instruídas a classificar a ausência desses comportamentos com a nota 0 e a presença com a nota 1. No caso dos comportamentos de culpabilização e revitimização a concordância das observadoras foi de 100%.

Outros comportamentos presentes nas respostas das participantes aos relatos de violência sexual que não foram classificados como acolhimento, apoio ou orientações sobre direitos e serviços foram descritos nos resultados. Após a mensuração dos comportamentos de interesse, os resultados das diferentes fases do experimento para cada participante foram comparados para verificar quais os efeitos das intervenções. Para cada participante foram comparados os resultados da linha de base, resultados das intervenções 1, 2 e *follow up*. Gráficos foram construídos para apresentar os resultados.

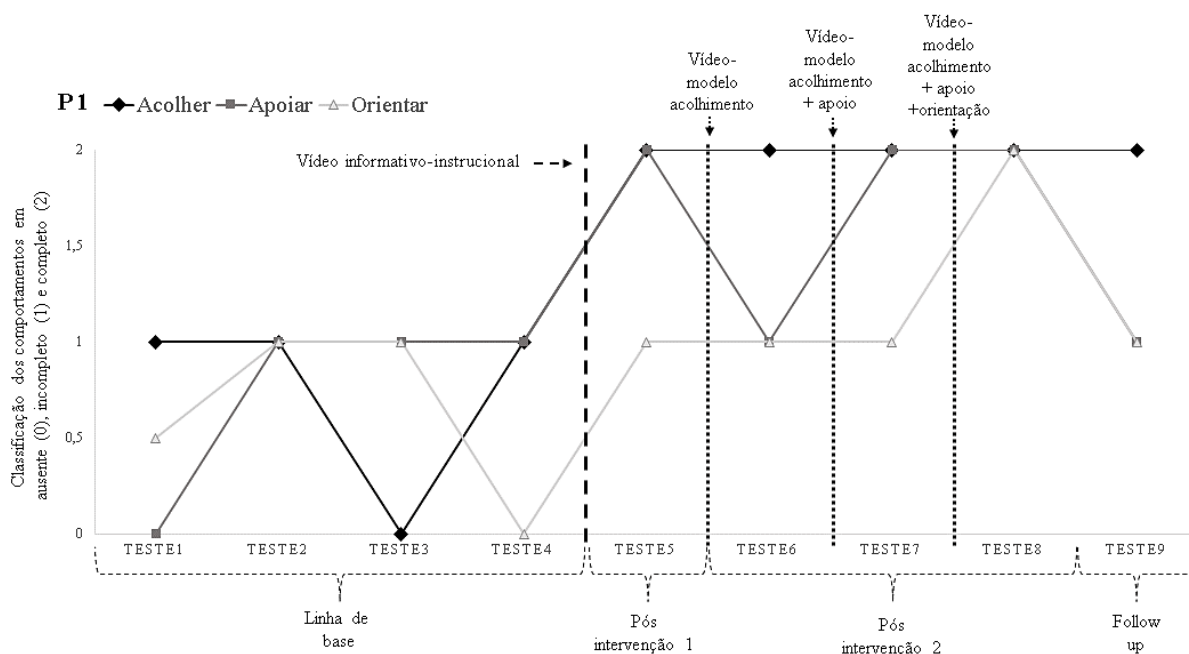
Resultados

A seguir são demonstrados os resultados das respostas das duas participantes em cada fase do estudo piloto, considerando a ocorrência dos comportamentos de interesse (acolher, apoiar e orientar) classificados como: ausente (0), presente incompleto (1) e presente completo (2). As discordâncias das observadoras estão descritas, e em razão da realização de médias das avaliações em caso de discordância há comportamentos de interesse classificados com notas entre as classificações 0, 1 e 2 nas representações gráficas.

A Figura 11 apresenta graficamente os resultados da Participante 1 (P1) em relação aos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação emitidos em relação aos vídeos-teste contendo as encenações de relatos de violência sexual no contexto universitário (Testes). O desempenho de P1 em cada Teste está representado pelos marcadores do gráfico sendo as linhas utilizadas apenas como recurso visual.

Figura 11

Comportamentos de acolhimento, apoio e orientação da P1 durante as diferentes fases do piloto



Observamos que as notas atribuídas à variação dos comportamentos de interesse durante a linha de base da P1 se mantiveram entre 0 e 1, em outras palavras, os comportamentos de acolhimento, apoio e orientação variaram entre ausentes e incompletos²¹. Após as intervenções,

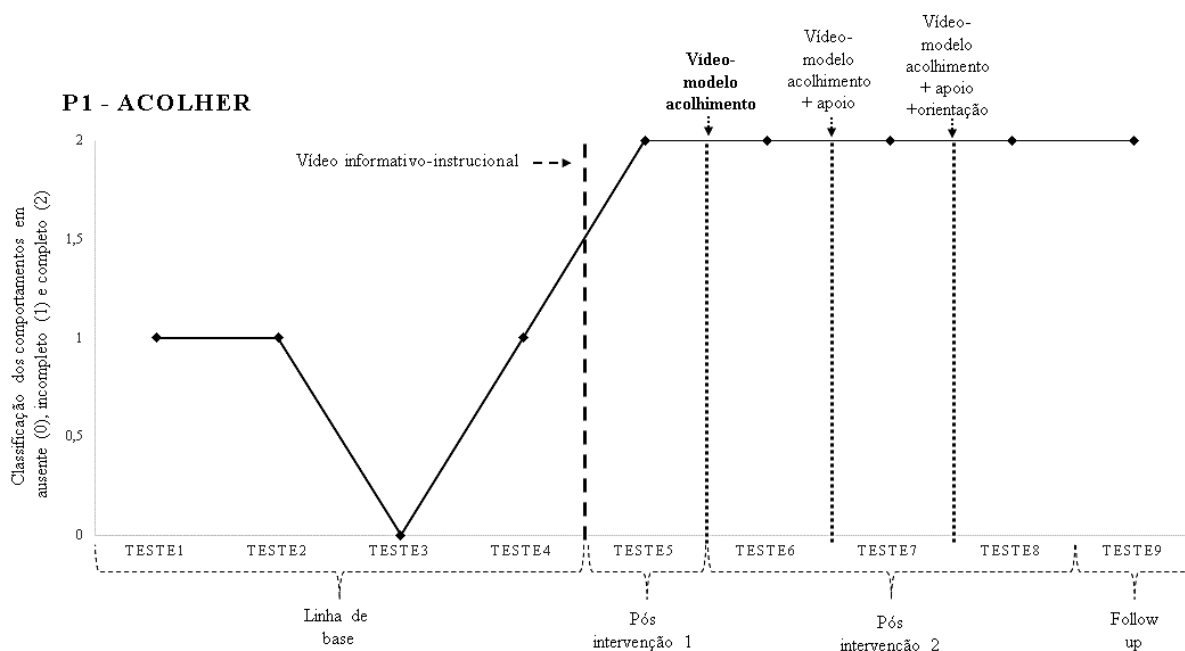
²¹ A linha de base foi composta por um número de tentativas fixo. Assim, o critério de estabilidade para introdução da intervenção não foi utilizado. Consideramos que assistir um número indefinido de vídeos contendo relatos de violência sexual tornaria o procedimento exaustivo para as participantes.

esses comportamentos variaram entre incompleto e completo. Destacamos que o comportamento de orientação só atinge a classificação “completo” após a intervenção com vídeo-modelo, no qual o modelo desse comportamento é apresentado, retornando à classificação “incompleto” no Teste 9 realizado após uma semana (*follow up*). O comportamento de acolhimento se mantém avaliado como completo desde a apresentação do vídeo informativo e instrucional até o *follow up*. Já o comportamento de apoio é classificado como completo no Teste 5 após a intervenção com o vídeo informativo e instrucional, mas, volta a ser classificado como incompleto após a apresentação do vídeo-modelo acolhimento. P1 mantém a emissão de comportamentos de apoio avaliados como completos após a apresentação do vídeo-modelo acolhimento + apoio.

Apesar da P1 apresentar comportamentos de apoio e orientação classificados como incompletos após as intervenções, verificamos que as respostas fornecidas eram mais próximas do comportamento terminal em relação à linha de base. Para detalhar esses resultados, as Figuras 12, 13 e 14 apresentam, separadamente, cada classe de comportamento de interesse seguida das descrições dos resultados quantitativos e qualitativos das respostas da P1. A Figura 12 demonstra a classificação da emissão dos comportamentos de acolhimento da P1 durante as fases do piloto.

Figura 12

Comportamentos de acolhimento da P1 durante as diferentes fases do piloto



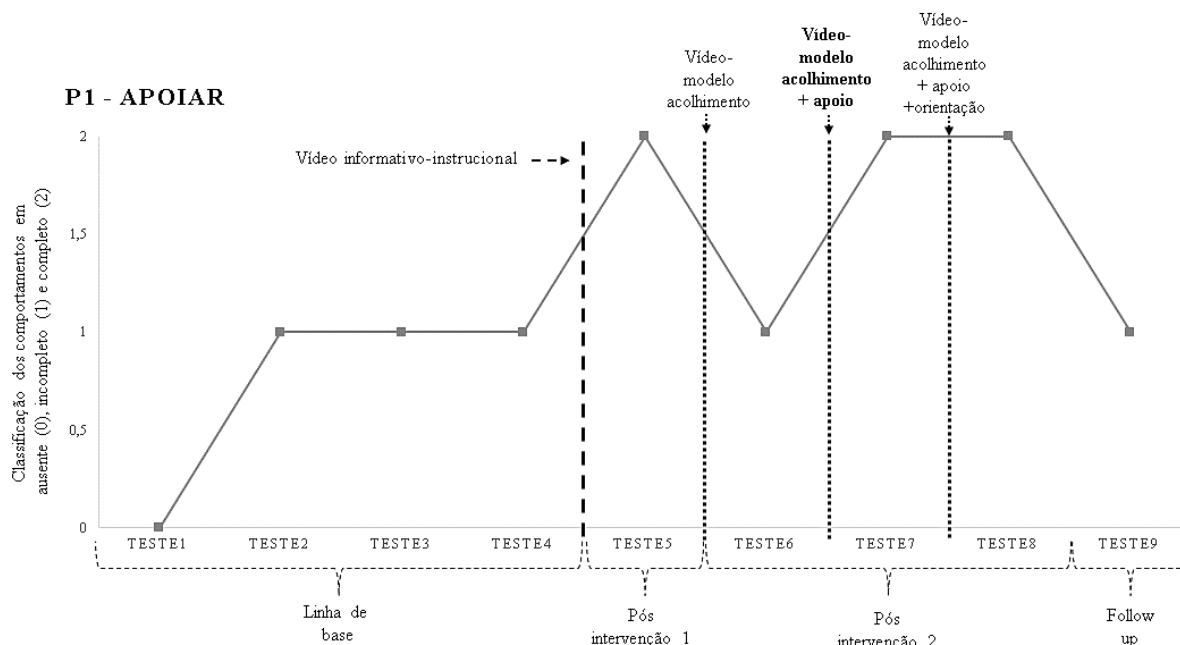
Observamos que na linha de base, P1 apresentou comportamentos de acolhimento classificados como incompletos apenas por não emitir respostas verbalmente explícitas elencadas neste estudo como “expressar empatia” exemplificada por falas “sinto muito que você tenha passado por isso”, “imagino como isso possa estar sendo difícil para você” etc. Todavia, P1 já apresentava respostas próximas a essas ao verbalizar, por exemplo, falas como “Então, é uma situação complicada, né?” e “Mesmo sabe... porque a gente... nessa situação a pessoa se sente culpada, eu sei disso” em relação ao relato apresentado no Teste 1, acompanhada da descrição de dificuldades para realizar uma denúncia que a vítima pudesse estar enfrentando. O comportamento de acolhimento foi classificado como presente, apesar de incompleto, durante as respostas aos Testes 1, 2 e 4, principalmente por P1 apresentar verbalizações explícitas sobre a culpa não ser da vítima, (e.g., “Só que eu falaria pra ela que nada, que aquilo não foi culpa dela, pra ela não se culpar por isso, porque essa foi uma atitude dele”). No Teste 3, P1 não apresentou verbalizações relacionadas ao comportamento de acolhimento e por isso o comportamento foi considerado como ausente.

Após assistir ao vídeo informativo e instrucional, a resposta da P1 ao relato de violência sexual apresentado no Teste 5, em relação ao acolhimento, foi considerada completa, tendo a participante ouvido o relato sem interrupções e apresentado as falas: “Eu sinto muito por você ter passado por isso. Saiba que isso não foi culpa sua em hipótese alguma”. No Teste 6, após a apresentação do vídeo-modelo de acolhimento, a resposta da P1 também foi classificada como completa, e ainda mais próxima ao comportamento modelo em relação ao acolhimento, com as verbalizações “Eu sinto muito que você tenha passado por essa situação. Eu posso não ter passado por isso, mas eu sei como isso pode ter sido, como isso deve tá sendo difícil pra você . . . Foi muito corajoso da sua parte vir aqui denunciar . . . eu diria pra ela que não é culpa dela”. As respostas da P1 categorizadas como acolhimento continuaram similares nos demais testes, incluindo a resposta ao Teste 9 no *follow up*: “Eu sinto muito que você tenha passado por isso. Não posso nem imaginar o quanto que isso pode ser difícil, ter sido difícil pra você. . . eu quero esclarecer que eu acho que você já sabe mas, é, nada disso foi culpa sua”.

A Figura 13 representa a classificação dos comportamentos de apoio emitidos pela P1 durante o experimento. Na sequência, esses resultados são descritos e detalhados.

Figura 13

Comportamentos de apoio da P1 durante as diferentes fases do piloto



Percebemos que na linha de base os comportamentos de apoio foram considerados incompletos (Testes 2, 3 e 4) ou ausentes (Teste 1), passando a variar entre incompleto e completo após as intervenções. Destacamos que apesar da mesma classificação pelos critérios definidos nesta pesquisa, os comportamentos de apoio emitidos no Teste 9 (*follow up*) foram, qualitativamente, mais próximos ao comportamento terminal em relação a classe “apoiar”. Na linha de base as ações da P1 classificadas como apoio foram as falas: “fica tranquila que a gente vai ajudar você” em relação ao Teste 2; “a gente está aqui com você, tá? A gente não vai te deixar desamparada” em relação ao Teste 3; e o encorajamento para buscar apoio de outras amigas para realizar uma denúncia na resposta ao Teste 4. No *follow up* as respostas da participante foram “eu tô aqui pra te ajudar . . . eu tô aqui pra te dar apoio caso você queira ir atrás das medidas legais [segue informando sobre as medidas legais e administrativas da instituição] Mas eu vou tá aqui e eu vou respeitar qual que for sua decisão, se você quiser seguir em frente e denunciar ou se não quiser também. Eu posso ir com você, te ajudar, te dar apoio”. Observamos que o comportamento de apoiar não foi considerado completo apenas pelo fato da

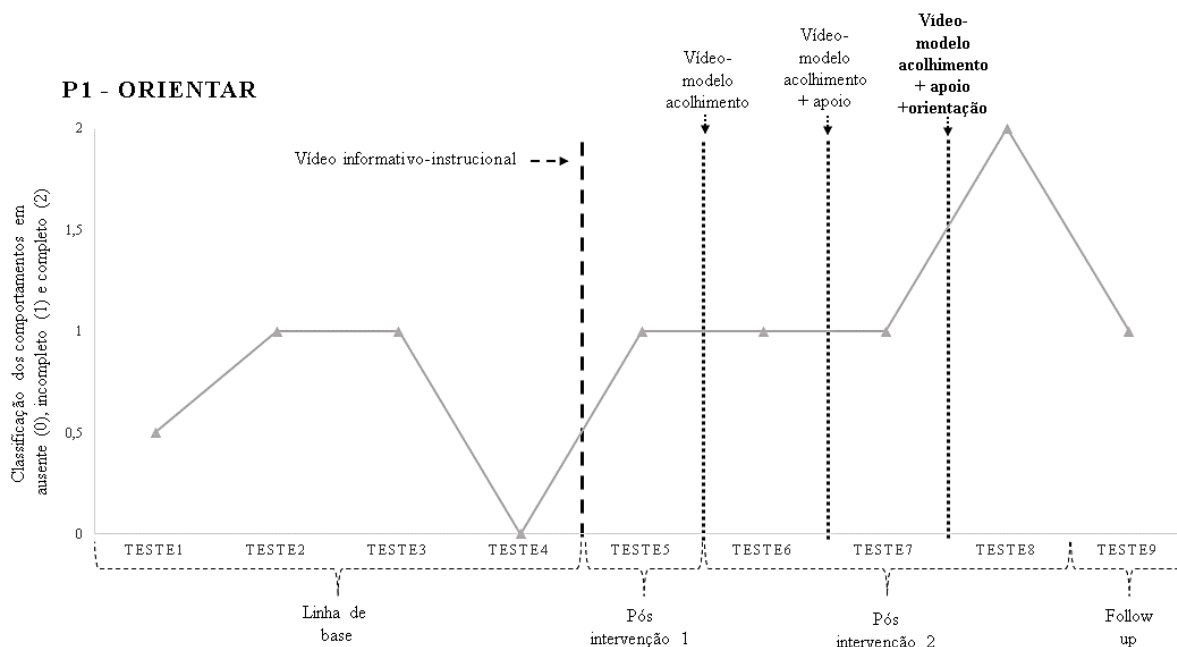
P1 não ter verbalizado falas de apoio à busca de medidas institucionais para a permanência em atividades acadêmicas.

Após P1 assistir ao vídeo informativo e instrucional o comportamento de apoiar foi considerado completo no Teste 5, segundo as seguintes respostas: “E eu vou estar aqui, tá? Se você precisar, todo apoio que você precisar eu vou estar aqui. . . E também a gente pode conversar com a reitoria e se você não se sentir à vontade de continuar tendo aula a gente pode conversar um meio de é, você receber atividades *on-line* ou trocar de turma. Vai da sua preferência se você se sentir a vontade de ir ou se você prefere por um tempo fazer as atividades em casa, porque eu sei que vê, conviver com a pessoa todo dia pode ser complicado. Mas, a gente vai passar por isso. Eu vou tá aqui. Eu vou te auxiliar em tudo que você precisar. E, eu acho que todo mundo, né? Suas amigas. A gente vai tá aqui pra qualquer coisa que precisar . . . Eu sei que pode ser difícil, você pode sentir vergonha, mas você precisa ser forte pra fazer essa denúncia porque você vai tá ajudando não só a você, mas a outras meninas também”.

O comportamento de apoio retorna ao padrão da linha de base no Teste 6, após a apresentação do vídeo-modelo de acolhimento, com P1 emitindo apenas uma resposta classificada como apoio, sendo ela “E eu vou tá aqui pra te ajudar a enfrentar tudo isso”. Na sequência da apresentação do vídeo-modelo de acolhimento + apoio, no Teste 7, P1 emite o comportamento de apoio completo novamente, assim como no Teste 8 (sequência do vídeo-modelo acolhimento + apoio + orientação).

A Figura 14 demonstra a classificação dos comportamentos de orientação nos testes realizados. Em seguida os resultados detalhados sobre esse comportamento de interesse são descritos.

Figura 14

Comportamentos de orientação da P1 durante as diferentes fases do piloto

Destacamos que o comportamento de orientar foi avaliado como completo apenas na resposta emitida no Teste 8, após a apresentação do vídeo-modelo acolhimento + apoio + orientação. Também é importante observar que as respostas classificadas como incompletas foram qualitativamente distintas na linha de base e após a intervenção com o vídeo informativo e instrucional. Na primeira resposta da participante (Teste 1) houve discordância na avaliação das observadoras. Uma observadora classificou o comportamento de orientar como incompleto e outra como ausente. Isso pode ter ocorrido porque, nessa resposta, P1 descreve a possibilidade de pessoas aconselharem uma vítima de violência sexual a buscar a reitoria da universidade ou a polícia para realizar uma denúncia descrevendo as dificuldades enfrentadas no processo de realização dessas ações, como a culpabilização e revitimização:

“Então, seria complicado é... dar um conselho nesse caso por causa disso. Porque outra pessoa, qualquer pessoa comum ia falar assim: ah, vai lá e denuncia na reitoria. Mas a gente não sabe se eles vão, tipo, acolher a pessoa certo ou se vão, tipo... não dá a mínima. E eu acho que o que pega muito nesse fator de as vítimas acabarem não denunciando é

por causa disso, porque, é muitas vezes quando a pessoa tem coragem pra falar, chega lá, e a pessoa não dá ouvidos ou ainda culpa a vítima. Vai falar assim: o que que você tava fazendo lá com ele? Sozinha? Então, uma situação bem complicada. Porque até pra denunciar, tipo, pra polícia é tudo um trâmite, e é uma situação muito complicada, realmente. Só que eu falaria pra ela que nada, que aquilo não foi culpa dela.

Em relação a essa resposta, uma observadora interpretou que P1 não orientaria a realizar essas ações, enquanto a outra observadora interpretou que ela apresentaria essas opções apesar de descrever tais dificuldades. No Teste 2 a P1 orienta a juntar provas (e.g., prints de conversas do *Whatsapp*) e testemunhas para realizar uma denúncia na polícia, mas não orienta buscar a reitoria da universidade:

“Se no seu caso ele mandou alguma coisa pelo *Whatsapp* você pode printar e juntar isso como provas. E, provavelmente, se ele fez isso com você, ele pode ter feito com outras meninas. Então, acho importante você conversar com as suas amigas mesmo . . . O certo é juntar essas provas, juntar testemunhas e ir na polícia denunciar porque... ou também na reitoria, mas a gente sabe que às vezes pode ... eles podem não ligar muito pro que tem a falar, então, o certo é ir já direto na polícia mesmo”.

Ainda em relação às respostas ao Teste 2, P1 fez perguntas que não foram incluídas na categorização dos comportamentos de interesse desse estudo, porém, poderiam direcionar outras ações de orientação, sendo elas: “Ele te ameaçou? Ele falou alguma coisa se você dissesse pra alguém? Ameaçou te ferrar em alguma prova, algo do tipo? Porque isso é muito importante saber. Porque isso não pode continuar acontecendo”. Na sua resposta ao relato apresentado no Teste 3, P1 deu orientações sobre ir à reitoria (“eu acho que agora, a melhor situação, providência, que a gente pode tomar é ir lá na reitoria conversar sobre esse aluno”), sobre realizar uma denúncia na polícia (“também registrar um boletim de ocorrência contra ele”), e, caso a situação descrita no relato prosseguisse, também orientou a “pedir uma medida

protetiva contra esse garoto”. No Teste 4, P1 novamente orienta a buscar testemunhas e outras mulheres que possam ter sido vítimas do mesmo agressor para realizar uma denúncia na polícia:

“Então é complicado, mas a única, tipo assim que vem na minha cabeça agora é seria aconselhar juntar essas meninas. Ter uma rede de confiança também porque tem gente que não vai querer, né, denunciar, mas é o mais certo ou ela mesmo tomar uma atitude, por que depois de uma denúncia, as outras pessoas começam a ter mais coragem de ir lá e fazer a denúncia também”.

Após a intervenção com o vídeo informativo e instrucional o comportamento de orientação de P1 muda qualitativamente, apesar de classificado como incompleto, tornando-se mais próximo ao comportamento terminal, no Teste 5:

“Agora o que eu posso dizer é que a melhor situação a tomar seria denunciar. Temos algumas opções de denúncia. Tem a ouvidoria da UEL que você pode denunciar online, tanto . . . com o seu nome ou tanto de forma anônima. Você pode registrar um boletim de ocorrência na polícia. E também tem o HU, onde você também pode fazer uma denúncia. Ou se preferir, se você tiver uma proximidade maior com representante do centro acadêmico, você também pode procurar, né, se você confia nessa pessoa pra poder ajudar você a fazer a denúncia. E também a gente pode conversar com a reitoria e se você não se sentir à vontade de continuar tendo aula a gente pode conversar um meio de . . . você receber atividades *on-line* ou trocar de turma”.

Percebemos que a P1 passa a indicar o canal oficial de denúncia (Ouvidoria), que não havia sido citado durante as respostas emitidas na linha de base, apresentando duas modalidades de denúncia (identificada e anônima). Outra ação que não havia sido emitida na linha de base é a de informar sobre os direitos relacionados à continuidade das atividades acadêmicas. Além disso, é apenas após a exposição ao vídeo informativo e instrucional que a participante passa a orientar e apoiar mais enfaticamente a realização das diferentes possibilidades de denúncia na

instituição, principalmente. No Teste 6 e 7 a participante também emite as respostas de orientar a realização das diferentes formas de denúncia na Ouvidoria da universidade e na polícia. Nos Testes 5 e 6, P1 mantém a orientação de reunir outras mulheres como testemunhas e como possíveis denunciantes.

Na sequência da apresentação do vídeo-modelo acolhimento + apoio + orientação a P1 emite sua resposta de orientação completa de acordo com o comportamento modelo:

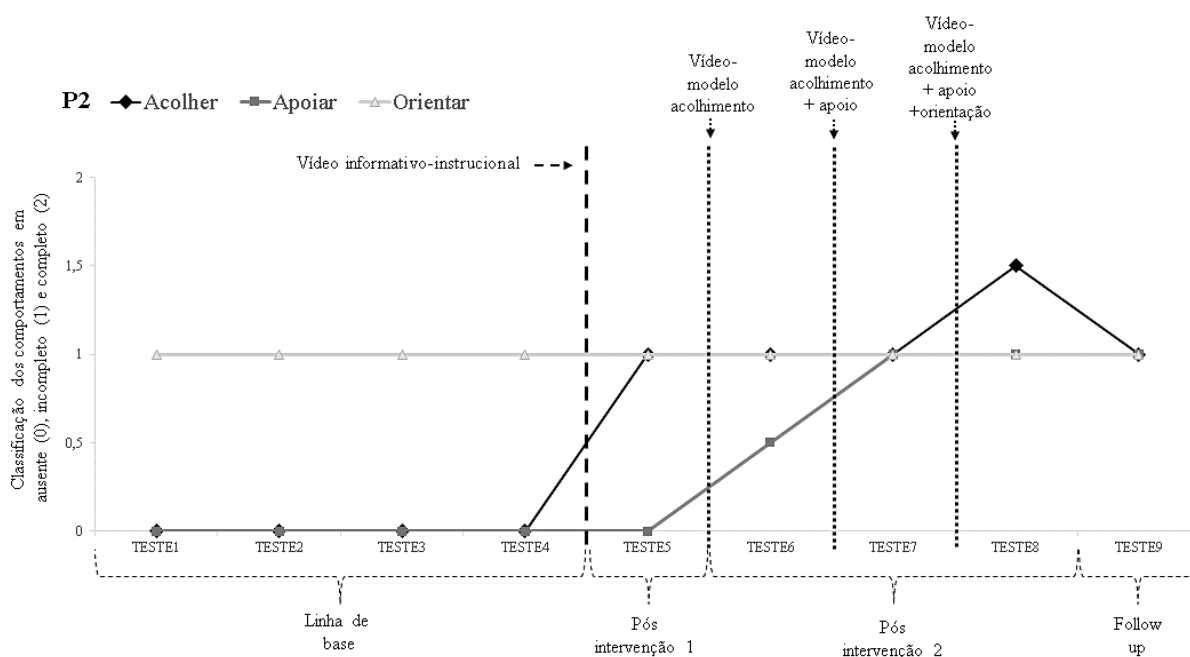
“iria apresentar as possibilidades do que ela pode fazer pra denunciar essa situação. Ressaltaria né a importância de denúncia, embora as pessoas tenham dito pra ela que é pra deixar pra lá. E apresentaria a Ouvidoria e o SEBEC como alternativa. E apresentaria . . . as formas como ela pode fazer a denúncia, tanto quanto ela pode registrar ou fazer uma denúncia sigilosa a qual só as pessoas responsáveis vão ter acesso aos dados dela ou uma denúncia anônima. E também falaria que nesse caso é importante ela colocar alguns detalhes pra que dê continuidade no processo dentro da denúncia da Ouvidoria. E também diria a ela que ela também tem direito de fazer um boletim de ocorrência e apresentaria a diferença dos dois tipos de denúncia: que o da ouvidoria seria uma denúncia administrativa, né, que tipo, tomariam decisões administrativas como caso advertência ou expulsão e, no boletim de ocorrência, seria uma é, seriam formas jurídicas . . . pode ser muitas informações pra ela absorver e que eu posso anotar e vô tá com ela em qualquer decisão que ela tomar até mesmo se ela preferir não fazer a denúncia. Porque é difícil realmente denunciar. E também apresentaria a forma da denúncia... denúncia não, de ajuda contra, é, em casos que podem danificar a saúde da pessoa que do instituto Rosa Branca? Eu esqueci o nome [aplicadora informa o nome do programa] Rosa Viva. E também se ela, aconselharia ela a buscar ajuda na clínica psicológica da universidade”.

No *follow up* a participante volta a apresentar respostas de orientação semelhantes às emitidas nos Testes 5, 6 e 7, informando sobre as diferentes modalidades de denúncia na ouvidoria e na polícia. A participante também manteve a orientação sobre a diferença entre os procedimentos após a denúncia na instituição de ensino superior e na delegacia. Apesar de classificado como incompleto, o comportamento de orientar esteve mais próximo ao comportamento terminal quando comparamos com as orientações da linha de base.

Na sequência apresentamos os resultados da Participante 2 (P2). A Figura 15 apresenta graficamente os resultados da P2 em relação aos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação emitidos durante os testes com os vídeos contendo as encenações de relatos de violência sexual no contexto universitário.

Figura 15

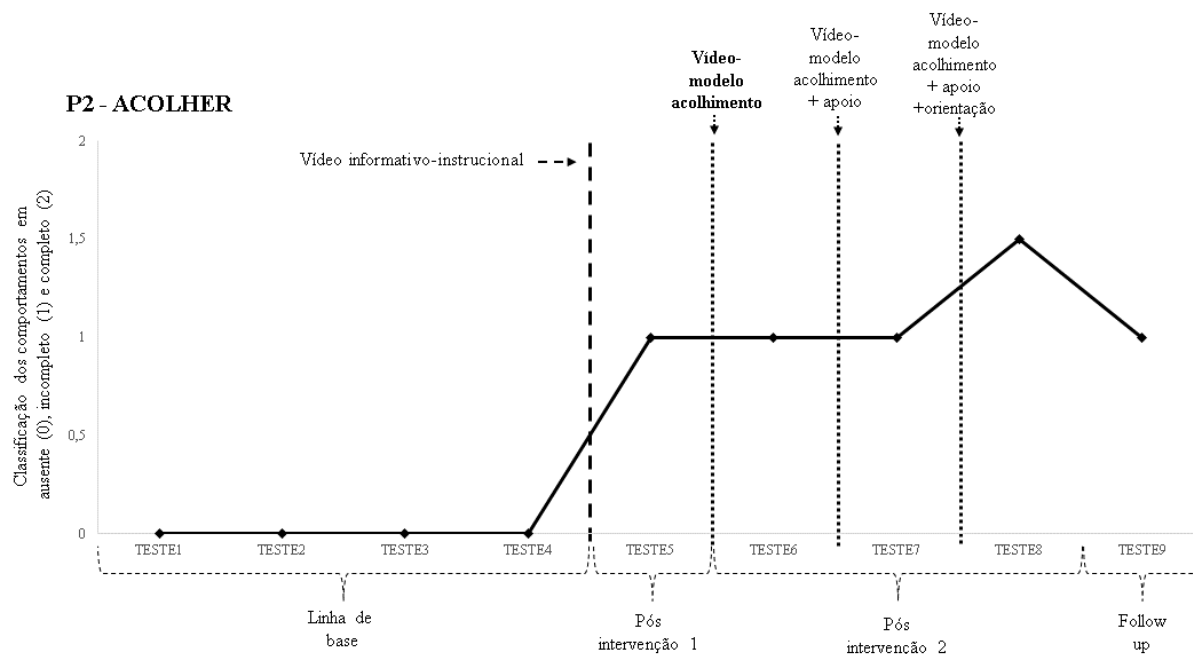
Comportamentos de acolhimento, apoio e orientação da P2 durante as diferentes fases do piloto



Observamos que durante as respostas aos relatos de violência sexual contido nos vídeos-teste, o comportamento de orientação, foi o mais emitido por P2, considerando todo o experimento. Apesar da classificação sobre esse comportamento se manter como incompleto em todas as fases, notamos mudanças qualitativas indicativas de maior proximidade com o comportamento terminal em relação a classe “orientar”, após as intervenções. Esses resultados serão detalhados mais adiante. Os resultados também evidenciam que durante a linha de base a P2 não emitiu os comportamentos de acolhimento e apoio. A participante passou a apresentar o comportamento de acolhimento após a intervenção com o vídeo informativo e instrucional, alcançando a maior nota de classificação em relação à aproximação com o comportamento terminal, no Teste 8. Ações relacionadas ao comportamento de apoio foram identificadas na sequência da apresentação do vídeo-modelo de acolhimento, no Teste 6. No entanto, a classificação das ações de apoio se torna regular apenas após a apresentação do vídeo-modelo acolhimento + apoio. No *follow up* a P2 apresenta as três classes de comportamento de interesse, ainda que incompletas.

Na Figura 16 demonstramos os resultados das respostas de P2 em relação ao comportamento de acolhimento.

Figura 16

Comportamentos de acolhimento da P2 durante as diferentes fases do piloto

O comportamento de acolhimento, ausente durante a linha de base, aparece no Teste 5, após o vídeo informativo e instrucional, com P2 dizendo “Tem que acolher a pessoa”. A pesquisadora retoma as orientações gerais para que a participante tente descrever como faria o que está dizendo e P2 continua “Acolhimento? Então, na realidade eu acho que [pausa] acho que eu não sei como que eu faria. Acho que primeiro escutar, né? Óbvio. Deixar a pessoa falar. Esperar. Acolher se chorar, acolher a angústia dela”. Assim, no Teste 5, P2 destaca a escuta como uma ação relacionada ao comportamento de acolhimento. Na sequência da apresentação do vídeo-modelo de acolhimento a ação “expressar empatia” é apresentada na fala “Sinto muito que você sofreu isso. A pessoa que você confiava te desrespeitou dessa forma”.

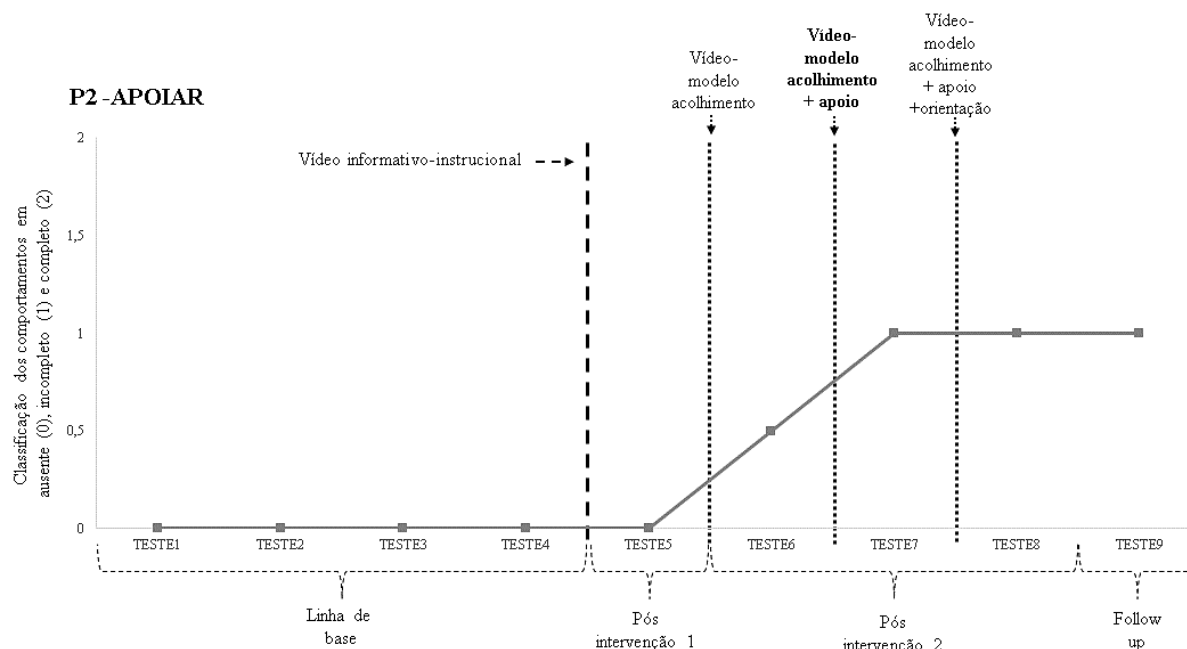
No Teste 7, P2 mantém a resposta de expressar empatia pelo ocorrido, e apenas no Teste 8 emite respostas de acolhimento mais próximas da classificação “completo”, sendo sua fala: “Eu acho que eu falaria de como eu sinto muito de que ela tenha sofrido tanta violência do cara como das pessoas ainda tirarem sarro dela, como se fosse alguma coisa que ela tivesse feito de errado”. As observadoras discordaram quanto à classificação dessa resposta. Uma observadora

considerou o comportamento de acolher como completo por conter todas as respostas descritas na classe pertinente, incluindo dizer que a culpa pelo ocorrido não é da pessoa que relata a violência. Essa observadora interpretou que a fala “como se fosse alguma coisa que ela tivesse feito de errado” como funcionalmente similar a dizer que a vítima não tem culpa pela violência que vivenciou. A outra observadora considerou tal verbalização como uma resposta que indicava a ação “expressar de empatia” por entender que P2 estava parafraseando o que a vítima da violência havia dito no relato do vídeo apresentado no Teste 8 (Vídeo 8), portanto, por não incluir uma das respostas da definição do comportamento de acolhimento essa observadora classificou tal comportamento como incompleto.

No *follow up*, P2 afirmou que acolheria o relato de violência sexual demonstrando empatia, “Então primeiro acho que eu iria acolher . . . demonstrar empatia pela situação que ela sofreu”. Para P2 a exposição ao vídeo informativo e instrucional e ao vídeo-modelo parece ter sido insuficiente para modelação da ação “dizer explicitamente que a culpa pelo ocorrido não é da pessoa que relata uma violência sexual”, ao menos durante as condições experimentais.

Os comportamentos de apoio da P2 são representados pelas classificações demonstradas no gráfico presente na Figura 17.

Figura 17

Comportamentos de apoio da P2 durante as diferentes fases do piloto

Ações correspondentes à classe de comportamento “apoio” foram emitidas, principalmente, após a apresentação do vídeo-modelo acolhimento + apoio, embora não tenham contemplado todas as ações necessárias para que o comportamento de apoiar fosse classificado como completo. No Teste 6, realizado na sequência da apresentação do vídeo-modelo acolhimento, as observadoras discordaram quanto a classificação da presença do comportamento de apoio. Para uma das observadoras a fala “mostrar também que tem como continuar a pesquisa dela” foi considerada como uma resposta na qual a participante oferecia apoio para buscar medidas institucionais necessárias à continuidade e permanência nas atividades acadêmicas, enquanto a outra observadora considerou que a fala não seria suficiente para caracterizar a oferta de apoio em relação as medidas necessárias para continuidade da pesquisa, sendo apenas uma informação apresentada como um direito.

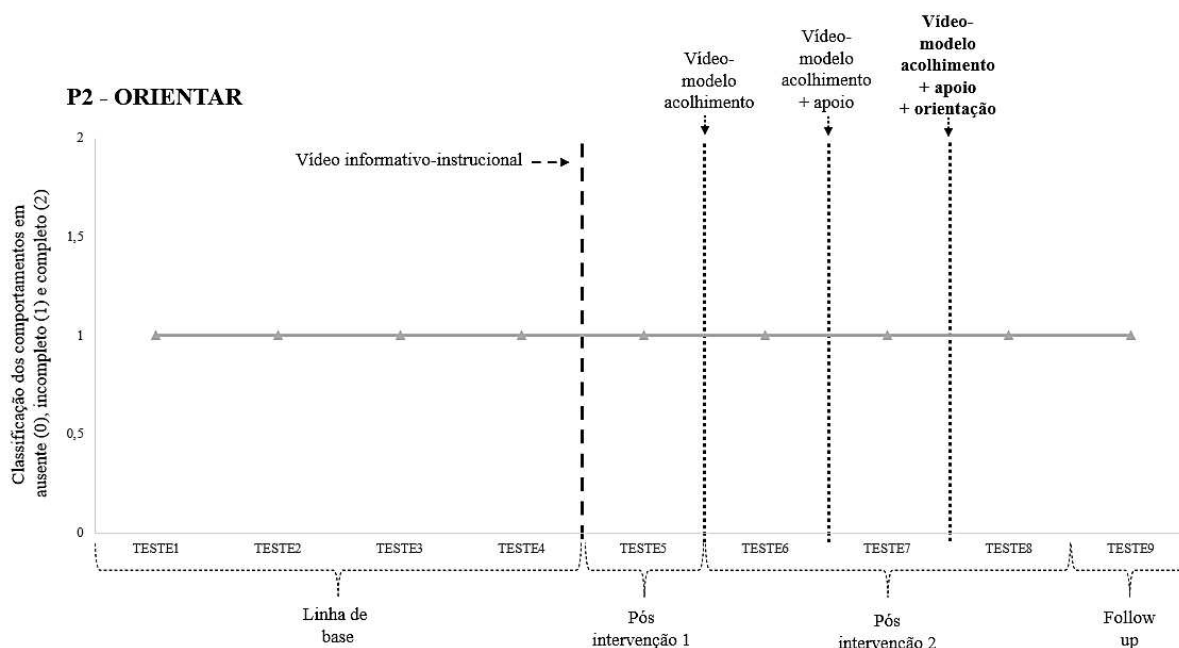
No Teste 7, P2 ofereceu apoio para frequentar o local no qual a vítima poderia encontrar o agressor, dizendo “acho que eu me colocaria a disposição de ir com ela no laboratório se ela precisasse continuar” sendo essa atitude considerada uma forma de apoiar a permanência em

atividades acadêmicas. No Teste 8, a participante também demonstrou apoiar a vítima a encontrar medidas para continuidade de atividades acadêmicas (“eu também falaria pra ela . . . tentar mudar de sala pra não precisar encontrar mais ele”) e possível apoio para encontrar serviços especializados (“E ficar com ela se ela precisar de mais informação . . . Poderia tá passando os números e essas coisas”). No *follow up*, P2 ofereceu apoio para realização de denúncia (“eu iria ajudar ela a procurar os meios de fazer a denúncia”), porém não deixou tão explícito se ela ofereceria apoio para buscar as medidas necessárias para continuidade das atividades acadêmicas visto que a participante diz apenas “tem como ela pedir pra trocar de turma”.

Os comportamentos de orientação da P2 são representados pelas classificações demonstradas no gráfico presente na Figura 18.

Figura 18

Comportamentos de orientação da P2 durante as diferentes fases do piloto



Em relação aos resultados referentes aos comportamentos de orientação, destacamos que as respostas emitidas por P2 receberam a classificação de comportamento presente

incompleto desde a linha de base até o final do experimento. Durante a linha de base, P2 apresentou ações de orientação, principalmente, relacionadas à realização de denúncias, com algumas diferenças em relação às situações apresentadas nos vídeos-testes. Nos vídeos-testes nos quais o agressor era professor na universidade, P2 orientou realizar uma denúncia na universidade (“Eu acho que tem, aconselharia a entrar no, no site da UEL que tem como fazer denúncia e abrir um, eu acho que é assédio, assédio sexual” – resposta ao Teste 1 contendo o Vídeo 2; “Eu acho que do mesmo caso que da outra menina com professor, dá pra abrir uma denúncia [no site da universidade]” – resposta ao Teste 4 contendo o Vídeo 1). O mesmo não acontece quando o agressor é um estudante. Nos dois relatos cujos agressores são estudantes (Teste 2, Vídeo 3; Teste 3, Vídeo 4), P2 orientou a realização de um boletim de ocorrência e demonstrou dúvidas quanto à realização de uma denúncia formal para instituição, nas falas “Eu acho que daí nessa situação, saiu um pouco . . . do contexto da universidade. Então, eu acho que dá pra abrir também uma denúncia, mas, talvez um boletim de ocorrência ou algo nesse sentido” e “Da mesma forma que do outro caso, é um boletim de ocorrência e também, não sei se uma denúncia na UEL. Acho que não entraria. Acho que não seria o caso”. Na resposta ao Teste 3 (Vídeo 4), além da realização do boletim de ocorrência, P2 também orientou buscar a comissão organizadora da festa citada como local no qual a pessoa que relatava o ocorrido sofreu a violência. Outra orientação feita pela P2 nos Testes 2, 3 e 4 foi em relação a buscar atendimento psicológico.

No Teste 5 (Vídeo 6), após a apresentação do vídeo informativo e instrucional, P2 orienta a relatar o caso para a organização estudantil responsável pelo evento no qual a violência citada no relato ocorreu, detalhando as medidas que seriam tomadas (“Acho que falar pra comissão organizadora da atlética. Pelo menos a da psico, em casos de violência sexual, de assédio, a pessoa é banida, né. Ela não pode entrar nem em festa e nem participar da atlética”). Além disso, ainda no Teste 5 a participante orienta a realizar uma denúncia na instituição e na

delegacia/polícia, citando pela primeira vez a Ouvidoria (“Fazer denúncia na Ouvidoria e o boletim de ocorrência”). No Teste 6 (Vídeo 5), a participante também orienta a realização de denúncia na Ouvidoria da universidade e a realização de um boletim de ocorrência. A mesma orientação se mantém na resposta ao Teste 7 acompanhada de orientação para buscar atendimento psicológico.

Após a apresentação do vídeo-modelo de acolhimento + apoio + orientação, P2 também emite as respostas de orientação a respeito da denúncia na Ouvidoria, realização de boletim de ocorrência e a busca de atendimento psicológico, embora informe que a vítima deveria buscar o serviço em outra instituição. A participante considerou que a pessoa a relatar a violência sexual no vídeo-teste seria uma colega de curso, por isso, P2 considerou que ela não poderia ser atendida pela Clínica Escola de Psicologia em razão do atendimento ser vedado aos discentes da graduação em Psicologia. Observamos, portanto, que a apresentação do vídeo informativo e instrucional e do vídeo-modelo foram insuficientes para que P2, ao responder aos vídeos-teste, orientasse a vítima a buscar o Serviço de Bem Estar à Comunidade (SEBEC). Ainda no Teste 8, P2 orientou a vítima a buscar a Pró-Reitoria de Graduação para denunciar a situação relatada no vídeo-teste (Vídeo 8) em razão da violência ter acontecido em um trote. Como o evento (semana de integração de ingressantes e veteranos) seria de responsabilidade estudantil, P2 também orientou acionar o Centro Acadêmico.

No *follow up*, a participante manteve as respostas de orientação para realização de denúncia na Ouvidoria, realização de boletim de ocorrência e busca de atendimento psicológico, embora não tenha detalhado onde buscar o serviço. Em suma, a principal mudança observada nas respostas de orientação da P2 emitidas durante a linha de base e após a exposição ao vídeo informativo e instrucional e vídeo modelo foi a consolidação da orientação para as diferentes denúncias (na Ouvidoria da universidade e na Delegacia/Polícia). Entretanto, o procedimento foi insuficiente para que a P2 passasse a informar sobre os procedimentos administrativos

oficiais da universidade em caso de denúncias de violência sexual na Ouvidoria e a diferença entre os procedimentos administrativos e legais, durante a situação experimental, bem como já descrito, insuficiente para que os serviços de bem-estar presentes na instituição fossem incluídos nas orientações.

Em relação aos resultados da P2, destacamos que a frequência de verbalizações durante as respostas aos vídeos-teste foi menor em comparação com a P1. Além disso, P1 usou a representação em mais respostas para detalhar como agiria nas situações, enquanto P2 citava ou descrevia o que faria, por vezes sem detalhar como agiria ao “acolher” ou ao “prestar apoio”, por exemplo. Além disso, P2 não apresentou nenhum comportamento considerado para além dos comportamentos de interesse desta pesquisa durante suas respostas, enquanto P2 realizou comentários sobre as dificuldades de realização de denúncia e conhecimento sobre as práticas de revitimização e culpabilização das vítimas acontecendo nesse contexto. Além disso, P1 também fez mais comentários sobre a pesquisa durante os intervalos de apresentação dos vídeos. Por outro lado, P2 apresentou orientações específicas sobre as possibilidades de ações para estudantes de psicologia daquela instituição e sobre como agir em caso de violação de direitos em eventos típicos do ingresso na universidade pesquisada. Esses resultados serão considerados para discussão das diferenças entre os resultados das duas participantes em relação aos efeitos nos comportamentos de interesse após a exposição ao material apresentado.

Nenhuma das participantes emitiu respostas de revitimização ou culpabilização das vítimas.

Discussão

Ao elaborar um material educativo em vídeo sobre como relatos de violência sexual seriam adequadamente acolhidos por estudantes universitários, identificamos que acolher adequadamente incluía, além de escutar o relato demonstrando empatia, outras ações de

acolhimento, e o apoio e orientação às vítimas. Além disso, é importante contextualizar a necessidade desses comportamentos apresentando informações sobre a violência sexual no contexto universitário. Além das instruções, o uso de modelos de comportamentos adequados demonstrou ser relevante para o aprimoramento dos comportamentos desejados, como indicava a literatura analítico-comportamental e as pesquisas sobre intervenções de espectadores.

A exposição ao vídeo contendo informações sobre a violência sexual no contexto da universidade e instruções sobre como acolher quem relata uma violência sexual, oferecer apoio e orientar sobre os serviços e direitos produziu aumento das ações adequadas de acordo com comportamento pretendido, principalmente em relação aos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação para realização de denúncias no canal oficial da universidade. A apresentação do vídeo-modelo também demonstrou ser eficaz para aproximação dos comportamentos emitidos nos testes em relação aos comportamentos modelo. Estes resultados corroboram a eficácia de programas de treinamento para que espectadores intervenham em situações potenciais de violência sexual nas universidades (Pfaff et al., 2024) e deem suporte para as vítimas (Vidu et al., 2022), incluindo intervenções em vídeos (Jouriles et al., 2017; Santacrose et al., 2019).

Os resultados do uso de vídeo modelação também corroboram a utilidade dessa estratégia, amplamente divulgada (Cooper et al., 2020), para o ensino de outros comportamentos comumente ensinados em pesquisas analítico-comportamentais (Mason et al., 2012; Varella & Souza, 2018). A utilização da linha de base múltipla entre comportamentos permitiu identificar que comportamentos mais próximos ao objetivo terminal foram emitidos após a apresentação dos elementos do vídeo-modelo que continham os respectivos comportamentos de interesse encenados. No entanto, as diferenças nos resultados entre os comportamentos e entre as participantes são discutidas a seguir.

Para uma das participantes, o vídeo informativo e instrucional foi eficaz para que os comportamentos completos de acolhimento e apoio fossem emitidos na situação de teste, logo após a exposição a esse vídeo, e para que as orientações sobre os direitos na universidade incluíssem informações sobre as diferentes modalidades de denúncia e o direito às condições para permanência acadêmica. Enquanto para outra participante, o vídeo informativo e instrucional foi eficaz para que ações de acolhimento e apoio, ausentes na linha de base, fossem emitidas, porém ineficaz para que a resposta da participante ao teste fosse considerada completa em relação a esses comportamentos. Além disso, a mudança no comportamento de orientação promovida no repertório dessa participante envolveu apenas a citação do canal oficial de denúncia sem o detalhamento das modalidades às quais a vítima teria direito.

Em relação à intervenção com o vídeo-modelo, os resultados de uma das participantes evidenciaram que, após a exposição aos modelos, a emissão dos comportamentos de interesse tornou-se completa. No caso do comportamento de acolhimento, já classificado como completo no teste anterior à apresentação do vídeo-modelo, percebemos uma aproximação maior com as ações expostas no modelo. No entanto, para a outra participante a apresentação do vídeo-modelo parece não ter sido eficaz para alterar a classificação dos comportamentos de interesse de incompletos para completos, ainda que, em relação à classe de comportamento “apoio” tenhamos observado maior proximidade com o comportamento terminal após a exposição ao vídeo-modelo contendo esse elemento.

A diferença nos resultados entre as participantes pode ser explicada por algumas variáveis, sendo elas: o repertório inicial de cada participante em relação às respostas aos relatos de violência sexual, o repertório de imitação, o repertório de representação e detalhamento de ações em situações de teste e as condições nas quais cada participante foi exposta aos vídeos. Durante a linha de base, P1 (aluna do primeiro ano da graduação) já demonstrava ações de acolhimento e apoio enquanto o mesmo não foi observado no caso da P2. Tal repertório prévio

pode ter possibilitado a modelação de novas respostas para P1 e fortalecimento das respostas já apresentadas, tornando os comportamentos de interesse completos após as intervenções, enquanto P2 precisaria aprender mais respostas em comparação com P1. Caso essa hipótese seja verdadeira, haveria necessidade da implementação de outros elementos na intervenção em vídeo que garantissem a modelação completa dos comportamentos de interesse para participantes que não apresentassem respostas prévias de acolhimento, apoio e orientação. Algumas possibilidades serão apresentadas mais adiante nesta discussão.

Nas pesquisas sobre a intervenção de espectadores às situações de violência foram levantados cinco possíveis aspectos (barreiras - *barriers*) envolvidos com a menor probabilidade dos espectadores se envolverem em ações que beneficiassem as vítimas, sendo eles: não identificar o evento (violência), não reconhecer a situação como de alto risco, não se sentir responsável por intervir, não ter as habilidades para intervir e temer avaliação social negativa (Burn, 2009; Yule & Grych, 2017). Na pesquisa realizada por Burn (2009), esses cinco aspectos estiveram negativamente correlacionados com os relatos de estudantes universitários sobre a probabilidade de eles intervirem em situações de violência. Quando analisados simultaneamente, dois aspectos apresentaram maior potencial de prever a inação de espectadores: a falha em assumir responsabilidade e, especificamente para mulheres, a autoavaliação de falta de habilidades para intervir (não saber o que fazer) (Burn, 2009). Yule e Grych (2017) também investigaram as barreiras relacionadas à inação de espectadores considerando o relato de participantes universitários que presenciaram situações reais de violência física, sexual ou de risco para essas violências. Nessa pesquisa, as mulheres universitárias relataram mais frequentemente “não saber o que fazer” como justificativa para as situações que não interviram, sendo esse resultado significativamente mais frequente do que em homens universitários. Os estudantes homens relataram que não consideraram a situação

como de sua responsabilidade, mais frequentemente que as mulheres, como justificativas para os casos nos quais não interviram.

Apesar de investigar situações distintas das apresentadas neste estudo, os achados das pesquisas sobre a intervenção de espectadores a respeito da menor probabilidade em auxiliar as vítimas podem elucidar alguns aspectos na compreensão das diferentes respostas das participantes deste estudo. O comportamento de apoiar a vítima, por exemplo, pode estar relacionado aos repertórios de assumir a responsabilidade por intervir na situação e saber como ajudar. A história prévia de cada participante pode, por exemplo, ter ou não modelado comportamentos eficazes para a interrupção ou redução de danos em casos de violência sexual ou, ainda, ter punido ou extinguido esses comportamentos. Yule e Grych (2017) sugerem que treinamentos como os de intervenção de espectadores incluam o ensino de comportamentos específicos relacionados a assumir responsabilidade sobre intervir nas situações de violência, bem como de comportamentos específicos de intervenção. Nesta pesquisa pretendíamos promover comportamentos específicos de intervenção em casos de relatos de violências sexuais já ocorridas, porém o comportamento de apoio poderia ser mais enfatizado como um elemento importante sobre a responsabilidade em auxiliar as vítimas.

Pesquisas futuras que pretendam avaliar o potencial de intervenções em vídeo para modelação de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação precisam considerar participantes com diferentes repertórios em relação a esses comportamentos para promover a eficácia desejada para o maior público possível. Por exemplo, o interesse na participação em estudos sobre a intervenção de espectadores em situações de violência sexual nas universidades é principalmente feminino (Pfaff et al., 2024), assim como nesta pesquisa. Além disso, esses estudos também indicam que indivíduos são mais propensos a intervir em uma situação de risco se tiverem uma relação com a vítima, forem mais jovens, do sexo feminino, tiverem um

histórico de vitimização e relatarem normas de pares que não apoiam a coerção sexual (Yule & Grych, 2017).

Outro fator que pode ter influenciado os resultados é o repertório das participantes quanto a outras classes de comportamentos necessárias durante a realização do experimento. A frequência de verbalizações das participantes diferiu não apenas em relação aos comportamentos de interesse, mas em geral, e, também, em relação ao tipo de comportamento mais utilizado para responder aos testes (representação / descrição das ações). Descrever uma ação de forma sintética pode ter prejudicado a classificação dos comportamentos como completo por não ser possível diferenciar se todas as ações que compunham a classe de comportamento citada estariam inclusas na descrição, por exemplo, quando P2 afirmava que iria “acolher” ou “prestar apoio”. Para solucionar essa limitação, estudos futuros podem enfatizar nas instruções para cada resposta que a(o) participante precisa descrever, com o máximo de detalhes possíveis, o que faria. Outra alteração na aplicação do procedimento seria inserir dicas verbais para evocar o comportamento de detalhar uma situação, por exemplo dizendo “descreva como você prestaria apoio” durante as respostas das(os) participantes que apenas citarem as categorias das classes de comportamentos de interesse.

Nosso desenho experimental apresenta vantagens por medir diretamente os comportamentos de interesse em vez de utilizar respostas a questionários que indicariam como as(os) participantes diriam que agiriam em casos de relatos de violência sexual na universidade. Todavia, como os resultados para mensurar a eficácia dos vídeos dependem dos comportamentos de seguir instruções e de imitar, déficits nesses operantes podem impactar a mensuração da eficácia do material. Utilizamos instruções e modelos de comportamento encenados de formas separadas. Uma integração maior das instruções ao vídeo modelo pode aumentar a probabilidade do aprendizado dos comportamentos de interesse pela combinação dos operantes envolvidos no seguimento de instruções e de imitação, diminuindo possíveis

efeitos nos déficits relacionados a um ou a outro repertório. Para essa alteração, a confecção de vídeos-modelo pode inserir pausas com os títulos das classes de comportamento apresentadas a cada elemento do vídeo-modelo e instruções, como “para orientar lembre-se de indicar o serviço de bem-estar na comunidade acadêmica como você acabou de assistir”. Outra possibilidade é a inserção de dicas em relação aos modelos de interação apresentados, por exemplo frases como “o comportamento importante aqui é apoiar, está vendo como a pessoa oferece ajuda para que a outra pessoa realize uma denúncia dizendo que pode estar com ela nesse momento visando fazer com que ela sinta que tem suporte para isso?”. A inserção de dicas textuais desse tipo também poderia auxiliar no desenvolvimento da atenção aos efeitos dos comportamentos de acolhimento, apoio e orientação para as vítimas.

Por fim, outra variável que pode explicar a diferença na aquisição dos comportamentos de interesse de forma completa pelas nossas participantes é a condição na qual cada participante assistiu aos vídeos que compunham as intervenções e respondeu aos vídeos testes. P1 realizou todo o procedimento em um quarto silencioso, sentada à frente de um computador, enquanto P2 participou da primeira reunião, que continha o vídeo informativo e instrucional e o vídeo-modelo dentro de um carro, em um estacionamento da universidade, utilizando um *smartphone*. Por se tratar de um piloto, tal diferença nas condições da realização do experimento não havia sido considerada como potencial variável prejudicial ao aprendizado. Entretanto, o *setting* do estacionamento combinado ao uso do *smartphone* pode ter prejudicado o comportamento de atentar aos vídeos com instruções e modelo, pré-requisito para o aprendizado. Isso porque o comportamento de “prestar atenção” também depende da história de reforçamento (Strapasson & Dittrich, 2008). No caso do uso de *smartphones*, é comum que “prestar atenção” a estímulos que surgem na tela (notificações) sejam reforçados, concorrendo, assim, com atentar-se para os elementos dos vídeos utilizados nas intervenções. Além disso, os sons presentes no estacionamento também concorriam com a atenção para o som dos vídeos.

Durante nosso procedimento não foi possível visualizar a imagem das participantes enquanto os vídeos eram exibidos na chamada, o que limita nossas considerações sobre o comportamento de “prestar atenção” aos diferentes vídeos e elementos apresentados neles. É recomendável que estudos futuros utilizem plataformas e/ou configurações que permitam a gravação de imagem e som de participantes enquanto os vídeos são exibidos na tela para estimar variáveis estranhas durante o experimento. No estudo realizado por Jouriles et al. (2017), por exemplo, foi utilizada uma plataforma para apresentação do vídeo que podia ser assistido sem a presença de observadores, na qual era possível mensurar quanto tempo de vídeo foi assistido pelos(as) participantes. Outra melhoria seria padronizar as condições experimentais para aumentar a probabilidade do comportamento de se atentar para os vídeos. Ainda, poderiam ser testadas diferentes condições de apresentação dos vídeos utilizados nas intervenções para indicar com maior precisão quais são as condições mais favoráveis para o aprendizado, visto que o material educativo produzido tem a pretensão de ser distribuído para toda a comunidade acadêmica que poderá visualizá-lo em diferentes contextos e utilizando diferentes aparelhos digitais.

Além da discussão sobre as diferenças nos resultados das participantes, ressaltamos que a diferença entre os comportamentos de interesse avaliados merece discussão. O comportamento de acolhimento, por exemplo, continha, relativamente, menos ações a serem emitidas para que fosse considerado como completo, além do seu modelo ser apresentado mais vezes durante o procedimento. Isso poderia explicar a manutenção desse comportamento desde a apresentação do vídeo informativo e instrucional até o *follow up*, em contraponto com a queda na apresentação de ações relacionadas ao comportamento de orientação para P1. Além de ser a categoria com mais ações para ser avaliada como completa e conter muitas informações sobre procedimentos, direitos e serviços, o modelo do comportamento de orientação foi apresentado uma única vez. Para os efeitos desejados com nosso delineamento, em articulação com a

preocupação de um modelo adequado para reações a relatos de violência sexual, essa única apresentação foi necessária. Considerando “orientar” como o comportamento com maior grau de dificuldade para imitação, poderíamos tê-lo escolhido para ser apresentado mais vezes. Entretanto, isso traria problemas para a sequência da resposta a relatos de violência sexual pretendida como adequada: poderia ser considerada insensível uma resposta a um relato de violência sexual que iniciasse com orientações antes de acolher a pessoa e o relato.

Sobre a questão de o comportamento de orientar conter muitas informações, a P1 afirmou, logo após assistir ao vídeo informativo e instrucional, que não sabia se havia conseguido decorar todos os locais e instruções apresentadas. A participante também reiterou essa questão nas suas considerações após o Teste 9 no *follow up*, dizendo que eram muitas informações para serem lembradas após assistir uma única vez ao vídeo informativo e instrucional e ao vídeo-modelo contendo esse comportamento. No entanto, a participante acrescentou que caso outras pessoas da comunidade acadêmica também tivessem acesso a essas informações, por meio da divulgação do vídeo, os serviços e direitos mencionados seriam melhor recordados quando necessários. Essa última consideração lança luz a uma das pretensões da produção do material educativo desenvolvido: promover maior conhecimento de serviços e direitos para pessoas que vivenciaram uma violência sexual na universidade e para toda a comunidade acadêmica, ampliando a probabilidade de suporte e reduzindo a tolerância à violência sexual. Investigar esse efeito poderia fazer parte do itinerário de novos estudos que verificassem a efetividade do material produzido.

Outras modificações também são recomendadas para reduzir os problemas em relação à mensuração das diferentes categorias de comportamento avaliadas: mudança no número de pontos das escalas de avaliação e melhoria nos exemplos e redação das categorias de comportamento. O uso da escala de três pontos para avaliar os comportamentos das participantes, apesar de dirimir potenciais confusões na classificação, não possibilitou

discriminação quantitativa das mudanças em direção à aproximação com o comportamento terminal avaliadas como incompletas. Em razão disso, recomendamos fortemente o uso de uma escala de cinco pontos para a avaliação desses comportamentos em estudos futuros. Além de possibilitar melhor demonstração quantitativa das possíveis mudanças em relação aos comportamentos, esse número de pontos em escalas *Likert* tem sido recomendado em estudos psicométricos (Smmis et al., 2019).

Em relação às categorias de comportamentos de interesse, para melhor mensuração das ações propostas, a inserção de pausas nas falas das atrizes nos vídeos-teste seria necessária, assim como a reafirmação da instrução para que participantes possam interagir com o vídeo como se fosse uma interação ao vivo, permitindo a verificação da ação "encorajar a continuidade relato". Em relação às categorias "apoio" e "orientação", é necessário enfatizar que orientar sobre os direitos à permanência nas atividades acadêmicas de forma que a vítima não enfrente novos danos faz parte do comportamento de orientação, enquanto se colocar à disposição para encontrar formas para permanecer em atividades acadêmicas e no contexto universitário pertence ao comportamento de apoio. Tal ênfase é necessária pelos exemplos apresentados na definição das categorias terem gerado dúvidas quanto à classificação de algumas ações para as observadoras.

Para além dos efeitos obtidos com as intervenções, nossos resultados não apontaram diferenças quanto às variáveis utilizadas nos vídeos-teste em relação à credibilidade do relato das vítimas (considerar a situação como uma violação). Porém, a função do agressor na universidade, os locais nos quais a agressão sexual aconteceu e os relatos de vítimas que apontavam sobre a possibilidade de existência de provas materiais, parecem ter controlado diferentes ações quanto a orientações sobre onde denunciar e como denunciar. Para uma das participantes, durante a linha de base, as violências cometidas por estudantes geraram dúvidas quanto à pertinência de uma denúncia na instituição. Os relatos de violência sexual que

continham informações sobre mensagens de texto evocaram mais respostas sobre a denúncia na delegacia, também durante a linha de base. O local no qual a violência ocorreu, como festas e outros contextos estudantis tipicamente de integração universitária, evocou ações de orientação para buscar organizações estudantis responsáveis por esses eventos ou órgãos universitários que recebessem denúncias específicas desses eventos, como no caso da Pró-reitoria de Graduação que recebe denúncias sobre trotes violentos. Essas variáveis estão relacionadas à probabilidade de pessoas tomarem diferentes ações de suporte e orientação às vítimas de acordo com a avaliação sobre a responsabilidade da instituição nos casos que ocorrem fora do contexto formal da universidade e do quanto confiam que instituições e organizações presentes na universidade tomem medidas adequadas.

Em alguns estudos sobre a intervenção de espectadores as(os) participantes avaliam como a universidade e membros em posições de liderança reagem a incidentes de violência de gênero, e, mais especificamente, como é a reação institucional e de membros da comunidade acadêmica a indivíduos que tomaram uma posição de apoio às vítimas ou que relataram agressões das quais têm conhecimento (Flecha, 2021). Jouriles et al. (2017), por exemplo, demonstraram que a eficácia do programa em vídeo *TakeCARE*, que ensinava espectadores a intervir em situações de violência sexual e nos relacionamentos, foi moderada para discentes que acreditavam que sua instituição responderia de maneira inadequada aos relatos de violência, e promoveu mais respostas relacionadas à disposição para intervir no caso de alunas(os) que achavam que sua instituição levava a sério o assunto e responderia adequadamente aos incidentes. Para Flecha (2021) “a intervenção de espectadores é encorajada em cenários onde as instituições tomam medidas claras quando enfrentam incidentes violentos. No entanto, o envolvimento de testemunhas pode ser prejudicado em instituições que não agem em apoio às vítimas” (p. 1985).

A reação das instituições de ensino superior aos casos de violência sexual denunciadas em canais oficiais, ou para autoridades em posições de poder significativas, também pode estar envolvida com a dificuldade de programas de treinamento para intervenção de espectadores demonstrarem efeitos de longo prazo. No nosso estudo, após uma semana, o comportamento de orientação que havia sido classificado como completo, ao final do primeiro dia de intervenção, retornou à classificação de incompleto para P1. Nas considerações da própria participante, a existência de políticas de informações sobre o assunto fortaleceria o comportamento de lembrar sobre os direitos e serviços pertinentes. Em uma revisão sistemática e meta-análise, Kettrey e Marx (2021) identificaram efeitos significativamente relevantes no autorrelato sobre o comportamento de intervir em situações de agressão sexual de espectadores que participaram dos programas de treinamento em comparação com o grupo controle. Esses resultados se mantiveram no acompanhamento de um a quatro meses, mas não após seis meses.

A generalização e manutenção dos comportamentos aprendidos em capacitações como a apresentada nesta pesquisa, e em outros estudos que se propõem a promover comportamentos de prevenção à violência sexual e suporte às vítimas no contexto das universidades, dependem da institucionalização de políticas que garantam que as ações de espectadores e de denunciantes sejam comportamentos reforçados. O enfoque em identificar déficits em habilidades dos indivíduos como preditores de maior ou menor probabilidade em ações de intervenção, como é, comumente, feito em pesquisas estadunidenses, não tem fornecido explicações suficientes para a compreensão das barreiras relacionadas a agir em favor das vítimas (ver Kettrey & Marx, 2021). Para Jouriles et al. (2017) as instituições avaliadas como menos receptivas às denúncias de violência sexual também podem ser avaliadas como ameaçadoras ou inefetivas para discentes que estão dispostos a denunciar ou intervir quando entram em contato com esses incidentes. Portanto, embora os programas de treinamento sejam eficazes no curto prazo para que indivíduos aprendam a responder às situações potencialmente prejudiciais para outros

(Pfaff et al., 2024), caso não haja segurança institucional, “as pessoas tenderão a não intervir, mesmo que saibam como fazê-lo e sejam treinadas para isso” (Vidu et al., 2022. p. 554).

A exposição às práticas institucionais de inação ou revitimização em relação à denúncia de vítimas podem se estender às apoiadoras(es). Neste estudo, as participantes iniciaram o procedimento demonstrando baixa confiabilidade em buscar a universidade para que medidas adequadas fossem tomadas, mas finalizaram o procedimento inclinadas a agir em apoio às vítimas de violência sexual em situações reais. Ao final do experimento uma das participantes pediu orientações a respeito de dois casos de violência sexual (um abuso sexual infantil e uma situação de assédio sexual no contexto da universidade) que gostaria de denunciar como testemunha da violência ou apoiar a realização de denúncias. No entanto, caso as denúncias aconteçam e as respostas institucionais não sejam positivas, os efeitos da intervenção quanto aos comportamentos de orientação e apoio para buscar direitos na universidade, e na comunidade mais ampla, provavelmente retornarão aos níveis de linha de base.

Outra preocupação é sobre a possibilidade de pessoas que ofereçam apoio para as vítimas e intervenham de maneira a interromper situações abusivas, tornem-se vítimas de segunda ordem (Flecha, 2021; Vidu et al., 2017; Vidu et al., 2022). As pesquisas sobre a violência sexual no contexto das universidades são iniciais no contexto brasileiro (ver Almeida, 2022), principalmente em relação a programas ou capacitações para que pessoas intervenham ou ofereçam acolhimento, apoio e orientação em casos de violência sexual. Portanto, é importante nos atentar para as experiências de outros países que identificaram efeitos não esperados ao empregar, amplamente, programas de treinamento de intervenção de espectadores. Segundo Vidu et al. (2022), essa empreitada teve grande efeito no aumento do número de casos relatados para as instituições de ensino superior, porém também evidenciou outras violências, como o assédio aos espectadores que se posicionam ao lado das vítimas (O'Connor, 1999), também denominado de *assédio de segunda ordem* (Dziech & Weiner, 1990).

O assédio de segunda ordem foi originalmente pensado no contexto universitário pois, segundo Dziech e Weiner (1990), o “sexismo no campus cria uma segunda ordem de vítimas de assédio sexual, aquelas que aconselham, apoiam e decidem em favor das vítimas primárias” (p. XXIX). Dziech e Weiner pensaram, inicialmente, em conselheiros(as), ouvidores(as), reitores(as) e vice-reitores(as) ou quaisquer outras autoridades das universidades que se colocavam em posições de apoio às vítimas de assédio sexual. Entretanto, evidências posteriores mostraram que indivíduos em posições com potencial para proteger as vítimas (como autoridades) não necessariamente o fazem (Vidu et al., 2022). Vidu et al. (2017) conceituaram o assédio de segunda ordem como a

violência física e/ou psicológica contra pessoas que apoiam vítimas de assédio sexual.

Algumas pessoas, grupos e instituições que apoiam sobreviventes se tornam sujeitos à violência como forma de coerção contra tal apoio quando acompanham as vítimas no processo de denúncia ou quando as defendem da revitimização (p. 3).²²

Os(as) agressores(as) do assédio de segunda ordem podem ser os mesmos que cometeram a primeira violência ou outras pessoas que apoiam o(a) agressor(a) ou se colocam a favor de instituições que tenham interesse em encobrir os casos de violência sexual (Flecha, 2021)²³. O poder ou status do perpetrador de violência sexual, a existência de políticas antiviolência e se essas políticas foram aplicadas tornaram-se fatores que influenciaram os comportamentos de intervir em casos de agressões sexuais de indivíduos que sofreram assédio de segunda ordem em uma pesquisa realizada por Flecha (2021). Outros fatores indicados nesse estudo foram: a inação de outras pessoas em relação às vítimas do assédio de segunda ordem;

²² Tradução para “physical and/or psychological violence against persons who support victims of sexual harassment. Some people, groups and institutions that support survivors become subject to violence when they accompany them in the process of reporting or when they defend them from re-victimization as a form of coercion against such support” (Vidu et al., 2017, p. 3)

²³ Tratamos, nessa discussão, o conceito de assédio sexual e de violência sexual como intercambiáveis em razão da definição de assédio sexual para as autoras(es) que têm estudado o tema do assédio de segunda ordem utilizarem definições de acordo com legislações europeias, nas quais a categoria é mais ampla do que a tipificação criminal brasileira sobre o assédio sexual (ver Vidu et al., 2022).

a normalização da violência em ambientes acadêmicos; e a falta de uma política institucional clara que especifique quando docentes são obrigados(as) a intervir e como devem fazê-lo. Flecha concorda com Valls et al. (2016) e Vidu et al. (2017) a respeito de que quando instituições não apresentam uma política para abordar questões sobre violência, ou as políticas existentes não são aplicadas adequadamente, tais instituições favorecem, não apenas diferentes violências de gênero, mas também o assédio de segunda ordem.

Considerando o cenário apresentado nesta discussão a respeito dos riscos relacionados às pessoas que se colocam em favor das vítimas e as contingências culturais presentes na universidade, apresentadas no Estudo 1 desta tese, a eficácia da exposição ao vídeo informativo e instrucional e vídeo-modelo para o aprendizado de comportamentos de acolhimento, apoio e orientações em relação aos serviços e direitos de pessoas que relatam casos de violência sexual necessita ser fortemente apoiada pelo comprometimento institucional. Vidu et al. (2022) declaram a necessidade de tipificação legal do assédio de segunda ordem para a proteção das redes de apoio das vítimas de primeira ordem. Flecha (2021) recomenda: i) o desenvolvimento de estratégias de segurança para indivíduos que dão suporte às vítimas; ii) promoção de redes de solidariedade para vítimas e apoiadoras(es) que também abordem o assédio de segunda ordem; e iii) o comprometimento das instituições na garantia de que as políticas de enfrentamento à violência de gênero sejam aplicadas.

Considerações finais

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a eficácia de um treino em vídeo para o aprendizado de comportamentos de acolhimento, apoio e orientação sobre serviços e direitos como respostas adequadas aos relatos de violência sexual no ambiente universitário. Concluimos que a exposição a um vídeo de aproximadamente 12 minutos contendo

informações sobre violência sexual no contexto universitário e instruções sobre como acolher, apoiar e orientar vítimas que relatam agressões sexuais foi eficaz para que as participantes passassem a apresentar esses comportamentos de forma incompleta ou completa, em situações de teste. A exposição ao vídeo contendo modelos dos mesmos comportamentos se mostrou eficaz para que os comportamentos de interesse apresentados pelas participantes, durante as situações de teste, fossem mais próximos ao comportamento terminal, tonando-se completo em relação a todas as classes para uma das participantes.

Este estudo apresenta a primeira proposta nacional de verificação da eficácia de um treinamento em vídeo para o desenvolvimento de comportamentos de suporte às vítimas de violência sexual no contexto universitário com propósito de aplicação a toda comunidade universitária de uma instituição. Além disso, o desenvolvimento deste piloto possibilitou a confecção de um material análogo contendo as informações relativas à outra universidade parceira no desenvolvimento do material, e pode ser acessado no endereço eletrônico: [Vídeos UEM](#).

Algumas limitações metodológicas desta pesquisa foram apontadas no decorrer da discussão e podem ser sumarizadas em: i) número baixo de participantes e com limitada diversidade para análises entre participantes; ii) condições não padronizadas de participação no experimento que podem ter afetado o comportamento de atentar para os vídeos expostos; iii) classificação da avaliação dos comportamentos de interesse insuficiente para demonstração de mudanças em direção aos comportamentos pretendidos no repertório das participantes; e, iv) aspectos da caracterização dos comportamentos de interesse que geraram dúvidas para a avaliação das observadoras.

Para resolver as principais limitações deste estudo piloto, pesquisas futuras podem ampliar o número de participantes, bem como a diversidade de membras(os) da comunidade universitária, incluindo a repetição do delineamento de caso único e acrescentando

comparações entre grupos. Outra sugestão seria a padronização das condições de testagem para todas(os) os participantes como critérios de inclusão e exclusão para validade dos resultados e a possível comparação de diferentes aparelhos com acesso digital para comparação entre diferentes condições. Também recomendamos fortemente a alteração da escala de avaliação dos comportamentos de interesse de três pontos para cinco pontos para que seja possível maior discriminação e visualização quantitativa das mudanças comportamentais. Além disso, o ajuste na redação das ações e exemplos que compõem os comportamentos de apoio e orientação são necessários para maior clareza das diferenças entre alguns elementos das categorias.

Por fim, além das recomendações para melhorias no material produzido por esse estudo e nos procedimentos para a avaliação de sua eficácia, pesquisas futuras podem investigar a eficiência da aplicação do material como parte de programas direcionados a toda comunidade acadêmica. Para esses fins, é necessário garantir o comprometimento institucional com as políticas de enfrentamento à violência sexual e de gênero, e o suporte às vítimas, denunciantes e apoiadoras(es).

Algumas possibilidades investigativas sobre a eficiência do material produzido incluem o uso de questionários que avaliem pré e pós-exposição aos vídeos, acompanhamento de registros oficiais e investigação do desfecho de casos reais de violência sexual. Os questionários utilizados em investigação com maior número de participantes podem ser adaptados de pesquisas internacionais para avaliar situações reais vivenciadas nas quais membros da comunidade acadêmica estiveram diante de relatos ou situações de violência sexual e como se comportaram. Em um contexto de aplicação institucional amplo, o acompanhamento de relatórios de denúncias oficiais após a aplicação de treinamentos é relevante para observação das mudanças no número de denúncias, bem como a verificação do comprometimento da universidade em cumprir as políticas existentes. Outras pesquisas também podem investigar se vítimas de agressões sexuais vivenciadas no contexto da universidade receberam acolhimento,

apoio e orientação de membros da instituição. Portanto, as possibilidades são múltiplas para um novo campo de investigações e intervenção que pretendam fazer parte da construção de soluções no enfrentamento da violência sexual no contexto da universidade.

Referências

- Almeida, H. B. (2019). Violence sexuelle et de genre à l'université: Du secret à la bataille pour la reconnaissance. *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales*, 16. <http://journals.openedition.org/bresils/5348>
- Almeida, H. B. (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.195-220). OAB Editora.
- Almeida, T., & Zanello, V. (Orgs.). (2022). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora.
- Andrade, V. R P. (2005). A soberania patriarcal: O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 51, 71-102. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Aznar-Blefari, C., Schaefer, L. S., Pelisoli, C. D. L., & Habigzang, L. F. (2021). Atuação de psicólogos em alegações de violência sexual: Boas práticas nas entrevistas de crianças e adolescentes. *Psico-USF*, 25, 625-635. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250403>
- Banyard, V. L., Moynihan, M. M., Cares, A. C., & Warner, R. (2014). How do we know if it works? Measuring outcomes in bystander-focused abuse prevention on campuses. *Psychology of Violence*, 4, 101-115. <http://dx.doi.org/10.1037/a0033470>

- Basso, M. S., Fontana, J., & Laurenti, C. (2022). Violência sexual e saúde mental de universitários: Uma sistematização da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, 31(2), 385-411. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2022v31i2p385-411>
- Batista, M. A. (2021). *Contrabuso: Da violência sexual na universidade. Proposta de um protocolo de enfrentamento*. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade Estadual de Maringá.
- Bellini, S., & Akullian, J. (2007). A meta-analysis of video modeling and video self-modeling interventions for children and adolescents with autism spectrum disorders. *Exceptional Children*, 73(3), 264-287. <https://doi.org/10.1177/001440290707300301>
- Bowes-Sperry, L., & O'leary-Kelly, A. M. (2005). To act or not to act: The dilemma faced by sexual harassment observers. *The Academy of Management Review*, 30(2), 288–306. <https://doi.org/10.2307/20159120>
- Burn, S. M. (2009). A situational model of sexual assault prevention through bystander intervention. *Sex Roles*, 60, 779-792. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9581-5>
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Linguagem, comportamento e cognição*. Artmed.
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). *Applied behavior analysis* (3rd ed.). Pearson Education.
- Data Popular/Instituto Avon. (2015). *Violência contra mulher no ambiente universitário*. Instituto Patrícia Galvão e ONU Mulheres. http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf
- Dziech, B., & Weiner, L. (1990). *The lecherous professor: Sexual harassment on campus*. University of Illinois Press.

- Erath, T. G., DiGennaro Reed, F. D., & Blackman, A. L. (2021). Training human service staff to implement behavioral skills training using a video-based intervention. *Journal of Applied Behavior Analysis, 54*(3), 1251-1264. <https://doi.org/10.1002/jaba.827>
- Flecha, R. (2021). Second-order sexual harassment: Violence against the silence breakers who support the victims. *Violence Against Women, 27*(11), 1980-1999. <https://doi.org/10.1177/1077801220975495>
- Freitas, J. C. C., & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: Algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia, 27*(1). 109-126. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758>.
- Gómez, J. M. (2021). Gender, campus sexual violence, cultural betrayal, institutional betrayal, and institutional support in U.S. ethnic minority college students: A descriptive study. *Violence Against Women*. <https://doi.org/10.1177/1077801221998757>
- Hackbarth, C., de Albuquerque Williams, L. C., & Lopes, N. R. L. (2015). Avaliação de capacitação para utilização do Protocolo NICHD em duas cidades brasileiras. *Revista de Psicologia, 24*(1). https://www.researchgate.net/publication/284199919_Avaliacao_de_capacitacao_para_utilizacao_do_Protocolo_NICHD_em_duas_cidades_brasileiras
- Haydu, V. B. (2009). Compreendendo os processos de interação do homem com seu meio ambiente. Em S. Souza & V. B. Haydu (Orgs.), *Psicologia comportamental aplicada: avaliação e intervenção nas áreas do esporte, clínica, saúde e educação* (pp. 10-35). Eduel.
- Hill, C., & Silva, E. (2005). *Drawing the line: sexual harassment on campus*. American Association of University Women Educational Foundation. <https://eric.ed.gov/?id=ED489850>

- Jouriles, E. N., McDonald, R., Rosenfield, D., Levy, N., Sargent, K., Caiozzo, C., & Grych, J. H. (2016). TakeCARE, a video bystander program to help prevent sexual violence on college campuses: Results of two randomized, controlled trials. *Psychology of Violence, 6*, 410-420. <https://doi.org/10.1037/vio0000016>
- Jouriles, E. N., Sargent, K. S., Salis, K. L., Caiozzo, C., Rosenfield, D., Cascardi, M., Grych, J. H., O'Leary, K. D., & McDonald, R. (2017). TakeCARE, a video to promote bystander behavior on college campuses: Replication and extension. *Journal of Interpersonal Violence, 35*(23–24), 5652–5675. <https://doi.org/10.1177/0886260517718189>
- Kazdin, A. E. (1982). *Single-case research designs*. Oxford University Press.
- Kettrey, H. H., & Marx, R. A. (2021). Effects of bystander sexual assault prevention programs on promoting intervention skills and combatting the bystander effect: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology, 17*(3), 343–367. <https://doi.org/10.1007/s11292-020-09417-y>
- Kettrey, H. H., Thompson, M. P., Marx, R. A., & Davis, A. J. (2023). Effects of campus sexual assault prevention programs on attitudes and behaviors among American college students: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Adolescent Health, 72*(6), 831–844. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2023.02.022>
- Kienen, N., Panosso, M. G., Nery, A. G. S., Waku, I., & dos Santos Carmo, J. (2021). Contextualização sobre a programação de condições para desenvolvimento de Comportamentos (PCDC): Uma experiência brasileira. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 12*(2), 360-390. <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/818>
- Lima, R. S., & Bueno, S. (coord.). (2016) A polícia precisa falar sobre estupro: percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas de estupro nas instituições policiais.

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/109>

- Linder, C., & Myers, J. S. (2018). Institutional betrayal as a motivator for campus sexual assault activism. *NASPA Journal About Women in Higher Education*, 11(1), 1–16. <https://doi.org/10.1080/19407882.2017.1385489>
- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2019). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Linhares, Y., Fontana, J., & Laurenti, C. (2021). Protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário: Uma análise do cenário latino-americano. *Saúde e Sociedade*, 30(1). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200180>
- Mason, R. A., Ganz, J. B., Parker, R. I., Burke, M. D., & Camargo, S. P. (2012). Moderating factors of video-modeling with other as model: A meta-analysis of single-case studies. *Research in Developmental Disabilities*, 33(4), 1076–1086. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2012.01.016>
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 51-66. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452001000200007&lng=pt&tlng=pt.
- McMahon, S., Allen, C. T., Postmus, J. L., McMahon, S. M., Peterson, N. A., & Lowe Hoffman, M. (2013). Measuring Bystander Attitudes and Behavior to Prevent Sexual Violence. *Journal of American College Health*, 62(1), 58–66. <https://doi.org/10.1080/07448481.2013.849258>

- Monahan-Kreishman, M., Ingarfield, L. (2018). Creating campus communities of care: Supporting sexual violence survivors. *New Directions for Student Services*, 2018(161), 71-81. <https://doi.org/10.1002/ss.20254>
- Morais, A. O., & Laurenti, C. (2024). Violência sexual e contexto universitário: Levantamento em uma Instituição Brasileira. *Acta Comportamentalia*, 32(2), 309–329. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i2.88353>
- O'Connor, C. (1999). Stop harassing her or we'll both sue: Bystander injury sexual harassment. *Case Western Reserve Law Review*, 50, 501–545. <https://scholarlycommons.law.case.edu/caselrev/vol50/iss2/25>
- Oliveira, V. C., & da Silva, J. L. (2023). Violência: Intervenções direcionadas à prevenção ou redução da ocorrência no contexto universitário. *Altus Ciência*, 17(17), 124-142. <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/88>
- Pagel, W., Lima, L. Morais, A. O. &, Laurenti, C. (no prelo). Violência sexual na universidade: Relatos de representantes de associações estudantis. *Revista Interface*.
- Projeto ContrAbuso. (2022). *Vamos falar sobre violência sexual na universidade?* Universidade Estadual de Maringá.
- Sampaio, A. A. S., de Azevedo, F. H. B., Cardoso, L. R. D., de Lima, C., Pereira, M. B. R., & Andery, M. A. P. A. (2008). Uma introdução aos delineamentos experimentais de sujeito único. *Interação em Psicologia*, 12(1). <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9537>
- Simms, L. J., Zelazny, K., Williams, T. F., & Bernstein, L. (2019). Does the number of response options matter? Psychometric perspectives using personality questionnaire data. *Psychological assessment*, 31(4), 557–566. <https://doi.org/10.1037/pas0000648>
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. Appleton-Century-Crofts.

- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner foundation. (Original publicado em 1953)
- Smith, C. P., & Freyd, J. J. (2014). Institutional betrayal. *American Psychologist*, *69*(6), 575–587. doi:10.1037/a0037564
- Strapasson, B. A., & Dittrich, A. (2008). O conceito de "prestar atenção" para Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *24*(4), 519-526. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400016>.
- Teixeira, F. F., Gomes, B. D. S., Oliveira, V. V. D., & Leite, R. V. (2023). Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: Revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, *32*(3), 1-16 . <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220253pt>
- Valls, R., Puigvert, L., Melgar, P., & Garcia-Yeste, C. (2016). Breaking the silence at spanish universities: Findings from the first study of violence against women on campuses in spain. *Violence against women*, *22*(13), 1519–1539. <https://doi.org/10.1177/1077801215627511>
- Varella, A. A. B., & Souza, C. M. C. de. (2018). Ensino por tentativas discretas: Revisão sistemática dos estudos sobre treinamento com vídeo modelação. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *20*(3), 73–85. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i3.1215>
- Vargas, J. D. (2007). Análise comparada do fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro. *Dados*, *50*(4), 671-697. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000400002>
- Vidu, A., Tomás, G., & Flecha, R. (2022). Pioneer legislation on second order of sexual harassment: Sociolegal innovation in addressing sexual harassment. *Sex Res Soc Policy* *19*, 562–573 (2022). <https://doi.org/10.1007/s13178-021-00571-0>

- Vidu, A., Valls, R., Puigve1i, L., Melgar, P., & Joanpere, M. (2017). Second order of sexual harassment - SOSH. *Multidisciplinary Journal of Educational Research*, 7(1), 1-26.
<http://dx.doi.org/10.17583/remie.2017.2505>
- Yule, Kristen; Grych, John . (2017). College students' perceptions of barriers to bystander intervention. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(15-16), 1-22.
<https://doi.org/10.1177/0886260517706764>
- Zanello, V., & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: Uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. In T. Almeida, & V. Zanello (Org.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 291-324). OAB Editora.
- Zavos, A. (2018). Sexual violence in Greek universities: Politics of disclosure, interventions and institutional change. *Annual Review of Critical Psychology*.
https://usvreact.eu/article_a_zavos_sv_greece/

CONCLUSÃO

O propósito geral desta tese consistiu em apresentar possibilidades investigativas e de intervenção em relação à violência sexual em um contexto universitário fundamentadas por uma perspectiva comportamentalista radical feminista. Consideramos que o desenvolvimento de aspectos teóricos e empíricos sobre uma temática abordada por diferentes áreas de conhecimento em intersecção com o Comportamentalismo Radical e a Análise do Comportamento fortalece tanto o campo de pesquisas e enfrentamento à violência sexual quanto enriquece nossa teoria e práxis.

Demonstramos como é possível articular métodos de investigação amplamente utilizados em pesquisas psicológicas e sociais, como o uso de questionários, analisando e interpretando os resultados por meio de conceitos e princípios da ciência analítico-comportamentais. Tal experiência nos permitiu articular dados quantitativos a uma análise das contingências ontogenéticas e culturais envolvidas na violência sexual no âmbito acadêmico. Também pudemos apresentar uma proposta de intervenção inspirada em estudos fundamentados em outras perspectivas utilizando os princípios de aprendizagem para o desenvolvimento de condições de ensino e verificação do aprendizado. Ainda, reafirmamos a abertura dialógica entre comportamentalismo e feminismos comprometidos com valores éticos de superação das desigualdades e injustiças sociais.

O Estudo 1 deu origem a dois artigos, sendo um já publicado e outro aceito com modificações aguardando os próximos trâmites. Alguns resultados do Estudo 1 também foram utilizados na construção de uma cartilha informativa sobre violência sexual na universidade produzida no âmbito do Projeto ContrAbuso. O Estudo 2 também será transformado em artigo para que os resultados do estudo piloto sejam divulgados assim como nossas propostas de vídeos produzidos. O Estudo 2 também originou dois vídeos ilustrados que podem ser utilizados

no contexto de duas universidades para a disseminação de informações sobre a violência sexual e o suporte às vítimas nas diferentes instituições e cidades.

Por fim, esperamos que nossas experimentações teórico-metodológicas contribuam para estudos futuros!

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la(o) a participar da pesquisa intitulada “Planejamento e implementação de estratégias interventivas para alterar práticas culturais violentas no contexto universitário”, que faz parte do Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento e é orientada pela professora Carolina Laurenti docente da Universidade Estadual de Maringá. **O objetivo desta etapa da pesquisa é** levantar dados sobre violências sexuais no contexto universitário. Esta etapa justifica-se pela importância de verificar a prevalência de violência sexual no contexto universitário, quais os principais tipos de violência sexual, os principais autores e principais vítimas permitindo o planejamento de intervenções futuras. **Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma:** você responderá um questionário on-line com questões pertinentes ao objetivo da pesquisa. Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir. Os temas das questões podem evocar lembranças e sentimentos desagradáveis ou traumáticos. Esclarecemos que caso isso aconteça você poderá contatar a responsável por esta pesquisa no endereço presente neste termo para orientações e encaminhamentos para serviços disponíveis na comunidade. **Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.** Você poderá ter acesso aos resultados dessa etapa do estudo em reuniões agendas com a pesquisadora responsável. Essas reuniões serão marcadas após a análise dos dados e serão amplamente divulgadas no campus e em mídias digitais (facebook, whatsapp, instagram). Você também pode contatar a pesquisadora para se informar sobre as datas pelo e-mail disponível neste termo.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade e ficarão sob os cuidados da pesquisadora deste estudo, de modo a preservar a sua identidade. Elas também servirão para a elaboração de trabalhos acadêmicos relacionados a esta pesquisa, e poderão ser publicadas em artigos, eventos especializados ou outra forma de divulgação científica. Após as análises realizadas os arquivos contendo as respostas desse questionário serão deletadas. **De qualquer modo, qualquer que seja a circunstância, as informações serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade. Os benefícios esperados são: (i) identificar as principais demandas da comunidade universitária sobre o tema da violência sexual, possibilitando (ii) o desenvolvimento de estratégias e ações de**

intervenção para redução dessas violências. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, cujo endereço consta deste documento.

O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde (Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde (Norma Operacional CNS 001/2013). O CEP-UEL passou por avaliação e foi aprovada a sua Renovação de Registro que é válida até junho de 2022 conforme Carta nº 231/2019 - CONEP/SECNS/MS.

Este termo deverá ser preenchido no formato *online* e uma via de igual teor, será enviada para você no e-mail disponibilizado para o recebimento do documento.

Insira um e-mail para o recebimento da cópia do TCLE e para informes quanto a devolutiva da sua participação (datas das reuniões):

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com as pesquisadoras, conforme o endereço abaixo:

Nome: Amanda Oliveira de Moraes

Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380

Cx. Postal 10.011 | CEP 86.057-970 | Londrina - PR

(telefone/e-mail): amandaomoraes@gmail.com

Nome: Carolina Laurenti

e-mail: claurenti@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP-UEL) envolvendo Seres Humanos da UEL, no endereço abaixo:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UUEL

LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14

Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445)

Londrina- Pr - CEP: 86057-970

(43) 3371-5455

Atendimento ao público: Das 8h às 11:30h - de segunda a sexta-feira

E-mail: cep268@uel.br

Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao clicar no botão abaixo, você concorda em participar da pesquisa nos termos deste

TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

- Li e concordo em participar da pesquisa.

APÊNDICE B
TABELA DE CORRELAÇÃO DE SPEARMAN

	S1	S2	A	P1	P2	P3	P4	DA	DB	DC	DD	CA	CB	CC	CD	CE	IA	IB	IC	ID	C1	C2	C3	C4	C5	C6
SI																										
S2	,48**																									
A	,15*	,49**																								
P1	,37**	,58**	,56**																							
P2	,24**	,19**	,29**	,24**																						
P3	,24**	,36**	,29**	,59**	,27**																					
P4	,27**	,49**	,44**	,64**	,25**	,66**																				
DA	0,09	0,07	0,08	,21**	0,12	0,07	0,08																			
DB	0,09	0,12	,14*	,15*	0,06	0,03	0,04	,61**																		
DC	0,13	,19**	,25**	,25**	,14*	,15*	,15*	,49**	,69**																	
DD	0,05	0,1	,14*	,17*	0,05	,16*	,15*	,42**	,62**	,64**																
CA	,21**	,39**	,26**	,47**	0,09	,40**	,48**	,14*	0,06	0,03	-0,01															
CB	,24**	,43**	,16*	,39**	0,03	,28**	,41**	0,1	0,1	0,04	0,02	,73**														
CC	,16*	,31**	,20**	,46**	0,07	,36**	,35**	0,08	0,04	0,08	0	,66**	,70**													
CD	,16*	,28**	,20**	,37**	0,06	,30**	,30**	0,04	0,02	0,03	-0,01	,52**	,57**	,68**												
CE	,35**	,42**	0,12	,33**	0	,30**	,42**	0,01	0,05	0	0,02	,60**	,70**	,59**	,56**											
IA	-0,04	-,14*	-0,11	0	0,04	-0,05	-,17*	-0,02	0,01	-0,06	0,01	-0,01	-0,04	0,07	0,05	0,07										
IB	,16*	0,08	-0,06	0,13	-0,01	0,12	0,13	-0,01	-0,02	0,01	0,01	,25**	,22**	,15*	,13*	,17*	,26**									
IC	0,03	-0,04	-,16*	-0,08	-0,02	-0,08	-,13*	-0,05	-0,1	,20**	,23**	-0,02	0,01	0,04	-0,03	0,01	,14*	,13*								
ID	-0,06	-0,12	-0,11	-0,1	-0,07	-0,1	-,14*	0,07	-0,04	-0,03	-0,09	-0,06	0	-0,01	-0,04	0,12	,14*	,25**	,31**							
C1	-0,03	-0,03	0,05	0,01	-0,02	-0,03	-0,05	-0,05	-0,05	0,06	0,04	0	0,04	0,04	0,09	0,03	0,04	0,09	-0,03	0,04						
C2	-0,01	-0,02	-0,01	-0,02	0,07	0,07	0,05	-,15*	-0,03	-0,01	0,02	0,04	-0,01	0,09	0,03	0	0,13	0,03	0,06	0,06	0,1					
C3	,19**	-0,08	-0,02	-0,04	0,06	-0,04	-0,01	-0,11	-0,1	-0,04	-0,02	-0,11	-0,06	0,09	0,08	0,08	0,02	-0,11	0,08	0,08	0,06	,31**				
C4	-,15*	-0,07	0,03	-0,07	0,05	0,01	-0,04	0	-0,09	0,01	-0,06	-0,05	-0,05	0,09	0,09	0,08	-0,06	-0,13	0,04	0,08	0,06	,20**	,70**			
C5	0,01	0	-0,01	0	-0,01	-0,08	-,16*	-0,07	-,13*	0	-0,03	-0,04	-0,04	0,03	0,06	0	0,03	0,01	-0,01	0,02	0,05	0,05	,19**	,15*		
C6	-0,12	0,01	0,11	0,02	0,1	0	0,01	0,08	0,05	0,01	0,04	0,09	0,01	0,03	0,03	0,01	0,04	-0,01	0,07	0,01	0,03	,28**	,16*	0,13	0,04	

Nota. ** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). * A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Legenda da Tabela de correlação de Spearman

S1 - Sinto-me seguro(a) em todos os locais do campus e/ou outros espaços vinculados à universidade (museu, cine teatro etc.) em todos os horários e dias da semana

S2 - Sinto que minha universidade está fazendo um bom trabalho em garantir a segurança dos(as) estudantes, docentes e agentes universitários contra a violência sexual

A - Sinto que na minha universidade há boas iniciativas sobre trabalhos educativos sobre a violência sexual

P1 - Sinto que os(as) membros(as) e administradores(as) da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário

P2 - Sinto que os(as) estudantes da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário

P3 - Sinto que os(as) docentes da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário

P4 - Sinto que os(as) agentes universitários (técnicos, técnico-administrativos, seguranças, auxiliares de serviços gerais, etc.) da minha universidade estão preocupados(as) com a violência sexual no contexto universitário

DA - Onde ir na minha universidade para obter ajuda se eu ou um(a) amigo(a) passasse por uma situação de violência sexual

DB - Os procedimentos formais para denunciar um incidente de violência sexual na minha universidade

DC - Meus direitos na minha universidade se eu vivenciar uma violência sexual ou algum incidente do tipo

DD - Eu conheço meus direitos no campus se eu fosse acusado(a) de cometer um ato de violência sexual

CA - Sua denúncia seria levada a sério

CB - Uma investigação justa seria efetuada

CC - O apoio necessário durante a investigação seria fornecido a você

CD - Medidas seriam tomadas para proteger você de ocorrências futuras

CE - Seriam tomadas medidas apropriadas contra a(s) pessoa(s) acusada(s)

IA - Eu buscaria ajuda especializada para um(a) amigo(a) que me contou ter vivenciado uma

violência sexual

IB - Eu forneceria às autoridades do campus informações que poderiam ajudar em um caso de violência sexual, mesmo sendo pressionado(a) por outra pessoa a ficar em silêncio

IC - Eu expressaria minha desaprovação a um amigo(a) que está arranjando desculpas por ter se relacionado sexualmente com uma pessoa que não estava capaz de consentir

ID - Eu iria intervir se visse um(a) colega/amigo(a) passando por uma situação de violência sexual cometida por outra pessoa da comunidade acadêmica e que estivesse tentando escapar

C1 - Eu pararia de transar com uma pessoa se ela quisesse parar, mesmo que o sexo tenha começado consensualmente

C2 - Eu não transaria com uma pessoa se ela estivesse tão afetada por drogas ou álcool que não fosse capaz de consentir

C3 - Mesmo que eu e uma pessoa já estivéssemos engajados em um tipo de atividade sexual, eu pediria alguma forma de consentimento para iniciar outro tipo de atividade sexual

C4 - Eu pediria alguma forma de consentimento de meu(minha) parceiro(a) mesmo que estivéssemos em um relacionamento duradouro

C5 - Eu pararia de me engajar em uma atividade sexual quando me fosse solicitado(a), mesmo que eu não quisesse parar

C6 - Eu não continuaria uma atividade sexual com outra pessoa se ela estivesse me afastando, mas não dizendo nada verbalmente

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la(o) a participar da pesquisa intitulada “**Acolhimento para relatos de violência sexual: Capacitação de representantes universitários**”, que faz parte do Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento e é orientada pela professora Carolina Laurenti docente da Universidade Estadual de Maringá. **O objetivo desta pesquisa é avaliar um treino de aprendizagem de comportamentos relacionado a respostas adequadas dadas para o relato de situações que aconteceram com estudantes.** Esta pesquisa justifica-se pela importância de verificar a eficácia de uma proposta de intervenção para o treinamento de membros(as) da comunidade universitária para lidar com os relatos de violência sexual. **Para isso, a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma:** você participará de uma reunião *on-line* que será gravada e durará em torno de 1 hora e 30 minutos. Durante a reunião você assistirá a vídeos que contêm situações encenadas de relatos de situações vivenciadas por estudantes, vídeos informativos e vídeos com modelos de reação adequadas. Após uma semana você participará de outra reunião contendo um vídeo com um relato sobre uma situação vivenciada por estudantes e sua participação nessa reunião terá duração de até 30 minutos. **Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir.** Os relatos e informações representados nos vídeos podem evocar lembranças e sentimentos desagradáveis ou traumáticos por envolverem a temática da violência sexual. Esclarecemos que caso isso aconteça, você poderá informar a pesquisadora que estará acompanhando o procedimento que poderá acolher sua experiência e **fornecer assistência imediata.** Também poderá **encaminhar você imediatamente para o recebimento de assistência integral, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.** A assistência imediata, integral e gratuita será de responsabilidade da pesquisadora responsável pelo estudo e do patrocinador. Você também poderá contatar a responsável por esta pesquisa no endereço presente neste termo para orientações e encaminhamentos para serviços disponíveis para sua assistência integral gratuita, posteriormente. **Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.** Você poderá ter acesso aos resultados desta etapa do estudo em divulgações científicas como artigos, capítulos de livro ou na própria tese. Você também pode contatar a pesquisadora caso queira um *feedback* dos resultados.

Informamos ainda que a gravação e informações da sua participação serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, serão tratadas com o mais absoluto sigilo e

confidencialidade e ficarão sob os cuidados da pesquisadora deste estudo, de modo a preservar a sua identidade. Elas também servirão para a elaboração de trabalhos acadêmicos relacionados a esta pesquisa, e poderão ser publicadas em artigos, eventos especializados ou outra forma de divulgação científica, sendo sua identidade mantida como sigilosa. Após as análises realizadas os arquivos contendo a gravação da sua participação serão deletadas. **De qualquer modo, qualquer que seja a circunstância, as informações serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade, incluindo o armazenamento adequado de materiais virtuais de acordo com a Carta Circular n.º 1/2021-CONEP/SECNS/MS.**

Com a sua participação são esperados os benefícios: (i) aprendizado de novos comportamentos adequados para responder a situações como as que lhe serão apresentadas; (ii) ampliação de informações sobre serviços e direitos em casos como os deste estudo; (iii) a criação de um material educativo eficaz para membros(as) da comunidade universitária lidar com casos como os apresentados nesta capacitação. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, cujo endereço consta deste documento.

O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde (Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016), e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde (Normal Operacional CNS 001/2013). O CEP-UEL passou por avaliação e foi aprovada a sua Renovação de Registro que é válida até outubro de 2025 conforme Ofício nº 753/2022 - CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com as pesquisadoras, conforme o endereço abaixo:

Pesquisadora responsável: Amanda Oliveira de Moraes

Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380

Cx. Postal 10.011 | CEP 86.057-970 | Londrina - PR

(telefone/e-mail): amandaomoraes@gmail.com

Orientadora: Carolina Laurenti

e-mail: claurenti@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP-UEL) envolvendo Seres Humanos da UEL, no endereço abaixo:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL

LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14

Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445)

Londrina- Pr - CEP: 86057-970

(43) 3371-5455

Atendimento ao público: Das 8h às 11:30h - de segunda a sexta-feira

E-mail: cep268@uel.br

Este termo deverá ser preenchido em duas vias, sendo uma entregue para você e a outra para pesquisadora responsável.

Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao assinar no campo abaixo, você concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas deixe o campo referente a sua assinatura sem preenchimento.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: “Acolhimento para relatos de violência sexual: Capacitação de representantes universitários ”.

<p>_____</p> <p>Nome do(a) participante</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do(a) participante ou responsável</p>	<p>Data: ____ / ____ / ____</p>
--	---------------------------------

<p>_____</p> <p>Nome da pesquisadora responsável</p> <p>_____</p> <p>Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>Data: ____ / ____ / ____</p>
---	---------------------------------

APÊNDICE D

ROTEIROS DOS VÍDEOS

Vídeo 1 – Relato de violência sexual (*toque sexual sem consentimento perpetrado por professor contra aluna – variáveis que estão relacionadas a maior credibilidade do relato*)

Personagem: mulher estudante vestindo roupas consideradas não provocativas demonstrando estar nervosa ao relatar os fatos (e.g., pode estar ofegante, mexendo muito as mãos, mantendo pouco contato visual).

- Oi... tudo bem? Eu... eu... queria falar com você porque aconteceu uma coisa comigo aqui no curso... tem um professor, acho que vocês se conhecem... estou fazendo uma disciplina com ele e gosto muito dessa área... Mas... assim, o que aconteceu foi que ele sempre incentivou os alunos a tirarem dúvidas, procurarem depois da aula, na sala dele... Às vezes ele fazia algumas piadinhas meio estranhas, mas nunca liguei. Até porque sei o quanto ele é inteligente e talvez eu não estivesse entendendo muito bem o sentido... Mas, essas últimas semanas precisei tirar algumas dúvidas sobre um trabalho que ele passou... prefiro falar depois da aula porque não consigo muito me expor em público. Depois de algumas aulas ele pediu meu telefone para que pudesse me mandar alguns materiais por lá... não achei nada demais. Na verdade, achei muito atencioso. Bom, ele começou alguns assuntos comigo que me deixaram um pouco sem graça, mas eu não soube o que responder, também porque precisava da ajuda dele. Não sei se ele entendeu isso de um jeito errado...

(pausa de 5 segundos)

Na última aula ele me disse que tinha um livro que estava na sala dele pra me emprestar... Eu fui com ele... (começa a chorar). Ai... ele pediu pra eu sentar perto dele pra me mostrar umas coisas no computador... eu sentei... ele colocou a mão na minha coxa... eu fiquei alguns segundos paralisada, depois levantei... ele levantou também e disse que estava tudo bem... ai... ele pegou na minha mão se aproximou e tentou me beijar... fiquei sem reação, paralisada. Sai de lá chorando...

(pausa e 3 segundos)

Não sei o que fazer agora, ainda falta terminar as avaliações, também estava pensando em tentar uma iniciação científica com ele... mas só de pensar em ir pra aula eu fico com muita ansiedade... Conte pra uma amiga que me incentivou a vir aqui.

Vídeo 2 – Relato de violência sexual (*toque sexual sem consentimento perpetrado por professor contra aluna – variáveis que estão relacionadas a menor credibilidade do relato*)

Personagem mulher: estudante vestindo roupas consideradas “provocativas” falando de forma assertiva.

- Oi, tudo bem? Eu preciso denunciar uma coisa que aconteceu comigo aqui no curso. Um professor conhecido de todos que está dando uma disciplina para nossa turma nesse semestre... Ele é bem o estereótipo de professor legalzão, amigo de todo mundo, todo mundo acha ele super inteligente... Eu até estava pensando em fazer alguma iniciação científica com ele, porque ele é bem influente na área que eu tenho me interessado. E também é bem solícito pra tirar dúvida dos alunos... Sempre incentivou a gente tirar dúvidas, procurar depois da aula, na sala dele... ai já viu, né? Também já tinha notado que ele fazia umas piadinhas machistas, mas não achei que ele fosse chegar a esse ponto. Então, há algumas semanas precisei tirar algumas dúvidas sobre um trabalho que ele passou e ele me atendeu super bem, consegui ir melhor na matéria. Depois, ele pediu meu telefone e disse que era pra me mandar alguns materiais por lá... achei estranho. Só que ele começou a dar em cima de mim. Eu tentei cortar a situação e parar de responder... (pausa de 5 segundos).

Comecei a ficar um pouco nervosa com aquilo. Ai, na última aula ele foi entregar os trabalhos e pediu para eu esperar que ele gostaria de falar comigo no final. Achei que era pra falar do trabalho. Depois que todo mundo tinha ido embora ele pegou meu trabalho e pediu pra eu sentar perto dele. Quando eu sentei ele se aproximou e começou a falar de onde eu tinha errado e tals. Ai ELE PASSOU A MÃO NA MINHA PERNA! Eu empurrei a mão dele e ele ainda tentou me segurar pelo braço falando que eu tinha entendido errado. Mas eu não entendi nada errado! (pausa de 3 segundos)

Agora eu quero saber como vamos fazer, porque conversei com algumas amigas que me falaram que a universidade tem que tomar alguma providência! Eu fico tremendo só de pensar de ter que encontrar ele aqui pelos corredores.

Vídeo 3 – Relato de violência sexual (*toque sexual sem consentimento perpetrado por aluno contra aluna – variáveis que estão relacionadas a maior credibilidade do relato*)

Personagem: mulher estudante vestindo roupas consideradas não provocativas demonstrando estar nervosa ao relatar os fatos (e.g., pode estar ofegante, mexendo muito as mãos, mantendo pouco contato visual).

- Oi... tudo certo? Eu... eu... queria falar com você porque tá acontecendo uma coisa comigo aqui no curso... faz um tempo que eu estou com dificuldade de ir pras aulas. Um menino da minha turma, talvez você saiba quem é... a gente era colega, fazia trabalhos juntos... De uns tempos pra cá ele começou a me mandar mensagens falando que queria sair comigo. Eu fui ignorando, me afastei um pouco dele. Um dia ele me esperou depois da aula e falou que não custaria nada ir na cantina com ele, só pra gente conversar. Eu fiquei desconfortável, mas fui. Ele ficou fazendo piada com um grupo de meninos que estavam lá, chamando eles de viadinhos e não sei o que... Me senti mal e disse que tinha que ir embora. Ele segurou meu braço e falou pra eu ficar mais. Mas eu consegui ir embora. Em casa eu fiquei muito incomodada com isso e mandei mensagem pedindo para ele não fazer mais aquilo de me segurar. Ele disse que eu tinha entendido errado e que não era a intenção dele. Tá. Ai ele continuou compartilhando umas coisas inadequadas comigo... Até que um dia encontrei ele em uma festa da atlética...

(pausa de 5 segundos)

Ele ficou atrás de mim e eu disse que não queria ficar com ele. Quando eu estava saindo do banheiro ele me encurralou em um canto, encostou em mim (começa a querer chorar), tentou me beijar a força... Eu fui embora mal. Eu disse pra ele que não queria nada com ele... mas e se ele não parar?

(pausa de 3 segundos)

Eu fui para aula depois da festa, mas tive uma crise... tive que ir embora. Estou com medo dele me cercar de novo. Também é difícil encarar ele na sala e lembrar do que aconteceu.

Vídeo 4 – Relato de violência sexual (*toque sexual sem consentimento perpetrado por aluno contra aluna – variáveis que estão relacionadas a menor credibilidade do relato*)

Personagem mulher: estudante vestindo roupas consideradas “provocativas” falando de forma assertiva.

Então, eu passei por uma situação de abuso. Um menino da minha sala passou a mão na minha bunda em uma festa do curso. Ele é super conhecido, todo mundo gosta dele, mas não é a primeira vez que isso acontece. Outras meninas me falaram que ele já foi abusivo com elas

também. Eu era amiga dele no começo da faculdade, mas nunca dei essa liberdade pra ele...
(pausa de 5 segundos)

O pior é que eu contei para algumas pessoas e ninguém tá me levando a sério. Agora tá parecendo que eu sou a errada que quer estragar a vida do cara. Tem umas pessoas na minha sala que me olham como se eu estivesse mentindo. Isso tá me fazendo tão mal que voltei a buscar ajuda psicológica.

(pausa de 3 segundos)

Queria saber o que eu posso fazer sobre isso, porque ele vai continuar assediando outras meninas, sei lá como.

Vídeo informativo e instrucional – *vídeo composto por textos, narração dos textos apresentados e imagens ilustrativas.*

O que é violência sexual?

Qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o consentimento da vítima. Pode envolver uso da força, ameaça, chantagem, suborno ou manipulação. Exemplos de violência sexual são: tocar sexualmente outra pessoa sem seu consentimento ou quando a pessoa está incapacitada de consentir; beijar a força; dirigir comentários sexuais ou mensagens constrangedoras para pessoas que não as solicitaram; fazer convites sexualmente inapropriados utilizando-se de posições de poder para obter vantagens; mostrar órgãos sexuais e masturbar-se diante de pessoas, geralmente mulheres; produzir, fotografar, distribuir cenas de nudez ou ato sexual sem autorização dos participantes; estuprar; transar sem preservativo com uma pessoa que pediu o uso de preservativo.

Quem pode ser vítima de violência sexual?

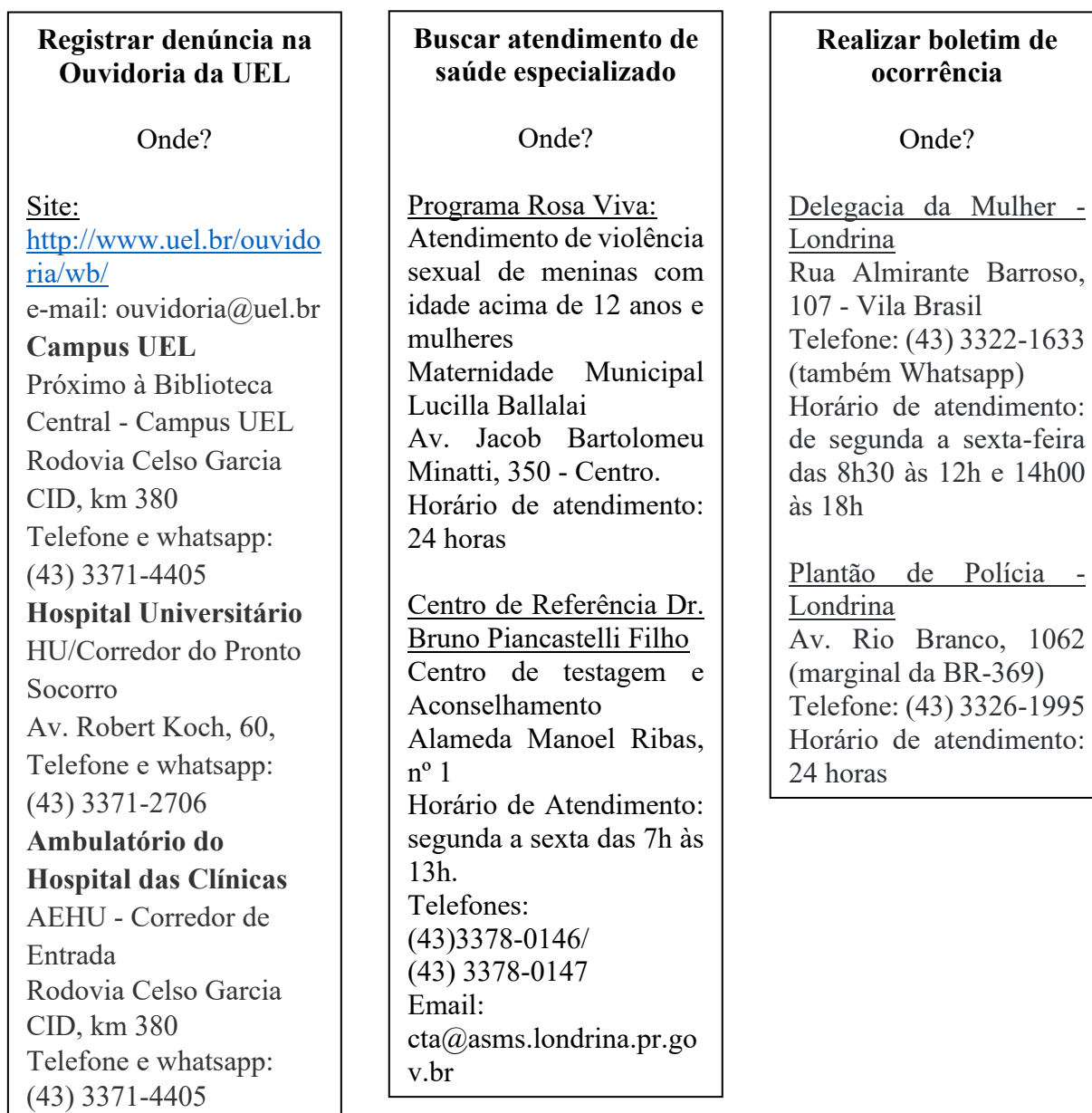
Qualquer pessoa pode ser vítima de violações sexuais. Entretanto, mulheres e crianças vivenciam mais violências sexuais de acordo com estudos e registros oficiais da justiça e saúde. A maior parte dos abusos é cometida por conhecidos ou pessoas próximas das vítimas. É muito importante deixar de lado preconceitos e vieses prévios sobre esse assunto! Não é a roupa, personalidade ou qualquer outra característica relacionada a pessoa que prediz o fato de vivenciar ou não uma violência sexual.

O que é violência sexual no contexto universitário?

É a violência sexual que acontece nos diferentes âmbitos da universidade incluindo locais e eventos relacionados a ela e não apenas nas dependências do *campus*. Pode acontecer nas salas de aula, banheiros, pátios e outros locais do *campus*, festas, bares, trotes, jogos esportivos, bairros universitários, repúblicas e outras residências de universitários, eventos acadêmicos, estágios, transporte público e na internet. O contexto universitário é definido pela relação com a instituição e pelos locais frequentados por suas membras e membros. Isso porque a violência sexual acontece em diferentes relações entre autor(a) e vítima. Pode acontecer entre docentes e discentes, veteranos(as) e ingressantes, docentes e técnicas ou técnicos universitários, treinadores(as), supervisores(as), orientadores(as) e alunas(os) ou entre membros de uma mesma categoria, como entre estudantes de um mesmo período, ou professores(as) de diferentes departamentos ou do mesmo departamento.

O que fazer caso tenha sofrido alguma violência sexual no contexto universitário?

É recomendado:



Os casos de violência sexual no contexto universitário geralmente são denunciados?

O número de registros oficiais de violência sexual é inferior à realidade. O receio de ser culpada(o) ou revitimizada(o), vergonha pelo que vivenciou, achar que não vai ser levada a sério ou que “não vai dar em nada”, conhecer casos que não foram devidamente encaminhados e julgados são alguns dos motivos relacionados ao silêncio das vítimas.

Por isso é muito importante que toda a comunidade universitária esteja preparada para receber relatos de violência sexual. Acolher, prestar apoio e informar sobre direitos e serviços são ações importantes, principalmente para representantes de instâncias estudantis, pedagógicas e administrativas. Com frequência, vítimas de violência sexual no contexto universitário buscam colegas e amigos(as) e essas representantes de CAs, Atléticas, Colegiados e Departamentos antes de decidirem realizar uma denúncia formal.

Como ACOLHER um relato de violência sexual vivenciada?

Acolher, significa ouvir atentamente o relato expressando empatia. É importante ouvir sem interromper quem está falando. Não é necessário fazer perguntas. Na verdade, muitas perguntas podem revitimizar ou culpabilizar a vítima. Por exemplo, perguntas como:

- Por que você estava nesse lugar?
- Por que você aceitou o convite dele se já estava desconfiada?
- Você costuma se vestir assim?
- Tem certeza que foi isso que aconteceu?
- Você tinha bebido?

São exemplos de interações que podem levar a vítima a se sentir confusa, envergonhada e culpada. Lembre-se: você não precisa se preocupar em apurar os fatos! Isso será feito em processos administrativos ou jurídicos adequados. Seu papel é acolher o relato e as emoções relacionadas a ele.

Expresse empatia utilizando expressões faciais e frases como “sinto muito que você tenha passado por isso”, “imagino que esteja sendo difícil para você”, “compreendo a sua raiva/tristeza/indignação”.

Caso a pessoa tenha dificuldade em continuar relatando, ou fizer uma longa pausa você pode a encorajá-la a continuar falando dizendo, por exemplo, “pode continuar” ou “estou entendendo o que está me contando”; ou ainda “estou vendo que é muito difícil falar sobre isso, mas estou aqui para te escutar”.

Um aspecto muito importante do acolhimento de pessoas que vivenciaram violências sexuais é dizer explicitamente que ela não tem culpa por ter sido uma vítima. Você pode utilizar falas como: “sei que a situação pode ter te deixado confusa(o), mas gostaria que você soubesse que não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu”, “você tem razão em não se sentir culpada(o)”, “a responsabilidade pela agressão que vivenciou não é sua”.

Como oferecer APOIO para quem te relatar uma violência sexual vivenciada?

É muito importante que as vítimas de violência sexual tenham apoio de amigas(os) e pessoas em posições importantes na universidade para seguir as recomendações adequadas, buscar seus direitos e procurar também por serviços especializados.

Você deve:

- oferecer apoio para buscar ajuda de serviços especializados na redução dos danos relacionados à violência;
- oferecer apoio para realizar denúncias formais na universidade e na polícia;
- oferecer apoio para buscar medidas institucionais necessárias a continuidade e permanência nas atividades acadêmicas e/ou de convivência universitária;
- apoiar a autonomia sobre as decisões tomadas pela pessoa.

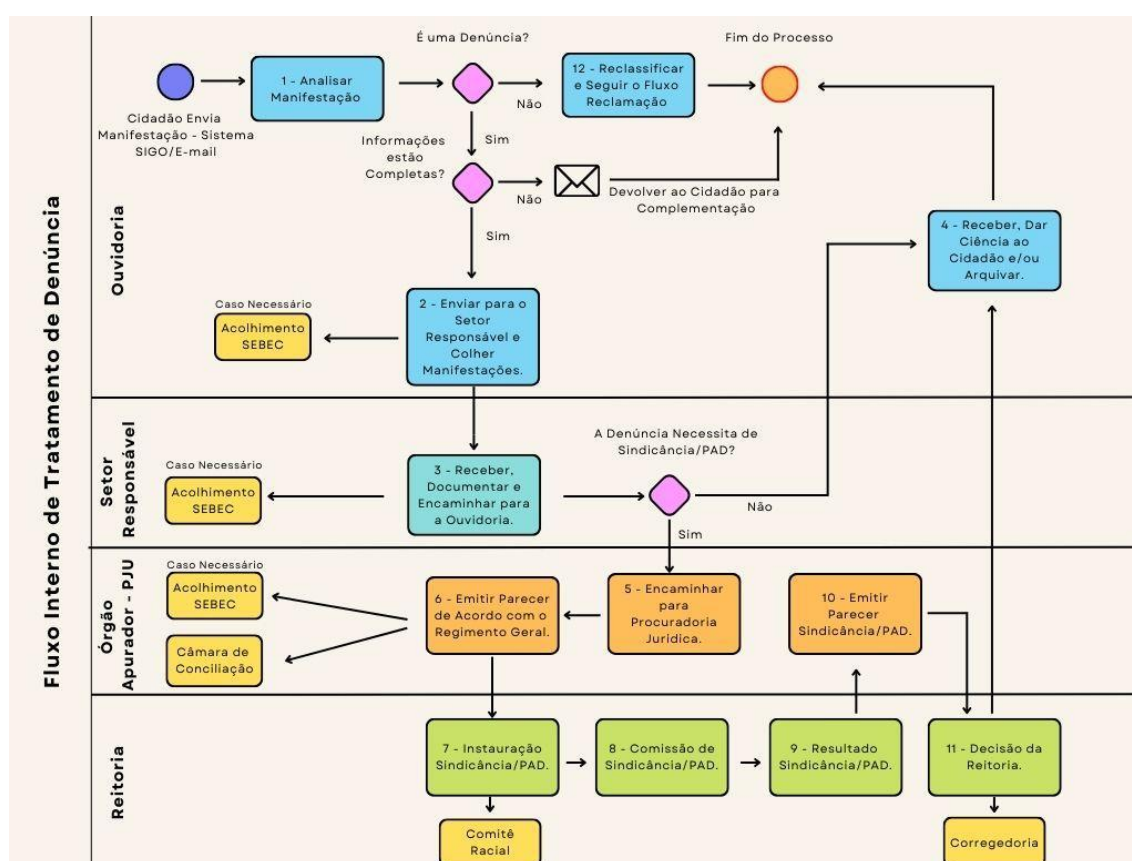
Como ORIENTAR sobre direitos e serviços de uma pessoa que vivenciou uma situação de violência sexual?

O desconhecimento sobre os direitos e serviços em casos de violência sexual no contexto universitário é um fato comum. Você está em posição de informar a pessoa que relata um abuso quais os canais de denúncia, os diferentes tipos de denúncia, os procedimentos da universidade após a realização da denúncia. Também pode informar os serviços disponíveis na comunidade mais ampla como delegacias e hospitais especializados no atendimento de casos de violência

sexual. Caso não se lembre de todas essas informações busque, juntamente com a pessoa, essas informações. Se necessário anote endereços e telefones úteis e entregue para ela.

Na UEL é possível realizar denúncias na Ouvidoria pelo formato *on-line* de forma anônima ou identificada. A situação pode ser investigada nas duas modalidades. Entretanto, é imprescindível que a(o) denunciante informe o nome completo do acusado, local, quando e como aconteceu a situação. Caso a pessoa não tenha alguma dessas informações, ela pode realizar a denúncia da mesma forma e, se necessário, o órgão competente pedirá maiores informações posteriormente.

Este é o fluxograma das denúncias na Ouvidoria da UEL:



Fonte: Site da Ouvidoria (UEL) <https://sites.uel.br/ouvidoria/wp-content/uploads/2023/05/Denuncia.pdf>

É importante que a pessoa também seja informada que a denúncia na universidade é diferente do boletim de ocorrência. Explique que muitas violências sexuais são criminalizadas e que cabe denúncia na polícia. Informe principalmente sobre delegacias especializadas ou que ofereçam atendimento 24 horas.

Alguns casos de violência sexual podem necessitar de atendimento de saúde especializado. Em casos de risco de infecções sexualmente transmissíveis e de gravidez, a pessoa deve ser encaminhada para o Programa Roda Viva na Maternidade Municipal da cidade de Londrina. Outra possibilidade de encaminhamento é para o Centro de Testagem e Aconselhamento municipal para testagem e profilaxia em relação à ISTs.

Além de danos à saúde física, os efeitos da violência sexual para a vítima incluem efeitos psicológicos e acadêmicos. Por isso, **orientar a buscar ajuda profissional especializada**, priorizando os serviços disponíveis na instituição é muito importante. Também é necessário **traçar um plano para evitar prejuízos acadêmicos**. Algumas soluções mais imediatas podem ser tomadas por coordenações de curso e departamentos, por exemplo. Troca de supervisores, envio de atividades remotas para conclusão de disciplinas, trocas de turmas ou períodos, são exemplos de possibilidades caso a vítima esteja evitando o contexto acadêmico com medo de encontrar o agressor, por medo da violência acontecer novamente ou mesmo de vivenciar os efeitos e emoções relacionadas ao abuso.

Esperamos que você possa acolher, apoiar e orientar sobre direitos e serviços relacionados à violência sexual na universidade!

Vídeo 5 – Relato de violência sexual

Personagem: mulher, estudante, roupas consideradas pouco provocativas, relato com poucas oscilações emocionais.

- Oi... tudo bem? Eu gostaria de falar com você sobre uma situação que está acontecendo comigo. Eu faço iniciação científica com um professor aqui do curso. No início correu tudo bem e eu estava empolgada com a pesquisa até que um dia ele me convidou para discutirmos algumas correções na casa dele. Eu fui até lá e foi meio estranho... ele fez alguns elogios, disse que eu estava muito bonita... mas foi só isso esse dia. Depois desse dia ele começou a me mandar mais mensagens de uns assuntos que não tinham nada a ver com a iniciação. Comecei a ficar um pouco desconfortável com isso. Ele me elogiava muito. No começo ele falava que eu era uma aluna diferenciada, muito dedicada e que estava indo muito bem. Mas depois... (pausa de 5 segundos)

... parecia que ele estava dando em cima de mim... Falava que quem namorasse comigo teria sorte... que queria ter conhecido alguém como eu antes... Mesmo achando estranho, talvez eu estivesse exagerando, sei lá. De qualquer forma, ele é meu orientador. Mas aí, no final do semestre fizemos uma confraternização do grupo de pesquisa que ele coordena. Foi no apartamento de uma amiga... nós pedimos algumas bebidas para entregar e eu fui descer para pegar. Ele se ofereceu para ir me ajudar. E no elevador, ele se aproximou de mim, me segurou, falou umas coisas... eu fiquei meio sem reação... ele tentou me beijar, mas eu virei o rosto. Não sabia bem o que dizer, e falei que eu tinha namorado e que não queria que aquilo acontecesse. (pausa de 3 segundos)

Só que depois disso, eu não estou mais à vontade para ter orientações com ele... não sei o que fazer porque ele continua me mandando mensagens e falando para a gente se encontrar... Eu não quero desistir da iniciação, mas tenho pensado nisso.

Vídeo-modelo acolhimento

Personagens: aluna relatando situação de violência sexual e representante de uma instância universitária.

Aluna: Oi, tudo bem? Eu preciso denunciar uma coisa que aconteceu comigo aqui no curso. Um professor conhecido de todos que está dando uma disciplina para nossa turma nesse semestre... Ele é bem o estereótipo de professor legalzão, amigo de todo mundo, todo mundo acha ele super inteligente... Eu até estava pensando em fazer alguma iniciação científica com ele, porque ele é bem influente na área que eu tenho me interessado. E também é bem solícito pra tirar dúvida dos alunos... Sempre incentivou a gente tirar dúvidas, procurar depois da aula, na sala dele... ai já viu, né? Também já tinha notado que ele fazia umas piadinhas machistas, mas não achei que ele fosse chegar a esse ponto. Então, há algumas semanas precisei tirar algumas dúvidas sobre um trabalho que ele passou e ele me atendeu super bem, consegui ir melhor na matéria... (pausa de 5 segundos)

Representante: Pode continuar... eu estou entendendo o que você está me contando. Pode ser difícil falar sobre isso, mas estou aqui para te ajudar...

Aluna: Bom... Depois, ele pediu meu telefone e disse que era pra me mandar alguns materiais por lá... achei estranho. Só que ele começou a dar em cima de mim. Eu tentei cortar a situação e parar de responder. Comecei a ficar um pouco nervosa com aquilo. Ai, na última aula ele foi entregar os trabalhos e pediu para eu esperar que ele gostaria de falar comigo no final. Achei que era pra falar do trabalho. Depois que todo mundo tinha ido embora ele pegou meu trabalho e pediu pra eu sentar perto dele. Quando eu sentei ele se aproximou e começou a falar de onde eu tinha errado e tals. Ai ELE PASSOU A MÃO NA MINHA PERNA! Eu empurrei a mão dele e ele ainda tentou me segurar pelo braço falando que eu tinha entendido errado. Mas eu não entendi nada errado! (pausa de 3 segundos)

Representante: Entendo sua indignação! Pode continuar.

Aluna: Eu conversei com algumas amigas que me falaram que a universidade tem que tomar alguma providência! Eu fico tremendo só de pensar de ter que encontrar ele aqui pelos corredores.

Representante: Eu sei que não posso imaginar tudo que você passou e está passando por conta do que você acaba de me contar. Sinto muito que você tenha passado por isso, por ele ter feito isso com você. Apesar de não estar no seu lugar, entendo que você esteja se sentindo assim! Você tem todo direito de se sentir dessa forma. Talvez você já saiba, mas eu gostaria de reforçar que você não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu!

É muito importante que você esteja me contando sobre isso, foi muito corajoso da sua parte!

Vídeo 6 – Relato de violência sexual

Personagem: mulher, estudante, roupas consideradas pouco provocativas, relato com poucas oscilações emocionais.

- Olá! É uma situação meio constrangedora pra mim, mas eu preciso falar sobre isso para alguém da universidade. Eu participo a atlética e tem um menino que é veterano e tá na gestão da atlética. E na última festa que fizemos, uma hora eu fiquei no bar que ele tava organizando. E, sei lá... eu acho que foi uma situação de assédio, porque toda hora que eu ia pegar bebida do freezer ele tava atrás de mim, às vezes encostava em mim, sabe?

(pausa de 5 segundos)

Ficava pegando na minha cintura... Até ai tudo bem... eu poderia estar confundindo as coisas. Eu tentava me esquivar dele, mas ele ficava me rondando. Até que teve uma hora que ele tentou me beijar e eu disse que tava de boa, eu não queria. Beleza, ele respeitou. Só que depois que eu já tinha saído do bar e tava dançando com as minhas amigas, ele 'passou a mão na minha bunda mesmo! E ainda falou alguma coisa me ofensiva... Eu fiquei muito mal com aquilo. Principalmente porque agora sempre que vejo ele, parece que ele fica comentando com os amigos dele dando risada e olhando pra mim. Participar da atlética é muito importante pra mim, mas tá complicado saber que ele fez isso e ainda tá sem sofrer nenhuma consequência e que além de fazer isso comigo ele pode fazer isso com outras meninas também...

(pausa de 3 segundos)

Não sei... eu tenho ficado muito ansiosa toda vez que penso que posso encontrar com ele aqui na universidade ou nos eventos da atlética...

Vídeo-modelo acolhimento + apoio

Personagens: aluna relatando situação de violência sexual e representante de uma instância universitária.

Aluna: Então, eu passei por uma situação de abuso. Um menino da minha sala passou a mão na minha bunda em uma festa do curso. Ele é super conhecido, todo mundo gosta dele, mas não é a primeira vez que isso acontece. Outras meninas me falaram que ele já foi abusivo com elas também. Eu era amiga dele no começo da faculdade, mas nunca dei essa liberdade pra ele... (pausa de 5 segundos)

Representante: Pode continuar... eu estou entendendo o que você está me contando. Pode ser difícil falar sobre isso, mas estou aqui para te ajudar...

Aluna: O pior é que eu falei contei para algumas pessoas e ninguém tá me levando a sério. Agora tá parecendo que eu sou a errada que quer estragar a vida do cara. Tem umas pessoas na minha sala que me olham como se eu estivesse mentindo. Isso tá me fazendo tão mal que voltei a buscar ajuda psicológica. (pausa de 3 segundos)

Representante: Entendo que você esteja se sentindo assim.

Queria saber o que eu posso fazer sobre isso, porque ele vai continuar assediando outras meninas, sei lá como.

Representante: (acolhimento) Eu sei que não posso imaginar tudo que você passou e está passando por conta do que você acaba de me contar. Sinto muito que você tenha passado por isso, por ele ter feito isso com você! Apesar de não estar no seu lugar, entendo que você esteja se sentindo assim! Você tem todo direito de se sentir dessa forma. Talvez você já saiba, mas eu gostaria de reforçar que você não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu! É muito importante que você esteja me contando sobre isso, foi muito corajoso da sua parte!

(apoio) Eu também gostaria de dizer que você tem meu apoio para buscar seus direitos tanto na universidade quanto em outros contextos. Eu estou disponível para te ajudar a encontrar soluções acadêmicas necessárias para que os danos causados a sua vida e vivência acadêmica sejam reduzidos. Eu vou te apresentar informações sobre ações que você pode tomar e estou aqui para apoiar suas decisões. Posso estar com você enquanto você formaliza uma denúncia formal na ouvidoria, por exemplo, se isso for o que você decidir fazer. Ou te ajudar a encontrar os contatos de serviços de bem-estar da universidade. Tudo bem?

Vídeo 7 – Relato de violência sexual

Personagem: mulher, estudante, roupas consideradas pouco provocativas, relato com poucas oscilações emocionais.

Tô vindo aqui hoje pra falar de uma coisa que aconteceu comigo. Assim, eu não sei muito bem por onde começar... Mas é... a gente tem algumas aulas práticas né? E eu precisava ir no laboratório para estudar algumas coisas. Me falaram para falar com o técnico do laboratório. Ai, marquei um horário para ir lá... e no dia ele ficou lá comigo me acompanhando. Depois disso, eu precisei pedir para usar um equipamento para uma pesquisa... e fui falar com ele de novo. Ai que aconteceu...

(pausa de 5 segundos).

Ele me disse que era difícil autorizar para usar aquele equipamento, que teria que ver com não sei quem, mas que ele poderia dar um jeito... E se aproximou, rindo e tentou me beijar... me segurou pela cintura sabe... Eu saí de lá meio atordoada! Não fez sentido nenhum aquilo! Eu não fiz nada que desse a entender isso...

(pausa de 3 segundos)

Pareceu que ele ia liberar o equipamento se eu ficasse com ele! Acho que isso não pode acontecer! Como eu vou usar o laboratório agora? Não tem como ficar sozinha com ele lá... não me sinto nem um pouco segura.

Vídeo-modelo acolhimento + apoio + serviços e direitos

Personagens: aluna relatando situação de violência sexual e representante de uma instância universitária.

Aluna: Oi... tudo certo? Eu... eu... queria falar com você porque tá acontecendo uma coisa comigo aqui no curso... faz um tempo que eu estou com dificuldade de ir pras aulas. Um menino da minha turma, talvez você saiba quem é... a gente era colega, fazia trabalhos juntos... De uns tempos pra cá ele começou a me mandar mensagens falando que queria sair comigo. Eu fui ignorando, me afastei um pouco dele. Um dia ele me esperou depois da aula e falou que não custaria nada ir na cantina com ele, só pra gente conversar. Eu fiquei desconfortável, mas fui. Ele ficou fazendo piada com um grupo de meninos que estavam lá, chamando eles de viadinhos e não sei o que... Me senti mal e disse que tinha que ir embora... (pausa de 5 segundos)

Representante: Pode continuar... eu estou entendendo o que você está me contando. Pode ser difícil falar sobre isso, mas estou aqui para te ajudar...

Aluna: Ele segurou meu braço e falou pra eu ficar mais. Mas eu consegui ir embora. Em casa eu fiquei muito incomodada com isso e mandei mensagem pedindo para ele não fazer mais aquilo de me segurar. Ele disse que eu tinha entendido errado e que não era a intenção dele. Tá. Ai ele continuou compartilhando umas coisas inadequadas comigo... Até que um dia encontrei ele em uma festa da atlética... ele ficou atrás de mim e eu disse que não queria ficar com ele. Quando eu estava saindo do banheiro ele me encurralou em um canto, encostou em mim (começa a querer chorar), tentou me beijar a força... Eu fui embora mal. (pausa de 3 segundos)

Representante: Eu imagino como você se sentiu.

Eu disse pra ele que não queria nada com ele... mas e se ele não parar? Eu fui para aula depois da festa, mas tive uma crise... tive que ir embora. Estou com medo dele me cercar de novo. Também é difícil encarar ele na sala e lembrar do que aconteceu.

Representante: **(Acolhimento)** Eu sei que não posso imaginar tudo que você passou e está passando por conta do que você acaba de me contar. Sinto muito que você tenha passado por isso, por ele ter feito isso com você. Apesar de não estar no seu lugar, entendo que você esteja se sentindo assim! Você tem todo direito de se sentir dessa forma. Talvez você já saiba, ou possa estar se sentindo confusa sobre o que vou te dizer agora. Eu gostaria de reforçar que você não tem culpa nenhuma pelo que aconteceu! É muito importante que você esteja me contando sobre isso, foi muito corajoso da sua parte!

(Apoio) Eu também gostaria de dizer que você tem meu apoio para buscar seus direitos tanto na universidade quanto em outros contextos. Eu estou disponível para te ajudar a encontrar

soluções acadêmicas necessárias para que os danos causados a sua vida e vivência acadêmica sejam reduzidos. Eu vou te apresentar informações sobre ações que você pode tomar e estou aqui para apoiar suas decisões. Posso estar com você enquanto você formaliza uma denúncia formal na ouvidoria, por exemplo, se isso for o que você decidir fazer. Ou te ajudar a encontrar os contatos de serviços de bem-estar da universidade. Tudo bem?

(Serviços e direitos) Eu entendo a situação que você está me relatando como um caso de violência sexual, você concorda? Então eu vou te informar sobre os direitos relacionados a esses casos e também sobre serviços da universidade que você pode ter acesso. Em qualquer caso de violação de direitos na universidade você pode realizar uma denúncia formal pela Ouvidoria. Essa denúncia é realizada de forma *online*, neste site (mostrar o site da instituição). Você também pode tirar dúvidas pelo telefone e *e-mail* disponíveis nesse site. Você pode fazer uma denúncia se identificando ou como anônima, sigilosa. A opção anônima tem o objetivo de resguardar a você espaços sigilosos para expor algo que aconteceu com você. Entretanto, é importante que seja fornecido o máximo de informações possíveis para que o caso seja investigado. É necessário que você tenha o nome e sobrenome do denunciado e quando, onde e como a situação ocorreu. Na nossa universidade há um canal exclusivo para denúncias relacionadas à gênero e violência sexual, como acredito que seja seu caso (mostrar o site). Entendo que você possa ter alguns receios quanto a realizar uma denúncia e compreendo a decisão que quiser tomar. Mas eu gostaria de te encorajar a realizar a denúncia, pois isso pode ser essencial para que a universidade tenha conhecimento do caso, tome as providências cabíveis e previna novos casos como o seu. Após a denúncia registrada na ouvidoria, é avaliada a abertura de uma sindicância. Depois ela é instaurada: uma comissão é criada para apurar e elaborar um parecer sobre o resultado da sindicância. A Reitoria toma conhecimento do parecer e emite uma decisão que é encaminhada para Corregedoria da universidade e comunicada também para você. Durante esse processo é previsto que você tenha apoio institucional. Após o resultado da sindicância pode ser aberto um processo administrativo no qual haverá o desfecho do caso julgado na instituição.

É importante que você também conte com uma rede de apoio que pode envolver amigas(os) e outros serviços da universidade. Você pode buscar apoio no SEBEC que é o órgão responsável pela promoção de Políticas Sociais e de Saúde Mental e pelo enfrentamento de diversas violências, incluindo a sexual. Você também pode buscar a Clínica Escola de Psicologia da universidade. Ela conta com serviço de plantão psicológico, por exemplo. Você pode ver os dias dos plantões aqui (mostrar o site).

Sei que pode ser muita informação, mas vou anotar todos esses sites para caso você queira buscar informações depois, tudo bem?

Ainda preciso te informar que caso uma violação sexual tenha acontecido e envolva danos ou riscos para sua saúde, como risco de infecção sexualmente transmissível ou gravidez, você tem direito a buscar atendimento hospitalar especializado, que em Londrina é feito pelo programa Rosa Viva na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, para profilaxia adequada. Isso quer dizer que a equipe de saúde deverá fazer todo o possível para evitar ou minimizar quaisquer danos à sua saúde decorrentes da violência. Você não precisa realizar boletim de ocorrência para ser atendida. É um direito seu. Em relação ao boletim de ocorrência, você tem direito de realizar a denúncia. Você pode buscar, preferencialmente, a delegacia da mulher que você encontra nesse endereço (buscar endereço na internet e mostrar para a aluna). Quanto as denúncias, a denúncia na universidade é um processo e a denúncia na delegacia é outro. Na universidade, a denúncia pode levar a um processo administrativo e punições administrativas. Quanto à delegacia, a denúncia pode levar a um processo penal e será julgado na justiça criminal. Você pode realizar ambas as denúncias, apenas uma, ou nenhuma. Caso precise de apoio ou ajuda para tomar essa decisão você pode buscar os serviços que indiquei, além da rede de apoio que você já tenha. Tudo bem? Você tem alguma dúvida sobre essas informações? Se eu não souber de algo, podemos procurar juntas.

Sinto muito que você tenha que ouvir tantas informações nesse momento!

Vídeo 8 – relato de violência sexual

Personagem: mulher, estudante, roupas consideradas pouco provocativas, relato com poucas oscilações emocionais.

Oi, tudo bem? Então... teve uma coisa que aconteceu durante o trote. Eu comecei o curso esse ano né... sou caloura. Em uma das atividades da semana de integração teve uma situação que eu achei bem abusiva. Era uma “brincadeira” de passar uma bala para o outro que tava do seu lado em uma rodinha. Eu falei que não queria participar, mas um monte de gente começou a me vaiar e tirar sarro... e eu acabei participando. Isso eu já acho que não tá certo. Mas fiquei com medo na hora, sei lá... de ser vista como chata, sabe?...

(pausa de 5 segundos)

Então, só que ai, um menino que eu não sabia bem quem era e já tinha tentado ficar comigo, eu já tinha dito que não queria, sentou do meu lado... Ai na hora que eu fui passar a bala pra ele, ele me beijou! Não um selinho assim, mas foi me segurando e beijando mesmo... eu fiquei muito brava... sai de lá chorando e fui pra casa. Todo mundo achou graça e ficou rindo... E tá muito complicado agora que as aulas começaram mesmo, porque eu descobri que esse menino tá na minha sala... Ou seja, eu vejo ele quase todos os dias! E agora eu tô tendo crises antes de vir para as aulas... ele tá seguindo a vida dele normalmente e eu tô assim... falei com algumas pessoas, mas ainda não tenho muitos amigos aqui.

(pausa de 3 segundos)

Eu sou de outra cidade. Me falaram que isso não é nada, que eu devia deixar pra lá. Só que eu não tô conseguindo fazer isso.

Vídeo 9 – relato de violência sexual

Personagem: mulher, estudante, roupas consideradas pouco provocativas, relato com poucas oscilações emocionais.

Oi, tudo bem? Eu preciso falar de uma coisa que só tive coragem pra falar agora. Quando eu estava no primeiro ano tinha um professor que sempre falava coisas muito indiscretas sobre sexo nas aulas, falava sobre o corpo das mulheres e fazia piadas sobre quem era pra casar e quem era para “comer”... essas coisas. Era muito desconfortável o clima da aula com ele. Não bastasse isso, ele ainda ficava olhando para o corpo das meninas de um jeito malicioso...

(pausa de 5 segundos)

Um dia todos tinham terminado a prova, e eu fui a última na sala. Então, ele me olhou e disse que se eu aceitasse jantar com ele, ganharia um 10. Eu recusei e tava entregando a prova nessa hora. Ele já tinha fechado tudo na sala... e me puxou e tentou me beijar. Conteí isso apenas para algumas amigas que ficaram revoltadas, mas sabíamos que não adiantava nada denunciar porque ele tinha um cargo importante aqui no curso. Agora eu tô indo para o terceiro ano e finalmente consigo falar sobre isso porque ele não está mais no cargo.

(pausa de 3 segundos)

Só que ele vai voltar a dar aula para nossa turma nesse semestre e eu não gosto nem de pensar no que pode acontecer!